



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

LITERATURA CHINESA NO ESTADO NOVO:
(NÃO-)TRADUÇÃO, (AUTO)CENSURA E RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Tradução

Por

Charles Chon Neng Cheung

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro de 2024



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

LITERATURA CHINESA NO ESTADO NOVO:
(NÃO-)TRADUÇÃO, (AUTO)CENSURA E RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Tradução

Por

Charles Chon Neng Cheung

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação da Prof.^a Doutora Rita Bueno Maia

Setembro de 2024

Resumo

A presente dissertação estuda as traduções portuguesas de literatura chinesa publicadas em livro no Estado Novo. Partindo da história da não-tradução literária chinês-português – um fenómeno quiçá relacionado com a distância cultural entre Portugal e a China –, o trabalho questiona as razões ideológicas que poderão explicar o facto de mais traduções de literatura chinesa terem sido publicadas durante o período do regime ditatorial e anticomunista, especialmente sob a ação da respetiva Censura. Considerando o anticomunismo do Estado Novo, a eficiência duvidosa da Censura repressiva ao livro e o aspeto generativo de censura, realizámos um estudo de história externa de 19 traduções incluídas no catálogo compilado, bem como uma análise textual de três traduções (representativas de três momentos da receção via tradução da literatura chinesa no Portugal do Estado Novo). Os resultados obtidos revelam três fatores ideológicos que terão influenciado a tradução de literatura chinesa no Estado Novo, categorizados por nós como feminismo, universalismo e comunismo. Para mascarar estas ideologias, quiçá censuráveis, as traduções recorrem à construção de um enquadramento peritextual apolítico, mas não à manipulação textual. Consequentemente, nessas traduções de literatura chinesa terá existido uma forma de resistência silenciosa, mediada através da autocensura.

Palavras-chave: tradução portuguesa de literatura chinesa, Estado Novo, censura, não-tradução, resistência

Abstract

This thesis examines the Portuguese translations of Chinese literature published in book form in the Portuguese New State (1933-1974). Beginning with the history of Chinese-Portuguese literary non-translation—a phenomenon perhaps related to the cultural distance between Portugal and China—this study questions the ideological reasons why more translations of Chinese literature were published during the period of the dictatorial and anti-communist regime, particularly under its Censorship. Considering the New State's anti-communism, the dubious effectiveness of the repressive book Censorship and the generative aspect of censorship, we conducted an external history study with 19 translations included in the compiled catalogue, along with a textual analysis of three translations (representative of the three moments of reaction through translation of Chinese literature in Portugal during the New State). These studies reveal three ideological factors that may have influenced the translation of Chinese literature during the New State, which we categorise as feminism, universalism and communism. In order to mask these ideologies which could be censored, the translations resorted to the construction of an apolitical peritextual framework, but not to textual modification. Consequently, in these translations of Chinese literature there may have been a form of silent resistance, mediated through self-censorship.

Keywords: Portuguese translation of Chinese literature, Estado Novo, censorship, non-translation, resistance

摘要

本論文研究葡萄牙新國家獨裁統治時期 (1933-1974) 以書籍形式出版的中國文學葡語譯作。從中葡文學不翻譯 (Non-translation) 的歷史出發 (此點或許與中葡文化之間的疏遠程度有關), 並聚焦在意識形態之上, 本論文嘗試理解為甚麼在葡萄牙獨裁反共政權時期, 特別是在其審查制度下, 反而有更多中國文學葡語譯作出版。考慮到葡萄牙政權的反共主義、其追懲性 (Repressive) 書籍審查制度不確定的效率, 以及審查制度具有之生產性, 我們對 19 本包括在本研究所編纂的目錄中的譯作進行了「外部歷史」(External History) 研究, 並對其中 3 本譯作進行了文本分析。研究揭示了三種可能在新國家時期影響中國文學葡語翻譯的意識形態因素, 我們將其歸類為女性主義、普世主義與共產主義。為了掩飾這些可能會被審查的意識形態, 上述葡語譯本訴諸於建構一個非政治的「內文本」(Peritext) 框架, 而非在正文本上作出修改。因此, 在這些中國文學的翻譯作品中, 似乎存在著以自我審查為中介的無聲反抗。

關鍵字: 中國文學葡語翻譯; 葡萄牙新國家; 審查制度; 不翻譯; 反抗

Agradecimentos

Os meus maiores agradecimentos dirigem-se, primeiramente, às pessoas que ofereceram diretamente o seu esplendor para a concretização deste trabalho de recuperação de uma história que teria continuado perdida.

À Prof.^a Doutora Rita Bueno Maia, minha orientadora, agradeço os seus enormes contributos na leitura e revisão minuciosas do presente trabalho, bem como os debates iluminadores e as partilhas de experiências pessoais inestimáveis. Sem os seus estímulos contínuos, os seus apoios generosos e a sua confiança quase inabalável em mim, literalmente não teria sido realizado o presente trabalho de investigação, porque eu não teria feito um mestrado em Tradução tão focado na investigação, não teria descoberto e seguido uma linha de investigação que surpreendentemente combina tão bem diferentes interesses meus, não teria insistido num tema que realmente me interessou mais, não teria conseguido realizar mais trabalhos de investigação num curto espaço de tempo de mestrado, não teria continuado até ao fim nesta dissertação que excede o limite de caracteres.

Ainda relativamente ao presente trabalho de dissertação, quero expressar a minha gratidão à Prof.^a Doutora Alexandra Lopes pelos seus comentários num trabalho dedicado a *Divórcio* de Manuel de Seabra no âmbito do seminário Tradução e Cânone. Agradeço também à Prof.^a Doutora Marta Pacheco Pinto pelo seu detalhado formulário de *feedback* sobre a apresentação oral do presente trabalho no âmbito de “New Voices in Portuguese Translation Studies VII”. Mais agradecimentos devem ser dirigidos ao Prof. Doutor Peter Hanenberg e à Prof.^a Doutora Verena Lindemann Lino, que, nos seus respectivos seminários de investigação, ouviram, comentaram e discutiram partes do presente trabalho.

Quanto à minha formação nesta Faculdade, em que passei seis anos mergulhado no saber, quero ainda agradecer ao Prof. Doutor Jorge Fazenda Lourenço, ao Prof. Doutor Jorge Vaz de Carvalho e à Prof.^a Doutora Ana Matoso os seus profundos ensinamentos na leitura de obras literárias, que me permitiram constituir a minha própria competência de compreensão de literatura. À Prof.^a Doutora Joana Moura, expresso a minha grande

gratidão por me introduzir numa linha de investigação dedicada à tradução literária em Macau através de uma recomendação de leitura. Se o presente trabalho mostrar alguma erudição e rigor académico, isto deve-se a todos os meus professores da Faculdade, a que agradeço imensamente.

A nível mais íntimo, a minha maior gratidão é dirigida à Martinha, que ouviu e sofreu repetidamente ao longo do ano, todos os dias, o meu rezar sobre a presente dissertação, que foi sempre obrigada a julgar se as frases portuguesas formuladas por mim soam bem ou mal, que prestou os maiores apoios mentais nos tempos mais críticos para mim, que acompanhou e participou – e ainda vai continuar a acompanhar e a participar – no meu percurso tanto académico como de vida. À sua família agradeço a companhia, o espaço e a compreensão ao longo do último ano.

Os seguintes agradecimentos, dirigidos à minha família, perderiam os seus efeitos se fossem escritos em português.

感謝我的家人，無論如何，總是給予支持與鼓勵，給予最大的空間，讓我能盡情且放心去做想做的事。

Por fim, não posso deixar de agradecer a algumas instituições. À Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, agradeço às bolsas de estudos que me permitiram não apenas cultivar o meu português, mas também realizar o presente curso de mestrado. À base de dados *Intercultural literature in Portugal: 1930-2000*, agradeço os dados recolhidos e organizados por vários investigadores, sendo a acessibilidade dessa base de dados a maior razão pela qual o presente trabalho poderia ter sido realizado num ano.

Sem dúvida, os méritos do presente trabalho são esforços coletivos de todos aqueles que prestaram ajudas quer diretas quer indiretas; qualquer insuficiência, porém, é naturalmente da minha responsabilidade.

Índice

Introdução	1
Parte I - Enquadramentos histórico e teórico: (re)conhecer o amigo na Censura?	9
Preâmbulo - Entre tradução e história	9
Capítulo 1 - Estado da arte: lacunas e ideias recorrentes	13
1.1 Literatura chinesa no Estado Novo: número de obras traduzidas, censura e abordagem bilateral	13
1.2 História da tradução literária chinês-português: manipulação ideológica e tradução indireta	19
Capítulo 2 - Da não-tradução à tradução: causas e implicações	25
2.1 Macau: uma terra, dois mundos	26
2.2 Causalidade entre não-tradução e distância cultural	30
Capítulo 3 - Inconveniências chinesas, censuradas ou não?	38
3.1 China (1928-1976): guerras e (re-)revoluções	39
3.2 Estado Novo (1933-1974): ideologia, censura e tradução literária	48
3.2.1 Conjuntura político-ideológica	49
3.2.2 Censura ao livro: mecanismo, censores, critérios e eficácia	54
3.3.3 Censurar a China: “propaganda comunista” ou não?	61
3.3.4 Tradução literária sob a Censura	66
3.3 (Auto)Censura: entre não-tradução e resistência	73
Parte II - Escavação e análise: rumo a uma história perdida	81
Preâmbulo - Da história externa à história interna	81
Capítulo 1 - Catálogo das traduções portuguesas de literatura chinesa publicadas no Estado Novo	88
1.1 Conceito do catálogo: o que é, para quê, porquê e como?	88
1.2 Compilação do catálogo: processo e reflexão	90

1.3 Critérios de inclusão e exclusão: definições operativas do objeto	96
Capítulo 2 - História externa: entre universalismo, comunismo e feminismo	102
2.1 1942-1944: relações entre universalismo e feminismo	109
2.2 1957-1960: início da influência do comunismo chinês na tradução	122
2.3 1967: primeira tradução portuguesa de um autor chinês comunista	135
2.4 1972-1974: chegada das revoluções	140
Capítulo 3 - História interna: entre autocensura, resistência e revolução	162
3.1 <i>Contos chineses</i> (1944) de Silvina de Troya Gomes: ironias relativamente ao regime e justiça pela China e mulheres	163
3.2 <i>Divórcio</i> (1958) de Manuel de Seabra: comunismo e feminismo entre linhas	178
3.3 <i>Contistas da China Popular</i> (1972) de Maria Luísa Pinheiro: revolução sob a ação da Censura	192
Considerações finais	204
Bibliografia	213
Apêndice I - Catálogo das traduções portuguesas de literatura chinesa publicadas em forma de livro no Estado Novo	231
Apêndice II - Traduções chinês-português mencionadas por Yao (2015, 151-190), Cheng (2020, 57) e Seruya (2018, 166-171)	262
Apêndice III - Livros censurados relativos à China	266
Apêndice IV - Entradas de obras literárias potencialmente relativas ao tema da China	273
Apêndice V - Traduções de “妾” em “A morte de Tu-Che-Niang”	279
Apêndice VI - Pesquisa de traduções de Lu Xun publicadas em livro antes de 1958 em inglês, francês, espanhol, castelhano, catalão e esperanto	283

Introdução

Uma vez que as duas partes [os povos chinês e português], principalmente nós [os Chineses], carecem da curiosidade e do entusiasmo para explorar o mundo literário do outro, e que existem barreiras linguísticas, as traduções literárias foram sempre poucas até aos anos 80 do século XX.

Yao Feng [Yao Jing Ming] (2015, 3-4)¹

Tanto em sentido positivo como negativo, este rótulo [propaganda] é atribuído [nos relatórios de censura] a um elevado número de livros, principalmente de origem francesa e envolvendo qualquer tema referente à URSS (em alguns casos também referente à China), [...].

Teresa Seruya e Maria Lin Moniz (2018, 227-228)

Se a tradução literária chinês-português tiver sido efetivamente sempre pouca devido a falta de talentos e falta de interesses ao longo dos cinco séculos da História das relações sino-lusófonas, e se a China realmente tiver constituído um tema censurável para o regime salazarista, como se pode explicar um aparente aumento de traduções de literatura chinesa publicadas durante o Estado Novo (1933-1974)? A questão em si tenta colocar os três fenómenos em confronto para propor a exploração das relações entre eles. Porém, em virtude da clareza de compreensão e investigação, talvez seja adequado propor dividir a questão em duas partes, que guiarão o desenvolvimento da presente dissertação.

Em primeiro lugar, no contexto de uma duradoura não-tradução de literatura chinesa para português, o que poderá ter motivado um potencial crescimento de traduções portuguesas entre 1933 e 1974? A leitura dos estudos anteriores sobre relações literárias China-Portugal mostra que, apesar de Portugal ter chegado à China logo no século XVI, até ao Estado Novo, apenas uma tradução de literatura chinesa foi publicada, a saber, *Cancioneiro chinês* com uma edição em 1890, e outra em 1903. No entanto, a nossa pesquisa localizou 23 traduções publicadas entre 1942 e 1974 (Capítulo 1 da Parte II; Apêndice I). Isto leva-nos a observar um contraste que pode ser formulado nos seguintes termos: duas publicações em

¹ Na presente dissertação, todas citações originalmente escritas em chinês são traduzidas por nós para português europeu, salvo aquelas com indicação do tradutor. O texto original em chinês é colocado na nota de rodapé. Texto original da citação de Yao: “由于彼此, 特别是我们, 缺少足够的好奇心和热情去探知对方的文学世界, 加之‘鸡同鸭讲’的语言沟通障碍, 文学翻译活动一直十分凋零, 直到 20 世纪 80 年代趋活跃, 文学交流活动也开始增多。” (Yao 2015, 3-4)

400 anos e 23 publicações em 40 anos. A comparação sugere, assim, que houve um aumento de traduções do chinês durante o Estado Novo devido talvez a mudanças nas circunstâncias históricas. Consequentemente, a questão que se impõe é: por que surgiram mais traduções durante o Estado Novo?

Em segundo lugar, o período do Estado Novo foi caracterizado pela ação da Censura,² que podia desfavorecer a circulação de literatura de temas relativos à China; subsequentemente, seria esperado que o cenário de não-tradução prosseguisse (Capítulo 3 da Parte I). Porém, é exposto que mais traduções literárias do chinês foram publicadas exatamente durante o período da Censura salazarista. Neste contexto, é pertinente questionar por que razão a Censura não promoveu a continuação da não-tradução de chinês para português.

Resumindo, são colocadas duas questões de investigação interligadas:

- (1) Porque aumentou a quantidade de traduções literárias de chinês para português durante o Estado Novo?
- (2) Porque parece que a tradução de literatura chinesa não foi desencorajada pela Censura?

Sendo complexas e variadas as relações causais entre eventos históricos, a presente investigação, limitada por um prazo fixo, não visa a criação morosa de uma rede exaustiva de razões históricas que podem influenciar o aparecimento e a formulação das traduções. Em vez disso, propõe-se aprofundar determinados fatores motivadores que prometem ser frutíferos. A decisão de se limitar a determinados aspetos parece legítima, visto que, tal como afirma Hermans,

[a] research project does not begin with a random collection of data followed by a search for possible explanations of the data. It begins with curiosity, due diligence and an initial hunch that leads to a research question. The data collection is guided by the parameters of the question and by the tentative answers that the researcher has in mind. This is why research is not a two-stage process of first data collection then explanation. The data collection is already an informed, controlled exercise. (Hermans 2022, 31)

² Na presente dissertação, a “Censura”, com a primeira letra em maiúsculo, refere-se à censura instituída do Estado Novo, enquanto a “censura”, com a primeira letra em minúsculo, ao conceito que mais à frente se discutirá. .

Ou seja, de acordo com o académico, a investigação deve ser conceptualizada com base na problematização e respetivas respostas. Consequentemente, enquanto as questões de investigação são elaboradas, é preciso delinear respostas preliminares.

Desde já, de informações básicas do nosso catálogo de traduções (Apêndice I), propomos duas hipóteses através da leitura de informações básicas das traduções. Entre os autores traduzidos, encontram-se principalmente os conhecidos pela sua posição política de Esquerda, como Mao Tsé-tung (1893-1976), Lu Xun (1881-1936) e Mao Dun (1896-1981). A presença dos autores considerados comunistas ou socialistas sugere uma influência ideológica na tradução. Referente à ideologia na tradução, Lefevere (2017, 30) defende que “on every level of the translation process, it can be shown that, if linguistic considerations enter into conflict with considerations of an ideological and/or poetological nature, the latter tend to win out”. Desta afirmação depreende-se que a seleção de tradução, parte integrante essencial dessa atividade, também é dominada pela ideologia. Por conseguinte, o aumento de traduções durante o Estado Novo podia ter sido estimulado pelos movimentos ideológicos de Esquerda.

Mas como puderam ser esses autores publicados durante o período da vigência da Censura? Sendo o socialismo e o comunismo os inimigos principais do salazarismo, as traduções desses autores podiam ser consideradas como atos transgressivos, puníveis e perigosos. Por exemplo, Duarte (2007, 98) afirma que a censura instituída constitui uma causa evidente de não-tradução (Capítulo 2 da Parte I). Porém, a Censura salazarista não terá diminuído o interesse na literatura revolucionária. Isto sugere que a Censura podia ser contornada? Entre diferentes possibilidades de contornar a Censura, o presente trabalho concentrar-se-á na autocensura, que se refere sobretudo à manipulação de elementos transgressivos para evitar a Censura instituída. Por outras palavras, a autocensura é considerada principalmente como uma ferramenta de resistência.³ Por exemplo, *Poemas* (1968) de Mao Tse-Tung tem uma capa caracterizada por letras grandes de “POEMAS” e letras pequenas de “MAO TSE-TUNG” (ver a capa em (13) do Apêndice I). O caso sugere que a visibilidade do elemento transgressivo podia ter sido manipulada para tentar contornar a Censura. Este tipo de tentativa – traduzir e publicar, mas implicitar ou eliminar

³ Isto quer dizer que, num contexto ditatorial, a autocensura pode constituir uma forma que permite a sobrevivência, e estar vivo é uma condição essencial para a continuação de resistência.

elementos transgressivos sob uma ditadura – pode ser designado como resistência silenciosa. Este e outros casos são analisados mais detalhadamente em termos contextuais e teóricos no Capítulo 3 da Parte I.

Assim, podem ser avançadas duas hipóteses iniciais, concentrando na pesquisa sobre as razões para a tradução na questão ideológica.

- (1) A ideologia de Esquerda constituiu uma motivação para a tradução chinês-português durante o Estado Novo.
- (2) Havia traduções transgressivas sob a Censura porque esta poderia ser contornada através de autocensura enquanto ferramenta de resistência silenciosa.

Delineadas as duas questões e respectivas hipóteses, não parece exagerado reivindicar a sua importância para a história da tradução chinês-português e a história de censura. Porém, por mais evidente que seja, a necessidade de uma investigação tem de ser justificada com uma argumentação convincente para ser aceite por outros, tal como afirma Pym: “One should have good reasons for working on this particular object in this particular way, and the reasons should in both cases minimally concern people, human values, not abstract results.” (Pym 1998, 27)

Além da originalidade e do interesse pessoal, Pym (1998, 35-36) ainda estabelece mais uma condição mínima para legitimar uma investigação: contribuição para a comunidade. Um trabalho académico deve ser original, porque não vale a pena perder o precioso tempo e esforço em “reinventar a roda”; o investigador deve realizar uma investigação que lhe interesse, porque a condução de um trabalho requer, além de mais, paixão – navegação entre amor e sofrimento; os resultados devem beneficiar mais pessoas, porque os outros decidem se o trabalho é relevante. Devido à sua importância para a justificação da relevância do trabalho, estas três condições serão agora discutidas

A ideia inicial da dissertação nasceu do interesse pessoal do mestrando em diferentes disciplinas de humanidades e cresceu para uma investigação em história da tradução durante a sua formação académica em Estudos de Tradução. Natural do globo chinês de Macau, o mestrando foi sempre curioso sobre a história e a política, particularmente a

ditadura, e tem vindo a mergulhar na literatura chinesa desde a juventude. Devido ao seu estudo em Portugal, incluindo a licenciatura em Tradução (Línguas Estrangeiras Aplicadas) e o corrente mestrado em Tradução, o interesse passou a envolver a procura de traduções de literatura chinesa. Daí, surgiu a possibilidade de reunir os interesses em literatura, história, política e tradução para a cristalização de um trabalho histórico em Tradução.

A história da tradução chinês-português durante o Estado Novo ainda é uma lacuna de investigação. De acordo com o nosso estado de arte (Capítulo 1 da Parte I), o único trabalho académico que fala diretamente deste tema é Seruya (2018), que examina antologias portuguesas de literaturas extraeuropeias. Devido ao seu vasto escopo, a secção relativa à China embora mencione a Censura e autores comunistas, o conflito entre eles não é aprofundado. Por falta de trabalhos sobre a tradução chinês-português, ainda menos sobre a sua história, e nenhum sobre a sua interação com a Censura salazarista, talvez seja adequado dizer que a presente dissertação constitui um trabalho original.

Ao colmatar a referida lacuna académica, o presente trabalho pode promover a visibilidade da literatura chinesa na academia portuguesa. No contexto em que o intercâmbio sino-lusófono está cada vez mais estreito, C. Zhou (2021), enquanto diretora do Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra, aponta que cada vez mais adolescentes portugueses estão curiosos sobre o desenvolvimento socioeconómico da China.: “[T]enho notado, especialmente nos estudantes jovens, uma crescente curiosidade pelas modas e inovações tecnológicas da China e, ao mesmo tempo, um enorme interesse pelo vasto mercado chinês.” (C. Zhou 2021, 188).⁴ Embora as trocas económicas entre a China e Portugal ainda não estimulem muitos intercâmbios culturais, gradualmente aparecem mais esforços para a promoção da literatura chinesa em Portugal, como os tradutores António Graça de

⁴ É de salientar que também há cada vez mais chineses que se interessam pela língua portuguesa, igualmente devido à motivação económica. O ensino de português tem vindo a crescer rapidamente desde 2000 (ver Ye 2014, 43; Lei et al 2020, 19), um ano depois da transferência da soberania de Macau para a China. Entre os alunos que tiram a licenciatura de Português, muitos afirmam que escolheram este curso por pensarem que “podem encontrar um bom emprego e [que] são aconselhados pelos pais nesse sentido” e, por isso, a maioria dos licenciados trabalha nas áreas ligadas “às obras, construção de infraestruturas, ao petróleo e ao comércio, e não tanto aos ministérios ou outras instituições governamentais” (Lei et al 2020, 20).

Abreu⁵ e Tiago Nabais⁶, bem como a casa editorial Grão-Falar⁷, especialistas em traduções chinês-português. A este fenómeno a presente investigação pode juntar-se ao estudar a história da literatura chinesa em Portugal.

O presente trabalho histórico também pode contribuir para a compreensão sobre a utilização da imagem da China pelos portugueses durante o Estado Novo. Relativamente à tradução literária de chinês para português, Yao (2021) e Zhou (2022), mostram como a seleção, tradução e leitura de literatura chinesa em Portugal nas últimas duas décadas foram influenciadas pela política chinesa e respetiva apresentação ideologicamente manipulada da China no mundo ocidental. De facto, o que é chinês para os portugueses foi sempre e vai continuar a ser uma construção ideológica. Ao tentar revelar as razões históricas das traduções, o presente trabalho não explorará a imagologia, mas pode dar a conhecer a manipulação da imagem da China durante o Estado Novo.

Em jeito de conclusão sobre a relevância do trabalho, na dinâmica entre ideologia e tradução não provém apenas da curiosidade pessoal do mestrando, mas também a valência de um trabalho académico inédito e de uma história relevante para as culturas chinesa e portuguesa. Em particular, espera-se que o trabalho contribua para o papel da tradução como forma de resistência sob uma circunstância ditatorial.

Tendo em conta várias lacunas existentes na história a fazer, será necessário construir um panorama antes de aprofundar determinados aspetos. Para tal, a presente dissertação, desenvolvida no âmbito de um mestrado em Estudos de Tradução, socorre-se das ferramentas e dos métodos da sua subdisciplina, história da tradução. O estudo histórico sobre a tradução, tal como será discutido no Preâmbulo da Parte I, exige necessariamente o conhecimento histórico sobre as traduções, porque as razões históricas destas apenas podem ser compreendidas no seu respetivo contexto. Ou seja, antes de estudar as

⁵ Sinólogo e tradutor conhecido, António Graça de Abreu traduziu para português e publicou várias antologias de poemas clássicos, como *Poemas de Bai Juyi* (1991), *Poemas de Han-Shan* (2009) e *Poemas de Su Dongpo* (2023). Em 1991, ganhou o Prémio Nacional de Tradução com *Poemas de Li Bai* (1990).

⁶ Tiago Nabais, esforça-se por apresentar Yu Hua às editoras portuguesas (Nabais 2019, 19; citado em C. Zhou 2021, 128), tendo publicado, na editora Relógio d'Água, *Crónica de um vendedor de sangue* (2017), *Viver* (2018) e *China em dez palavras* (2018), bem como *As crónicas de explosão* (2021) de Yan Lianke.

⁷ A editora Grão-Falar foi fundada em 2023, tendo publicado *Poemas de Su Dongpo* (2023) e vários números da revista intitulada “Via do meio”, em que se publicam artigos sobre a cultura chinesa e também algumas traduções literárias.

traduções, é preciso conhecer o tempo e espaço em que nasceram. Por isso, a dissertação tem duas partes: a contextualização histórica e o estudo das traduções.

A Parte I concentrar-se-á nas questões teóricas em relação ao aumento de traduções e ao seu contexto. O Capítulo 1 recorrerá à revisão de estudos sobre as traduções portuguesas de literatura chinesa. Além de visualizar as lacunas de investigação na história proposta, o estado da arte também ajudará a justificar o nosso conhecimento sobre a quantidade escassa de traduções existentes. Para compreender as implicações de transição de não-tradução para tradução, o Capítulo 2 explorará brevemente a História das relações sino-lusófonas a partir de Macau, uma vez que é o ponto de vista preferencial dos estudos anteriores. Com base neste contexto histórico, ainda será discutido o conceito de não-tradução. O Capítulo 3 apresentará os contextos de partida e de chegada. Focado na circunstância ditatorial de Portugal, tentar-se-á conhecer, por um lado, os impactos salazaristas sobre a tradução de literatura chinesa, explorando os critérios pelos quais se regia. Por outro lado, desenvolver-se-á, na esteira de Foucault, uma reflexão teórica sobre as consequências repressivas e produtivas da Censura. Em conclusão, a Parte I fornece um enquadramento histórico e teórico para o estudo de traduções que se desenvolverá na parte seguinte.

A Parte II visa avançar respostas e justificações concretas para o aumento de traduções durante o Estado Novo. A Parte é organizada de acordo com a distinção entre a história externa e a história interna da tradução. No âmbito da história externa, o Capítulo 1 articula e debate a compilação do catálogo para justificar a sua utilidade no avanço de hipóteses. O Capítulo 2 analisa os dados catalogados para avançar hipóteses que explicam o aumento de traduções. Começará por uma análise global, mas o escopo será gradualmente estreitado para colocar o foco na ideologia. O Capítulo 3 dirá respeito à história interna da tradução. Os dois objetivos deste capítulo residem na observação dos impactos quer das motivações ideológicas dos tradutores quer da ação da Censura em três casos ilustrativos de três períodos.

Em conclusão, o presente trabalho histórico visa contribuir para a história da tradução chinês-português e a história da censura. Em particular, o contributo diz respeito ao

período do Estado Novo. Em primeiro lugar, será construído um panorama sobre a tradução de literatura chinesa nessa época. Depois, aprofundar-se-á o aspeto ideológico desse fenómeno. Assim, a investigação ajudará a colmatar uma parte da vasta lacuna de investigação que é a história da tradução chinês-português. Em segundo lugar, constituir-se-á um contributo para a rememoração da história da censura no Estado Novo, em que os tradutores, com “flesh-and-blood bodies” (como diz Pym 1998, 161), sofreram “misérias” e/ou arriscaram a vida para criar “esplendores” (nos termos de Seruya 2018).⁸

⁸ Além dos assuntos relativos à China, a nossa pesquisa tenta recuperar histórias perdidas que refletem a humanidade em circunstâncias desastrosas. A ditadura de António Salazar e Marcello Caetano costuma ser retratada como um pesadelo. Porém, não há apenas misérias mesmo numa situação opressiva. Tal como indica o título do livro de Teresa Seruya Misérias e esplendores da tradução no Portugal do Estado Novo (2018), referência importante para o presente trabalho, os “esplendores” sucedem às “misérias”. Tal compreensão manifesta a forma como o estudo de traduções pode fornecer diferentes tipos de visões da mesma História. Sendo que o título do livro pode fazer referência a “La Miseria y el esplendor de la traducción” de José Ortega y Gasset, a nossa compreensão sobre o título constitui uma potencial leitura da história do Estado Novo.

Parte I - Enquadramentos histórico e teórico: (re)conhecer o amigo na Censura?

A literatura chinesa é praticamente desconhecida em Portugal. No nosso país, cuido que apenas saíram, até hoje, pelo menos nos últimos tempos, dois volumes de Lu Hsun, um dos quais em tradução minha, o que é muito pouco se levarmos em conta ser a China um país de 750 milhões de habitantes, senhor de uma civilização ininterrupta velha de 4 mil anos, e com a qual o nosso país sempre teve as melhores relações. Apesar disso, não existe em Portugal nem uma tradição de estudos sinológicos, nem sequer um conhecimento superficial das letras chinesas, clássicas ou contemporâneas.

Manuel de Seabra (1967, 7)

Preâmbulo - Entre tradução e história

Translation scholars can bring to it their sensitivity to the cross-lingual and the cross-cultural. Historians can remind them that translation is only ever a part of something much larger than translation.

Theo Hermans (2022, 140)

Sendo a presente dissertação realizada no âmbito do mestrado em Tradução, recorre-se sobretudo à metodologia em história da tradução. De facto, história da tradução pode ser considerada como uma área interdisciplinar, situada principalmente entre Estudos de Tradução e História. Para aprofundar a importância do contexto histórico para o estudo de traduções, refletir-se-á sobre o debate relativo ao posicionamento, objetivo e metodologia de história da tradução, aberto por Rundle (2012).

Rundle (2012) argumenta que a metodologia em Estudos Descritivos de Tradução – que equivale à metodologia em Estudos de Tradução na sua argumentação – visa produzir resultados generalizantes e, assim, falha em expor características específicas do contexto histórico:

I would argue that the methods and priorities of DTS, for example, can actually be incompatible with those aims: if you are intent on establishing patterns of behaviour that are scientifically and quantitatively constructed as norms using abstracted

empirical data, with the aim of contributing to a universal history of translation or an overall theory of translation, then in effect you are moving away from the very features that are specific to your historical context. (Rundle 2012, 233)

Para justificar esta necessidade de se recorrer à metodologia de História e contribuir para esta disciplina, o investigador cita a sua própria investigação sobre as traduções publicadas em Itália nos anos 30 sob a ditadura fascista. Ao estudar os mesmos materiais de pontos de vista diferentes, Rundle (2012, 237) afirma que os resultados obtidos a partir da História são “fascinantes”, enquanto os resultados obtidos da visão de Estudos de Tradução não são “surpreendentes”. Isto leva o académico a concluir que os historiadores de tradução devem perguntar “what translation can tell us about history”, em vez de “what history can tell us about translation”. Em resumo, Rundle defende que fazer história da tradução é um trabalho que recorre mais ao e contribui mais para o contexto histórico do que a construção de uma teoria geral da tradução.

Para St-Pierre (2012, 240), o principal problema da proposta de Rundle é reduzir vários enquadramentos metodológicos em Estudos de Tradução ao de Estudos Descritivos de Tradução. St-Pierre (2012, 241) afirma que algumas abordagens e investigações existentes em Estudos de Tradução contribuem para uma melhor compreensão do contexto histórico. Ou seja, o investigador sublinha que, em Estudos de Tradução, contrariamente ao que Rundle sugere, existem metodologias para fazer história da tradução para além dos Estudos Descritivos de Tradução.

Para defender os Estudos Descritivos de Tradução, Delabastita (2012, 247) questiona a razão pela qual os diferentes resultados não podem ser aproveitados simultaneamente por académicos de Estudos de Tradução e de História. Em específico, o investigador argumenta que a abordagem histórica de Rundle também recorre ao trabalho dos académicos de Estudos Descritivos de Tradução, como Toury, Lambert e Even-Zohar; ainda acrescenta que os dois tipos de resultados produzidos por Rundle através de distintas visões das duas disciplinas são igualmente válidos e podem juntar-se um ao outro para constituir uma “única narrativa complexa” (Delabastita 2012, 247).

Em vez de advogar os Estudos Descritivos de Tradução, Hermans (2012, 243) argumenta que existem diferentes abordagens descritivas em Estudos de Tradução que não sejam

orientadas pelo pensamento estruturalista de Toury. Hermans (2012, 243) iguala o descritivismo em Estudos de Tradução ao funcionalismo, no sentido em que a maioria de investigações descritivas e históricas visam esclarecer os objetivos e efeitos de traduções. Além disso, o investigador, tal como Delabastita, também discorda da necessidade de separação entre as contribuições para as duas disciplinas, estudos de tradução e história da tradução. Para Hermans (2012, 244), fazer história da tradução é um processo de dois passos: precisamos do contexto para compreender a tradução e, depois de compreender a tradução, podemos estudar o seu impacto naquele contexto histórico. Esta conceptualização leva o académico a fornecer uma visão inclusiva de investigação interdisciplinar: “Whether we define our chosen field as history, translation, history of translation or translation in history, we can work on it in more ways than one, and the insights gained may benefit more than one community” (Hermans 2012, 245).

Embora a conceptualização de Hermans pareça uma solução convincente para o problema metodológico levantado por Rundle, Bandia (2014, 113) aponta que Hermans não responde a questão prática de “how to simultaneously hold the interests of the translation historian and other historians”. Referente a esta questão, Bandia afirma que

Translation historians are historians in their own right working to enrich their own discipline, but they should never take their eye off the ball and their ultimate goal should be facilitating translation practice and enhancing knowledge in translation studies. [...] translation scholars do not have to share the same expertise and interest as the translation historian to value and benefit from the latter’s work. While this approach to translation history is oriented towards other translation scholars, it does not exclude the possibility of other historians taking an interest. (Bandia 2014, 114)

Ou seja, para o académico, a investigação em história da tradução tem por objetivo principal contribuir para a comunidade de Estudos de Tradução, enquanto investigadores de História também podem aproveitar os frutos produzidos no âmbito de Estudos de Tradução.

Através das diferentes perspetivas acima expostas, pode tirar-se uma conclusão nos seguintes termos: vários enquadramentos metodológicos em Estudos de Tradução, inclusive o de Estudos Descritivos de Tradução, podem ajudar a fazer história da tradução, mas são exigidos os conhecimentos históricos para uma melhor compreensão da tradução e

esta pode contribuir para um ou vários campos académicos. Ou seja, é desnecessário considerar que as metodologias de Estudos de Tradução e de História apenas podem contribuir para as respetivas comunidades académicas, visto que esforços de uma ou várias disciplinas podem produzir frutos relevantes para uma ou várias áreas.⁹ Apesar das críticas, o debate aberto por Rundle (2012) sublinha a relevância da “história” em história da tradução e questiona como um trabalho histórico em Estudos de Tradução pode contribuir para a compreensão da História. Esta questão também cabe no presente trabalho, que visa contribuir não apenas para a história da tradução chinês-português, mas também para a história de censura e para a história de Portugal do Estado Novo.

Como investigação interdisciplinar, a presente dissertação procura compreender a tradução através da história e compreender a história através da tradução. Hermans esclarece como a tradução e história contribuem uma para outra:

As the contextualisation of individual translations proceeds and gains in scope and depth, the larger constellation of which translation forms a part comes into view as well. At that point we slide into seeking to understand a historical constellation and the place of translation in it. (Hermans 2022, 27)

Ou seja, o académico considera que o conhecimento sobre o contexto histórico permite uma compreensão mais profunda sobre as traduções, enquanto esta ajudará a revelar uma parte desconhecida da história. Esta conceção de investigação é adotada nas duas partes da presente dissertação.

Com o objetivo de compreender as implicações do aumento de traduções, a Parte I concentrar-se-á na relação entre esse mesmo aumento e os seus contextos. Assim, (i) começaremos por ler o que já foi feito em história da tradução chinês-português; (ii) exploraremos a História das relações diplomáticas e culturais sino-lusófonas e conceito de não-tradução literária; (iii) poremos em diálogo as História políticas chinesa e a História política portuguesa focando-nos na censura.

⁹ Num trabalho posterior, Rundle (2014, 7) também concorda que não é necessário fazer essa separação entre disciplinas.

Capítulo 1 - Estado da arte: lacunas e ideias recorrentes

A fim de conhecer o que já se escreveu sobre a história da tradução literária de chinês para português, o presente capítulo realizará uma pesquisa de estudos relativos a esse tema. Apesar do nosso foco no Estado Novo, a discussão englobará trabalhos sobre outras épocas históricas, não apenas por falta de trabalhos académicos sobre especificamente o Estado Novo, mas também devido ao posicionamento diacrónico do presente trabalho histórico. Este posicionamento revelar-se-á importante durante o primeiro subcapítulo, quando for argumentado que a história de tradução chinês-português ainda se configura como uma área de estudo lacunar.

1.1 Literatura chinesa no Estado Novo: número de obras traduzidas, censura e abordagem bilateral

Através da nossa pesquisa de trabalhos publicados em português, chinês e inglês, foram encontrados alguns estudos cujos títulos e/ou índices revelam potencial relevância para o nosso tópico.

Para a história da tradução em Macau, editado por Barreto e Li (2013), inclui estudos que abrangem diferentes aspetos de tradutores e intérpretes em Macau desde o século XVI até meados do século XX. Porém, a nossa leitura revela que nenhum dos trabalhos diz respeito à tradução literária no período do Estado Novo.¹⁰ Além deste volume, o artigo panorâmico de Schmaltz (2013), intitulado “Apresentação e panorama da tradução entre as línguas chinesa e portuguesa”, também não ajudará a nossa discussão. Embora o investigador considere o ano do estabelecimento da República Popular da China (1949) como “a segunda fase áurea da tradução sino-lusófona” (Schmaltz 2013, 14), não menciona a tradução portuguesa de literatura chinesa durante o Estado Novo.¹¹

¹⁰ Na verdade, apenas o estudo intitulado “Capital Cultural na integração dos Migrantes Macaenses em Hong Kong e Xangai (1842-1952)” pode englobar o período em causa, mas esse trabalho é sobre o fenómeno da emigração macaense, em vez da tradução de obras literárias.

¹¹ Os exemplos de tradução chinês-português publicados antes de 2000 incluem somente oito clássicos chineses traduzidos por Joaquim Guerra (1908-1993), publicados entre 1979 e 1987 (ibid.). De resto, Schmaltz menciona traduções chinesas de literatura em língua portuguesa, como *A hora próxima de Alina Paim* (1958), *Antologia poética* de Angola (1963) e *Memorial do convento* de José Saramago (1998) (Schmaltz 2013, 14-15).

O trabalho de Yao (2015) tem o título muito relevante, 《中外文学交流史：中国-葡萄牙卷》 *História de intercâmbio literário entre a China e Países Estrangeiros: Volume da China e de Portugal*. Segundo os editores desta coleção, Qian e Zhou, esta coleção de 17 volumes situa-se na disciplina de Literatura Comparada, estudando “histórias de relações literárias” entre a China e outras nações (Qian e Zhou 2015, 3-4). O volume de Yao, como indica o subtítulo, concentra-se nos intercâmbios literários entre a China e Portugal. No entanto, o autor conclui pela escassez das trocas literárias com a falta de curiosidade na parte do povo chinês sobre os estrangeiros e da barreira linguística entre chinês e português (Yao 2015, 3-4). Neste contexto, Yao afirma que as traduções literárias entre chinês e português se tornaram mais frequentes apenas nos anos 80 do último século (Yao 2015, 4). Por fim, Yao argumenta que o seu livro constitui um estudo sobre como o povo português descreveu o povo chinês ao longo da história, tendo sido raras as descrições dos portugueses pelos chineses (Yao 2015, 4).

Dividido em cinco capítulos, este volume primeiro visa apresentar toda a história de relações sino-lusófonas por ordem cronológica, do século XVI até à atualidade. Os primeiros dois capítulos concentram-se sobretudo em diferentes imagens da China criadas pelos autores portugueses até ao início do século XX e os últimos três dedicam-se à literatura portuguesa traduzida na China, à literatura chinesa traduzida em Portugal e aos intercâmbios literários entre chinês e português em Macau. Considerando o nosso tema, colocamos o foco no capítulo quarto, intitulado “Literatura chinesa em Portugal”.

Neste capítulo, a abordagem do estudo privilegia tradutores de poemas, incluindo António Feijó (1895-1917), Camilo Pessanha (1867-1926) e António Graça de Abreu (1947-). A atenção especial na tradução de poemas talvez resulte parcialmente da convicção de Yao de que: “Em Portugal, até à data [2015], a maioria das obras da literatura chinesa traduzidas para português é poemas, enquanto não são muitas as ficções, cuja maioria é traduzida a partir de uma terceira língua [...]” (Yao 2015, 167).¹² Apesar desta afirmação, o trabalho não menciona nem o seu método e nem as fontes utilizadas na pesquisa de traduções.

¹² Texto original: “在葡萄牙, 迄今已經譯成葡文的中國文學作品以詩歌為多, 小說不是很多, 而且絕大多數是從第三語言轉譯[...]。” (Yao 2015, 167).

Quanto à publicação de traduções de literatura chinesa entre 1933 e 1974, durante o Estado Novo, Yao menciona *Mui Fá* (1951) de Francisco de Carvalho e Rêgo (1898-1960) e *Poesia de 26 séculos* (1971) de Jorge de Sena (1919-1978), e *Elegias chinesas* (19-?) de Camilo Pessanha (1867-1926), publicado dentro do livro *China: estudos e traduções* de 1944 (estando assim dentro do nosso escopo temporal). Na apresentação destes três tradutores, o investigador foca-se no tema da qualidade poética, deixando de parte o contexto ideológico-político do Estado Novo. Por exemplo, o académico comenta sobre as traduções de Pessanha e de Rêgo: Pessanha adota a estratégia de estrangeirização e coloca muitas notas de rodapé, o que torna mais fiel a tradução mas menos poética (Yao 2015, 159-160); a tradução de Rêgo carece de estética e mostra mal-entendimento (Yao 2015, 166). No entanto, quando de facto os contextos dos tradutores são discutidos, estes dizem respeito mais às suas experiências pessoais e de mobilidade. Quanto a Pessanha, Yao (2015, 156) argumenta que, embora o poeta do simbolismo aprecie a arte chinesa, a sua visão não se afasta do eurocentrismo, um ponto de vista comum na altura. Rêgo, macaense formado em português, terá sido, segundo Yao, um dos poucos macaenses que promoveram os intercâmbios culturais.¹³ Em relação a Jorge de Sena, Yao (2015, 166) afirma que o autor “deixou um ambiente de vida favorável emigrando para o estrangeiro”,¹⁴ não mencionando as razões políticas do exílio. Desta forma, o contexto do Estado Novo está ausente do trabalho de Yao, apesar de três traduções e respetivos tradutores nesse período serem mencionados.

As publicações e o contexto do Estado Novo também estão ausentes em Cheng (2020). O foco de Cheng reside no estudo das traduções indiretas de Mo Yan, escritor laureado com o Prémio Nobel de Literatura em 2012. Porém, o estudo começa por “um levantamento de todas as traduções portuguesas produzidas a partir da década de 50 do século XX” (Cheng 2020, 11). Os dados levantados – cujo processo de pesquisa não é descrito – incluem 12 autores e 20 traduções publicadas entre 1976 e 2018 (Cheng 2020, 57). A ausência dos

¹³ Para explicar por que não houve muitos macaenses que promoviam os intercâmbios culturais, Yao (2015, 165) afirma que os governantes portugueses em Macau, que costumavam ficar lá menos de três anos, não planeavam a política cultural a longo prazo; entre os chineses em Macau, cuja maioria carecia de literacia, não se encontravam muitas elites.

¹⁴ Texto original: “他後來離開優越的生活環境, 移居國外[...]” (Yao 2015, 166).

anos entre 1950 e 1975 sugere que a pesquisa não terá encontrado nenhuma tradução portuguesa publicada durante o Estado Novo.¹⁵

Diferentes dos dois trabalhos lidos, Seruya (2018) menciona três volumes e uma coleção de seis séries de literatura chinesa traduzida para português. Como mencionado na Introdução, Seruya (2018) é uma coletânea de artigos intitulada *Misérias e esplendores da tradução no Portugal do Estado Novo*. O capítulo “Literaturas extraeuropeias em antologia durante o Estado Novo (1933-1974)” estuda antologias das literaturas indiana, chinesa e japonesa.¹⁶ Na secção de literatura chinesa, a académica afirma que “o número de títulos de **autores chineses** para o mesmo período (1935-1974) não chega sequer à meia dúzia.” (Seruya 2018, 166; ênfase no original). Os dados de Seruya provêm da *Intercultural Literature* (Seruya 2018, 163), cujos métodos e fontes de pesquisa de traduções são apresentados no site da base de dados. Quanto ao seu objeto – antologias de contos chineses –, estão presentes as seguintes: *A minha mãe e eu* (1942), *Contos chineses* (1944), *Contos tradicionais asiáticos* (1945) e seis volumes de *Contos populares chineses* (1973-4).¹⁷

Antes de aprofundar Seruya (2018), que se assume como o estudo mais relevante para o presente trabalho, reunimos as traduções mencionadas pelos três estudos para discutir sobre a quantidade de traduções existentes (ver Apêndice II). Algumas traduções estão presentes num trabalho mas ausentes noutros. Em conjunto, os três estudos anteriores reúnem um total de 54 volumes, publicados entre 1890 e 2018. Yao (2015), que investiga toda a história da tradução chinês-português, menciona 27 traduções (das 54). No período investigado por Cheng (2020) – entre 1950 e 2020 –, estão presentes 20 traduções. Seruya (2018) fala sobre 11 traduções entre 1935 e 1974.

¹⁵ Além disso, na secção de contextualização histórica de Cheng, intitulada “Literatura Chinesa Traduzida”, a investigadora aborda o interesse europeu no geral pela literatura chinesa, partindo de 1964, ano em que a República Popular da China, pela primeira vez, estabeleceu relações diplomáticas com um país ocidental, a França (Cheng 2020, 54).

¹⁶ Este capítulo é a tradução portuguesa de Seruya (2013) “Extra-European Literatures in Anthologies during the Estado Novo (1933-1974)”.

¹⁷ Numa nota de rodapé que precede à secção de “Antologias de contos chineses”, Seruya (2018, 166) menciona duas edições de poemas de Mao Tsé-tung, publicadas em 1967 e 1974, também presentes na *Intercultural Literature*. Pela nossa pesquisa, a edição que Seruya diz que foi publicada em 1967 talvez tenha sido publicada em 1972, porque este ano de publicação é registado na *Intercultural Literature* e é o mais antigo encontrado durante a presente investigação.

Em relação a Yao (2015) e Cheng (2020), falta a apresentação dos respetivos processos de pesquisa. Tal como se argumentará no Capítulo 1 da Parte II, a ausência de discussão de trabalho arqueológico não permite a replicabilidade da pesquisa e a reflexão sobre as limitações dos dados fornecidos e os possíveis métodos para as futuras pesquisas. Desta forma, os exemplos destes dois trabalhos lidos fundamentarão a nossa insistência em dedicar um capítulo para a compilação do catálogo.

Quanto a Seruya (2018) e à sua fonte *Intercultural Literature*, é possível deduzir as razões pelas quais não localizou todas as traduções incluídas em Yao e Cheng. Antes de mais, a secção lida é intitulada “Antologias de contos chineses”, um título que logo pode excluir as três colectâneas de poemas que serão mencionadas neste parágrafo. *Mui fá* de Francisco de Carvalho e Rêgo não está presente na *Intercultural Literature*, porque esta base de dados não inclui quase nenhuma publicação em Macau.¹⁸ *China: estudos e traduções* de Camilo Pessanha também está ausente da *Intercultural Literature*, talvez por se tratar de uma coletânea de artigos e poemas cujo título não revela incluir obras literárias. *Poesia de 26 séculos* de Jorge de Sena não se encontra facilmente por uma pesquisa de origem chinesa na *Intercultural Literature*, provavelmente por ser uma antologia que não se caracteriza por dedicação à literatura chinesa, mas mundial. Em resumo, a publicação em Macau, bem como o título irrelevante para o tema de literatura ou da China, podem ser as potenciais limitações de Seruya (2018) e da sua fonte, *Intercultural Literature*. Esta discussão será aprofundada no Capítulo I da Parte II.

A revisão acima exposta encontra um total de 13 traduções publicadas no Estado Novo (ver Apêndice II). Ainda revela que o estudo de Seruya (2018) é provavelmente o único trabalho académico dedicado ao tema de tradução de literatura chinesa durante o Estado Novo. Consequentemente, a seguinte discussão concentrar-se-á em Seruya (2018), exclusivamente na sua secção dedicada às “antologias de contos chineses”.

A análise da Seruya (2018, 166-171) é principalmente a descrição peritextual e textual do texto de chegada. Por exemplo, a investigadora lê e comenta os prefácios de *A minha mãe*

¹⁸ As únicas duas traduções portuguesas publicadas em Macau e incluídas na *Intercultural Literature* são *Livro dos cantares. She keng* (1979) de Joaquim A. Guerra (1908-1993) e *O Signore. Xógum das províncias em luta* (1992) de Fernanda Pinto Rodrigues (?-2013).

e eu, *Contos chineses*, *Contos tradicionais asiáticos* e *Contos populares chineses* (6.^a série). Tendo em conta o nosso tema relativo à ideologia, sublinham-se alguns comentários da investigadora:

- (1) *A minha mãe e eu* e *Contos tradicionais asiáticos*, publicados em 1942 e 1944, manifestam uma visão universalizante que diminui distinções culturais, talvez devido à oposição ao racismo (Seruya 2018, 169). Uma vez que Seruya menciona o problema de raças, o universalismo a que se refere talvez se oponha ao particularismo, que, por sua vez, se pode referir ao carácter do que é distinto em termos étnicos. Consequentemente, Seruya sugere que o foco destas traduções, publicadas durante a Segunda Guerra Mundial, reside no tratamento de problemas raciais.
- (2) O prefácio de *Contos chineses* expõe um interesse por obras de poetisas chinesas (Seruya 2018, 167). Isto é curioso por não ser esperado.¹⁹ Tendo em conta a nossa hipótese relativa às relações entre a censura e a resistência na tradução, pergunta-se se o problema de desigualdade de género na sociedade patriarcal do Estado Novo também terá sido abordado de forma crítica pelos tradutores.

Em termos textuais, a investigadora aponta que *Contos chineses* revela uma mistura entre elementos tradicionalmente considerados chineses e outros transversais aos contos populares ocidentais e orientais (Seruya 2018, 168). Quanto a *Contos tradicionais asiáticos*, esta obra não retrata “uma imagem atualizada da respetiva cultura [asiática]” (Seruya 2018, 170). Em resumo, através da leitura peritextual e textual, Seruya (2018) sugere que existiu uma diferença nas imagens da China veiculadas por estas traduções e aquelas que eram dominantes e provavelmente circulavam por diferentes meios no Portugal do Estado Novo.

Em conclusão, Yao (2015) menciona indiretamente a literatura chinesa traduzida entre 1933 e 1974, apesar de não discutir o contexto político-ideológico do Estado Novo. Já Seruya (2018) dedica uma secção à tradução chinês-português nesse período. Seruya

¹⁹ As poetisas de chinês clássico são pouco estudadas em comparação com os poetas (homens); por exemplo, nas traduções referidas de António Graça de Abreu, encontram-se somente homens, Li Bai (701-762), Bai Juyi (772-846) e Wang Wei (692/699-761). Em relação à tradução de poetisas de chinês clássico, apenas sabemos que Li Qingzhao (1084-1155) foi traduzida e apresentada pelo poeta Zerbo Freire (2022a; 2023, 110-112). Considerando que ainda hoje as traduções portuguesas não privilegiam as poetisas chinesas, pensamos que o interesse manifestado por elas no prefácio de *Contos Chineses* merece a nossa atenção.

(2018) menciona aspetos que merecem ser desenvolvidos pela nossa dissertação, como a questão do universalismo nas traduções durante a Segunda Guerra Mundial e o interesse pelas mulheres, particularmente pelas poetisas. No entanto, é de sublinhar que a investigadora não discute no corpo do texto os impactos da Censura sobre as traduções de literatura chinesa.²⁰ Além disso, a sua abordagem também reside sobretudo nos textos e contexto de chegada; por isso, quase não menciona os textos e contexto de partida. A nosso ver, as ausências desses temas podem ser completadas pela presente dissertação, que investigará as relações entre a Censura e a tradução e adotará uma abordagem bilateral.

1.2 História da tradução literária chinês-português: manipulação ideológica e tradução indireta

A discussão acima exposta indica que o período do Estado Novo é ainda uma lacuna na história da tradução de literatura chinesa. Com o objetivo de contribuir para colmatar essa lacuna, a presente dissertação procurará reconstruir a partir de estudos anteriores um panorama histórico, com um foco especial nos estudos sobre a influência da ideologia na importação portuguesa de literatura chinesa durante o Estado Novo. Na Introdução, procuramos justificar o nosso foco na ideologia através de uma leitura preliminar dos dados de traduções, como os autores e peritextos. Referente a este aspeto, o presente subcapítulo pretende fundamentar a importância das dinâmicas entre a ideologia e a tradução de literatura chinesa, através de uma abordagem ao período que precede ao Estado Novo (Yao 2015 e 2021; Pinto 2013a; 2013b). Para considerar as traduções antes do Estado Novo, leremos estudos de Yao e Pinto por se tratarem dos únicos trabalhos identificados sobre traduções de literatura chinesa antes do Estado Novo. Para ilustrar os debates recentes relativos ao fator ideológico na tradução literária chinês-português, ainda será realizada uma leitura breve de dois estudos sobre épocas mais recentes, Yao (2021) e M. Zhou (2022). Espera-se que a seguinte discussão mostre o posicionamento do presente trabalho entre as discussões existentes na área da história da tradução chinês-português.

²⁰ Na verdade, Seruya insere duas notas de rodapé que mencionam a Censura. A primeira diz respeito a uma curiosidade de que uma tradução de Mao Tsé-tung tinha sido proibida e, depois, a proibição foi cancelada (Seruya 2018, 166). A segunda nota apresenta Lu Hsun [Lu Xun], presente duas vezes no seu *corpus*, como admirado por Mao (Seruya 2018, 171). No entanto, a questão da censura não é aprofundada neste capítulo.

Yao (2021) tenta explicar a história da China vista pelos portugueses a partir das relações de identidade entre Eu e Outro:

Ao longo de várias centenas de anos de contactos, a China tornou-se num tema inevitável para políticos, diplomatas, missionários, viajantes, aventureiros, romancistas e poetas portugueses, os quais, em diferentes tempos e espaços, e de acordo com a sua imaginação, experiência pessoal ou profissional, ou necessidade dos tempos, imaginam e narram a sua perspetiva da China, construindo uma imagem do “Outro” sempre em mutação. (Yao 2021, 200)

Especificamente, o investigador considera que, nos séculos XVI e XVII, autores como Fernão Mendes Pinto, Galiote Pereira, Gaspar da Cruz, João de Barros e Álvaro Semedo descreveram a China de forma idealizada e utópica (Yao 2021, 200). No entanto, a partir do século XIX, com a maior familiaridade europeia e o declínio da China, surgiram descrições eurocêntricas que desvalorizavam a civilização chinesa (Yao 2021, 200). Em resumo, o académico sugere que a atitude dos portugueses em relação à China mudou de admiração para a desvalorização desde o contacto inicial no século XVI até ao século XIX.

É no contexto do século XIX que nasceu provavelmente a primeira tradução de literatura chinesa publicada em livro: *Cancioneiro chinês* (1890; 1903) de António Feijó (1859-1917). Pinto (2013b, 604), com base no seu levantamento das traduções portuguesas de poemas de chinês clássico em “acervos documentais e de reunião de dados”, reivindica que

a data de 1890, ano da primeira edição de *Cancioneiro chinês*, como um momento de viragem na história da tradução e do orientalismo literários em Portugal e, claro, na história da tradução do chinês para português. *Cancioneiro chinês* é, reivindicamos, a primeira ocorrência, pelo menos reunida em volume, de poesia (clássica) chinesa traduzida para português. (Pinto 2013b, 604)

No conhecimento de Yao (2021, 201), *Cancioneiro chinês* “levou os portugueses a contactarem pela primeira vez, na sua própria língua, com a «misteriosa» poesia chinesa”. Se a tradução de António Feijó tiver sido a primeira tradução de poesia chinesa publicada em livro, terá sido muito provável também a primeira tradução de literatura chinesa publicada em livro. Isto porque a poesia era o género literário mais elogiado e valorizado para a literatura chinesa naquela época. Por isso, o ano de 1890 pode marcar a transição de não-tradução de literatura chinesa para português.

Mas porque foi nesse contexto, em que a China era desvalorizada, que surgiu a primeira tradução portuguesa? Yao (2021, 200) afirma que a *chinoiserie* “levou alguns escritores europeus a nutrir interesse pela poesia chinesa, cuja divulgação se devia muito à publicação de *Le Livre de Jade* em 1867, traduzida pela poetisa francesa Judith Gautier”. *Le livre de jade* de Judith Gautier (1845-1917), o texto de partida de *Cancioneiro chinez*, não foi a primeira tradução publicada de literatura chinesa no mundo ocidental,²¹ mas foi a tradução que levou a poesia chinesa da periferia para o centro do domínio de literatura europeia (Pinto 2013a, 72). A sua popularidade talvez se possa mostrar nas suas cinco reedições e 12 traduções em cinco línguas (Pinto 2013a, 59-61). A sua influência pode ser parcialmente explicada pelo seu estilo: “[A]llusive rather than descriptive, suggestive rather than informative poetry” (Détrie 1991–1992, 49; citado em Pinto 2013a, 59). O “exotismo sugestivo” de *Livre de jade* e o facto de se tratar de um texto intermediário permitem a manipulação por António Feijó para as suas próprias agendas na tradução muito livre de *Cancioneiro chinez*, provavelmente incluindo a “renovação da poesia nacional” e exploração das “potencialidades do Oriente chinês através de uma elaboração positiva de exotismo assente numa categoria de género, o feminino” (Pinto 2013b, 407). Em resumo, *Cancioneiro chinez* surgiu em 1890 devido a, pelo menos, duas condições contextuais, a saber, a disponibilidade de tradução indireta e a necessidade de renovação da literatura portuguesa.

As mesmas causas também se encontram na tradução de *Elegias chinesas* de Camilo Pessanha, mas este apresenta um “exotismo negativo e decadente” (nos termos de Pinto 2013b, 408). O poeta simbolista emigrou para Macau em 1894 e, conforme diz o amigo Alberto Osório de Castro (Pessanha 1986, 14; citado em Yao 2021, 201), dominou o cantonês fluente. Apesar da sua competência em chinês, segundo Yao (2021, 202), a tradução de *Elegias chinesas* foi realizada com a ajuda de um amigo chinês do poeta. O processo pode ser caracterizado pela tradução colaborativa; contudo, uma vez que o lugar de tradutor de *Elegias chinesas* é atribuído a Pessanha, então a tradução do poeta em si não deixa de ser uma tradução indireta. Além da condição de tradução indireta, a agenda de Pessanha também pode ser discutida em termos contextuais. Referente a este aspeto, Yao

²¹ De acordo com o sinólogo francês Muriel Détrie (1991-1992, 45; citado em Pinto 2013a, 58), a primeira tradução francesa de poesia clássica chinesa é *Poésies de l'époque des Thang* (1862) de Hervey de Saint-Denys (1822-1892).

(2021, 202) questiona a seleção de Pessanha, que conhecia a cultura chinesa: porque é que o poeta não traduziu os grandes poetas chineses mas os mais periféricos?²² Na verdade, a questão não tem nenhuma resposta direta por se tratar de uma mistura complexa entre um facto histórico (a seleção) e uma hipótese (Pessanha tinha acesso aos grandes poetas). No entanto, a seleção de autores periféricos contrasta com a tradução “fiel” e enormemente anotada de Pessanha, o que marca o sentimento contraditório do poeta em relação à China, segundo Yao: apaixonava-se pela poesia chinesa, mas despreza o povo chinês de um ponto de vista eurocêntrico (Yao 2015, 156; 2021, 201-202). Consequentemente, a ideologia e a tradução indireta constituem duas condições históricas marcantes na compreensão de *Elegias chinesas*.

Segundo os estudos encontrados, as traduções acima discutidas são as únicas identificadas antes do período do Estado Novo. Como mencionado, em seguida, avançaremos para a leitura de Yao (2021) e Zhou (2022) para conhecer os recentes debates relativos à questão ideológica das traduções portuguesas publicadas depois de 2000.

Como referido, Yao (2021) é um resumo com adições de Yao (2015). O tópico adicionado reside no critério ideológico na seleção de escritores chineses em tempos mais recentes. Concretamente, o académico argumenta que

verifica-se uma evidente preferência por temas centrados numa realidade sombria, sangrenta, conflituosa e cruel em que os chineses vivem ou sobrevivem em condições humilhantes e indignas, sob uma governação ditatorial, o que corresponde à imagem tenebrosa da China construída nos escritos do Ocidente a partir do século XIX, e presentemente muitas obras traduzidas de autores chineses contribuíram, de forma consciente ou inconsciente, para esta construção. (Yao 2021, 211)

Ou seja, o investigador observa que as traduções em línguas ocidentais apresentam exclusivamente a imagem negativa da política ditatorial da China. Ainda acrescenta que essa figura tenebrosa da China é uma continuação daquela construída no século XIX a partir da visão eurocêntrica.

O exemplo principal que o investigador fornece é *Servir o povo* (2008, Editorial Teorema) de Yan Lianke. Conforme diz Yao, o original chinês foi publicado em 2005 e logo proibida

²² Lista de poetas traduzidos em *Elegias chinesas* encontra-se em 2) de Apêndice I.

por constituir ofensa aos militares; tal censura chamou a atenção internacional e mudou o plano editorial da “editora britânica Corsair”,²³ que decidiu privilegiar a tradução e publicação deste livro polémico; depois, o livro foi traduzido a partir do inglês para português europeu e publicado em Portugal em 2008 (Yao 2021, 212).

A tentativa de olhar a tradução da literatura chinesa como uma escolha política também se encontra na tese de doutoramento de Zhou (2022), intitulada “Um periscópio emprestado: tradução e recepção Portuguesa e Brasileira da literatura contemporânea Chinesa (2000-2020)”.²⁴ A investigadora tende a relacionar as receções nos dois países de língua oficial portuguesa com a censura chinesa, no sentido de que os livros chineses censurados na China apelam mais atenção internacional, expondo que a política chinesa constitui um elemento motivador para tradução (Zhou 2022, 206-207).

Também referente a Yan Lianke, Zhou (2022, 131) diz que este autor é tratado como “autor censurado” nas traduções. Os peritextos de traduções funcionam como um guia para uma leitura de “ficção política documental”, o que sugere que o “tabu político” da China pode suscitar mais interesse dos leitores portugueses e brasileiros (Zhou 2022, 175). Quanto à receção de Yu Hua, a investigadora analisa as reportagens e entrevistas em jornais portugueses e brasileiros, concluindo que os públicos português e brasileiro relevam a política e história chinesas em prejuízo da arte literária de Yu Hua (Zhou 2022, 192).

No entanto, a académica também fornece dois casos não relacionados com a política. Mai Jia escreve romances de espionagem, como *Cifra* (2015, trad. de Miguel Freitas da Costa) e *Mensagem* (2020, trad. de Cristina Rodriguez e Artur Guerra), publicadas pela editora Quetzal. Liu Cixin é um escritor de ficção científica, cuja obra prima foi publicada em Portugal em 2021, *O problema dos três corpos* (trad. de Telma Carvalho), publicado pela

²³ Yao (2021, 212) afirma que é a “editora britânica Corsair”, mas a única versão publicada em 2007 que encontramos foi da Constable. Importa sublinhar que a Corsair e a Constable são chancelas editoriais do mesmo grupo editorial, Little, Brown Book Group (Little, Brown Book Group s.d.).

²⁴ É de sublinhar que M. Zhou menciona diretamente a Revolução dos Cravos: “Após o 25 de Abril de 1974, os Estudos Chineses em Portugal quase não avançaram, embora continuassem a surgir algumas publicações, livros, ou relatos jornalísticos.” (M. Zhou 2022, 75). Esta citação pode sugerir que, antes da Revolução, a sinologia portuguesa teve avanços. No entanto, a nossa leitura de M. Zhou (2022) não encontra mais nenhuma informação relativa ao Estado Novo e, por isso, pode confirmar-se que a data de “25 de Abril de 1974” é apenas utilizada pela académica numa passagem textual.

editora Relógio d'Água. Através de estudo de reportagens em jornais e revistas, como *Público* e *Science* (Zhou 2022, 147-148 e 151-152), a investigadora adianta a sua hipótese: “Em Portugal, contudo, quanto à recepção de Mai Jia, pode dizer-se que é a primeira vez que a ficção chinesa contemporânea não é o objeto de considerações políticas.” (ibid., 147). Ou seja, para Zhou, até à publicação de *Cifra* em 2015, a maioria da literatura chinesa contemporânea é carimbada com o selo de política.

Em jeito de conclusão desta secção, os estudos lidos sobre a história da tradução literária chinês-português revelam um grande interesse pela questão político-ideológica em relação à receção da China em Portugal. Assim, seguindo a esteira de investigação sobre a questão político-ideológica de traduzir chinês no contexto português, uma vez que ainda falta um trabalho dedicado ao período do Estado Novo, compreendemos que o nosso papel é colmatar essa lacuna.

À luz da nossa revisão de literatura no presente Capítulo, distinguem-se dois grupos de investigadores que podem contribuir para a história de literatura chinesa em Portugal: os que se interessam pelas suas traduções portuguesas de literatura chinesa e os que trabalham na história da tradução em Portugal. Atualmente, podemos dizer que os dois grupos não notam a produção um do outro. Como pensamos que uma ligação entre eles produzirá um melhor conhecimento relativo à questão de censura na tradução, a presente dissertação também terá em conta o objetivo de construção de uma ponte entre estes dois grupos de investigadores.

Capítulo 2 - Da não-tradução à tradução: causas e implicações

A despeito de o chinês ser, hoje em dia, uma das línguas que menos se traduz à escala mundial, não deixa de surpreender, tendo em conta a relação, que se supõe privilegiada, de Portugal com a língua chinesa por meio de Macau, a fraca actividade de tradução que afirmamos verificar-se ainda dessa língua, directa e indirectamente, para português.

Marta Pacheco Pinto (2013b, 604)

Tal como sugere Pinto, o que admira nos cinco séculos da coexistência sino-lusófona em Macau é o facto de os dois povos não terem produzido muitas traduções entre as duas línguas. Entre as quais, ainda mais raras foram as traduções de obras literárias. A explicação que pode surgir logo residirá na enorme barreira linguística entre as duas culturas. No entanto, a língua estrangeira, por mais distante que seja, pode ser adquirida, pelo menos a certo nível, mesmo num passado longínquo em que faltava de materiais, tal como o fizeram Michele Ruggieri (1543-1607), Matteo Ricci (1552-1610) e outros missionários sinólogos de origem europeia. Ademais, a barreira linguística também pode ser ultrapassada pela colaboração entre os dois povos, o que também aconteceu, por exemplo, *Os Elementos* traduzido de latim para chinês por Matteo Ricci e Xu Guangqi [Paulo Siu] (1562-1633). Desta forma, a distância linguística não parece explicar totalmente o fenómeno de não-tradução literária, cujas causas e implicações exigem mais estudos.

Neste contexto, o Capítulo 2 visa fundamentar a existência do fenómeno de não-tradução na história da tradução portuguesa de literatura chinesa. Ainda tem por objetivo aprofundar os significados da transição da não-tradução à tradução. Para alcançar esses dois objetivos, a seguinte discussão será dividida em duas secções. O primeiro subcapítulo tentará contextualizar o panorama cultural de Macau ao longo dos últimos cinco séculos através de leitura de trabalhos históricos relativos a essa terra sino-lusófona. Com base no enquadramento histórico de não-tradução literária entre chinês e português, o segundo subcapítulo realizará uma revisão de trabalhos teóricos relativos ao conceito de não-tradução.

2.1 Macau: uma terra, dois mundos

Ao longo dos mais de cinco mil anos de história da China, houve vários períodos de intenso intercâmbio cultural. O último e mais importante desses períodos foi a introdução da cultura ocidental, cujo início, em termos temporais, situa-se no final da dinastia Ming e início da dinastia Qing, e, em termos geográficos, teve como ponto de partida Macau. A cultura de Macau é um produto único de mais de quatrocentos anos de intercâmbio inverso e fusão múltipla de duas culturas heterogêneas, oriental e ocidental. A importância e o fascínio de Macau para a história da China e para a cultura chinesa residem no valor humano objetivo gerado pela sua longa interação com a cultura ocidental.

季羨林 Ji Xianlin (citado em Huang 2002, 139)²⁵

[A]s comunidades chinesa e ocidental coexistiram em Macau durante centenas de anos sem que ocorresse uma crise fatal, devido ao facto de que duas diferentes morais e sistemas de valores não se fundiram verdadeiramente nem colidiram violentamente. Em vez disso, desenvolveram-se e avançaram num modelo de vias paralelas quase perfeito.

吳志良 Wu Zhiliang (1996, 66)²⁶

A análise de Wu, académico de estudos relativos a Macau, pode contradizer a percepção de Ji, renomado linguista e indólogo chinês. Enquanto Ji percebe Macau como uma ponte intercultural entre o Oriente e o Ocidente, o argumento de Wu sugere que essa ponte apenas pode ser considerada como multicultural, isto é, a coexistência sem ou com pouca comunicação intercultural. Neste debate, a questão parece residir na avaliação histórica da interculturalidade de Macau. Ou seja, se a cidade sino-lusófona facilitou a compreensão entre as culturas ocidentais e orientais. Para tentar esclarecer melhor esta questão, propomos realizar uma breve contextualização histórica de Macau desde a chegada de navegadores portugueses no século XVI. Depois, são realizadas algumas leituras focadas em estudos relativos à interculturalidade de Macau.

²⁵ Texto original: “在中國五千多年的歷史上，文化交流有過幾次高潮，最後一次也是最重要的一次是西方文化的傳入，這一次傳入的起點在時間上是明末清初，在地域上就是澳門。澳門文化是人類迄今四百多年東西方兩種異質文化逆向交流和多元融合的獨特產物，澳門的精彩之處和它對中國歷史和中華文化的重要性，也就在於那經由長期與西方文化交融所產生的客觀存在的人文價值。” (Ji Xianlin; citado em Wang 2002, 139)

²⁶ Texto original: “[華]洋社羣在澳門共存數百年而未有發生致命的危機，是由於兩種不同的道德和價值觀沒有產生真正的交融和正面劇烈的衝突，在一種近乎完美的雙軌單行模式中發展並進。” (Wu 1996, 66).

Com o objetivo de encapsular a história de cinco séculos de Macau, recorre-se a Fernandes (2018), que tenta dividir a história inteira das relações sino-lusófonas principalmente diplomáticas e oficiais em cinco fases, com um foco privilegiado na política e trocas comerciais. O enquadramento histórico de cinco períodos é articulado em seguida.

- 1) Os primórdios, 1513-1554 (512-513). Em 1513, Jorge Álvares foi o primeiro português a chegar ao território chinês, o que marcou o início da história do relacionamento entre os dois países. Porém, entre 1522 e 1554, as atividades dos portugueses na China foram obstaculizadas pelo governo chinês. Este período foi caracterizado pelas dificuldades na tentativa portuguesa de comunicação com a China.
- 2) Macau da ambiguidade, 1555-1840 (513). Leonel de Sousa negociou o acordo Luso-Chinês de 1554 e este permitiu o estabelecimento da base portuguesa em Macau. A atitude portuguesa em relação a Macau mudou paulatinamente de realizar “verdadeiros actos de cortesia e propaganda” entre os dois países para “buscar a legitimação da soberania portuguesa em Macau” (Alves 1996, 211; citado em Fernandes 2018, 513).
- 3) Macau colonial, 1841-1948 (514-515). As derrotas da China perante o Reino Unido nas duas Guerras do Ópio (1840-1842 e 1856-1860) denunciaram a prostração do Império do Meio. Neste contexto, os colonos portugueses tentaram ganhar a soberania sobre Macau e deixaram de pagar o foro do chão à China. Apenas neste período o relacionamento entre Portugal e a China foi institucionalizado. Concretamente, dois consulados portugueses foram inaugurados em Cantão e Xangai em 1849; uma legação chinesa foi aberta em Lisboa em 1906.
- 4) Macau da coexistência político-ideológica, 1949-1999 (515-517). Em 1949, foi implantada a República Popular da China, liderada pelo Partido Comunista da China. Enquanto Pequim queria manter as relações bilaterais entre a China e Portugal, o regime salazarista recusou os pedidos. Neste contexto, foi a elite sino-macaense que agilizava as comunicações de forma não oficial. O relacionamento oficial apenas voltou a ser celebrado depois da Revolução dos Cravos. Entre 1979 e 1999, decorreu a preparação para a transferência de soberania de Macau.

5) RAEM, 1999-2005 (517-525). O início deste período é marcado pelo estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Nestes primeiros cinco anos da RAEM, seja o investimento português na China, seja o chinês em Portugal, essas trocas comerciais são “exíguas”. A promoção da cultura portuguesa também é apoiada por governantes da RAEM, constituídos pela elite comercial chinesa (520). Macau também parece estar em processo de ser o centro de ensino de cultura e língua lusófonas para chineses devido às relações políticas e económicas entre a China e outros países lusófonos, principalmente Angola, Brasil e Moçambique (522).

O modelo histórico de Fernandes pode fundamentar a problemática proposta: a longa coexistência cultural numa pequena terra sem muitas comunicações interculturais. O académico apresentou cinco fases do relacionamento entre a China e Portugal. Todas as fases têm que ver com Macau, enquanto quatro delas se concentram exclusivamente em Macau. De facto, essa cidade sino-lusófona encapsula quase toda a história das relações sino-lusófonas. Como referido, apenas em meados do século, a ligação diplomática entre os dois países foi estabelecida diretamente na China continental, concretamente em Cantão e Xangai. Apesar da importância de Macau para a história entre as duas culturas, o modelo de Fernandes sugere que não aconteceram lá grandes eventos históricos entre os dois povos coabitados ao longo da história. As primeiras quatro fases, período entre 1513 e 1999, são resumidas em seis páginas entre as 14. Em particular, a segunda fase, “Macau da ambiguidade, 1555-1840”, tem a importância de uma página. Por conseguinte, Fernandes (2018) sugere que, apesar de Macau ser o centro intercultural entre o chinês e o português, não sucederam muitas interações que valham a pena reportar.

Esta compreensão sobre a história de Macau pode ser encontrada em diferentes autores. Referente à história de Macau entre os meados do século XVI e o final do século XIX, Laborinho e Pinto afirmam que

Durante séculos, a cidade cristã e a cidade chinesa coabitaram no mesmo território, conservando língua, governo e leis próprios. Só em finais do século XIX, com a alteração da correlação das forças internacionais que obrigou a China a ceder aos interesses estrangeiros, portugueses e chineses passaram a obedecer a uma única administração, a portuguesa. (Laborinho e Pinto 2020, 14).

Quanto à história da tradução em Macau, Li (2016, 7) afirma que a interpretação foi sempre a forma de mediação privilegiada entre as duas culturas, desde o século XVI até aos anos 80 do século XX, o que não permitiu deixar muitos materiais em chinês relativos à tradução. Ainda declara que, ao longo da história, “[a] língua portuguesa não tem grande relação com os residentes chineses comuns; o seu uso limita-se à comunicação entre o governo português de Macau e as autoridades de Guangdong, bem como nos procedimentos judiciais.” (Li 2016, 7).²⁷ Concluindo, devido à separação política entre os dois povos em Macau a tradução, forma de mediação menos valorizada em relação à interpretação, não tem grande importância fora dos domínios político e jurídico.

No entanto, alguns investigadores relevam o papel mediador desempenhado por Macau entre o Ocidente e o Oriente. Huang (1993) realça a transmissão de conhecimentos chineses para a Europa através de Macau, entre séculos XVI e XIX, incluindo a filosofia, pensamentos económicos, literatura, artes e matemática. O historiador ainda fornece uma lista de 67 livros chineses traduzidos para línguas europeias por 26 autores de cinco nacionalidades europeias. Noutro estudo, Huang (2003) estuda o sentido contrário: a divulgação de conhecimentos ocidentais na China. O foco do historiador reside nos jesuítas, que aproveitavam Macau como uma base para a sua missão na Ásia e a introdução de conhecimentos europeus para a China. O seu estudo fornece uma lista de 147 livros, escritos ou traduzidos em chinês (Huang 2003, 152-155). A maior parte deles, pela nossa leitura dos títulos, diz respeito à religião, matemática e filosofia. Com base nas provas fornecidas, Huang (2003, 152) reivindica que “Macau foi realmente a ponte de intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente desde meados do século XVI até meados do século XIX.”

Na verdade, é possível reconciliar as visões acima expostas. Macau foi realmente uma ponte de intercâmbios culturais, enquanto estes podiam ser considerados muitos ou poucos, dependendo do ponto de vista. Para Huang (1998; 2003), a quantidade de traduções que o académico apresenta é suficiente para reivindicar que a cidade sino-lusófona foi o centro de ligação entre a cultura chinesa e a cultura ocidental. Geralmente é considerado que as duas culturas se encontraram e começaram a

²⁷ Texto original: “葡语与普通华人居民无甚关系, 翻译工作仅体现在澳葡政府与粤官方的沟通上及司法程序上。” (Li 2016, 7).

comunicar-se em Macau. Todavia, parece difícil celebrar a interculturalidade dessa terra, em que houve realmente uma separação política entre os dois povos. A tradução interlingual – quase única forma de comunicação profunda entre as duas populações – apenas costumava (e costuma) acontecer a nível político e jurídico. Ou seja, os dois povos não se conhecem profundamente e o intercâmbio cultural permanece superficial: “Macau foi sempre, para os portugueses, um além do mundo conhecido, uma parcela fantasiada de referências e imagens para amantes de exotismo ou manuais escolares.” (Costa 2020, 28).²⁸

Em conclusão, se a ponte que ligava o Ocidente e Oriente se situou em Macau, e ainda nessa cidade, as culturas das diferentes origens não se comunicam de forma intensa, então não parece admirar ninguém quando Yao (2015; 2021) mostra que, apenas nos anos 80, em que começou a transferência da soberania de Macau, a tradução literária entre o chinês e o português apareceu mais frequente. No entanto, com base nas 23 traduções encontradas na presente dissertação (Apêndice I), reivindicamos que existiu uma fase da história da tradução chinês- português durante o Estado Novo, que precede o período da transferência.

2.2 Causalidade entre não-tradução e distância cultural

O presente subcapítulo pretende tentar explicar, em termos teóricos, por que razão terá havido poucas intercâmbios culturais entre as culturas chinesa e portuguesa. Ainda se tenta aprofundar os potenciais significados da transição da não-tradução para a tradução. Após a definição do conceito de não-tradução, será realizada uma revisão de literatura concentrada na não-tradução para aprofundar este conceito ainda pouco discutido. Depois, a partir da leitura de Duarte (2000), tentaremos explorar as relações entre a não-tradução e a distância cultural.

Por não-tradução, entende-se a ausência da tradução de texto, podendo este ser vocábulo, frase, capítulo, obra, livro ou cultura. Esta definição operativa pretende incluir diversas unidades textuais debruçadas no âmbito da história externa e história interna da tradução. Em concreto, a não-tradução acima definida ajudar-nos-á a organizar três eixos de

²⁸ A afirmação de Costa é formulada a partir da leitura de *A quinta essência* (1999) de Agustina Bessa-Luís. Conforme diz a académica, a personagem principal viveu em Macau e na China, mas não trouxe para Portugal nenhum conhecimento sobre a cultura chinesa sem ser um passaporte chinês (Costa 2020, 28).

não-tradução relativos à nossa questão principal de investigação – porque aumentou a quantidade de tradução de chinês para português.

- 1) **A não-tradução cultural** possibilita o estudo da quase inexistência da tradução literária entre chinês e português ao longo da história sino-lusófona entre o século XVI e o início do século XIV. Neste contexto, o aparecimento de um conjunto de traduções em meados do século XIV exige uma explicação para melhor compreendermos o que mudou.
- 2) **A não-tradução de livro ou obra**, de acordo com Špirk (2011, 61), impõe a questão: “Out of what set of texts?” Ou seja, quais textos estão disponíveis mas não foram selecionados para a tradução? Será impossível encontrar todos esses textos, mas é possível comparar as seleções das coletâneas com as dos originais ou dos textos intermediários. Essa comparação pode desvendar critérios adotados para a seleção de tradução.²⁹
- 3) **A não-tradução de capítulo, frase ou vocábulo** permite-nos questionar por que razão determinadas partes de um volume foram cortadas. No caso de cortes sistemáticos, estes podem ser indicativos de determinados constrangimentos para a tradução desses elementos omitidos.

Assim, é determinada a terminologia que ajuda a distinguir a não-tradução a níveis cultural, intertextual e intratextual para a discussão do nosso seguinte estudo.

Sendo a não-tradução um conceito relativamente menos desenvolvido em Estudos de Tradução, é relevante que o presente trabalho, que utiliza esse conceito, se esforce por construir um panorama do seu desenvolvimento recente. A seguinte discussão utiliza a revisão de literatura de Špirk (2011, 61-63) para distinguir os trabalhos relativos à não-tradução, publicados antes e depois dele.

De acordo com Špirk (2011, 61), Duarte (2000) é o estudo “mais metódico” do “fenómeno de não-tradução”. A revisão de literatura de Špirk mostra que os estudos antes de Duarte (2000) podem contribuir para a discussão de não-tradução, mas não tentam exclusivamente teorizar a não-tradução. Por exemplo, Álvarez e Vidal (1996, 5) enfatiza

²⁹ A questão da inclusão e exclusão também está ligada às discussões de cânone em Estudos de Tradução. Questões relativas a imagens de determinada cultura construídas pelos textos traduzidos não serão abordadas nesta dissertação, que se concentra na questão do porquê da tradução. Para uma ligação entre a não-tradução e o cânone, veja-se Špirk (2011, 61-63).

que a decisão de não-tradução pode ser tomada por vários agentes, incluindo “críticos literários, tradutores e compiladores”. Apesar de não utilizar diretamente o termo, Venuti (1998, 67) argumenta que a seleção para a tradução constitui um cânone de uma literatura estrangeira de acordo com “valores estéticos” do contexto de chegada e, assim, constrói uma dicotomia entre “centros” (tradução) e “periferias” (não-tradução) que é diferente da do contexto de partida. Vimr (2009, 146) estuda tradutores responsáveis por traduções literárias escandinavo-checas entre 1890 e 1950 e argumenta que a seleção para a tradução depende exclusivamente de fatores políticos, particularmente da questão de se uma obra ou o perfil do autor favorece a situação política. Assim, Špirk mostra que Duarte (2000) podia ser o único esforço que tentou teorizar o próprio conceito de não-tradução antes de 2011.

Duarte (2000) será o foco da nossa discussão no final da presente secção. Porém, para construir o panorama académico sobre o conceito de não-tradução, abordamos mais dois trabalhos académicos publicados depois de 2011, que pretendem estudar a não-tradução do ponto de vista teórico.

Tan (2017), que pretende aprofundar a censura de traduções na China, propõe uma diferença significativa entre “não-tradução” e “zero tradução”: a zero tradução não é deliberada em termos políticos, ideológicos, éticos, etc., enquanto a não-tradução o é (Tan 2017, 49). Assim, a não-tradução na definição do investigador talvez seja sempre um resultado de censura institucionalizada e/ou autocensura, enquanto a zero tradução serve para descrever casos em que não existem esses constrangimentos ideológicos.

As causas de não-tradução, conforme propõe Glynn (2021, 3), podem ser divididas em três categorias, a saber, ideologia, economia e poetologia. Estes termos, de facto, parecem demasiado abrangentes tornando-os difíceis de aplicar no caso específico da presente dissertação. Por exemplo, a não-tradução literária ao longo de cinco séculos entre o chinês e o português, que envolve a falta de interesse e talentos para a realização de tradução entre duas línguas distantes, pode ser abordada a partir de ideologia, economia e/ou poetologia. Em resumo, Tan (2017) e Glynn (2021) serão úteis na seguinte discussão, mas, por ora, concentrar-nos-emos em Duarte (2000).

Duarte (2000, 96), seguindo a esteira dos Estudos de Tradução de Toury, que partem do texto e da cultura da chegada em vez do contexto de partida, afirma que, se assumirmos a necessidade de coexistências dos textos de partida e de chegada para fazer investigação sobre traduções, é impossível produzir determinados conhecimentos por ignorar certos potenciais objetos de investigação, como a pseudotradução e a não-tradução.³⁰ Concentrado na não-tradução, Duarte (2000, 96-98) propõe uma tipologia de sete categorias e alguns exemplos para validar a teorização desse conceito.

- 1) **Omissão.** Refere-se a uma parte presente no texto de partida, mas ausente do texto de chegada (Duarte 2000, 96). De acordo com Toury (2012, 108) e a respetiva leitura em Duarte (2000, 96), a omissão não costumava ser tratada como uma técnica tradutória “legítima”, mas é considerada como uma solução para retirar uma parte “trivial” do texto original. Ou seja, a omissão tem sempre uma implicação pejorativa.
- 2) **Repetição.** Por este termo, Duarte (2000, 96) entende como empréstimo (*borrowing* de Vinay e Darbelnet 1995, 31-32), a transliteração ou a utilização direta da palavra original. O investigador chama a nossa atenção para além dos efeitos de “cor local” ou “atmosfera exótica” – efeito sublinhado por Vinay e Darbelnet (1995, 32) – o empréstimo assinala o poder desequilibrado entre culturas, particularmente no caso em que a cultura de partida é mais poderosa do que a de chegada (Duarte 2000, 97).
- 3) **Proximidade linguística.** De acordo com Duarte (2000, 97), podem existir menos traduções entre duas línguas que partilham uma grande quantidade de elementos linguísticos, visto que um leitor médio de uma dessas línguas consegue ler noutra língua. O académico ilustra esta categoria com o caso de relativamente poucas traduções portuguesas de literaturas espanhola e latina-americanas antes dos anos 80. Todavia, este exemplo de obras espanholas traduzidas no contexto de Portugal, conforme diz Glynn (2021), não é fundamentado pelos dados reunidas em Assis Rosa (2017, 450), que mostra que a língua espanhola foi a língua de partida mais utilizada entre 1930 e 1980, totalizando uma taxa de 37% entre 1930 e 1974.
- 4) **Bilinguismo.** A lógica desta categoria é semelhante à da última categoria: o leitor consegue ler a língua de partida e, assim, não há necessidade de tradução. Duarte

³⁰ Špírk (2011, 63) formula uma afirmação semelhante: “[T]o examine only what has been translated is certain to result in a highly distorted picture of the area under investigation.”

(2000, 97) utiliza o exemplo fornecido por Lambert (1995/2006, 94) sobre a Bélgica, em que há poucas traduções neerlandesas de livros franceses porque os intelectuais belgas conseguem ler em francês.

- 5) **Distância cultural.** Por este termo, Duarte (2000, 98) entende como a não-tradução de um ou vários textos “altamente canônicos” durante muito tempo, sobretudo por causa do afastamento entre as duas culturas. Esta distância pode ser resultado da “hostilidade” ou da “indiferença” e causar a carência de tradutores competentes para realizar a tradução da cultura de partida.
- 6) **Censura institucionalizada.** De acordo com Duarte (2000, 98), esta categoria é evidenciada em diferentes censuras institucionalizadas pelo regime político, inclusive a Censura salazarista.
- 7) **Embargo ideológico.** Duarte (2000, 98) reserva este termo para a situação em que uma tradição de tradução de um determinado contexto de partida é interrompida pelos conflitos de valores a nível civil. Por isso, é diferente da distância cultural, pois nesta última supõe-se que nunca terá existido nenhuma tradução de textos desse contexto; e da censura institucionalizada, que é criada pela classe governativa.

Para uma melhor compreensão desta tipologia, podemos fazer duas observações. Primeiramente, as sete categorias podem ser divididas em dois grupos. A omissão e a repetição podem referir-se aos desvios ou às técnicas tradutórias utilizadas a um micro-nível, ou seja, são instâncias de não-tradução intratextual e intertextual. A proximidade linguística, bilinguismo, distância cultural, censura institucionalizada e embargo ideológico podem ser consideradas como causas de não-tradução, entendidas como não-tradução cultural, intertextual e intratextual (incluindo a não-tradução em formato de omissão e repetição). Segundamente, algumas dessas causas de não-tradução podem coexistir, outras não. Por exemplo, a censura institucionalizada pode ser exercida para proibir livros traduzidos de língua distante de países remotos (distância cultural). Com base nestas observações, a nossa dissertação abordará a não-tradução a macro- e micro-nível na história externa e história interna da tradução, respetivamente.

Da tipologia de Duarte (2020), ainda se percebe que, em termos teóricos, pode ter havido obstáculos na tradução chinês-português por causa da distância cultural e a censura institucionalizada. Parece-nos que a proximidade linguística não se aplica às relações entre as línguas portuguesa e chinesa. Quanto ao bilinguismo, tal como visto na secção anterior, o bilinguismo em Macau nunca se estendeu à maior parte da população. O embargo ideológico talvez possa ser considerado relevante para a literatura chinesa traduzida para português, tendo em conta o anticomunismo do Portugal do Estado Novo. Porém, ao contrário das relações literárias anglo-portuguesas,³¹ nenhum trabalho anterior (ver o Capítulo 1 da Parte I) indica a existência de uma história da tradução de chinês-português, nem é identificado algum conflito ideológico direto entre os povos chinês e português. Por isso, podemos atualmente excluir a necessidade de explorar o embargo ideológico no nosso estudo. Excluídas as outras causas na tipologia de Duarte (2000), o nosso debate pode concentrar-se na distância cultural e na censura instituída. Esta última, porém, será o tema do próximo capítulo.

A distância cultural, argumentamos, pode ser não apenas a causa da não-tradução, mas também o resultado dela. Ao propor a categoria de “distância cultural”, Duarte (2000, 96), como acima referido, utiliza os vocábulos “hostilidade” e “indiferença” e menciona a questão da falta de especialistas entre as duas línguas: “[...] cultural remoteness, which may stem from hostility or indifference and may lead to a dearth of experts able to tackle the translation.” (Duarte 2000, 98). Ou seja, Duarte considera que a hostilidade e a indiferença podem causar a distância cultural, que resultará na falta de especialistas que possam realizar traduções. Considerando as traduções como meios de comunicação intercultural, a falta delas também pode ser a causa da hostilidade e da indiferença, e assim também contribuir para carência de tradutores competentes, visto que estas atitudes negativas parcialmente provêm do desconhecimento sobre o Outro. Consequentemente, entre a não-tradução e a distância cultural, talvez exista uma causalidade recíproca.

Partindo desta hipótese de causalidade recíproca, a distância cultural e a não-tradução tendem a estabelecer um ciclo estável de raros intercâmbios culturais em que só pode haver mudanças quando entrarem em jogo outros fatores motivadores de tradução. Isto quer dizer

³¹ Segundo Duarte (2000), a tradução portuguesa de Shakespeare foi interrompida por causa de uma reação civil contra a cultura britânica no seguimento do ultimato inglês (1890).

que as pessoas não conseguem ter acesso à cultura distante se não há traduções, enquanto as traduções não podem ser realizadas se ninguém conhece essa cultura. Desta forma, as comunicações interculturais mantêm-se exíguas. No entanto, essas trocas podem aumentar no caso de aparecerem outros estímulos. Por exemplo, a nível sistémico, pode haver um financiamento para a tradução ou uma influência ideológica devido a determinadas mudanças históricas. Assim, com mais traduções, a distância cultural será reduzida e o inicial ciclo estável de não-tradução também será desequilibrado. Consequentemente, se num ciclo estável de exíguos intercâmbios culturais acontecerem mudanças, isto talvez seja indicativo de novos fatores motivadores entrarem no ciclo.

Se este modelo for utilizado para descrever as relações sino-lusófonas, surge assim a questão de o que motiva as traduções durante o Estado Novo. Apesar da existência dessas longas relações de cinco séculos e da coabitação dos dois povos em Macau, houve poucas traduções literárias entre chinês e português. Isto, de acordo com Yao (2015, 3-4), lido no Capítulo 1 da Parte I, é o resultado do desinteresse em explorar o mundo do outro e da barreira linguística. Deste ponto, adicionamos que, de acordo com a hipótese de causalidade recíproca, a não-tradução literária entre o chinês e o português também podia ter contribuído para a indiferença e o distanciamento entre os dois povos. Sendo assim, entre as culturas chinesa e portuguesa, coexistem a distância cultural e a não-tradução. Este ciclo estável de não-tradução, porém, foi ligeiramente interrompido durante o regime salazarista. Esta interrupção, de acordo com o razoamento acima construído, apenas pode ter sido causada por um terceiro fator que suscitou o interesse dos portugueses na literatura chinesa. Resumindo, o aparecimento de 23 traduções entre 1942 e 1974 sugere que, nas relações sino-lusófonas, alguns elementos contextuais mudaram e, assim, estimularam os intercâmbios culturais que tinham sido sempre raros. Neste enquadramento, para avançar as hipóteses explicativas das traduções estudadas no presente trabalho, é necessário tentar desvendar esses terceiros fatores.

Com o objetivo de identificar os fatores que poderão ter motivado as 23 traduções de chinês para português, propomos começar por examinar a aparente contradição entre o aumento de traduções de chinês para português e a Censura salazarista. Quanto à censura institucionalizada, conforme sugere Duarte (2000, 98), ao longo da História, a censura

institucionalizada impede sempre traduções de textos com valores indesejáveis para o regime que orienta o órgão censório.

Os elementos inconvenientes no caso do Estado Novo, como será discutido, incluíram o tema relativo à Guerra Sino-Japonesa e a China comunista. Desta forma, em termos teóricos, seria esperado encontrar a não-tradução da literatura chinesa durante o Estado Novo. No entanto, foi justamente na época ditatorial portuguesa que a não-tradução de literatura chinesa foi interrompida – existem 23 traduções, um número maior do que a soma dos números disponíveis para as traduções das épocas anteriores. Por isso, esse aumento de traduções literárias de chinês para português parece contradizer o suposto efeito da censura institucionalizada pelo regime de Salazar.

Para explorar as relações entre a censura e as traduções literárias de chinês para português não diminuir as traduções, agora avancemos para a discussão do fenómeno contextual e conceito de censura.

Capítulo 3 - Inconveniências chinesas, censuradas ou não?

There is no shortage of historical evidence that points to the fact that non-translation is of the many cultural consequences of the political institution of censorship which, as we all know, is set up to prevent circulation of material that is felt to threaten official ideology.

João Ferreira Duarte (2000, 98)

Onde há opressão, há resistência.

Mao Tsé-Tung³²

Duarte afirma que ao longo da História, a censura institucionalizada foi uma razão para a não-tradução de obras transgressivas. No entanto, argumentamos que a proibição não tem apenas um efeito repressivo, mas também um produtivo. Por outras palavras, além de medo, as ações repressivas também podem provocar resistência. Desta forma, parece que, mesmo durante a vigência da Censura salazarista, poderá ter havido as traduções transgressivas.

Esta questão entre a censura e a resistência será explorada no presente Capítulo. Para compreender os conflitos ideológicos existentes entre Portugal e a China entre 1933 e 1974, os primeiros dois subcapítulos concentrar-se-ão na contextualização das Histórias políticas da China e de Portugal. Ao fazer a seguinte contextualização, pretendemos argumentar três pontos relativos ao nosso tema.

- (1) A literatura chinesa poderá ter sido um tema inconveniente no Estado Novo devido à situação política da República Popular da China.
- (2) Uma vez que a Censura ao livro não se mostrava eficiente, terá sido possível que livros inconvenientes circulassem entre leitores portugueses.
- (3) A censura à tradução literária tinha que ver com o tema e o género literário do livro. O tema indesejável e o género literário popular poderiam tornar o livro mais rapidamente censurado, enquanto a literatura entendida como elitista, como poemas, poderia ser menos censurada.

³² Esta citação é geralmente atribuída para Mao, pelo menos no mundo de língua chinesa; porém, não se encontra uma fonte que confirme a sua origem.

A contextualização leva-nos a um debate teórico no último subcapítulo relativo às relações entre a censura e a resistência na tradução. O objetivo é tentar esclarecer qual tipo de tradução transgressiva pode surgir perante a ação da censura.

3.1 China (1928-1976): guerras e (re-)revoluções

O objetivo da presente secção é procurar retratar eventos históricos que poderão ter marcado a imagem internacional da China, porque a mesma pode ter influenciado a aceitabilidade de traduções de literatura chinesa no Portugal do Estado Novo. Por exemplo, o estabelecimento da China comunista em 1949 poderá ter sido uma razão para o Estado Novo proibir todos os livros relativos a esse país. A Revolução Cultural Chinesa também poderá ter estimulado a tradução literária de chinês para português. Consequentemente, estes eventos serão descritos no seguinte texto para a construção de um enquadramento histórico, que possibilitará o nosso estudo de traduções literárias de chinês para português publicadas durante o Estado Novo (Parte II).

Ao tentar alcançar este fim de contextualização, surgem três dificuldades. Primeiramente, estando a selecionar os acontecimentos históricos importantes para a China, não há forma de averiguar a maneira como estes acontecimentos foram ou incorporados ou ignorados nas diferentes imagens da China que circularam no Portugal do Estado Novo. Estas imagens incluem, entre outras, as veiculadas pelo regime de Salazar e pelos seus dissidentes.³³ Em relação aos eventos sucedidos na China, o leitor português entre 1933 e 1974 podia não os conhecer ou podia conhecê-los de uma forma diferente. Por exemplo, a China de Mao entre anos 60 e meados dos anos 70 foi, de acordo com Cardina (2010), mal-entendida por maoistas portugueses como uma utopia comunista – um modelo

³³ Na pesquisa realizada no Capítulo 1 da Parte II, encontramos dois volumes intitulados “História do P.C. Chinês I” e “História do P.C. Chinês II”, ambos publicados pela Legião Portuguesa em 1960. Os dois livros, em conjunto, retratam a história do Partido Comunista Chinês entre 1921 (ano da sua fundação) e 1959. Numa leitura preliminar, não se encontram razões detalhadas sobre as publicações desses dois volumes pela instituição do Estado Novo. Uma vez que a descoberta dos dois volumes teve lugar na fase final da presente dissertação, o prazo fixo para a submissão não permite a incorporação de possíveis estudos sobre esses dois volumes que apresentam conteúdo abrangente e abundante sobre como o regime português olhava para o comunismo chinês. Porém, os dois livros mostram a importância de que devem ser privilegiados nas futuras investigações sobre a história da tradução chinês-português e outras áreas.

orientador para um comunismo bem-sucedido.³⁴ Atualmente, da imagem da China mais frequentemente divulgada no Portugal salazarista ainda pouco se sabe.³⁵

Quanto à segunda dificuldade, fazer história não se afigura uma tarefa objetiva de apresentar o passado, mas uma narração por um sujeito situado pelo seu contexto. Em 1949, o Partido Comunista estabeleceu o seu regime na China continental e o Partido Nacionalista fugiu para Taiwan. Os apoiantes dos diferentes lados podem ter interpretações diferentes sobre a História da China e, assim, narrá-la de forma distinta. Dito isto, não pretendemos julgar os historiadores pelas suas posições políticas, mas ter em consideração a potencial complexidade ideológica revelada nos livros referenciados.

A terceira dificuldade reside no equilíbrio entre uma contextualização relevante para o nosso tema e uma contextualização detalhada para um conhecimento da História da China. Embora se pretenda apresentar os acontecimentos que mais impacto tiveram na imagem da China no mundo ocidental, pensamos que, para a compreensão da História da China, é inevitável apresentar eventos ou pormenores que provavelmente não terão tido forte eco no Portugal salazarista.

Tentando ser sucintos, mas não descurando nem os eventos mais importantes para a China nem os eventos potencialmente mais influentes para Portugal, adotamos a seguinte periodização estipulada a partir de *The Cambridge History of China* (volumes 13, 14 e 15) e *The Rise of Modern China* (Hsü 1990):

- (1) 1928-1936: Governo Nacionalista sob os desafios comunistas e a invasão japonesa
- (2) 1937-1945: Guerra Sino-Japonesa
- (3) 1945-1949: Guerra Civil entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista
- (4) 1949-1957: República Popular, Guerra da Coreia e Primeiro Plano Quinquenal

³⁴ Este fenómeno foi explicado por Cardina (2010) de acordo com o conceito de “imaginário”, um reflexo da realidade misturada entre os eventos sucedidos e imaginados pelo sujeito (Cardina 2010, 187). Ou seja, os maoístas portugueses construíram uma China utópica não só pelas informações que recebiam mas também pela imagem da China que pretendiam interpretar provavelmente para confrontar as próprias circunstâncias políticas. Para saber os testemunhos dos ex-maoístas portugueses, veja Agência Lusa (2005), Marujo (2016) e Viana (2004), bem como o *site* do RTP, “Extrema esquerda”: <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/>.

³⁵ Por exemplo, em 2009, Torgal afirmou que os movimentos de extrema-esquerda nos anos 60 e 70 quase não tinham sido investigados: “E poderá dizer-se que, relativamente aos movimentos marxistas «esquerdistas» (ditos, genericamente, marxistas-leninistas e maoístas), os quais surgiram em Portugal em especial no fim da década de sessenta e nos anos setenta, pouco ou nada se escreveu.” (Torgal 2009b, 385).

(5) 1958-1965: O Grande Salto e Cisão Sino-soviética

(6) 1966-1976: Revolução Cultural da China

(1) 1928-1936: Governo Nacionalista sob os desafios comunistas e a invasão japonesa

Entre 1928 e 1937, a China foi governada pelo Partido Nacionalista (Kuomintang, KMT). O seu líder, Chiang Kai-Shek (1887-1975), configurava-se como ditador militar (Eastman 1986, 137). À frente desta ditadura estavam os desafios colocados pelo crescente poder do Partido Comunista no sudeste e pela ocupação japonesa na Manchúria, Xangai e norte da China perturbavam a ordem socio-política do país (Hsü 1990, 540).

Fundado em 1921, o Partido Comunista da China, sob a orientação da Internacional Comunista desde 1922, chegou a colaborar com o Partido Nacionalista na Expedição do Norte³⁶ em 1924. Porém, esta aliança entre os dois partidos acabou em 1927, quando Chiang decidiu iniciar uma purga de comunistas e sindicatos em Xangai para satisfazer as necessidades dos capitalistas e impedir a expansão do comunismo dentro do seu partido (Eastman 1986, 131-132).

Assim, foi travada a Primeira Guerra Civil entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista. Mao Tsé-Tung (1893-1976), em vez de seguir a orientação de Stalin para uma revolução apoiada por trabalhadores de fábrica na cidade, angariava apoios dos camponeses (Hsü 1990, 552-553)³⁷. Após algumas derrotas pelas tropas nacionalistas, Mao conseguiu estabelecer em outubro de 1927 uma sede de revolução nas Montanhas Jinggang, no sudoeste da província Jiangxi. Neste contexto, Mao e os seus apoiantes formaram uma variante revolucionária que desobedecia aos bolcheviques chineses³⁸ e contrariava o Governo Nacionalista (Hsü 1990, 557).

³⁶ A Expedição do Norte foi uma guerra civil iniciada pelo Partido Nacionalista contra o Governo de Beiyang (1912-1928), que tinha sido estabelecido e mantido em Pequim por um conjunto de generais feudais.

³⁷ Sendo a presente dissertação localizada em Estudos de Tradução, vale de pena mencionar que Gentzler (2017, 198) considera que Mao “traduz e adapta” as teorias marxistas para a circunstância da China, em que havia muito mais camponeses do que trabalhadores para a revolução proletária. O investigador propõe que uma leitura do ponto de vista de Estudos de Tradução pode revelar elementos de tradução e reescrita nos pensamentos maoistas: “There are many translation and rewriting elements in Mao’s political texts, although scholars do not call them as such.” (Gentzler 2017, 198).

³⁸ O grupo bolchevique chinês foi um conjunto de estudantes chineses que retornaram de Moscovo. Eles foram apoiantes fiéis da Internacional Comunista e queriam aplicar a revolução do modelo soviético na China.

A Primeira Guerra Civil acabou em 1937 sobretudo por causa da Guerra Sino-Japonesa. Na verdade, o exército japonês já ocupara a parte nordeste da China em 1931. Porém, o Governo Nacionalista privilegiou o problema interior – o Partido Comunista – em detrimento da defesa da invasão japonesa (Hsü 1990, 564). No dia 12 de dezembro de 1936, dois generais nacionalistas na frente da Guerra Civil, Zhang Xueliang (1901-2001) e Yang Hucheng (1893-1949), aprisionaram o líder nacionalista Chiang para que este aceitasse a colaboração com o Partido Comunista na formação de uma frente unida contra o exército japonês. Assim, Chiang concordou em acabar a Guerra Civil para cooperar com o Exército Vermelho e investir os recursos e esforços na luta contra o Japão.

(2) 1937-1945: Guerra Sino-Japonesa

No dia 7 de julho de 1937, aconteceu no leste de Pequim o Incidente da Ponte Marco Polo³⁹, que marcou o início da guerra entre a China e o Japão. O ditador nacionalista Chiang, como prometera, declarou a resistência contra o Japão: “Arrisquemos a vida da Nação pela sobrevivência do País.” (《廬山聲明》“Declaração no Monte Lu” de Chiang Kai-shek a 17 de julho de 1937)⁴⁰

De acordo com Hsü (1990, 589), embora o Partido Comunista tenha mostrado a vontade da colaboração com o Partido Nacionalista na luta contra o Japão, e tenha respeitado ordens do Governo Nacionalista, os dirigentes comunistas no fundo compreenderam a Guerra Sino-Japonesa como uma oportunidade para o crescimento do comunismo chinês. Em Yanan, o destino da Grande Marcha e a então sede do Partido Comunista, o Governo liderado por Mao atendia às necessidades dos camponeses e tentou mobilizá-los para participar nas campanhas políticas (Hsü 1990, 591-592). É nessa altura que Mao escreveu numerosos textos em relação à guerra, política e filosofia, incluindo 《論持久戰》“Sobre a guerra prolongada” (1938), 《戰爭和戰略問題》“Problemas da guerra e da estratégia” e 《新民主主義論》“Sobre a nova democracia” (1940) (Hsü 1990, 593).⁴¹

³⁹ No Incidente da Ponte Marco Polo, o exército japonês pediu para entrar na Fortaleza de Wanping, no subúrbio de Pequim, sob o pretexto de procurar um militar desaparecido (Hsü 1990, 582). Rejeitado pela guarnição chinesa, a armada japonesa iniciou o ataque e ocupou a Fortaleza (Hsü 1990, 583).

⁴⁰ Texto original: “[...]便只有拚全民族的生命, 以救國家生存。”

⁴¹ Estes três textos foram traduzidos para português europeu e publicados em livro: *Sobre a guerra prolongada e problemas da guerra e da estratégia* (1971; trad. de A. Pereira), *Problemas da guerra e da estratégia* (1974; trad. de L. M. Vaz Alves) e *Sobre a democracia nova* (1972; trad. Manuel Miranda).

À volta dessa época, alguns jornalistas, generais ou políticos estrangeiros tiveram permissão de visitar ambos os Governos em Chongqing (Partido Nacionalista) e em Yenan (Partido Comunista). A maioria desses visitantes da China rebaixava o Governo Nacionalista enquanto elevava o Governo Comunista, que lhe parecia dinâmico e atento às necessidades do povo (Hsü 1990, 594-595). Por exemplo, o jornalista americano Edgar Snow (1905-1972) publicou em 1937 *Red Star over China*, uma memória sobre as experiências do autor na sede revolucionária do Partido Comunista, incluindo entrevistas com líderes comunistas. No livro de Snow, Mao e os seus camaradas são descritos como “idealistic patriots and egalitarian democrats with a sense of humour” (Lovell 2019, s.p.). *Red Star over China* tornou-se um best-seller global, sendo depois traduzido para chinês e circulado entre a classe mais culta, que não apoiara o comunismo (Lovell 2019, s.p.). Neste caso, além de dar a conhecer ao mundo os aspetos positivos do Partido Comunista da China, *Red Star over China* divulgou o comunismo chinês aos intelectuais chineses não comunistas. Na área política, o diplomata americano John S. Service chegou à conclusão de que “the Communists are in China to stay. And China’s destiny is not Chiang’s but theirs” (Service 1971, 172-73, citado em Hsü 1990, 598).

Não obstante essas opiniões, o Partido Nacionalista continuou a ser o representante da China no palco internacional até ao final da Segunda Guerra Mundial. Por exemplo, foi o líder nacionalista Chiang que assinou a Declaração do Cairo (1943)⁴² e a Declaração de Potsdam (1945)⁴³. Por isso, durante a Guerra, o líder nacionalista, o seu partido e a China nacionalista eram retratados como lutadores contra o fascismo, como os outros Aliados.

(3) 1945-1949: Guerra Civil entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista

O Japão rendeu-se a 15 de agosto de 1945 após as duas bombas atômicas lançadas pelo exército americano em Hiroshima e Nagasaki no dia 6 e 9 de agosto. Depois da rendição, o exército japonês retirou-se da China e deixou livre uma grande parte do território do leste e nordeste. Assim, o Partido Nacionalista e o Partido Comunista começaram a sua

⁴² A Declaração do Cairo determinou que os EUA, o Reino Unido e a China iam continuar a lutar contra o Japão até que este executasse uma rendição incondicional.

⁴³ A Declaração de Potsdam foi assinada pelos EUA, Reino Unido, União Soviética e a China, sendo um ultimato para o Japão.

competição para conquistar esse território chinês anteriormente ocupado pelo Japão. No início, esta luta consistiu numa série de conferências entre os nacionalistas e os comunistas, mediadas por políticos americanos. Depois, a meados de 1946, o líder nacionalista Chiang decidiu iniciar a Guerra Civil por julgar que tinha ao seu dispor uma enorme vantagem militar em relação ao Exército Vermelho.

No início da Guerra Civil, o exército do Partido Nacionalista rapidamente conseguiu numerosos sucessos, forçando o Partido Comunista a desistir da sua sede em Yanan (Hsü 1990, 630). A viragem aconteceu a meados de 1947, quando o Exército do Partido Nacionalista sofreu várias derrotas no nordeste da China (Hsü 1990, 631). A partir dessa altura, o poder militar de Chiang foi diminuindo enquanto o de Mao crescia. A 1 de outubro de 1949, Mao declarou o estabelecimento da República Popular da China; porém, apenas quando o Governo Nacionalista fugiu para Taiwan a 8 de dezembro, o Partido Comunista conseguiu ocupar toda a China continental (Hsü 1990, 633).

(4) 1949-1957: República Popular, Guerra da Coreia e Primeiro Plano Quinquenal

A China em 1949 acabara de sair de guerras consecutivas. Por isso, todos os sectores precisavam de uma recuperação. Enquanto o Governo elaborava o Primeiro Plano Quinquenal para estabilizar a sociedade, economia e política, foi travada a Guerra da Coreia em junho de 1950. Uma vez que o exército das Nações Unidas, liderado pelos EUA, participou na Guerra e ocupou quase toda a Península da Coreia, a China, incentivada e apoiada pela URSS, enviou um exército chamado “voluntário” para a Guerra. Não obstante a etiqueta de voluntariado, a tropa chinesa foi considerada “invasor” pelas Nações Unidas, o que colocou a China no isolamento internacional (Nakajima 1987, 276). A Guerra também pareceu o prelúdio da Cisão Sino-Soviética, visto que a China se sentiu tratada como uma ferramenta da URSS, que não participou diretamente na Guerra (Nakajima 1987, 277-278).

Quanto a assuntos internos, durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957)⁴⁴, redigido com base no modelo soviético (Lieberthal 1987, 294), o Partido Comunista lançou uma série de novas políticas, que não apenas consolidaram o controlo do país, mas também ajudaram um crescimento económico (Hsü 1990, 664). Não obstante esse sucesso, no interior do país já surgiam alguns problemas, incluindo conflitos políticos entre líderes comunistas⁴⁵ e protestos do povo em relação à vigilância rigorosa do Governo (Hsü 1990, 663). Em 1957, Mao decidiu levantar a censura à opinião pública, o que permitiu os intelectuais criticarem o Governo. Contudo as numerosas críticas, que ultrapassaram a expectativa de Mao e do seu Partido, resultaram no re-apertar da liberdade de expressão, bem como no aprisionamento e na reeducação laboral dos opositores (Hsü 1990, 663).

(5) 1958-1965: O Grande Salto e Cisão Sino-Soviética

Com o êxito do Primeiro Plano Quinquenal, surgiram alguns problemas económicos e políticos. Por exemplo, do ponto de vista económico, o Governo chinês pretendia concentrar o investimento na indústria pesada e, assim, ficou sem recursos para aumentar a produção agrícola (Lieberthal 1987, 300). Na política, Mao viu o seu poder fragilizado pela sua incapacidade de contribuir para o desenvolvimento económico focado na área demasiado técnica para o seu próprio conhecimento pessoal e intelectual (Lieberthal 1987, 303-304). Para ultrapassar estas dificuldades, Mao e o seu grupo comunista decidiram iniciar o evento intitulado “o Grande Salto”, que recorria à mobilização da população rural. Em concreto, o Grande Salto tinha quatro características principais: i) mobilizar todas as forças laborais; ii) definir objetivos ambiciosos; iii) criar os “fornos no quintal” para que o povo também produzisse ferros em casa (o que não era viável na realidade); iv) substituir técnicos e respetivas normas por políticos e respetivos estímulos ideológicos (Lieberthal 1987, 305). O Grande Salto constituiu a causa principal para a Grande Fome, que,

⁴⁴ O plano, orientado pelo socialismo, determina o investimento nacional em infraestruturas e na educação de profissionais em diferentes indústrias. A reforma socialista da agricultura e a nacionalização do capital privado também foram implementadas.

⁴⁵ Por exemplo, Mao discordou com o seu Ministro de Finança Bo Yibo (1908-2007) em termos de políticas de imposto em 1953. Também Mao, em 1955, revogou um plano de coletivização agrícola aprovado pelos seus camaradas (Fairbank e Feuerwerker 1987, 293).

conforme afirma Dikötter (2010, s.p.), “at least 45 million people died unnecessarily between 1958 and 1962”.⁴⁶

Devido ao fracasso do Grande Salto, foi convocada a Conferência dos Sete Mil Quadros em janeiro de 1962. Este evento determina que Mao seja afastado do poder supremo na política, enquanto Liu Shaoqi (1898-1969), que se tornara Presidente chinês em 1959 e que iria ser o inimigo principal no início da Revolução Cultural (Dillon 2017, 405), detinha o poder no Governo.

Em paralelo ao Grande Salto aconteceu a Cisão Sino-Soviética que quebrou a unidade da Internacional Comunista. De facto, Mao acreditou sempre que a revolução comunista chinesa devia abrir caminho adequado para circunstâncias particulares da China (Hsü 1990, 672); ou seja, um caminho não soviético. Depois, na Guerra da Coreia, como supramencionado, os líderes comunistas perceberam a desigualdade no relacionamento sino-soviético. Por outro lado, para a URSS, a ideologia de Mao não merecia ser considerada uma contribuição original para o Marxismo-Leninismo (Hsü 1990, 675). Apesar destes conflitos entre os dois Partidos Comunistas, Mao respeitava Stalin por este ter tido um êxito na construção socialista; contudo, Khrushchev, que sucedeu Stalin após a sua morte em 1953, não ganhou o mesmo respeito do líder chinês (Hsü 1990, 677). Em 1956, quando Khrushchev criticou Stalin e o respetivo culto da personalidade no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Mao podia também sentir-se criticado e ofendido (Hsü 1990, 678). Devido à expansão da Cisão Sino-Soviética, agravada por um conjunto de eventos, como o ataque da China contra Taiwan em 1958 sem comunicação prévia à URSS, a Internacional Comunista foi separada em duas facções principais: simpatizantes da China ou da URSS (Hsü 1990, 681).

(6) 1966-1976: Revolução Cultural da China e a entrada nas Nações Unidas

O Grande Salto e a Cisão Sino-Soviética resultaram na insatisfação de alguns líderes comunistas, levando à transferência do poder de Mao para Liu em 1962. Porém, Mao não

⁴⁶ É de referir que Dikötter (2010, s.p.) argumenta que o nome “Great Famine” não reflete a realidade desse acontecimento histórico, visto que “a rough approximation 6 to 8 per cent of the victims were tortured to death or summarily killed – amounting to at least 2.5 million people”.

acreditava no seu sucessor por pensar que este seria um “outro “Khrushchev” – Mao temia que Liu viesse a rever o maoísmo após o seu falecimento (Hsü 1990, 697). Assim, Mao pôs em marcha a Revolução Cultural, com o objetivo de procurar um sucessor que continuaria a revolução maoísta (MacFarquhar 1991, 305). Assim, Mao mobilizou os políticos, exército e população que o seguiam graças ao culto da sua imagem.

Com o início da Revolução Cultural em 1966, Mao conseguiu substituir o sucessor Liu por Lin Biao (1907-1971) (Hsü 1990, 700), o ministro de defesa que aparentava apoiar firmemente a liderança de Mao até 1971. No mesmo ano, surgiu a Guarda Vermelha, constituída por distintos grupos de jovens cujo objetivo era atacar os “Quatro Velhos” (particularmente “os costumes velhos, a cultura velha, os hábitos velhos e as ideias velhas”) e as “Cinco Categorias Negras” (particularmente “senhorio, camponeses ricos, reacionários, elementos maus e direitistas”). O pensamento maoísta foi sempre a ideologia condutora desse movimento, o que se manifestava na divulgação mundial de *Pequeno livro vermelho*. Durante toda a Revolução, conforme conclui Dillion (2017, 140), “[a]round 400,000 people died, millions suffered, the economy experienced severe losses and a whole generation of the Chinese lost their faith in Marxism”.

Nessa época, embora o interior da China ainda estivesse na confusão da Revolução Cultural, a sociedade internacional começou a reconhecer a China comunista, talvez devido ao seu afastamento da URSS. Em 1971, após a visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos Henry Alfred Kissinger a Pequim, a República Popular da China (China Continental) substituiu a República da China (Taiwan) nas Nações Unidas. Em 1972, o presidente americano Richard Nixon visitou Pequim, o que simbolizou a reconciliação entre os EUA e a China do Partido Comunista. Concluindo este período, enquanto a Revolução Cultural arrastou todos os chineses num desastre, o mundo ocidental começou a admitir a participação da China comunista nos assuntos internacionais.

Em conclusão, para o Estado Novo, a China entre 1933 e 1974 podia representar diferentes imagens indesejáveis. Realçam-se aqui três períodos entre os seis apresentados por serem os períodos em que a nossa investigação localizou a publicação de traduções literárias de chinês para português. Primeiramente, uma vez que a Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)

fazia parte dos movimentos globais de antifascismo, a China nesse período manifestou um potencial interesse para os europeus que também estavam na luta antifascista. Porém, o regime salazarista, que mantinha a sua posição neutral e oportunista, não aparentava tolerar o apoio à China durante a Guerra. Segundamente, na época do início da Cisão sino-soviética (1958-1965), a política chinesa foi influente entre os simpatizantes e militantes de Esquerda por apresentar um caminho alternativo para um melhor comunismo. Terceiramente, durante a Revolução Cultural (1966-1976), surgiu um intenso culto de personalidade a Mao não apenas na China, mas também na Europa. Nestes últimos dois períodos, o comunismo chinês era evidentemente um tema sensível para o regime português, que se caracterizava pela sua política anticomunista.

3.2 Estado Novo (1933-1974): ideologia, censura e tradução literária

Com o objetivo de construir um enquadramento histórico para estudar os textos de chegada, o presente subcapítulo traça a contextualização histórica de Portugal. Centrado na questão ideológica e no objeto da nossa dissertação, a seguinte articulação desenvolve quatro temas: (i) a política do Estado Novo; (ii) Censura ao livro; (iii) China vista pela Censura salazarista; (iv) tradução literária sob a Censura. A questão que nos guia diz respeito às razões pelas quais as traduções de literatura chinesa podiam ter circulado durante o período ditatorial. Antes de explorar os quatro temas, eis uma descrição global do Estado Novo.

Geralmente, considera-se que o início e o fim do Estado Novo foram marcados por dois acontecimentos históricos: a promulgação da Constituição Política da República Portuguesa a 11 de abril de 1933 e a Revolução de 25 de Abril em 1974. Entre este período de 41 anos, o regime português mantinha-se num estado relativamente estável, com poucas mudanças políticas, exceto a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974) e a substituição de António Salazar por Marcelo Caetano em 1968. A Guerra é hoje considerada como uma causa muito importante para o colapso do Estado Novo (ver Paço et al, 2019). O período de Marcelo Caetano entre 1968 e 1974, embora considerado por Rosas (2004) como uma transição falhada para a democracia, não deixou de ser a maior mudança do poder político dentro do Estado Novo durante as quatro décadas da ditadura. Em 1974, a prolongada Guerra Colonial tornou-se um problema político entre o Governo – que pretendia pôr termo à

Guerra por meio militar – e alguns capitães, nomeadamente António de Spínola (1910-1996), Francisco da Costa Gomes (1914-2001), Otelo Saraiva de Carvalho (1936-2021) e Salgueiro Maia (1944-1992), que insistiam na impossibilidade da solução militar. Os generais organizaram, por conseguinte, o golpe revolucionário que derrubou a ditadura portuguesa de forma relativamente pacífica.

3.2.1 Conjuntura político-ideológica

Segundo o artigo 71.º da Constituição de 1933, os poderes políticos do Estado eram divididos entre o Chefe do Estado (isto é, o Presidente), a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. Não obstante esta separação de poderes, que em teoria concediam ao presidente os maiores direitos – nomeação e demissão do chefe do Governo; dissolução da Assembleia Nacional (Artigo 81.º) –, na realidade, “o chefe do Governo era o «verdadeiro e efectivo detentor do poder»” (Caetano 1952; citado em Ramos, Sousa e Monteiro 2009, 633). Deste modo, as competências essenciais do Estado foram concentradas no chefe do Governo e este podia utilizar o poder altamente centralizado para se tornar ditador (Marques 1998, 393; citado em Pięta 2013, 79). Sob este modelo, ao longo das quatro décadas, este regime ditatorial foi governado pelo chefe de Governo, primeiro António Salazar entre 1933 e 1968, e segundo Marcelo Caetano entre 1968 e 1974. Ao lado destes dois primeiro-ministros, o lugar de presidente foi ocupado por Óscar Carmona (1933-1951), António Salazar (1951)⁴⁷, Craveiro Lopes (1951-1958) e Américo Tomás (1958-1974). Exceto Salazar, os outros três presidentes eram todos de origem militar. A Assembleia da República foi ocupada somente pela União Nacional, “uma associação cívica [...] «sem carácter de partido e independente do Estado» (estatutos aprovados em Agosto de 1932)” (Ramos, Sousa e Monteiro 2009, 633), chefiada também principalmente primeiro por Salazar (1932-1968) e segundo por Caetano (1968-1974).

A classificação desta ditadura como fascista divide os historiadores. Esta ditadura costumava ser classificada como “fascista” por ideólogos e investigadores depois da Revolução (Torgal 2009, 54; Seruya 2018, 82) e, após a viragem do século, continuou a ser visto por

⁴⁷ Salazar assumiu o cargo de presidente interinamente em 1951, visto que Carmona faleceu e a posição de Chefe do Estado ficou vaga.

alguns historiadores como “fascista” (Manuel Loff)⁴⁸ ou “uma forma de «fascismo»” (Fernando Rosa)⁴⁹ (Torgal 2009, 53). Porém, outros académicos discordam da atribuição de fascismo ao Estado Novo. Por exemplo, Torgal considera que

o Estado Novo constitui uma forma de autoritarismo conservador e intervencionista sem propriamente se poder integrar na lógica dos regimes ditos «fascistas», em especial se considerarmos como tipos peculiares de «fascismo» os casos do fascismo italiano e, já mais discutivelmente (pela sua «originalidade» e radicalismo), do nazismo alemão. (Torgal 2009, 54)

Desta forma, Torgal propõe que existem diferenças entre a ditadura portuguesa e as suas contemporâneas europeias. Tal ponto de vista é partilhado por Costa Pinto:

A construção institucional do salazarismo, muito embora recolhendo inspiração dos fascismos no poder, particularmente do italiano, recusou voluntariamente os elementos que constituíram a sua singularidade. Adoptou os elementos que uniram tendencialmente as ditaduras de direita do período, rejeitando justamente o que apenas caracterizou o fascismo. (Costa Pinto 1992, 123)

Segundo esta afirmação de Costa Pinto, a ideologia de Salazar, inspirada pelos fascismos europeus, tendia a transcendê-los e criar um regime português distinto. A vontade de se afastar do totalitarismo foi manifestada pelo próprio Salazar no I Congresso da União Nacional a 26 de maio de 1934: “[É] preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário [...]” (citado em Ramos, Sousa e Monteiro 2009, 636). Além dos estudos acima citados, muitos outros investigadores insistem que o salazarismo se distingue do fascismo por várias razões.⁵⁰ Em resumo, de acordo com a observação de Seruya (2018, 82), parece consensual na academia de hoje dizer que o

⁴⁸ No livro intitulado *O nosso século é fascista! O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)* de Loff, o título profere claramente a tese de o salazarismo ser fascista.

⁴⁹ “É certo que a caracterização que tem vindo a ser feita ao longo dos anos por Fernando Rosas, sem discutir o problema de forma directa, nos leva a entender que, segundo ele, se trata de uma forma de «fascismo».” (Torgal, 2009, 53)

⁵⁰ Muitas distinções do Portugal de Salazar são propostas por diferentes académicos. Um resumo delas encontra-se em Pięta (2013, 79): “A ausência de antissemitismo organizado (Costa Pinto 1992; Seruya 2010: 118), de anti-intelectualismo programático (Špirk 2010: 160), ou a relativa inexistência de hostilidade à ideia de intercâmbio intercultural (e por isso também de tradução) (Rundle e Sturge 2010: 5), proveniente da xenofobia e da necessidade de preservar “the supposed organic, ethnically defined unity of ‘true literature’” (Rundle e Sturge 2010: 9, aspas no original). Para além disso, a União Nacional não constituía um partido fascista (Seruya 2010: 118). Tão pouco se verificou a necessidade da regeneração nacional e cultural “based on an imagined glorious past” (Rundle e Sturge 2010: 5). Ainda mais significativo afigura-se o facto de que o próprio Salazar se distanciava dos regimes totalitários, criticando quer o fascismo italiano quer o nazismo alemão, pretendendo distingui-los do autoritarismo (Marques 1998: 431). Como sinal desta atitude de Salazar pode servir o facto de que o movimento nacionalista-sindicalista, abertamente fascista, foi banido em 1934 e passou a fazer parte da oposição ao regime (Seruya 2010: 140-141).”

Estado Novo era uma ditadura “que não condizia na íntegra com as características dos fascismos europeus”.

Como mostrado, muitos investigadores tentaram abordar esta questão de se o Estado Novo era fascista ou não (tal como mostra Pięta 2013, 79). Na verdade, caso se equivale o regime português aos seus contemporâneos italiano e alemão, as atrocidades destes últimos tornarão difícil a exploração das exclusivas características salazaristas, aquelas que podiam ter possibilitado o Estado Novo a ser a mais longa ditadura entre todos os seus semelhantes na Europa ocidental. Para a presente dissertação sobre a tradução literária sob a Censura, sabemos que, de acordo com Rundle e Sturge (2010, 7), a Itália fascista e a Alemanha nazi tiveram uma política específica sobre a censura de traduções, enquanto o Portugal salazarista não censurou livros de forma sistemática (sobre a Censura salazarista, já discutiremos mais pormenores na seguinte secção). Consequentemente, ao evitar atribuir a categoria de fascismo ao Estado Novo, não apenas se afasta de uma predefinição já carregada de conotações históricas que talvez não se apliquem totalmente ao caso de Portugal, mas também se abre caminho à exploração de elementos político-ideológicos e censórios que tenham a sua especificidade na história portuguesa. Deste modo, ao olhar para um sistema político como um caso distinto, permite-se um espaço para a descoberta das suas diversas e diversificantes características.

Para explorar a ideologia do Estado Novo, comecemos pelo discurso proferido pelo próprio Salazar em 1936: “Somos antiparlamentaristas, antidemocratas, antiliberais e estamos determinados a instituir um Estado corporativo.” (Salazar 1939, 29; citado em e traduzido por Seruya 2018, 83). Assim, o ditador construiu uma dicotomia entre valores desfavoráveis e favoráveis. Ao mesmo tempo, pronunciou-se em primeira pessoa do plural, quiçá para mostrar a unidade da nação portuguesa face a estrangeiros (o discurso original foi feito em inglês). Em 1950, falando para Comissões da União Nacional, Salazar procurou ganhar o apoio do mundo ocidental através da problematização do inimigo comum do bloco ocidental:

O comunismo é, pois, como movimento revolucionário e expressão de uma política internacional agressiva, o grande inimigo do momento, e a primeira contribuição que pode dar-se na ordem externa é contê-lo decisivamente no interior. É problema vital e urgente definir os meios apropriados.

As potências que se apelidam de democráticas parece descansarem em demasia no jogo dos partidos políticos e na movimentação eleitoral das massas, quando arregimentadas e rotuladas em maioria nos chamados partidos burgueses, nos quais se incluem mesmo os socialistas. (Salazar 2015, 697-698)

Destes discursos, depreende-se, assim, que a ideologia do Estado Novo era, de facto, caracterizada pelo corporativismo, anti-parlamentarismo, anti-democracia, anti-liberalismo e anti-comunismo. Entre esses inimigos ideológicos, o mais desfavorável para o Estado Novo parecia o comunismo, “o grande inimigo do momento”, como afirma Salazar (2015, 697). Além disso, alguns investigadores consideram que o “catolicismo social”⁵¹ era subjacente à inspiração da configuração do Estado Novo (Costa Pinto 2007, iv-v; citado em Pięta 2013, 80 e em Seruya 2018, 83). O catolicismo social, além de mais, implica que a sociedade portuguesa foi dominada pelo patriarcado e pelas respetivas configurações estereotipadas de géneros, o que se revelará importante para a nossa análise na Parte II.

Quanto ao sistema político, o caminho a que Salazar guiava o país podia ser considerado como uma “terceira via autoritária na era do fascismo [na Europa]” (Costa Pinto 2022, s.p.). O Estado Novo tinha um regime mais caracterizado pelo autoritarismo do que pelo totalitarismo.⁵² Porém, o regime português partilhava com o nacional-socialismo alemão e o fascismo italiano certas características, como o sistema ditatorial e anticomunismo. Ademais, o salazarismo também manifesta alguns aspetos totalitários. Por exemplo, a Mocidade Portuguesa, organização nacional edificada pela autorização do Estado Novo em 1936 (decreto-lei n.º 26.611), e a sua secção feminina, Mocidade Portuguesa Feminina, criada em 1937 pelo decreto-lei n.º 26.893, manifestaram um objetivo totalitário em relação à sua obrigatoriedade de todos os jovens entre 7 e 14 anos e à inculcação ideológica sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade (lusos militares e lusas enfermeiras, por exemplo) (Torgal 2009, 214, 218-220).

⁵¹ Silva (2022, 4) fornece uma definição de “catolicismo social”: “A noção de «catolicismo social» abarca um moroso processo de vontade de renovação do catolicismo, que envolveu sectores da Igreja Católica em diversos países, inserindo-se num compromisso que se desenhou bem antes do II Concílio Vaticano, visando uma reconfiguração da identidade católica, num exercício de militância que se deslocou do religioso para o campo da intervenção sócio-política.”

⁵² Ludwig (2002, 412) identifica algumas distinções entre o totalitarismo e o autoritarismo: “Totalitarian leaders have high charisma, function in a symbolic fashion, use public ends of power, show low corruption, promote an official ideology, do not allow pluralism, and have high legitimacy. Authoritarian leaders, in contrast, have low charisma, serve as individuals, use private ends of power, show high corruption, have no official ideology, allow limited pluralism, and have low legitimacy.” Ou seja, o controlo totalitário atinge a todos os aspetos da vida pessoal, enquanto o controlo autoritário apenas se foca na vida política do indivíduo.

No que toca às diferentes vozes no país, o regime de Salazar oprimiu sempre com várias oposições. Podemos considerar alguns exemplos ilustrativos. Nas eleições legislativas de 1945, a organização opositora Movimento de Unidade Democrática chegou a desistir das eleições por causa de ameaças do Governo. Nas eleições à presidência de 1958, Humberto Delgado (1906-1965) teve uma campanha de eleições dificultada pela polícia e, em 1965, terá sido assassinado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)⁵³ em Los Almerines. Além destas duas oposições que se manifestaram publicamente, o Partido Comunista Português (PCP), que funcionava como um partido clandestino, foi alvo principal da perseguição da PIDE (Pimentel 2022). À luz destes três exemplos, observa-se que os inimigos dentro do sistema estabelecido, como o Movimento de Unidade Democrática e Humberto Delgado, foram permitidos a ter um reduzido espaço para se manifestarem, enquanto os dissidentes mais revolucionários contra o sistema, como comunistas, foram rejeitados e perseguidos de forma pública e secreta.

Depois de tentar descrever a situação política e a ideológica do Estado Novo, salienta-se o facto de o regime salazarista ter preconizado uma política anticomunista. Por isso, seria esperado que a China comunista fosse um tema proibido durante o período ditatorial. Além disso, o regime salazarista foi duradouro por duas razões, tal como propõe Pimentel:

[P]or um lado, o sucesso da desmobilização / intimidação cívica / repressão, através de vários instrumentos, entre os quais a importante PIDE/DGS, e, por outro lado, o facto de o regime ditatorial, nos momentos de crise – 1945 e 1958-1961 –, ter conseguido manter a coesão das Forças Armadas em seu redor. (Pimentel 2022, s.p.).

Entre os “vários instrumentos” que ajudaram a silenciar e assombrar os dissidentes, encontrava-se também a propaganda oficial, institucionalizada como o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) em 1944 e “preocupada principalmente com uma identidade nacional e com a imagem do regime no estrangeiro” (Seruya 2018, 83 e 85). Ao SPN foi subordinada a Direcção dos Serviços de Censura. Neste contexto, a presente dissertação

⁵³ A PIDE é uma instituição de polícia secreta que visa reprimir “desvios de ordem política, social e moral” do Estado Novo (Seruya 2018, 83). O nome de PIDE talvez seja o mais conhecido entre todos os seus outros nomes adotados em diferentes épocas: Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) entre 1933 e 1945, a PIDE entre 1945 e 1969 e a Direcção-Geral de Segurança (DGS) entre 1969 e 1974. Ao avaliar a relevância da PIDE para o Estado Novo na conclusão do seu livro *História da PIDE*, Pimentel afirma que “esta polícia foi o derradeiro fator dos meios de intimidação, desmobilização e repressão, ao coartar e neutralizar seletivamente os poucos que lutavam contra o Estado Novo, bem como ao espalhar o medo, com a ameaça do que podia acontecer aos que entravam em dissidência ou na resistência ao regime” (Pimentel 2022, s.p.).

situa-se na esteira de investigação dedicada à Censura ao livro, contribuindo especificamente para a Censura à literatura traduzida.

3.2.2 Censura ao livro: mecanismo, censores, critérios e eficácia

Antes do Estado Novo, a Censura já tinha existido, vocacionada para examinar a imprensa relacionada com assuntos sociopolíticos (Seruya 2018, 98; ver também Špirk 2014, 6-7). A institucionalização da Censura teve lugar em 1933 por meio do Decreto-lei nº 22469⁵⁴: “A censura será exercida por comissões nomeadas pelo Govêrno” (Art. 4.º). O objeto da censura englobou “publicações periódicas”, “fôlhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social” (Art. 2.º). A Censura destes conteúdos foi prévia, ou seja, exercida antes da publicação.⁵⁵ Este constrangimento na expressão do pensamento visava, segundo o mesmo decreto-lei,

impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade. (Art. 3.º do Decreto-lei nº 22469)

Embora careça de definições dos princípios que a Censura pretendia defender – como “verdade”, “moral” e “bem comum” –, podemos aproximar-nos da compreensão de todos esses conceitos abstratos com base nos fundamentos do regime, a saber, corporativismo, anti-parlamentarismo, anti-democracia, anti-liberalismo, anti-comunismo e catolicismo social. Numa palavra, a Censura procurava impedir a divulgação das referidas ideologias desfavoráveis.

Para justificar a necessidade da Censura em relação à estabilidade sociopolítica, quer Salazar quer Caetano frisaram a incapacidade do povo português em distinguir entre a verdade e falsidade (Gomes 2006b, 40; Barreto e Mónica 1999, 280; todos citados em

⁵⁴ O Decreto-lei nº 22469 está disponível online no Diário da República: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/22469-1933-255226>.

⁵⁵ Conforme distingue Assis Rosa (2009, 127), a censura prévia também é designada como censura *a priori* ou sistema preventivo, enquanto a censura repressiva, que “ocorria posteriormente e resultava da fiscalização exercida pela polícia política e por outras forças de segurança”, também se chama “censura *a posteriori*” ou sistema repressivo.

Pięta 2013, 88). Na verdade, durante o Estado Novo, também se considerava que a Censura era essencial para a durabilidade do regime ditatorial: “Em 1953, o capitão Henrique Galvão, recém-desavindo com o salazarismo, escrevia: «Sem censura, o regime não se aguentaria três meses». Mário Soares, no seu livro de combate significativamente intitulado *Portugal Amordaçado* (1972), formulou juízo similar: «Sem censura, o salazarismo não duraria um mês.»” (DHP, 278; citado em Assis Rosa 2009, 124).

Em 1934, a Comissão de Censura iniciou a Censura ao livro devido à “grande preocupação” de Salazar em relação a livros (Seruya 2018, 98).⁵⁶ Apesar desta “grande preocupação”, a censura prévia que se aplicava à imprensa não foi plenamente adoptada em relação aos livros, que normalmente eram censurados por um processo participado também pela PIDE, CTT (Correios de Portugal), alfândegas, PSP (polícia) e até pelos próprios editores e autores (Seruya 2018, 98). Em relação à questão de como os livros eram apresentados à Comissão de Censura, Seruya e Moniz (2018a, 101) propõem algumas explicações:

- (1) a PIDE podia visitar as livrarias para examinar livros expostos e apreender aqueles que tinham título, capa ou outros elementos potencialmente controversos;
- (2) os CTT violariam a privacidade da correspondência em caso de pacotes com suspeitas informações de emitentes e destinatários.

Deste modo, a censura ao livro funcionava de dois modos: uma prévia e outra repressiva. No entanto, a repressiva era a norma, e a prévia era muito mais rara no caso dos livros, sendo a norma para as publicações periódicas. Referente a esta coexistência de dois modos censórios, Špirk (2014, 12) propõe duas vantagens de que o regime usufruía: economia de recursos humanos (censores/leitores) e alarme ameaçador para editores. Através deste clima repressivo, o regime salazarista pode ter levado a uma autocensura em criações artísticas, o que já viremos a discutir na última secção.

Cada livro apresentado à Comissão de Censura seria entregue a um “leitor” (censor), que redigiria um relatório sobre esse volume, muitas vezes em nome da primeira pessoa do plural, para fundamentar a autorização ou proibição da sua circulação em referência aos

⁵⁶ De acordo com Gomes (2006, 67ff. e 181; citado em Špirk 2014, 7), o início da censura de livros em 1933 foi marcado pela publicação do relatório *Leituras imorais – propaganda política e social contrária ao Estado Novo – sua repressão*, elaborado por Álvaro Salvação Barreto (1890-1975), diretor-geral da Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, e comissionado por Salazar.

valores promovidos pelo regime (Seruya 2018, 102). A maioria dos censores era oficiais do Exército, enquanto no início dos anos 70 se encontravam alguns civis entre esses leitores de livros (Seruya 2018, 242).⁵⁷ Em termos da quantidade dos censores, nos anos 50, por exemplo,

[a]penas cinco são considerados como membros do corpo permanente de censores ao longo da década. No entanto, houve alguns que mantiveram uma atividade regular durante vários anos, enquanto outros se limitaram a participações esporádicas. Em termos gerais, pode afirmar-se que havia um grupo regular de cerca de 20 censores. (Seruya e Moniz 2018a, 226)

Além disso, estes profissionais da Censura, de acordo com Seruya e Moniz (2018a, 226-227), mostravam-se “zelosos” na leitura. Também pareciam eruditos, visto que conheciam bem os problemas nas áreas política e/ou filosófica e que sabiam francês, inglês, espanhol, italiano e alemão. Apesar da erudição, os censores proferiam discursos padronizados em que se identifica o “jargão do regime” (Seruya e Moniz 2018a, 222). Por exemplo, ao estudar a relação entre a Censura à literatura e a homossexualidade, Gombár (2018, 152) consegue identificar as utilizações distintas entre “homossexualidade” e “homossexualismo” nos relatórios de Censura: “homossexualidade” era utilizado para descrever o conteúdo de carácter científico ou médico, enquanto “homossexualismo” aparecia mais na Censura à literatura. A unanimidade na utilização do vocabulário entre os leitores talvez tenha resultado do facto de a Censura salazarista pretender diminuir a manifestação individual em diferentes aspetos sociais:

Não se pretendia que os censores, leitores fidedignos de livros “suspeitos”, fizessem juízos subjetivos ou aplicassem critérios pessoais. Como consequência, apesar de algumas diferenças estilísticas de menor importância, acabavam por adotar um discurso muito semelhante. (Seruya 2018, 102)⁵⁸

Ou seja, isto pode significar que o sistema salazarista também pretendia diminuir a subjetividade do censor alinhando-o com a ideologia do regime.

Esta vontade do regime de evitar a subjetividade dos censores também se vê no referido decreto-lei da Censura: “As comissões encarregadas da censura não poderão alterar o texto

⁵⁷ Noutras variantes da censura, como a censura à imprensa, já se encontravam censores civis em 1944 (Assis Rosa 2009, 17).

⁵⁸ A afirmação semelhante também se encontra em Seruya e Moniz (2018a, 227): “O pronome «nós» era muitas vezes aplicado para exprimir juízos e opiniões, com o intuito de transmitir a ideia de um todo social harmonioso e homogéneo, cujos arautos e guardiões eram estes censores.”

censurado com aditamentos ou substituições, devendo limitar-se a eliminar os trechos ou passagens reputadas inconvenientes [...]” (Art. 6.º do Decreto-lei nº 22469). Como se vê, segundo este decreto-lei, o regime preferia que os censores adotassem a omissão em lugar de outras estratégias de manipulação textual, que poderiam dar lugar às suas subjetividades.

Quanto a livros censurados, estes podiam incluir não só livros escritos originalmente em português, mas também outros em outras línguas e traduções (Pięta 2013, 89; Seruya 2018, 98). Além disso, é de frisar que, de acordo com Seruya (2018, 100), a quantidade de obras literárias apresentadas à Comissão de Censura foi muito pequena em comparação com os números de outros géneros de livros, como política-ideologia, ciências sociais e religião. Relativamente a livros não escritos em português, Špirk (2014, 16) tira um resumo dos temas concentrados pela Censura a partir de *Livros proibidos no Estado Novo* (2005)⁵⁹, concluindo que o foco de esforços censórios “imply that foreign fiction did not constitute a large part of the censors’ work unless, of course, the original author was known to be a ‘communist’, a term of very broad scope indeed”. Esta conclusão, além de sublinhar a atitude insistente contra o comunismo, revela a pouca preocupação do regime em relação a publicações ficcionais em línguas estrangeiras.

Através da leitura dos relatórios de Censura, é possível identificar as regras e os critérios censórios em diferentes décadas do regime. Antes de articular essas normas, é de referir que 22,4% (cerca de 2265) do total de 10 111 relatórios da Censura desapareceram (Seruya 2018, 101). Porém, conforme diz Seruya (2018, 101), uma vez que a Censura mostra uma continuidade diacrónica nas quatro décadas, as hipóteses conclusivas avançadas através dos relatórios existentes podem ser consideradas “representativas”. Neste contexto, Seruya (2018, 102) propõe uma regra abrangente que atravessou todo o Estado Novo: “[N]enhum autor nem nenhum tema seriam rejeitados categoricamente *a priori*, isto é, cada caso era um caso” (ver também Seruya e Moniz 2018a, 227; bem como Gomes 2006b, 70, citado em Pięta 2013, 90). Na verdade, os censores permitiam os livros escritos por autores

⁵⁹ Quanto a livros estrangeiros, Ferrão, Oliveira e Fonseca (2005; concluído em Špirk 2014, 16) identifica que a Censura se concentra nos temas seguintes: “polémicas políticas”, “colonialismo e conflitos estrangeiros”, “economia e reforma agrária”, “ofensas à religião”, “ideologia socialista”, “desigualdade social e pobreza”, “emancipação de mulheres, eroticismo e sexologia”.

dissidentes, como D. H. Lawrence, Jean-Paul Sartre, Bertolt Brecht e Paul de Kock (Seruya 2018, 102).

Além disso, a Censura de uma obra não só dependia do perigo que a sua circulação poderia causar ao regime salazarista, mas também de um conjunto de outros fatores. Alguns exemplos destes últimos são fornecidos por Seruya (2018, 103): (i) os danos que uma proibição pudesse causar à sua imagem exterior [do Estado Novo]; (ii) o facto de alguns temas serem já conhecidos através da imprensa; (iii) o facto de um filme baseado [sic] num livro já ter sido exibido em Portugal; (iv) o facto de o autor ser um escritor “clássico” de renome.

Por fim, os critérios também podiam ser influenciados por circunstâncias nacionais e internacionais, como a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Colonial, o falecimento de Salazar e a subida de Caetano ao poder (Seruya 2018, 102). Consequentemente, a censura de um livro podia ter em conta não só o autor e o conteúdo do volume em si, mas também uma série de considerações sociopolíticas nacionais, internacionais e do contexto de partida.

A Censura, apesar de se manifestar variável e instável, prestou realmente atenção especial a certos temas. Quanto a livros censurados no geral, Seruya (2018, 102) propõe que o interesse censório reside sobretudo em três domínios: I) política/ideologia, II) moralidade/sexo e III) religião. Quanto à primeira área, a Censura do Estado Novo estava em conformidade com a conjuntura político-ideológica do regime. Quanto ao comunismo, a Censura não impediu todas as discussões. Por exemplo, conforme apura Seruya (2018, 104), três livros relacionados com Lenine foram censurados de três maneiras distintas: aprovado, aprovado com cortes e proibido.⁶⁰ Em relação à luta político-ideológica na Segunda Guerra Mundial, “os censores tentavam manter uma posição equidistante entre a Grã-Bretanha e a Alemanha [...] Hitler não podia ser ofendido, mas os alemães também não podiam ofender a Grã-Bretanha ou Churchill” (Seruya 2018, 105).

⁶⁰ *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme* foi aprovado; uma obra sobre Lenine da autoria de J. A. Assendowski, aprovado com cortes; *Lénine et l'union de la jeunesse*, proibido (Seruya 2018, 104).

No domínio de moralidade/sexo, a Censura nos anos 50, por exemplo, teve por objectivo examinar “não só a literatura considerada pornográfica, mas também tudo aquilo que pudesse ser considerado ofensivo à luz da moral cristã, relacionado com o casamento, a homossexualidade, o adultério e o divórcio, a satisfação sexual e o controlo da natalidade” (Seruya e Moniz 2018a, 228). Em relação a esta temática abrangente de moralidade, ainda se pode adicionar que a religião católica desempenhava um papel definitivo que determinava a natureza da moral no pensamento de Salazar.

Ao longo das quatro décadas, a Censura do Estado Novo também sofreu várias mudanças em graus de repressão. Conforme propõe Pięta (2013, 87),

para legitimar o regime aos olhos das instituições estrangeiras, no decorrer das campanhas eleitorais o governo reduzia a censura ao mínimo e autorizava a oposição a exhibir as suas forças. Foi precisamente o que aconteceu em 1945 (Marques 1998: 397; Torre Gómez 2010: 60) e, a menor escala, em 1949, 1951, 1953, 1957, 1958, 1961 e 1965 (Marques 1998: 402).

Além disso, mudanças também se manifestam em temas censurados e quantidade de censura. Nos anos 50, segundo Seruya e Moniz (2018a, 227-233), a Censura ao livro estrangeiro reside sobretudo em tópicos de realismo, especulação, imoralidade e propaganda. Nos anos 60, devido à Guerra Colonial, os censores adicionaram à sua lista censória o pacifismo, anti-militarismo e anti-colonialismo (Pięta 2013, 92). Ademais, a segunda metade da década de 1960 viu uma diminuição significativa da quantidade de livros censurados (Seruya 2018, 109). Porém, é de relembrar que 22,4% dos relatórios desapareceram e, por isso, mais conhecimentos em relação à quantidade de livros censurados ainda estão por apurar.

Quanto à eficácia da Censura ao livro no Estado Novo, Seruya e Moniz (2018b) oferecem um estudo panorâmico com estudos de caso focalizados em três autores. De acordo com Seruya e Moniz (2018b, 307), como a censura prévia não se aplicava oficialmente ao livro, pode problematizar-se a eficácia desta censura repressiva quanto à circulação de ideias. Seruya e Moniz (2018b, 309-310) advertem terem-se em consideração três pontos sobre a circunstância censória:

- (1) Mesmo muitos anos depois da proibição registada no relatório de censura, o livro proibido ainda podia estar disponível na livraria;

(2) Livros suspeitos para a Censura podiam ser guardados às escondidas na livraria para somente determinados clientes;

(3) Muitas casas editoriais arriscaram publicar livros e autores censuráveis.

Na verdade, estes três factos já mostram que a Censura ao livro não é uma ferramenta todo-poderosa para impedir a divulgação de pensamentos desfavoráveis. Além disso, depois de analisar alguns casos, como a Censura ao livro (traduzido ou não) de Pitigrilli, Louis-Charles Royer e John dos Passos, Seruya e Moniz (2018b, 327) concluem que “a eficácia da Censura ao livro foi variável” e, outra vez, “cada caso um caso”.

Em relação ao efeito prático da Censura ao livro relacionado com o tema de sexo, Moniz (2022) expõe estatísticas sobre os volumes não portugueses que foram proibidos, mas que, ainda assim, circulavam durante o Estado Novo. A investigadora examina duas categorias de livros proibidos: os livros científicos relacionados com sexologia e os livros literários respeitantes ao tema erótico-sexual. O estudo é dividido em duas etapas: apurar os títulos; verificar na PORBASE a existência destes e, se estes são livros estrangeiros, das respetivas traduções portuguesas. Pela ausência dos títulos na PORBASE, a investigadora entende como a não circulação dos volumes (Moniz 2022, 111), sendo também vista como evidência da eficácia da Censura. Quanto aos livros científicos sobre sexologia, foi identificado um total de 143 títulos proibidos, dos quais 99 não constam na PORBASE (Moniz 2022, 114). Quanto às obras literárias de carácter erótico-sexual, foram proibidos 844 títulos, sendo que 523 deles não estão na PORBASE (Moniz 2022, 119). Retirando os títulos que aparecem na base de dados mas publicados depois da Revolução, estima-se que cerca de 27% dos livros na primeira categoria e 30% dos livros na segunda categoria circulavam mesmo sob proibição (Moniz 2022, 124). Na verdade, os números mostram que a proibição de um título não equivale ao seu desaparecimento absoluto e que a existência atual de um volume também não iguala à sua autorização.

Resumindo este subcapítulo, a Censura ao livro contou com o apoio organizacional de várias instituições, incluindo a Comissão de Censura em si, a polícia política, os CTT, entre outros. Os censores eram predominantemente intelectuais, muitos deles capitães. Embora cultos, tendiam a seguir o pensamento único em favor da unidade do regime. Isso resultava em semelhanças nas sentenças dos relatórios de censura, permitindo deduzir os critérios

censórios, os quais variavam conforme as circunstâncias nacionais, como eleições, e internacionais, como guerras. No entanto, devido à natureza repressiva (*a posteriori*), a Censura ao livro não constituía um obstáculo totalmente eficaz para a circulação dos livros considerados inconvenientes. Quanto às decisões censórias, não havia um sistema com eficácia estável, seja em relação à submissão ou não de livros de um mesmo autor à Comissão de Censura, seja na autorização ou proibição de obras com um tema semelhante.

3.3.3 Censurar a China: “propaganda comunista” ou não?

Se os censores tiverem efetivamente utilizado a terminologia uniformizada pelo regime salazarista, então será possível identificar a visão do Estado Novo sobre a China através da leitura de relatórios. Partindo desta hipótese, o presente subcapítulo realiza uma pesquisa e leitura de relatórios de censura relativos ao tema da China, com o objetivo de conhecer a atitude oficial do regime português em relação à China.

Na pesquisa de relatórios, é utilizado o índice elaborado por Teresa Seruya e Maria Lin Moniz, “Relatórios de censura produzidos durante o Estado Novo”.⁶¹ Foi realizada uma leitura do índice com um foco no título do livro censurado e no autor, bem como uma pesquisa dos relatórios no Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁶², que abrange os despachos emitidos entre 1934 e 1972. Nesta configuração, é identificado um total de 100 relatórios de censura que constam da documentação digital do Arquivo Nacional (Apêndice III). Os livros censurados, ou de autor chinês ou sobre o tema da China, são escritos ou traduzidos em francês, português, inglês e espanhol, enquanto os autores provêm de origens francesa, portuguesa, chinesa, inglesa, americana e alemã.

Os relatórios estudados foram emitidos entre 1937 e 1972, existindo um período sem relatórios entre 1942 e 1950. Examinadas estas épocas com base no contexto histórico da China, a Censura ao tema chinês começou quando a Guerra Sino-Japonesa foi travada em 1937. Quanto à pausa entre 1942 e 1950, as informações apuradas durante a investigação não são suficientes para avançar uma explicação hipotética. Todavia, especula-se que essa

⁶¹ O índice está disponível em <https://fch.lisboa.ucp.pt/system/files/assets/files/indice-rel-censura.pdf>.

⁶² A digitalização dos relatórios de censura, resultado da colaboração entre o CECC e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, está disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4331832>.

pausa esteja relacionada com o facto de que a China foi representada pelo Partido Nacionalista e, por isso, a circulação de informações sobre o Partido Comunista Chinês no estrangeiro ainda fosse pouca. Para além disso, a ideologia do Partido Nacionalista – ditadura militar para o bem do povo – não parecia tão inconveniente para o Estado Novo. O ano de 1950 pode ser caracterizado pelo início da República Popular da China, estabelecida a 1 de outubro de 1949, após a vitória do Partido Comunista. Vistas assim, as datas de emissão dos relatórios de censura parecem sugerir que a Censura salazarista e o regime acompanharam atentamente com as mudanças internacionais para aplicar um controlo interno que melhor preservava o salazarismo.

Numa análise global, entre os 100 relatórios de censura, identificam-se 53 despachos de proibição, 46 de autorização e um sem indicação sobre o resultado censório. Tentamos resumir as razões de proibição e autorização em categorias abrangentes (Tabela 1). Assim, quase todas as proibições podem ser explicadas pelo conflito ideológico entre salazarismo e comunismo. Quanto aos volumes autorizados, muitos leitores também enfatizam que os livros não causam problemas sociais e/ou políticos em Portugal. Consequentemente, parece que existiu realmente uma evidente consciência sobre a potencial transgressividade sugerida pela China comunista.

Proibição		Autorização	
Razão	Quantidade	Razão	Quantidade
Propaganda comunista	47	Sem inconveniência	20
[S. explicações]	6	Livro descritivo/analítico	13
--	--	[S. explicações]	6
--	--	China não comunista	5
--	--	Anticomunista	2

Tabela 1 - Livros censurados relativos ao tema da China

Se compararmos as proporções de proibição e autorização em três diferentes épocas (Tabela 2), observa-se que existem mais livros autorizados entre 1937 e 1942, bem como entre 1968 e 1972. Entre 1937 e 1942, somam-se dois títulos proibidos e seis autorizados.

Depois da implantação da China comunista em 1949, a Censura passou a focar-se sobretudo no comunismo chinês. Entre 1950 e 1967, encontram-se 34 relatórios de proibição e 20 de autorização. Entre 1968 e 1972, foram proibidos 17 livros e autorizados 20. Neste último período, a quantidade de livros censurados por ano é maior do que no período anterior, enquanto a quantidade de livros autorizados por ano aumentou significativamente. As estatísticas sugerem que, em paralelo com o crescimento do interesse na China devido talvez à Revolução Cultural Chinesa, a Censura do Estado Novo também se tornou mais tolerante, provavelmente uma consequência da Primavera Marcelista.

	Livros censurados		Proibidos		Autorizados	
	Total	Por ano	Total	Por ano	Total	Por ano
1937-1942	8	1.3	2	0.3	6	1
1950-1967	54	3	34	1.9	20	1.1
1968-1972	38	7.6	17	3.4	20	4

Tabela 2 - Quantidades de livros censurados, proibidos e autorizados

Entre 1937 e 1972, a “propaganda comunista” foi sempre a maior preocupação do Estado Novo em relação à China. O primeiro relatório encontrado, R. 413, depositado em 1937 já diz respeito ao Partido Comunista Chinês, ainda que este ainda não controlasse o poder da China nessa época. No entanto, entre 1937 e 1942, ainda se encontram dois relatórios respeitantes à questão da Guerra Sino-Japonesa. Ambos são de autorização. Entre eles, o R. 687, despachado em 1938, diz que o livro “se trata unicamente de livro de propaganda da China em detrimento do Japão, mas sem finalidade política”. Emitido em 1941, o R. 1311 identifica que o livro censurado é uma “biografia elogiosa do general chinês Chang Kai Chek como chefe do governo nacionalista [...] como militar organizador da resistência contra o Japão”. Estas duas autorizações sugerem que, antes da e durante a Segunda Guerra Mundial, o regime português podia não se sentir ameaçado pela China, que ainda não era comunista.⁶³ Consequentemente, o comunismo chinês já preocupava o regime salazarista

⁶³ Assim, surge uma questão em relação à “posição equidistante” do Estado Novo durante a Segunda Guerra Mundial. Seruya (2018, 105) identifica a tal posição do regime português quanto à luta entre os poderes europeus, particularmente entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Porém, os relatórios lidos por nós sugerem

antes da chegada ao poder, enquanto os outros temas políticos relativos à China, tal como a Guerra Sino-Japonesa, não interessam muito ao Estado Novo.

Desde 1950, os relatórios de censura quer de proibição quer de autorização não escapam ao tema do comunismo chinês. O primeiro despacho após o estabelecimento da China comunista afirma que “Portugal ainda não sofreu agravos da China” (R. 4482). Ou seja, o leitor afirma que o estabelecimento da China comunista não suscitou ecos significativos em Portugal. Os despachos de autorização também se centram na questão de transgressividade do livro censurado. Por exemplo, o R. 6005 em 1957 afirma que o livro *A China de hoje* é puramente descritivo do país “sem intenção propagandista comunista”. O R. 9433 em 1972, relatório de *A China Popular*, também justifica a autorização de forma semelhante: “Embora seja um livro de publicação pouco desejável, pois no final virá sempre a resultar em propaganda, a verdade é que se trata de um livro descritivo em que não se toma partido.” Por conseguinte, seja proibição seja autorização, a Censura ao tema da China a partir de 1950 concentrou-se exclusivamente na questão de se existe uma intenção de “propaganda comunista”.

Não obstante a atitude anticomunista, a Censura do Estado Novo não proibiu todos os livros transgressivos. Por exemplo, foram autorizados dois volumes entre os 15 censurados de Mao Tsé-tung, autor mais censurado. Em relação a *Citations du Président Mao Tse-Toung*, que foi proibido pelo R. 8054, a proibição foi cancelada pelo R. 8067 sem explicação. O R. 9439, emitido em 1972, autoriza o livro *Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China e da guerra de guerrilhas contra o Japão* por considerar que este “não oferecem quaisquer possibilidades de aplicação ao caso português”. Por isso, mesmo referente ao líder comunista, a Censura não rejeitou totalmente os seus livros.

Além disso, a China é simultaneamente vista como um país distante indiferente a Portugal e um que os portugueses deviam conhecer. O R. 7714 afirma que o livro *Le voyage en Chine* apresenta “uma história irónica, interessante e bem contada de alguns aspectos da China comunista”; todavia, com a sua circulação no país, “nada adianta no juízo que o público em geral faz daquele país”. Pela utilização de expressões como “nada adianta” e “daquele

que tal posição não se manifesta consistente quanto à luta semelhante entre os dois países no Extremo Oriente.

país”, compreende-se que o leitor/censor não considerou que a China comunista tivesse uma imagem muito clara em Portugal. Por isso, desde que não fosse um livro propagandista, não seria um problema a sua divulgação. Macau também é utilizado como uma justificação de autorização em dois relatórios. O R. 4916 sugere que o leitor português deve ler um livro com teor histórico informativo sobre a China devido à “nossa possessão de Macau”. O mesmo ponto de vista é também implicado pelo R. 8424, que menciona “as nossas relações com a China (na e pela província de Macau)”. Assim, por um lado, o regime podia pensar que as curiosidades da China comunista não criavam problemas por se tratar de um país indiferente aos portugueses; por outro, considerava que os portugueses deviam conhecer a China devido à colónia portuguesa ao lado dela.

Também referente à autorização, o critério censório mudou de acordo com a circunstância internacional. Por exemplo, no caso do livro *En Russie et en Chine*, o R. 7057 em 1962 afirma que não há inconveniência para a circulação desse livro em francês, mas não pode ser traduzido para português devido ao seu “panegírico” para com os povos e regimes na Rússia e na China. No entanto, em 1964, a decisão de proibição da tradução portuguesa foi depois cancelada no R. 7057A, potencialmente por causa do agravamento das relações sino-soviéticas. Concretamente, o R. 7057A autoriza a tradução de *En Russie et en Chine* dizendo que “dada a actual posição política da China Continental, não vejo qualquer inconveniente em que seja autorizada a sua versão para língua portuguesa [...]”. A “posição política” muito provavelmente refere-se à Cisão Sino-Soviética por este ser o evento político mais significativo nessa altura. Isto confirma que a ação da Censura ao tema da China podia ter em conta vários fatores, incluindo as situações políticas desse país e o panorama internacional.

Referente às obras literárias, sete livros de literatura foram censurados, cinco autorizados e dois proibidos. *A minha mãe e eu* e *Divórcio*, que estão incluídos no nosso catálogo, foram autorizados, o que será abordado na Parte II (R. 1743 e R. 6310). *O sábio jovial* e *A viúva - A religiosa - A cortesã* da autoria de Lin Yutang (1895-1976), traduções brasileiras, foram autorizados por dizer respeito à China antes do Partido Comunista (R. 5457 e R. 5460). *O bandido chinês* de Harman Long (?-?) foi autorizado por se tratar de “uma novela policial sem inconveniente” (R. 5855). Entre os dois livros proibidos, está *Sol sobre o rio Sangkan*

de Ting Ling (1904-1986), autora comunista. Este livro de tradução brasileira constitui, conforme diz o leitor, um “relato de exaltação” sobre a reforma agrícola do Partido Comunista e, por isso, “[n]o fundo é uma obra de propaganda [...]”. O outro livro proibido é *Dix-huit poèmes* de Mao Tsé-tung. Para o leitor, o volume trata-se de “[p]oemas de índole inteiramente comunista”. Por conseguinte, o critério censório de “propaganda comunista” também parece ser utilizado como o critério principal para censurar a literatura.

Embora os relatórios exponham mais curiosidades e informações sobre a Censura salazarista, para o avanço da presente dissertação, a discussão acima exposta já permite tirar uma conclusão do presente subcapítulo focado na ação censória respeitante ao tema da China. A maioria absoluta dos relatórios de censura procura saber se os livros censurados estão relacionados com o comunismo chinês. Para a maior parte dos livros relativos a essa ideologia, a decisão de proibição é geralmente proferida. Porém, também há casos em que a autorização é emitida aos volumes respeitantes ao comunismo por várias razões. Essa situação, quiçá paradoxal, confirma a hipótese de Seruya (2018, 102): “[N]enhum autor nem nenhum tema seriam rejeitados categoricamente a priori, isto é, cada caso era um caso.” Referente às obras literárias relativas à China, a Censura também examinava o seu teor político na sua decisão. Os poucos exemplos encontrados sugerem que, mesmo para a poesia, um gênero elitista, os poemas “propagandistas” também não eram tolerados, como os poemas de Mao. Esta questão relativa à tolerância censória da literatura traduzida será o tema do próximo subcapítulo.

3.3.4 Tradução literária sob a Censura

A presente secção pretende abordar a relação entre a Censura e a tradução literária durante o Estado Novo. A nossa discussão será conduzida pelas seguintes questões.

- (1) De modo geral, como foi o impacto da Censura sobre a tradução literária?
- (2) O rigor da Censura variava entre diferentes gêneros literários? Porquê?
- (3) Nas próprias traduções constam influências da Censura? Como?

Após um levantamento da bibliografia, nota-se que, na área da tradução literária sob a Censura salazarista, ainda carece de um estudo panorâmico, mas que já foram produzidos estudos de casos e trabalhos em línguas de partida específicas. Neste contexto, espera-se

que a discussão seguinte possa contribuir para a ligação entre eles e a construção de um panorama.

De acordo com Seruya (2018, 112), “parece que, em termos quantitativos, a literatura não foi particularmente afetada”. Isto porque a narrativa ficcional não foi o género principal dos livros submetidos aos censores; ao mesmo tempo, foi publicada uma grande quantidade de traduções literárias⁶⁴, muito mais do que a quantidade dos relatórios de censura redigidos (um total de 10 011, entre os quais 3550 são de proibição⁶⁵). Porém, essa conclusão não deve criar a ilusão de que um romance era menos censurável do que outros livros. A Censura, conforme diz Seruya (2018, 112), concentrava-se sobretudo no livro relacionado com a ideologia ou o sexo. Neste caso, convém dizer que a ficção em si não constituía um problema a não ser que se manifestassem como “propaganda” ou “livros imorais”. Ou seja, o foco da Censura não residia no género do livro, mas no seu tema. Consequentemente, a questão relacionada com a Censura da tradução literária devia concentrar-se mais nos temas inimigos do Estado Novo.

Esta proposta é mais fundamentada pelo estudo de Špirk (2014, 77), que descobre que os livros relacionados com a Checoslováquia, traduzidos ou não, foram particularmente censurados: “While the overall average of authorised books was 64.54 %, only 36.36 % of books relating to Czechoslovakia were allowed to circulate in Portugal, although the percentage is rather friendlier (50 %) as regards fiction.” Estes dados fornecidos por Špirk sugerem que uma obra literária relacionada com os temas censuráveis e com um contexto de partida considerado como inconveniente também podia ser o alvo principal da Comissão de Censura, tal como esperado.

A afirmação de o foco censório residir nos temas, porém, não pretende sugerir que os géneros literários não constituíam um factor na lógica de Censura. Na verdade, alguns estudos sugerem que a Censura era mais rigorosa para livros mais populares.

⁶⁴ Somamos um total de 15 178 volumes publicados entre 1933 e 1974 na *Intercultural Literature in Portugal*.

⁶⁵ O estudo de Moniz (2022, 110) calcula cerca de 2 900 proibições “explícitas”, que se referem aos casos em que consta o despacho oficial de proibição e que a proibição não foi posteriormente anulada por outro despacho.

Guincho (2009) analisa duas traduções portuguesas d’*A arte de amar* de Ovídio (43 a.C. - 18 d.C.): uma feita por António Borges Coelho, lançada em 1965, e outra por David Mourão-Ferreira, publicada em 1970. O objetivo da investigação é verificar se o erotismo explícito da obra ovidiana é transferido integralmente nas traduções. Assim, são selecionados extractos com expressões eróticas para uma análise contrastiva do original e das traduções. As comparações mostram que não existe nenhum corte nas duas traduções. A investigadora adianta algumas especulações relacionadas ao estatuto da obra, retradução de uma poesia clássica grega, que parecia um “mal menor” para o regime por ter um público-alvo limitado (Guincho 2009, 274).

Também referente à tradução de poemas, a investigação de Maia (2009) foca-se no poema “Ode a Walt Whitman” de García Lorca (1898-1936), incluído em *Antologia poética* (1946) e em *Poemas de García Lorca* (1979), traduções por Eugénio de Andrade. A estudiosa procura saber se o (homo)erotismo do original sofreu a censura instituída e/ou se é esfumado pelo tradutor.⁶⁶ Neste estudo, a investigadora não encontra um relatório de censura respeitante à *Antologia poética*. A sua análise contrastiva de extractos selecionados do poema original e das duas traduções indica que *Antologia poética* contém desvios que “silenciam” o erotismo. Estes desvios, contudo, são revistos em *Poemas de García Lorca* para uma tradução mais próxima em termos semânticos. Na conclusão, a estudiosa considera que o velamento do (homo)erotismo em *Antologia poética* resulta do “silêncio eugeniano” (Maia 2009, 290), que se trata de um estilo poético do próprio tradutor, que pretende tornar ambíguas alusões eróticas (Maia 2009, 284-285).

Embora Ovídio e Lorca sejam dois autores de eras distantes e que Lorca constituía um símbolo mais transgressivo por ser um dissidente contemporâneo de Espanha, os dois casos referidos mostram dois enigmas semelhantes: (i) as traduções de poemas eróticos que deviam ter sido censuradas nem foram submetidas à Comissão de Censura; (ii) os tradutores não exerceram a autocensura política nas traduções.

⁶⁶ É de referir que, em Portugal, a despenalização da atividade homossexual foi promulgada apenas em 1982 (Santos 2013, 45; citado em Gombár 2018, 145). Porém, o regime salazarista teve uma certa tolerância com a homossexualidade quando esta não estava presente no público (Gombár 2018, 145). Este contexto esclarece a razão pela qual a literatura de tema homossexual era censurável.

Para o primeiro enigma, algumas hipóteses explicativas são propostas por Maia (2009, 280-282): (i) o volume foi censurado mas o relatório desapareceu; (ii) os peritextos na capa não chamavam atenção da PIDE e dos CTT; (iii) a poesia é um género literário elitista que tinha um público-alvo limitado durante o Estado Novo. Enquanto a primeira e a segunda hipóteses se devem verificar caso a caso, a terceira pode oferecer uma visão mais generalizante. De acordo com Seruya e Moniz (2018a, 230), o regime permitia um maior espaço de liberdade à elite do que ao povo, que era considerado mais vulnerável aos valores indesejáveis. Neste contexto, é lógico que se pudessem circular discretamente poemas eróticos dado ao seu género literário elitista. Isto sugere que os géneros literários geralmente considerados mais populares, como romance e contos, eram mais passíveis de sofrer a censura.

Em relação à literatura infantojuvenil, Anacleto (2022) fornece um estudo de caso relativo à (auto)censura em *Brigitte* e *O Romance de Isabel* de Berthe Bernage, ambos traduzidos por membros⁶⁷ da Mocidade Portuguesa Feminina e publicados entre 1940 e 1960. Nestes livros, a investigadora observa um paradoxo entre “revolução moral” e “contrarrevolução estética” (Anacleto 2022, 128). Isto talvez possa ser entendido nos seguintes termos: a tradução literária inevitavelmente importa elementos desconhecidos que suscitam a imaginação do leitor (uma “revolução moral”); porém, no caso em questão, as traduções publicadas pretendiam ser lidas numa única maneira didática que guiaria a leitora para ser uma “mulher virtuosa” na definição do pensamento salazarista. Esta leitura foi imposta através de paratextos, particularmente vários textos publicados nas Revistas da Mocidade Portuguesa Feminina (Anacleto 2022, 141). Os esforços de orientar a leitura sugerem que a ditadura portuguesa valorizava a importância da literatura popular na divulgação de valores pretendidos (como o papel de mulher na sociedade patriarcal) e se preocupava com a imaginação incontável (e talvez revolucionária) que o mundo literário pode inspirar à leitora.

Lopes (2022) oferece um estudo de caso mais concentrado na imaginação cosmopolita inspirada pela literatura infantojuvenil traduzida entre 1940 e 1974. A investigadora

⁶⁷ Referente à série *Brigitte*, segundo os dados da *Intercultural literature in Portugal*, existem doze traduções feitas por seis tradutores: Ângela de Castro (?-?), Alsácia Fontes Machado (1913-?), Irene Fernanda dos Santos (?-?), Maria Antonieta Silveira (?-?), Maria Dulce (?-?) e David de Carvalho (1956-). *O Romance de Isabel* tem oito traduções registadas, todas realizadas por Maria de Lourdes Cruz Costa Santos (?-?).

reconhece a contribuição “revolucionária” das traduções portuguesas de Enid Blyton, realizadas por Maria da Graça Moctezuma:

[P]romover um respeito por seres humanos concretos, na medida em que convidava as crianças a porem-se na pele de outras e a ver o mundo pelos olhos destes outros, por mais estereotipados que estes fossem. [...] À sua pequena escala, estas traduções abriram à minha geração um espaço de liberdade imaginativa, a que talvez não seja inoportuno chamar «revolucionário», no sentido em que os textos nos convidavam a imaginar-nos outros e, não menos importante, a acolher a diferença como potencialidade a abraçar. (Lopes 2022, 170-171)

O “espaço de liberdade imaginativa” para “acolher a diferença” podia constituir uma ameaça para a política de nacionalização portuguesa de Salazar, em que se preconizava o patriotismo (como diz o lema de Salazar: “Deus, pátria, família”), visto que, em regimes ditatoriais, o amor pela pátria muitas vezes é criado pela autoridade através do cultivo de xenofobia. Em resumo, a literatura popular traduzida talvez tenha sido considerada subversiva pelo regime salazarista porque, ao estimular a imaginação e convidar à empatia e à aceitação da diferença, poderia fomentar uma mentalidade mais aberta e, assim, representar uma ameaça indireta à ordem estabelecida.

Os exemplos acima referenciados tendem a sugerir que diferentes géneros podem implicar um maior ou menor rigor da Censura devido aos seus impactos distintos sobre o público. Se os esforços censórios, por exemplo, tiverem sido menores para a poesia, os tradutores de poemas provavelmente também terão aplicado menos esforços de autocensura na sua tradução. No entanto, como se pode revelar a presença da potencial autocensura?

Ao evitar o conteúdo indesejável para o regime, o agente da tradução estava a exercer uma ação da autocensura. A autocensura será discutida na seguinte secção. Por enquanto, é de sublinhar que a autocensura podia acontecer pelo menos em duas fases gerais de tradução, a saber, a seleção do texto e a tradução em si. Sem documentos históricos, como diários do tradutor e correspondências entre o tradutor e o editor, é difícil saber se um livro não foi selecionado para a tradução por causa da preocupação política, visto que a prova mais óbvia de não tradução é a sua inexistência, que pode ter várias hipóteses explicativas coexistentes. Em comparação, parece mais fácil identificar a autocensura sucedida na

tradução. Por exemplo, alguns investigadores adotam o método de análise contrastiva para encontrar desvios tradutórios em partes controversas de um texto de partida específico.

Retomemos o enigma supramencionado em relação à inexistência da autocensura nas traduções estudadas por Guincho (2009) e Maia (2009). Numa palavra para nos lembrar, as duas investigadoras descobrem que as expressões eróticas nos poemas originais ou não são omitidas, ou não são desviadas por razões morais. Isto sugere que alguns tradutores de literatura podiam não estar inscritos nos valores promovidos pelo regime nem queriam comprometer a sua produção criativa a cumprir a missão política. O incumprimento num contexto ditatorial com tendências totalitárias, na verdade, pode ser visto como uma ação punível. No entanto, tal perigo talvez tenha sido pequeno devido a vários fatores, como a falta da censura prévia ao livro e a eficiência duvidosa do mecanismo censório. Neste contexto, não faltam os tradutores que exprimem as suas opiniões dissidentes na tradução.

Esta hipótese pode ser confirmada por exemplos de duas traduções portuguesas de *Jane Eyre* comparadas por Lopes (2023). Eis o extrato do texto original em questão:

Women are supposed to be very calm generally: but women feel just as men feel; they need exercise for their faculties, and a field for their efforts, as much as their brothers do; they suffer from too rigid a restraint, too absolute a stagnation, precisely as men would suffer; *and it is narrow-minded in their more privileged fellow-creatures to say that they ought to confine themselves to making puddings and knitting stockings, to playing on the piano and embroidering bags.* It is thoughtless to condemn them, or laugh at them, if they seek to do more or learn more than custom has pronounced necessary for their sex. (Brontë 2002, 121–122; citado em Lopes 2023, 274; *italico* adicionado por Lopes)

A investigadora afirma que não se encontra o texto traduzido em *A paixão de Jane Eyre* (trad. de João Gaspar Simões, 1941). Assim, deduz-se que a omissão pode resultar da economia do custo de produção e do conteúdo com opiniões perturbantes (Lopes 2023, 274). Se a omissão tiver sido causada pela posição política exprimida por Jane Eyre, então a mudança tradutória pode ser lida como uma autocensura submissa ao regime de Salazar.

Em comparação, *O grande amor de Jane Eyre* (trad. de Leyguarda Ferreira, 1951) mostra um desvio intrigante na frase em *italico*: “E aquelas que se sentem felizes, passando a vida a cozinhar, a coser meias, a tocar piano e a bordar, podem considerar-se espíritos

acanhados.” (Brontë 1965, 131–112; citado em em Lopes 2023, 275). Conforme analisa Lopes (2023, 275), o tradutor Ferreira altera o objeto criticado dos homens para as mulheres submissas ao papel definido pela sociedade patriarcal. Esta crítica claramente discordava com o pensamento salazarista, que reservava as tarefas domésticas à mulher (Lopes 2023, 275). A escolha tradutória de Ferreira, assim, constitui uma “forte reivindicação política” (Lopes 2023, 275). A observação da investigadora parece ainda mais legítima se tivermos em conta que Ferreira prefere omitir narrações para acelerar o ritmo da história no resto da tradução, como mostrado em Lopes (2023). Neste caso, argumentamos, o tradutor manifesta uma atitude de resistência contra o regime.

Porém, vale a pena sublinhar que a “reivindicação política” acompanhada no desvio tradutório é só observável através da leitura contrastiva. Para quem lê apenas a tradução, pensará que é a frase original de Brontë. Isto sugere que a tradução podia constituir uma maneira para o tradutor escrever aquilo que não se atreveria a escrever se fosse numa obra da sua própria autoria. Por conseguinte, o desvio de Ferreira, camuflado com a voz de Brontë, pode ser visto como uma resistência silenciosa.

No entanto, como podemos nós saber quais factores realmente causaram o desvio tradutório? O que se pressupõe é que a Censura, não obstante influente em todos os aspetos da vida, não devia ser a única consideração tida pelo tradutor na sua produção criativa. Por exemplo, o estudo referido de Lopes (2023) sobre as traduções portuguesas de *Jane Eyre* mostra que os tradutores alteram, simplificam, atenuam ou reforçam diferentes aspetos e, assim, conseguem realizar o reenquadramento das traduções para satisfazer as necessidades não só do contexto ditatorial, mas também do seu leitor pouco instruído (Lopes 2023, 276-277).

No trabalho de Špírk (2014, 101-127), que analisa a tradução indireta de *Osudy dobrého vojáka Švejka za světové války* de Jaroslav Hašek, *O valente soldado Chveik* (trad. Alexandre Cabral, 1961/1971), o investigador conclui que os numerosos desvios no texto intermediário francês (*Le Brave Soldat Chvéik*, trad. Jindřich Hořejší) inevitavelmente resultam nos desvios na tradução portuguesa em relação ao original checo, ainda que

“[i]ronic as it may sound, Cabral was a much more faithful translator than Hořejší in the translation of Hašek’s Švejk.” (Špirk 2014, 127).

Em resumo, os estudos de Lopes (2023) e de Špirk (2014) demonstram os impactos significativos da baixa literacia no Portugal do Estado Novo, o que levou a simplificação e adaptação de obras literárias para um público pouco literato, e da prática comum de tradução indireta para português europeu. Estes fatores pertinentes, e outros potenciais, também devem fazer parte da nossa consideração ao avaliar um desvio tradutório.

Concluindo, tendo em consideração o contraste entre a quantidade de traduções literárias publicadas em português europeu (15 178) e a dos relatórios de censura (10 011), a Censura não parece ter impactado particularmente a tradução literária. A influência censória, porém, deve ter atingido mais a literatura mais divulgada do que a literatura considerada mais elitista por causa da maior preocupação do regime com o povo. Por falta da censura prévia, a influência censória seria mais possível de atingir pelo tradutor de literatura através da autocensura. O tradutor podia desistir de traduzir uma obra inteira ou partes dela, ou alterar alguns significados por causa da preocupação política. Enquanto é difícil saber se um livro não foi traduzido devido à autocensura, parece mais acessível observar a autocensura nos desvios tradutórios. No entanto, os desvios podem ser causados por razões além da censura, como a consideração do tradutor sobre o público-alvo e a orientação desviada do texto intermediário na tradução indireta.

3.3 (Auto)Censura: entre não-tradução e resistência

A nossa contextualização histórica sugere que realmente existiu um conflito ideológico entre a China comunista e o Portugal do Estado Novo. Ainda se vê que o regime português se dedica à prevenção de “propaganda comunista” nos livros relativos ao tema da China. No entanto, a nossa pesquisa de relatórios de censura mostra que apenas dois livros no nosso catálogo foram censurados e ambos foram autorizados.

Com o objetivo de tentar avançar hipóteses explicativas para a situação em que a censura salazarista não pareceu um fator desmotivador para a tradução da literatura chinesa, o

presente subcapítulo propõe discutir o conceito de censura e as suas influências subordinadoras em relação à não-tradução e à resistência. Tendo em conta o nosso tema sobre a censura oficial do Estado Novo, a nossa discussão não será estendida para os debates mais recentes sobre a censura em Estudos de Tradução, nomeadamente a censura “imposta de dentro do tradutor” devido às normas rigorosas (Ben-Ari 2010, 135), a censura em formato de mercado livre ou subsídios institucionais (Špirk 2014, 154) e a tradução enquanto um modo de censura⁶⁸. O nosso foco reside na censura institucionalizada por um regime ditatorial e nos seus potenciais impactos sobre a tradução.

Essas influências censórias, argumenta-se, não são apenas opressivas, mas também produtivas. A questão de traduzir ou não o texto inconveniente, bem como a de como o traduzir, são relevantes para identificarmos o objetivo do tradutor. Essas duas perguntas serão abordadas a partir de dois conceitos – não-tradução e resistência – que definem as limitações de conhecimentos produzidos no domínio controlado pela censura. Para melhor compreender a resistência, ainda será necessário esclarecer as relações entre a censura e a revolução. No final, discutiremos porque é necessário realizar a mediação entre a não-tradução e a censura através da autocensura e quais dificuldades existem na investigação sobre a autocensura.

O vocábulo “censura” parece carregado de sentido negativo, associado à ação coerciva imposta pela autoridade para fins políticos ou religiosos. De acordo com o Dicionário Infopédia, a censura é um “exame crítico de obras, espetáculos ou publicações segundo critérios morais ou políticos e exercício do poder de autorizar ou não a sua exposição ou publicação”. Desta definição, além da associação da censura à imposição autoritária numa hierarquia de poder, depreende-se também que a censura tem uma dimensão moral ou política. Por exemplo, a autoridade da Roma Antiga encarregava censores de vigiar os costumes e privar a cidadania das pessoas com má conduta; a inquisição proibia a imprensa carregada de “heresias” (Guedes 2006, 54). Mais recentemente – e mais importante para o

⁶⁸ Por exemplo, conforme diz Tan (2017, 47), Billiani (2007, 3) fornece uma definição de censura que permite a assimilação da tradução à censura: “[C]ensorship is a form of manipulative rewriting of discourses by one agent or structure over another agent or structure, aiming at filtering the stream of information from one source to another.” A metáfora de *gatekeeping* também pode ser uma característica que a censura e a tradução partilham: “[T]he activities of translator and censor are in many ways related. Both are gatekeepers, standing at crucial points of control, monitoring what comes in and what stays outside any given cultural or linguistic territory.” (Holman e Boase-Beier 1999, 11; citado em Merkle 2002, 9).

presente trabalho – no contexto de Portugal, a nossa contextualização mostra que a censura salazarista visava manter a estabilidade política do Estado Novo e a moralidade católica promovida pelo regime. Como essas autoridades recorrem sempre a meios repressivos para a preservação da sua existência, os órgãos censórios que elas terão inspirado inevitavelmente o sentido pejorativo da palavra de censura. Portadora de tal longa História de perseguição, a censura muitas vezes provoca exclusivamente a ação repressiva da autoridade contra os dissidentes políticos ou religiosos.

No entanto, ao compreender a censura apenas como opressão, podemos desconhecer a sua produtividade. Foucault, em *Surveiller et punir*, argumenta que o conhecimento é produzido e representado através de maneiras pelas quais a sociedade impõe as normas.⁶⁹ Neste contexto, Foucault propõe que

[w]e must cease once and for all to describe the effects of power in negative terms: it 'excludes', it 'represses', it 'censors', it 'abstracts', it 'masks', it 'conceals'. In fact, power produces; it produces reality; it produces domains of objects and rituals of truth. The individual and the knowledge that may be gained of him belong to this production. (Foucault 1995, 194)

Desta citação, compreende-se que o filósofo sublinha o aspeto produtivo do poder, que costuma ser esfumado pelos sentidos pejorativos impostos a ele. Em suma, Foucault considera que o conhecimento existente é aquele que é produzido pelo poder e, por isso, a compreensão do poder como ação repressiva impede a observação da total realidade. Seguindo esta esteira, se nos concentrarmos apenas no sentido repressivo da censura, que constitui um meio da expressão do poder – embora carregado do sentido pejorativo, como também afirma Foucault –, arriscaremos a esfumar alguns aspetos do conhecimento produzido pela censura. Consequentemente, em termos concetuais, a censura institucional, enquanto uma forma extrema do poder – e, portanto, também de regulamentação da produção do conhecimento – não tende somente a eliminar, mas também a criar o conhecimento.

Se a censura produzir conhecimento, então a questão essencial será que tipos de conhecimentos surgem da censura. No nosso caso específico, a questão pode ser limitada a que tipos de traduções são realizadas sob a censura. Para a tentativa de uma resposta para

⁶⁹ Fazemos aqui uma leitura dos argumentos de Foucault semelhante à de Billiani (2019, 57).

essa questão, propomos que conhecimentos na tradução feita sob a censura institucionalizada podem ser encaixados numa faixa limitada por duas pontas – não-tradução e resistência. Ainda será sugerido que, fora deste domínio definido pela censura, se situe a tradução revolucionária.

Para a censura e o regime que a institucionaliza, a não-tradução total pode evitar quaisquer influências “subversivas” do estrangeiro no território nacional. A não-tradução, como mencionada no Capítulo 2 da presente Parte, é considerada por Duarte (2000, 98) como um resultado historicamente evidente da censura institucionalizada. De facto, a coexistência de censura e tradução pode constituir um paradoxo: “In an idealized formulation, translation and censorship mark opposite points on the spectrum of signification: if translation works to raze boundaries between text and reader, censorship strives to raise them.” (Escholar 2011, 1). No caso mais específico, a censura institucionalizada pretende conservar a estabilidade sócio-política nacional, que será inevitavelmente desequilibrada pelos elementos estrangeiros importados pela tradução, por mais domesticante que seja, pois a tradução por natureza implica uma potencial realidade diferente: “Because translation often, though not always, makes the source culture visible within, and accessible to, the target culture, translated texts tend to attract censorial intervention; they voice the presence of the Other from within.” (Sturge 2004; citado em Billiani 2007, 3) Desta forma, a proibição total de traduções parece o ideal para o controlo político.

No entanto, a não-tradução total pode causar um grave problema sociopolítico. Se considerarmos que a tradução constitui uma forma essencial para a introdução de novos elementos a um sistema e a ligação entre ele e o resto do mundo, então a falta de tradução diminuirá a legitimidade da censura e do respetivo regime nos olhares nacional e internacional. Nos termos de Even-Zohar (1979, 296), um sistema petrificado finalmente sofrerá o “colapso total por meio da revolução”. Consequentemente, o objetivo da censura não deve ser a proibição de tudo, mas a manipulação de novos conhecimentos através de reformulação e seleção do texto.

Quanto à resistência na tradução, esta pode ser compreendida como a introdução dos conhecimentos estrangeiros indesejáveis para o regime. A resistência mostra-se como uma

recusa de submissão aos valores impostos pelo opressor, que, sendo o mais poderoso, inicia a imposição e define a direção da resistência:

The metaphor *resistance* presumes the existence of a specific powerful opponent that exerts force in particular directions. The metaphor suggests that it is the function of activists to oppose the opponent's force so as to deflect or thwart (i.e., resist) the actions that the force initiates and the directions that the power wishes to move in and to impose on others. (Tymoczko 2010, 10; *italico no original*).

Ou seja, apesar de ir contra a opressão, a resistência continua a estar no domínio “circunscrito” pela força opressiva (Tymoczko 2010, 15). Uma vez que a força repressiva na tradução se concretiza sobretudo na censura, esta constitui o maior obstáculo para a introdução de elementos transgressivos. Para ultrapassar essa barreira, a força resistente da tradução manifesta-se na tentativa de contornar as regras censórias através de manipulação do texto e paratexto. Ou seja, a resistência na tradução intenciona importar os conhecimentos inconvenientes, de forma comprometida, para o território dominado pela censura. Sendo uma ação comprometida pela censura instituída, tal resistência mostra-se silenciosa, no sentido de passar despercebida.

Também existe um tipo de resistência que não é limitado pela censura instituída. Ou seja, pretende chamar a atenção do público e/ou não contornar a censura. Por esta categoria de resistência, entende-se aqui pela “revolução”. A revolução não está sujeita à luta definida pelo opressor, mas à redefinição integral e súbita de relações de poder entre diferentes participantes: “[O] caráter de revolução: a aceleração do ritmo temporal e a dimensão das alterações em relação a um passado imediatamente anterior. Normalmente tenta-se conjugar as duas” (Seruya 2022, 223). Ou seja, ao revolucionar, destaca-se o desejo de uma repentina mudança profunda a todos os níveis. Antes da revolução sociopolítica, acontece sempre a revolução de ideias que “alimentam os homens no seu desejo de mudar as circunstâncias das suas vidas e que lançam os alicerces da transformação das sociedades” (Pinto 2022, 32). Talvez seja por isso que a tradução constitui uma maneira de revolução.

Podemos argumentar que a “tradução revolucionária” apresenta os elementos transformadores para a sua própria pretensão de substituir o sistema do poder existente sem se comprometer à limitação censória. Essa tradução inevitavelmente será proibida pela censura; contudo, uma vez que não tenciona ser autorizada, a tradução pode ter as suas

utilidades além da publicação normal, como a circulação clandestina e a publicação no estrangeiro. Consequentemente, a tradução revolucionária situa-se fora do controlo censório e serve para a mudança profunda do sistema existente para um outro modelo pretendido.

Neste enquadramento, a revolução é considerada como uma categoria de resistência. Tal como a resistência silenciosa, a revolução na tradução também apresenta elementos transgressivos. Porém, a revolução não se sujeita à censura. Ou seja, uma tradução revolucionária lança-se como se não houvesse censura ou, pelo menos, não mostra qualquer aparente preocupação em passar a censura. Por isso, a revolução na tradução tende a expor mais elementos indesejáveis. Em comparação, a resistência silenciosa pretende passar a censura e, portanto, deve estar sujeita a determinados constrangimentos censórios. Por conseguinte, compreendemos que, em termos da tradução, a revolução não é necessariamente um produto da censura, mas a resistência silenciosa o é.

Neste enquadramento, como parte do fenómeno da censura, existem a não-tradução e a resistência silenciosa. De facto, a tradução sob a ação da censura é dificilmente reduzida a um dos dois pólos definidos, pois pode haver a omissão e a modificação transgressiva simultaneamente na mesma tradução. A coexistência de duas circunstâncias na mesma tradução pode ser explicada pelo conceito de autocensura. Por autocensura, nesta dissertação, não se entende uma ação realizada por um objeto passivo e reprimido, mas uma ação realizada por um sujeito oprimido mas ativo, que possui as suas pretensões escondidas. Por isso, para um tradutor que pretende publicar uma tradução transgressiva, a autocensura constitui uma ferramenta que ajuda a contornar a censura através de negociação entre diferentes elementos transgressivos.

Mas por que razão a autocensura pode ser vista como uma ferramenta? Isto tem que ver com a necessidade de equilibrar entre a vigência da censura e a pretensão do tradutor. A fim de ser publicado na sociedade regulada pela censura institucionalizada, o livro traduzido muito provavelmente vai passar por um processo censório. Quanto à censura repressiva, o volume pode ser publicado sem nenhum exame oficial. Depois da publicação, todavia, o livro estará sujeito à censura por vários meios acima mostrados no caso de

Portugal. Para tentar passar esses exames, o tradutor pode manipular o seu texto através da implicação ou até omissão de determinadas partes para a publicação do volume em si.

O foco da seguinte discussão reside na censura repressiva por ter sido o caso predominante da Censura ao livro do Estado Novo. Embora a proibição deste tipo de censura seja mais prejudicial no sentido de implicar perdas financeiras e poder levar à arruinação da editora (Špirk 2014, 150), talvez daí surjam mais espaços para contornar a censura. Isto porque, na sua primeira fase – a deteção –, a examinação pode concentrar-se apenas nos paratextos, nomeadamente a capa, o título e o nome do autor. Com o objetivo de evitar a deteção, a censura e a potencial proibição da tradução, o tradutor pode exercer a autocensura nessas partes para conseguir publicar a totalidade do texto principal. Mesmo que o tradutor não a realize, muitas vezes a tradução pode ser autocensurada pelo editor para garantir a segurança de publicação (Billiani 2019, 59). Ao realizar essas mudanças paratextuais e textuais, os efeitos de leitura podem ser muito diferentes do que uma tradução mais convencional. Consequentemente, a autocensura pode ser considerada como uma ferramenta necessária para a garantia da publicação, que inevitavelmente influencia os efeitos da tradução pretendidos pelo tradutor.

Sendo diferentes os impactos, a autocensura na tradução, tal como a censura também podem produzir conhecimentos distintos. A autocensura ajuda o tradutor a tentar contornar as regras censórias e, assim, alcançar o seu objetivo da tradução. Ou seja, ao utilizar a autocensura para a publicação, o tradutor tem de implicitar ou eliminar determinados elementos transgressivos para contornar a censura e manter os sentidos que servem para a sua pretensão. Para tal, parece que o tradutor precisa de ser criativo: transformar as inconveniências menos censuráveis mas sugestivas. Ou seja, depois da autocensura, o conteúdo inconveniente pode não ser omitido, mas parecer mais ambíguo ou até se apresentar de outra forma. Essas técnicas utilizadas para a exposição implícita de inconveniências podem relevar a paradoxalidade da autocensura: os constrangimentos censórios inspiram soluções criativas para a tradução.

No entanto, como se observa esse processo de autocensura na investigação? Para Špirk (2014, 150), a autocensura é uma parte “inerente”, mas “invisível”, da censura

institucionalizada. Essa derivação é concretizada quando o tradutor interioriza os valores promovidos pelo órgão censório e os traduz para a sua obra. Ou seja, ao exercer a autocensura, o tradutor avalia a admissibilidade da sua tradução de acordo com o seu entendimento sobre os valores indesejáveis para a censura institucionalizada. Deste processo de autocensura consta um problema metodológico. Se o investigador não tiver os arquivos necessários, como correspondências entre o tradutor e o editor, o diário do tradutor, o prefácio, etc., é difícil confirmar se existe a autocensura apenas através das decisões tradutórias, que podem ser tomadas devido a distintas considerações além da censura. Ao tentar estabelecer relações entre as escolhas de tradução e os valores indesejáveis para a censura, o resultado obtido parece mais a influência da censura, em vez do impacto da autocensura. Além disso, a tradução em si é um processo manipulatório (Bassnett e Lefevere 2017, vii; Ben-Ari 2010, 135). Isto levanta também a questão de como distinguir os resultados de autocensura e de manipulação tradutória com outros objetivos. Por isso, enquanto podemos admitir como hipótese a existência da autocensura, é difícil confirmar que o estudo revela a autocensura em si.

Em prol de uma conclusão deste subcapítulo, a censura institucional, parte integrante de relações do poder, produz conhecimentos na tradução através da circunscrição de elementos aceitáveis e inaceitáveis. O desaparecimento de conteúdo indesejável pode ser entendido como a não-tradução, enquanto a presença dele, como resistência na tradução. Dois tipos de resistência são identificadas: revolução e resistência silenciosa. Enquanto a revolução não é subsumida à censura, a resistência silenciosa pode ser considerada como uma luta paradoxal: contra a censura, mas sujeita aos critérios censórios. A paradoxalidade da resistência silenciosa manifesta-se na autocensura, através da qual o tradutor negocia a sua vontade transgressiva e a possibilidade de publicação sob a ação da censura. Porém, esta negociação de autocensura é difícil de ser observada pelo investigador no caso de falta de informações sobre o processo de trabalho do tradutor. A natureza da tradução como manipulação também complica a tentativa de estabelecimento de ligação entre as duas partes. Consequentemente, a presente dissertação pode principalmente colocar em diálogo a censura e a tradução, enquanto tenta observar hipotéticos traços de autocensura.

Parte II - Escavação e análise: rumo a uma história perdida

A research project does not begin with a random collection of data followed by a search for possible explanations of the data. It begins with curiosity, due diligence and an initial hunch that leads to a research question. The data collection is guided by the parameters of the question and by the tentative answers that the researcher has in mind. This is why research is not a two-stage process of first data collection then explanation. The data collection is already an informed, controlled exercise.

Theo Hermans (2022, 31)

Avançamos no início da dissertação hipóteses explicativas relativas ao papel da ideologia como elemento quer motivador quer desencorajador para a tradução de literatura chinesa no Portugal do Estado Novo, a lembrar: (i) a ideologia de Esquerda podia ter motivado a tradução portuguesa de literatura chinesa no Estado Novo; (ii) as traduções podiam ter contornado a Censura através da autocensura. Uma vez que estas hipóteses explicativas podem constituir o que Hermans chama como “tentative answers that the researcher has in mind”, o estudo na presente Parte será centrado na tentativa de reconstrução das relações entre a ideologia e a tradução.

Preâmbulo - Da história externa à história interna

Dentro dos enquadramentos histórico e teórico estabelecido na Parte I, a presente parte explorará a história da tradução chinês-português durante o período do Estado Novo. Concretamente, procura-se compreender as razões históricas pelas quais a quantidade de traduções de literatura chinesa aumentou inesperadamente sob a vigência da Censura salazarista. Para alcançar este objetivo, propomos organizar o trabalho de acordo com a distinção entre a história externa e a história interna da tradução. Estes dois conceitos, como veremos, facilitarão a nossa discussão abrangente e a nossa compreensão sobre o presente tema complexo.

Os dois termos, “história externa” e “história interna”, provêm da história da prática da tradução, que se distingue da história da teoria da tradução (Pięta 2013, 16). A distinção

entre a teoria e a prática na história da tradução foi estabelecida por investigadores do Grupo de Göttingen, sediado na Universidade de Göttingen e ativo de maneira formal entre 1985 e 1996 (Bernardo 1999, 605; citado em Pięta 2013, 15-16). De acordo com Hermans (2004), o Grupo de Göttingen

is more textually oriented and corpus-based, producing detailed philological analyses while the Manipulation group is more interested in case studies as illustrations of theoretical and methodological points. If the Manipulation group is largely target-oriented in that analyses tend to focus on translations in their immediate target-system context, the Göttingen group describes its own approach as transfer-oriented. (Hermans 2004, 201)

Ou seja, o Grupo de Göttingen pretende realizar análises comparativas mais exaustivas entre o original e a tradução, enquanto a Escola da Manipulação pretende focar-se no sistema do contexto de chegada e nas respetivas influências da tradução. Para a presente Parte, a distinção do Grupo de Göttingen entre a história externa e a história interna da tradução ajudará a estruturação da dissertação. Quanto à Escola da Manipulação, o seu método de caso ilustrativo será adotado na última secção de história interna, a fim de reforçar as hipóteses avançadas na análise durante a história externa.

A história externa da tradução, conforme define Bernardo (1999, 622; citado em Maia 2012, 126), “visa responder à pergunta sobre que obras foram traduzidas quando e com que frequência, por que tradutores e em que circunstâncias e contextos institucionais, de onde poderá resultar uma história social e institucional da literatura”. Desta forma, uma definição concisa da história externa da tradução pode ser “the kind of history to be constructed from contexts” (Koster 2002, 24). Ou seja, a história externa da tradução é um trabalho histórico que pode ser realizado a partir de informações extratextuais, incluindo o contexto, a biografia do tradutor, entre outras. Por conseguinte, fazer história externa da tradução é um estudo histórico de paratextos de tradução.

Por “paratexto”, entende-se como os elementos que constituem um “limiar” (*Seuil*) entre o mundo real e o mundo diegético e que constituem um enquadramento de leitura dessa obra literária (Genette 1987, 7-8; 1997, 2). Na esteira de Genette, os paratextos englobam peritextos e epitextos: os paratextos estão fisicamente aderidos ao livro, como o título, nome do autor e prefácio; os epitextos estão no exterior do volume, incluindo as

entrevistas ao autor, correspondências e diário do autor (Genette 1987, 10-11; 1997, 5). Entre os epitextos, ainda pode existir o contexto, tal como afirma o académico: “[I]l nous faut au moins retenir en principe que tout contexte fait paratexte.” (Genette 1987, 13; também ver 1997, 8). Com base na referida definição de paratexto e na distinção entre o peritexto e epitexto, entendemos que o nosso catálogo e os respetivos dados constituem paratextos para formular a nossa leitura desses livros a partir do ponto de vista da história da tradução. Ou seja, através do catálogo compilado, podemos estabelecer ligações entre o contexto (epitextos: ano de publicação, biografia do tradutor, situação censória, etc.), o enquadramento de leitura proposto pelos agentes tradutórios para a leitura (peritextos: prefácio, coleção, notas de rodapé) e o próprio texto traduzido.⁷⁰ Voltaremos em breve para a discussão sobre o enquadramento de leitura enquanto um espaço criado pelos peritextos.

Uma vez que não se pode compreender a totalidade de um texto traduzido sem conhecer o seu contexto, a história externa da tradução constitui uma base essencial para a história interna (o estudo do próprio texto traduzido). Vários autores defendem que a história externa da tradução deve preceder a história interna da tradução. Por exemplo, Koster (2002, 24) afirma que “it seems hardly feasible that it is possible to write an internal history of any relevance without some kind of contextualization, without paying some attention to the external factors”. Assis Rosa (2013, 39) declara “[o]nly after this external history has been initiated can work begin on the internal history, since a cartography of translated works is needed in order to obtain a macroscopic view”. Concordando com os dois académicos acima citados, Pięta (2013, 18) conclui que, “para que se possa levar a cabo uma micro-análise pertinente das características textuais de uma tradução, mostra-se imprescindível realizar previamente uma macro-análise do contexto em que ela surge”. Ou seja, os académicos citados consideram que a história externa pode ajudar a construir um contexto necessário para o estudo da história interna.

Na descrição do contexto, a primeira tarefa necessária provavelmente é o levantamento de traduções, dado que o conhecimento sobre a existência de traduções é exigido para a

⁷⁰ Embora Genette mencione a tradução somente como uma ferramenta que fornece paratextos – “[C]haque traduction doit, d’une manière ou d’une autre, faire commentaire au texte original” (Genette 1987, 372; 1997, 405) –, esse conceito de paratexto, tal como mostra Batchelor (2018, 25-26), já tem sido desenvolvido em Estudos de Tradução desde o ano de 1996, em que foram publicados dois artigos que utilizam a noção de paratexto de Genette, um de Hermans (1996) e outro de Kovala (1996).

análise de quaisquer outras informações. Referente a este aspeto, o presente trabalho recorre ao termo “arqueologia da tradução” de Pym (1998, 5), porque este e a história da tradução “se referem à mesma parte inicial de um projeto em História da Tradução” (Maia 2012, 126). A arqueologia da tradução, conforme propõe Pym

is a set of discourses concerned with answering all or part of the complex question ‘who translated what, how, where, when, for whom and with what effect?’. It can include anything from the compiling of catalogues to the carrying out of biographical research on translators. (Pym 1998, 5)

Entre as perguntas da arqueologia da tradução, a presente dissertação sublinha a pergunta “o que foi traduzido” por ser essencial para o início de uma história da tradução: “we can only reach those other activities and that humanity through translational documents.” (Pym 1998, 38). Por outras palavras, a localização de traduções pode dar-nos um ponto de partida de pesquisa histórica sobre o contexto.

Na pesquisa de traduções, a compilação do catálogo será o método adotado na presente investigação para organizar e apresentar as diversas informações paratextuais. Conforme afirma Pym (1998, 40), “lists help force the recognition of contexts, and do so in a way that can make us revise our more disposable impressions”. Assim, na esteira do investigador, sendo o catálogo uma lista, os dados catalogados podem oferecer essas duas vantagens para a investigação: em primeiro lugar, o catálogo obriga à descrição e ao registo de um conjunto aturado de dados relativos ao objeto em estudo; em segundo lugar, mediante a leitura dos dados registados, o investigador pode começar a conhecer a tendência de tradução e reconhecer relações entre traduções, agentes e contextos. Estes dois benefícios, bem como a referida necessidade da pesquisa de traduções, talvez justifiquem a nossa decisão de dedicar o primeiro capítulo da presente parte à compilação do catálogo.

Após a compilação do catálogo, o estudo procede à análise dos dados em termos da história externa da tradução para tentar confirmar a existência da razão histórica para as traduções. Em específico, a descrição foca-se nas perguntas de “quando”, “quem” e “o que”, ou seja, datas de publicação, agentes envolvidos, textos selecionados e autores traduzidos. A pergunta de “quando” ajudará a revelar potenciais relações entre as traduções e o contexto histórico, tentando explicar os fenómenos tradutórios a partir das circunstâncias. Depois de distinguir os períodos de tradução, procurar-se-á identificar relações ideologicamente

motivadas entre os diferentes contextos, os agentes de tradução e as respectivas seleções. Com base nesta história externa da tradução, tentar-se-á avançar hipóteses explicativas para o aumento da tradução literária de literatura chinesa.

Por fim, para aprofundar o impacto censório e a razão ideológica de que determinará a tradução chinês-português durante o Estado Novo, a nossa história interna da tradução explora três casos ilustrativos nos três períodos de tradução distinguidos. De acordo com Bernardo, a história interna da tradução analisa

as características das próprias traduções, acompanhando cronologicamente as diferentes formulações que as sucessivas traduções de uma mesma obra foram evidenciando, o que permite fazer um historial do estilo e da interpretação da obra traduzida no respectivo contexto. (Bernardo 1999, 623; citado em Maia 2012, 185)

Ou seja, o método adotado da história interna da tradução refere-se sobretudo a uma análise textual do texto traduzido.⁷¹ Desta forma, a história interna da tradução também pode ser definida como “the kind of history to be constructed from texts” (Koster 2002, 24). Apesar da centralidade no “texto”, a nosso ver, pode caber a essa abordagem também a análise peritextual. Em termos de espaço, os peritextos são os paratextos aderidos ao volume (Genette 1988, 10; 1997, 5). O prefácio, a dedicatória e outros peritextos, conforme diz Lopes (2012, 130), são úteis para “better understand a period and its conceptions of authorship and translation”. Por isso, através da análise peritextual, é esperado que se possa compreender a produção e a pretendida receção de textos (ver Batchelor 2018, 2). Tendo em conta a produtividade dos peritextos – espaço em que muitas informações são reveladas diretamente pelo tradutor –, a análise peritextual antecede a leitura contrastiva na nossa abordagem da história interna da tradução.

Esta ordem de estudo, todavia, não pretende criar a ilusão de que os peritextos revelam necessariamente as características do próprio texto traduzido. Os peritextos podem guiar a

⁷¹ O “historial do estilo” mencionado por Bernardo (1999, 623; citado em Maia 2012, 185) pode referir-se ao retrato de diferentes estilos entre a tradução e as retraduições. Como a retradução não será o foco da presente dissertação, a nossa história interna da tradução não aprofundará esse aspeto. Porém, também vale a pena sublinhar que, embora alguns textos originais incluídos no nosso catálogo sejam traduzidos por mais de uma vez durante o período do Estado Novo, durante a presente investigação não foram encontradas relações entre diferentes versões portuguesas do mesmo texto chinês. Por exemplo, *Divórcio* e *A verdadeira história de Ah Q* partilham um conto em comum, mas a nossa leitura revela que muito provavelmente são traduzidos a partir de duas versões de diferentes línguas europeias.

leitura para um caminho diferente do que a leitura sugerida pela análise contrastiva da tradução, tal como afirma Lopes:

[P]refaces tell of conscious intentions, and intentions may unconsciously go awry in the text or may even be a masquerade, mimicking positions that are not followed through in the text, for the sole aim of the preface is to save the translator from social disgrace and/or make a given translatory practice acceptable by paradoxically denying it. (Lopes 2012, 130)

Num contexto de “desgraça social”, como o caso da ditadura salazarista, os tradutores incluídos podiam ter escrito, por exemplo, um prefácio para criar uma leitura não ideológica de um autor comunista, mas as obras traduzidas podem sugerir uma leitura com base em princípios comunistas correntes naquele contexto. Desta forma, os peritextos são considerados aqui como um espaço liminal, um corredor que liga o mundo real para o mundo diegético na perspectiva dos agentes tradutórios.⁷² Ou seja, os peritextos podem ser utilizados para espreitar tanto o contexto (história da tradução) como o texto (história interna).

De acordo com a discussão acima exposta, podemos organizar o enquadramento metodológico da nossa investigação nos seguintes termos. O epitexto, peritexto e texto constituem três espaços distintos pertencentes às duas categorias da história da tradução.

História Externa:

- (1) **Contexto.** Sendo uma parte da história externa da tradução, o contexto referido pode incluir tanto o panorama histórico (como as circunstâncias políticas) como os fatores históricos mais específicos, diretamente relativos à tradução, como o autor, os textos selecionados e o tradutor.

História Interna

- (2) **Enquadramento de leitura criado pelos agentes tradutórios.** Construído através dos peritextos, esse enquadramento é considerado principalmente como uma parte da história interna. Sendo também um espaço liminal, aqui os leitores são guiados por uma compreensão concebida pelos agentes tradutórios.

⁷² Cientes de que o “espaço liminal” pode incluir “the text *outside/inside* the text which *discusses* the text” (Lopes 2012, 130; *italico no original*), a presente dissertação pode não prestar tanta atenção ao texto fora do texto traduzido (ou seja, o epitexto) por causa da nossa centralidade nas traduções, em vez de em potenciais arquivos relativos a cada tradução. Contudo, esse aspeto da história externa da tradução poderá ser promissor para a futura investigação, pois ainda é uma lacuna de estudo.

- (3) **Estilo.** Neste espaço pertencente à história interna da tradução, é possível conhecer o tipo de história que o tradutor pretende narrar através da leitura contrastiva. As mudanças e não-mudanças podem ilustrar as hipóteses avançadas nas duas etapas anteriores.

Resumindo, o estudo da história externa da tradução constitui uma base da nossa compreensão sobre a história interna. Na parte da história externa, a pesquisa de traduções será no Capítulo 1, que apresentará e debaterá a compilação do catálogo para tentar confirmar a completude do catálogo dentro dos métodos e fontes utilizados. O Capítulo 2 será dedicado a examinar os períodos de tradução, os agentes tradutórios, as obras selecionadas e os escritores selecionados. No Capítulo 3, que constitui a história interna da tradução, o estudo tentará aprofundar o motivo ideológico por detrás das traduções e compreender a forma como a Censura impactou a tradução através de três casos ilustrativos.

Capítulo 1 - Catálogo das traduções portuguesas de literatura chinesa publicadas no Estado Novo

A compilação do catálogo é, conforme diz Pym (1998, 47), “an entirely legitimate and useful activity.” No nosso caso, por um lado, o catálogo em si é considerado um resultado de investigação; por outro, o catálogo também será o fundamento para a exploração das nossas questões de investigação. Consequentemente, pensamos que pode ser legítimo dedicar um capítulo para a discussão do processo de compilação do catálogo

Através da discussão conceitual da noção do catálogo (Pym 1998), o subcapítulo I determina que a compilação de catálogo visa prosseguir uma lista completa de traduções compatíveis com a nossa definição operativa de obra literária chinesa traduzido para português e publicada no Estado Novo. Porém, a completude permanece sempre uma dúvida por causa de diferentes dificuldades práticas da pesquisa histórica. Por isso, a solução será o que se discute no subcapítulo II: a articulação detalhada da compilação que permite a reflexão sobre potenciais limites do catálogo. Após a compilação, no subcapítulo III, os volumes que levantam dúvidas sobre a inclusão ou exclusão serão examinados através de definições operativas do nosso objeto.

1.1 Conceito do catálogo: o que é, para quê, porquê e como?

Com o objetivo de fornecer uma compreensão de catálogo e para melhor perceber os objetivos do nosso catálogo, bem como o processo da sua compilação, tentamos distinguir os quatro tipos de listas que surgirão na nossa investigação: base de dados, bibliografia, catálogo e *corpus*. O foco especial reside na discussão conceitual dos últimos dois termos.

A compilação do catálogo implica a pesquisa de todas as traduções correspondentes aos critérios definidos, mas esta ambição não é fácil de concretizar. Na definição operativa de Pym (1998, 42), os catálogos são “lists of translations within a specified field for which the ideal is to have data on all the translations” e a sua função principal é de “approach maximum completeness so as to enable any particular piece of information to be found”. O académico, assim, reforça a importância de o catálogo ser exaustivo. Na verdade, o

catálogo completo pode melhor fundamentar as hipóteses avançadas relacionadas com a quantidade de traduções. Porém, como se garante que o catálogo inclui todas as traduções? A resposta mais provável seria que é impossível garantir a completude do catálogo. Além de limitações comuns, como tempo de investigação, a busca da completude do catálogo será também obstaculizada pelas dificuldades próprias de estudos históricos. Especificamente em Portugal, Lopes aponta os seguintes obstáculos: “(i) documentos desapareceram e faltam datas, (ii) o acesso aos textos é difícil e/ou demorado, (iii) a reprodução, por vezes, impossível, sendo que (iv) biografar a invisibilidade é meta virtualmente impossível.” (Lopes 2010, 7). Sendo assim, a completude do catálogo parece um trabalho desejado mas difícil de concretizar.

Esta argumentação não visa indulgenciar um catálogo incompleto; ao contrário, implica a necessidade de solução: o catálogo deve mostrar as suas fontes, o processo de pesquisa e as possíveis limitações. Isto pode ser explicado por três razões. Primeiramente, uma vez que a nossa questão e hipótese sobre o aumento de traduções diz respeito à quantidade, a detalhada apresentação da compilação do catálogo e a reflexão sobre os seus limites podem inspirar mais confiança nos dados catalogados e, subsequentemente, nos nossos resultados. Segundamente, de acordo com Pym (1998, 48), através da indicação de lacunas, pode informar-se os utilizadores do catálogo sobre o facto de que o catálogo pode ser limitado pelas fontes utilizadas. Terceiramente, sendo o catálogo considerado como uma fonte aberta para atualizações, outros investigadores podem mais facilmente dar conselhos através da leitura do nosso processo de compilação. Por isso, o seguinte subcapítulo detalha as fontes e os métodos de pesquisa para que, no último subcapítulo, possamos identificar as futuras direções de pesquisa de traduções.

Consideramos que é adequado utilizar o termo “catálogo” para a lista de traduções portuguesas de literatura chinesa devido ao seu formato, conteúdo e função. Castro (2022, 38-39) propõe que “catalogues, bibliographies, and databases to be essentially similar tools as distinct from a corpus”. Concordamos que os catálogos, as bibliografias e as bases de dados são semelhantes por partilhar o mesmo objetivo de completude de itens pretendidos. Porém, tal como também menciona Castro (2022, 38), entre esses três tipos de listas existem determinadas diferenças óbvias. Enquanto a base de dados é apresentada em

formato digital e fornece acesso eletrónico, estas funções não são necessariamente implicadas pela bibliografia e pelo catálogo. Entre estes dois, uma nuance que se pode apontar reside na etimologia: o vocábulo “bibliografia” sublinha que os itens listados são livros, enquanto o “catálogo” apenas reforça a ideia de uma coleção de itens. Uma vez que o nosso inventário inclui detalhes fora dos volumes, como relatórios de censura e obras originais dispersas, talvez seja adequado optar pelo termo “catálogo”.

Entre o catálogo e o *corpus*, para Pym (1998, 42), “[t]he movement from catalogues to corpora in fact involves forming an object of study; it recognizes that although archeological data are found, history has to be modelled. Catalogues alone do not produce good historical knowledge”. Desta citação depreende-se que o catálogo visa juntar dados arqueológicos de traduções (como o autor, tradutor e texto de partida), enquanto o *corpus* pretende produzir um “bom conhecimento histórico”.⁷³ Ou seja, a distinção proposta por Pym reside nos aspetos funcionais do catálogo e *corpus*: o catálogo visa incluir as traduções; o *corpus* pretende resolver uma questão de investigação. Tendo em conta esta distinção, o presente capítulo é dedicado ao catálogo, que é uma ferramenta importante de trabalho, enquanto os dois capítulos seguintes formarão um *corpus* extraído do catálogo.⁷⁴

1.2 Compilação do catálogo: processo e reflexão

No nosso Estado de Arte (Capítulo I da Parte I), foram lidos os estudos de traduções portuguesas de literatura chinesa. Juntando os *corpora* desses trabalhos anteriores, é possível obter uma lista de 12 traduções (Apêndice II). Porém, como mencionado, a lista não parece estar completa. Por isso, precisamos de realizar uma pesquisa exaustiva de traduções.

⁷³ Embora a compilação do catálogo possa não produzir um “bom conhecimento histórico”, não se pode negar o facto de o catálogo poder produzir um conhecimento importante, particularmente na situação em que carece de um semelhante, como é o nosso caso.

⁷⁴ Gómez Castro (2022, 41) fornece uma distinção de formato entre o catálogo e o *corpus*: o *corpus* inclui os próprios textos em formato digital que podem ser lidos pela máquina, enquanto o catálogo não. Tendo em conta que a nossa investigação não necessita de utilizar a máquina para a leitura do *corpus*, parece desnecessário desenvolver a distinção de Castro no corpo principal da dissertação. Porém, é relevante mencionar que existem diferentes perspectivas em relação à diferença entre o catálogo e o *corpus*.

As nossas procuras foram conduzidas em catálogos bibliográficos disponíveis online de Portugal e Macau. A inclusão de Macau na pesquisa é necessária, porque essa cidade sino-lusófona, apesar da distância cultural (ver Capítulo 2 da Parte I), continua a revelar-se como um potencial sítio de mais traduções de chinês para português. As outras ex-colónias portuguesas não revelam, à primeira vista, essa mesma potencialidade.⁷⁵

Quais foram os catálogos portugueses úteis para a nossa procura? Lidos os trabalhos que dizem respeito a catálogos de traduções (Castro 2022, 38-40; Hermans 2022, 28-29; Pięta 2010; Pięta 2013; Pym 1998, 42-48), afirma-se que a *Intercultural Literature* fornece a pesquisa mais produtiva entre as fontes relevantes para o presente tema. As outras bases de dados de traduções ou não incluem traduções portuguesas (como o HISTRA, que se especializa em espanhol), ou não abrangem o tempo histórico em questão (como o *Index translationum* online, que inclui quaisquer traduções publicadas entre 1979 e 2012)⁷⁶. Tudo isto indica que a *Intercultural Literature* é o único catálogo que pode fornecer diretamente uma lista de traduções no Estado Novo. Todavia, mesma na *Intercultural Literature*, como veremos, existem algumas limitações. Para alcançar o objetivo de completude e manter controlável o âmbito dos trabalhos de dissertação, decidimos realizar mais pesquisas noutros catálogos exclusivamente online, incluindo a Base Nacional de Dados Bibliográficos (PORBASE), os catálogos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), da Rede das Bibliotecas de Lisboa (BLX), das Bibliotecas Municipais do Porto e o Catálogo Coletivo das Bibliotecas das Instituições de investigação e Ensino Superior de Portugal (BComum).

⁷⁵ Por um lado, não são encontrados trabalhos empíricos sobre traduções, como a *Intercultural Literature*, nas ex-colónias portuguesas. Se fizermos uma investigação sobre elas, será necessário começar do zero e, assim, vai além do escopo do presente trabalho. Por outro, os volumes publicados nas colónias terão sido levados para Portugal, ainda que não seja encontrado nenhum publicado nas ex-colónias portuguesas sem ser o Brasil e Macau. Tendo o Brasil sido independente em 1822, muito antes do período do Estado Novo, a nossa procura de traduções não vai além de Portugal e Macau. Por isso, a seguinte apresentação é dividida em duas partes. Além disso, para mostrar o que encontramos nas pesquisas, facilitar a nossa discussão de definições na secção seguinte e motivar futuras investigações, decidimos organizar todas as entradas relativas ao tema da China numa lista (Apêndice IV).

⁷⁶ De acordo com Pięta (2013, 302), o *Index translationum* foi publicado em nove volumes que pretendem abranger todas as traduções publicadas entre 1948 e 1992, mas estão ausentes os dados portugueses em 1948, 1949, 1951, 1969, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1978 e 1979 por falta de comunicação da entidade responsável (BNP) à Secretaria da UNESCO. A investigadora ainda adiciona que várias traduções não são registadas nos volumes do *Index Translationum*. Tendo em mente o facto de os volumes terem dados incompletos quanto às traduções portuguesas, a presente pesquisa não se ocupa de realizar uma pesquisa potencialmente morosa neles.

Na *Intercultural Literature*, foram utilizadas as categorias de “país” e “língua” para a nossa procura. Concretamente, digitámos “CHN” (código da China no ISO 3166-1) e “chinês” para realizar duas pesquisas separadas. A pesquisa por “país” oferece mais resultados do que a pesquisa por “língua”. Isto não apenas porque há volumes originalmente escritos em inglês ou francês por autores considerados como chineses, mas também porque a língua chinesa não é registada como língua de partida para quatro dos seis volumes de *Contos populares chineses*. Algo semelhante se observa nos resultados de “país”. Nos seis volumes *Contos populares chineses*, o terceiro volume não está registado como sendo de origem chinesa. Além desta limitação, a pesquisa pelo país e pela língua também não pode fornecer as antologias que incluem textos de várias origens, como *Contos tradicionais asiáticos* e *Poesia de 26 séculos*. Em resumo, são identificadas três limitações: (i) diferentes registos nas categorias de “país” e “língua”; (ii) dificuldade de detectar volumes que incluem obras de várias origens; (iii) ausência de publicações em Macau. Apesar disto, a *Intercultural Literature* fornece uma lista de 14 traduções somente através de uma pesquisa conveniente e simples por “país”.

Em termos dos outros catálogos não especializados em tradução, com o objetivo de ser sistemático e evitar um trabalho moroso e infrutífero, utilizamos a PORBASE em todas as ocasiões, enquanto as pesquisas nos outros catálogos foram conduzidas apenas em casos específicos. Todos os catálogos utilizados oferecem várias opções de pesquisa, como o título da obra, nome do autor, editor, assunto, coleção, etc. Entre estes filtros, os dos assuntos de “China”, “chinês”, “literatura chinesa” e “oriental” foram utilizados na nossa pesquisa em todos os catálogos de forma a realizar uma pesquisa focada no nosso objeto. As pesquisas com outros filtros mais abrangentes – particularmente o autor, a editora, a coleção e o tradutor – são conduzidas sobretudo na PORBASE, que parece o catálogo mais completo em Portugal. Os outros catálogos foram utilizados quando alguns filtros ou palavras mostram uma maior potencialidade de dar resultados positivos. Por exemplo, os apelidos genéricos chineses, editoras relacionadas com Macau e tradutores com várias traduções de chinês. Em seguida, é apresentado o processo de procura e também são expostas as descobertas.

Pesquisámos em todos os catálogos os assuntos de “China”, “chinês”, “literatura chinesa” e “orientes”. “Literatura chinesa” não teve muitos resultados. Especificamente para o tema de tradução portuguesa de literatura chinesa, a pesquisa apenas encontra *China: estudos e traduções* de Camilo Pessanha. Ou seja, não revelou nenhum dos outros volumes incluídos no nosso catálogo inicial compilado através dos estudos anteriores. Uma situação semelhante acontece à pesquisa pelo assunto “China”. O catálogo da BLX e da BComum, obtiveram muito mais resultados. Estes dizem respeito à política, história, cultura, economia e diplomacia da China, mas a maior parte não é obras literárias. As poucas traduções literárias encontradas são os volumes publicados no Brasil, originalmente escritos por Lin Yutang. Através da pesquisa dos assuntos “chinês” e “orientes”, encontram-se apenas poucos resultados. Estes resultados são também exclusivamente volumes respeitantes a diferentes áreas da China ou língua chinesa. Em resumo, a pesquisa nos catálogos por assunto ajuda a encontrar *China: estudos e traduções* de Camilo Pessanha, e numerosas entradas relevantes para a imagem da China em Portugal, mas foi pouco produtiva no levantamento de traduções literárias chinês-português

Para a pesquisa por autor, além dos autores chineses já encontrados na *Intercultural Literature*, foi utilizada a lista de autores chineses na Wikipédia “List of Chinese writers”.⁷⁷ A lógica desta pesquisa foi utilizar as transliterações dos apelidos para fazer uma procura mais abrangente. Isto porque os apelidos transliterados em chinês são semelhantes, diferenciando-se dos nomes estrangeiros. Por exemplo, os apelidos chineses “Chen”, “Chow” e “Li” são apelidos comuns chineses. *A priori*, poderiam ajudar a encontrar mais resultados. Uma vez que existiram diferentes sistemas de romanização de caracteres chineses em diferentes línguas europeias ao longo da história, tentamos várias possíveis transliterações para o mesmo carácter. Por exemplo “Lu” > “Lou”, “Zhang” > “Chang” e “Tang” > “Tan” & “Dang”. Quanto aos resultados correspondentes ao nosso critério, além dos volumes já listados na *Intercultural Literature*, também se encontraram *Mao tun* (1967), *Contistas da China popular* (1972) e dois volumes de *A colina da saudade* (1957, Agência Portuguesa de Revistas; 1960, Editorial Popular F. Bento & Correia). Os outros resultados consistiram de 20 entradas de traduções de Lin Yutang publicadas no Brasil.⁷⁸

⁷⁷ https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Chinese_writers.

⁷⁸ As várias publicações de Lin Yutang no Brasil parecem um estudo de caso interessante para a futura investigação.

Os filtros de coleção, editora e nome do tradutor também foram utilizados para a pesquisa. Para manter a procura controlável, apenas foram utilizadas as informações dos volumes já incluídos no nosso catálogo de literatura chinesa.⁷⁹ Apesar de encontrar mais alguns livros potencialmente relativos à China⁸⁰, não foi identificada nenhuma nova tradução portuguesa não identificada nos passos anteriores.⁸¹

Concluída a pesquisa em Portugal, avançámos para a em Macau. O catálogo utilizado foi o da Biblioteca Pública de Macau, que inclui todos os catálogos das bibliotecas públicas nesta cidade. A pesquisa foi limitada através de filtros de ano de publicação (1933-1974), língua (português) e local de publicação (Macau). Aparece assim um total de 779 resultados. Através de uma leitura das listas, identifica-se que a maior parte das entradas diz respeito à legislação. Entre os poucos volumes sobre a China, encontram-se *Cartas da China* (1949), *Lendas e contos da velha China* (1950) *Mui fá: versos chineses* (1951) de Francisco de Carvalho e Rêgo, bem como *Contos chineses* (1950) e *Lendas chinesas de Macau* (1951) de Luíz Gonzaga Gomes. Apesar dos títulos promissores, apenas *Mui fá: versos chineses*, já incluído no nosso catálogo anteriormente, é tradução de literatura chinesa, o que veremos em mais detalhe no próximo subcapítulo.

Apesar dos poucos volumes encontrados, defende-se que a leitura das listas não foi fútil. Por um lado, a pesquisa exaustiva pode ajudar a reivindicar a existência dos fenómenos de

⁷⁹ Dito isto, é de referir que também tentamos pesquisar com o nome da editora Edições em Línguas Estrangeiras, que não está no nosso catálogo compilado. Num trabalho corrente do investigador mestrando, dedicado à tradução de Mao Tsé-tung em Portugal, notou-se que esta editora oficial do Governo chinês publicou algumas traduções portuguesas de textos políticos de Mao nos anos 60 e 70: *Citações do presidente Mao Tsetung* (1966), *Escritos militares de Mao Tsetung* (1968) e *Obras escolhidas de Mao Tsetung* (4 tomos: 1969, 1971, 1973 e 1975). Conforme diz Xu (2014, 80), a editora Edições em Línguas Estrangeiras também traduz as obras literárias para línguas estrangeiras. Porém, durante a presente investigação, não foi encontrado o catálogo desta casa editorial e ainda pouco se sabe em relação a livros portugueses publicados por ela. Nem foi encontrada nenhuma tradução de literatura chinesa publicada por essa casa editorial.

⁸⁰ Por exemplo, além dos livros publicados pela Imprensa Nacional em Macau, constam *A seita do dragão* (1953), *Mao Tsé-Tung, o imperador das Formigas Azuis* (1966), *Budismo* (1966) e *O Império Português no Oriente* (1968).

⁸¹ Embora estas pesquisas não encontrem mais traduções, revelam no processo dois aspetos da concepção da China em Portugal que valem a pena ser expostos: (i) De acordo com a PORBASE, A Agência Geral das Colónias, editora oficial do Estado Novo, publicou 639 livros, enquanto poucos deles são sobre Macau (15), China (1) e Oriente (17). Isto pode sugerir a pouca atenção prestada pelo Governo português em Lisboa à sua colónia no Extremo Oriente. (ii) A Imprensa Nacional em Macau publicou cerca de 226 livros segundo os dados da PORBASE. Poucos deles têm que ver com o globo chinês de Macau ou a China e apenas um volume é tradução literária chinês-português.

tradução e não-tradução. Por outro lado, nota-se uma grande quantidade de livros em diferentes línguas sobre a China existentes durante o Estado Novo.

Finda a compilação, é necessário pensar sobre como os nossos métodos e as nossas fontes podem limitar o nosso catálogo. Esta reflexão não pretende ser exaustiva, mas construtiva, sugerindo direções para futuras pesquisas.

Como exposto, lemos principalmente as listas bibliográficas, que normalmente mostram o título, autor, tradutor, casa editorial, local e ano de publicação, entre outros elementos básicos sobre o livro. Por exemplo, se o título não incluir as palavras-chave como “China”, “chinês”, “oriental”, “vermelho” e “dragão”, nem o nome do autor parecer um nome chinês, então mesmo que o volume seja compatível, não foi identificado através da leitura das listas. Concretamente, algumas coletâneas, como *Poesia de 26 séculos* de Jorge Sena, pretendem englobar obras de várias culturas e origens, podendo, assim, estar incluídas algumas obras literárias chinesas. Neste caso, sugere-se que as futuras pesquisas de traduções examinem os índices de coletâneas de textos com proveniência geográfica e linguística diversa.

Quanto às fontes utilizadas, como referido, limitamos a nossa pesquisa em bibliografias online para delinear um trabalho viável dentro do prazo fixo. Assim, não se consultaram as bibliografias publicadas em livro. Por exemplo, na sua procura de traduções polaco-português entre 1855 e 2009, Pięta (2013, 305) afirma que os 46 volumes de *Boletim de bibliografia portuguesa* (1935-1987) registam alguns volumes ausentes em outras fontes consultadas por ela, incluindo a PORBASE, o ficheiro manual da BNP e o *Index Translationum*. Isto quer dizer que os volumes de *Boletim de bibliografia portuguesa*, bem como outros catálogos em papel, poderão ajudar a identificar mais traduções.

Apesar das potenciais limitações do nosso catálogo, a quantidade de traduções encontradas já pode ser considerada surpreendente. Com base na lista de livros de origem chinesa na *Intercultural Literature*, a nossa pesquisa encontrou mais dez volumes. Porém, como acima sugerido, ainda pode haver mais esforços investidos em métodos e fontes de pesquisa.

1.3 Critérios de inclusão e exclusão: definições operativas do objeto

Common sense might suggest that problems involving definitions should be solved prior to the actual compiling of lists; you decide to study a certain field before you go out and create a corpus to represent that field. In practice, though, most of the serious problems with definitions crop up in the course of actual empirical work. This is because the very function of the object is to take us beyond the world we already know.

Anthony Pym (1998, 55)

As definições operativas que virão a ser estabelecidas não pretendem ser universais, mas particulares do nosso catálogo para facilitação da presente investigação. No entanto, os critérios adotados devem mostrar uma lógica convincente, não apenas em termos teóricos, mas também práticos, no sentido de envolver justificações oriundas do mundo real.

Os objetos que procuramos, como exposto, são as traduções portuguesas de literatura chinesa publicadas em forma de livro no Estado Novo. Assim, concretamente, os vocábulos que necessitam mais esclarecimentos, na ordem da nossa seguinte discussão, são “publicado”, “Estado Novo”, “português”, “livro”, “tradução”, “literatura” e “chinês”.

“Publicado” refere-se sobretudo à existência de um volume que se encontra disponível para consulta com informações de publicação, impressas também no volume. Tendo em conta a situação ditatorial de Portugal, em que podia ter havido a circulação clandestina de livros indesejáveis, o que é “publicado” ou não pode permanecer uma questão misteriosa para determinados volumes. Por exemplo, de acordo com a *Intercultural Literature, A verdadeira história de Ah Q* de Lu Hsun [Lu Xun] foi publicado em 1960 pela Portugália. Porém, o volume não tem nenhum registo na PORBASE. A ausência de um registo da PORBASE, de acordo com Moniz (2022, 111), pode significar que o volume não circulava em Portugal. Além disso, segundo dados apurados nos catálogos consultados, o volume está disponível para a consulta do público apenas na Biblioteca no Campus de Gambelas da Universidade do Algarve. Como também está à venda no mercado de segunda mão, por questão de conveniência, adquirimos um volume no mercado. Ora, o registo e o objeto de

A verdadeira história de Ah Q estão presentes na *Intercultural Literature* e na nossa frente. Apesar da sua ausência da PORBASE e da dificuldade de encontrar esse livro, o facto de encontrarmos o objeto físico desse volume talvez sugira que o livro circulava de alguma forma no Portugal do Estado Novo. Assim, *A verdadeira história de Ah Q* está incluído no nosso catálogo.

Quanto a “Estado Novo”, este é definido simultaneamente como um espaço e período histórico. Enquanto um período, “Estado Novo” refere-se, no presente trabalho, à época entre 1933 e 1974. Como mencionado no Capítulo 3 da Parte I, as datas mais exatas do início e do fim do Estado Novo são a 11 de abril de 1933 e a de 25 de abril de 1974. No entanto, são encontrados quatro volumes publicados em 1974, três deles sem indicação sobre o mês exato de impressão ou publicação.⁸² Os quatro volumes estão incluídos no nosso catálogo, que pretende ser inclusivo o mais possível para assinalar a existência de literatura chinesa traduzida para português. Porém, o nosso catálogo sublinha este ponto para avisar o leitor. Ainda na parte da discussão de dados no próximo capítulo, teremos em mente esta questão do ano de publicação.

Enquanto espaço, o território do Estado Novo incluiu, como definido pelo Artigo 1.º da Constituição de 1933, não apenas o Portugal continental, a Madeira e o Açores, mas também as suas colónias dispersas em outras continentes: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, São João Baptista de Ajudá, Cabinda, Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor. Apesar de tudo, o nosso levantamento de traduções foi realizado apenas em Portugal e em Macau. É ainda de referir que, embora várias traduções brasileiras possam ter circulado em Portugal (ver Apêndice IV), não estão incluídas no nosso catálogo por terem sido publicadas fora do Estado Novo português.

Definido o que é “publicado no Estado Novo”, o “português” pode incluir todas as variantes de português por não causar problemas metodológicos ao presente estudo. As nossas questões de investigação não se focam em problemas linguísticos, mas na relação

⁸² Os quatro volumes são *Contos populares chineses* (5.ª série), *Contos populares chineses* (6.ª série), *Poemas de Mao Tse-tung* e *Histórias de Ye Sinan*. *Contos chineses para crianças*. Este último, conforme diz, foi impresso em dezembro de 1974.

entre a ideologia e a tradução. Concretamente, os objetivos de investigação incluem tentar compreender por que foram realizadas mais traduções de literatura chinesa sob a vigência da Censura salazarista. Desta forma, o critério importante é o facto de uma tradução ter sido publicada no espaço e período do Estado Novo.

As nossas definições de “tradução”, “livro” e “literatura” fazem referência à *Intercultural Literature*. Quando se especifica uma tradução publicada “em forma de livro”, tal como exposto na *Intercultural Literature* (CECC and CEAUL/ULICES. 2010), excluem-se as traduções publicadas em periódicos e as peças teatrais cujos textos não foram publicados em volume. Por exemplo, o nosso catálogo exclui uma entrada encontrada no catálogo da Biblioteca Pública de Macau, *As quatro obras: discurso e diálogos, suprema educação, meio constante e Mencio*, porque esta se refere a artigos traduzidos para português e publicados em diferentes números da revista *Renascimento*.⁸³ Porém, é de salientar que são catalogadas no nosso trabalho as coletâneas que incluem apenas uma obra chinesa. Por exemplo, no nosso catálogo, *Poesia de 26 séculos* (1.º volume) apenas tem quatro poemas chineses; *Contos tradicionais asiáticos* também inclui apenas um conto. Isto porque pretendemos incluir todos os volumes com obras chinesas, mas não estendemos o escopo a publicações periódicas, que implicaria a necessidade de investigar a Censura prévia à publicação periódica.

Quanto à “tradução”, é adotado o conceito de “traduções alegadas” (“assumed translations”): “all utterances in a [target] culture which are presented or regarded as translations, on any grounds whatever, as well as all phenomena within them and the processes that gave rise to them.” (Toury 2012, 27). Para verificar se um livro é apresentado como uma tradução, recorreremos sobretudo à leitura de peritextos, particularmente a ficha técnica. Termos como “Versão” e “adaptação” indicam que o volume pode ser considerado como tradução. Por exemplo, está incluído *A colina da saudade* publicada pela Agência Portuguesa de Revistas em 1957 por ser apresentado

⁸³ Han (2018, 246-247) fornece uma lista completa de bibliografia desse conjunto de artigos traduzidos por Luíz Gonzaga Gomes.

como “Adaptação literária”.⁸⁴ Estão excluídos *contos chineses* (1951) e *Lendas chinesas de Macau* (1951) que se apresentam como da autoria de Luís Gonzaga Gomes.

Tal como “tradução”, “literatura” também se refere à obra que é apresentada ou considerada pelos portugueses como literatura. Esta definição pode ser problematizada devido aos clássicos chineses presentes na nossa lista de entradas. Sublinhamos o caso mais extremo de *Tao te king* (1973). Este é um clássico taoísta, originalmente escrito por Lao Zi (a.c. 571 - a.c. 471[?]). Geralmente, o livro é considerado filosófico no contexto chinês. Porém, no contexto ocidental, parece que este clássico pode ser considerado obra literária. Por exemplo, não obstante dedicada às obras literárias, a *Intercultural Literature* inclui *Tao te king* (1973). A enciclopédia Britannica (2024) também considera o volume como “literatura filosófica”. No entanto, a introdução do livro enquadra o livro exclusivamente como clássico filosófico: “O **Tao Te King (Livro da Via e da Virtude)** atribuído a Lao Tse, e por isso, considerado pela tradição como o mais antigo livro da filosofia chinesa [...]” (Melo 1973, 4; negrito no original). Sendo *Tao te king* apresentado como um livro filosófico no prefácio, parece justificada a razão pela qual o livro não está incluído no nosso catálogo concentrado na literatura.⁸⁵

Semelhante a “tradução” e “literatura”, “chinês” também é definido como o que é apresentado ou considerado pelos portugueses como chinês. Referente a este aspeto, podemos discutir dois livros escritos em francês e chinês e respetivas traduções portuguesas, incluídas na *Intercultural Literature* e também no nosso catálogo.

O primeiro livro é *Ma mère et moi* (1928), escrito em francês por Cheng Tcheng (1899-1996), autor de origem chinesa. Na sua tradução portuguesa *A minha mãe e eu* apresenta, o prefácio sugere logo a relação entre a China e o livro: “Até há pouco a China constituía para o ocidental uma série de contradições.” (S. 1942, I). Uma vez que o nome

⁸⁴ Como veremos, *A colina da saudade* da Agência Portuguesa de Revistas é provavelmente adaptado do filme *A Many-Splendoured Thing* (1955), que, por seu turno, é uma adaptação cinematográfica do livro do mesmo título publicado também em 1952. Para a presente dissertação, essa adaptação é considerada como uma tradução (indireta), no sentido de tradução intersemiótica de Jakobson: “Intersemiotic translation or transmutation is an interpretation of verbal signs by means of signs of nonverbal sign systems.” (Jakobson 1959, 233).

⁸⁵ Outros casos semelhantes podem ser *A arte de guerra* (1974) e *I ching* (1973). Como muitos textos, estes também expõem alguns elementos literários, mas não se apresentam como obras literárias nos peritextos.

do autor parece um nome asiático e que o livro é apresentado como relativo à China, o leitor no Estado Novo provavelmente associava a obra à literatura chinesa.

O segundo livro é *A Many-Splendoured Thing* (1952), escrito por Han Suyin (1917-2012), filha de pai chinês e de mãe flamenga. As suas três traduções portuguesas encontradas no nosso catálogo, todas intituladas *A colina da saudade*, foram publicadas em 1957 (duas), em 1960 (uma) e em 1973 (uma). O filme *Love Is a Many-Splendoured Thing*, estreado em 1956 em Portugal com o título “A colina da saudade”, foi um sucesso na altura. Isto provavelmente divulgou a informação sobre a origem chinesa da autora.⁸⁶ Ademais, as capas das duas traduções portuguesas também se caracterizam por elementos considerados como chineses: uma mulher em vestido chinês (*qipao*) (ver (8) do Apêndice I) e uma pessoa em trajes chineses carregando uma balança chinesa no fundo vermelho caracterizado por um dragão amarelo (ver (15) do Apêndice II). Consequentemente, além de o nome da autora se tratar de um nome asiático, a informação corrente no período do Estado Novo e as capas dos livros indicam que as traduções portuguesas de *A Many-Splendoured Thing* provavelmente são lidas como obras de literatura chinesa.

Através destes dois casos, pode esclarecer-se que a nossa definição operativa de “chinês” não inclui apenas as traduções de livros originalmente escritos em chinês. A mesma definição abrangente talvez também seja utilizada por Yao (2021), intitulado “Traduzindo a China literária”. Apesar do foco na literatura chinesa, este artigo utiliza também os exemplos dos escritores Jung Chang (sino-britânica) e Ha Jin (sino-americano) e dos respetivos livros originalmente escritos em inglês.⁸⁷ Assim, a definição operativa de “chinês” inclui as traduções que apresentam elementos paratextuais considerados chineses, incluindo o nome do autor, a apresentação do livro e o pensamento corrente no Estado Novo sobre o livro em causa. Desta forma, o que está excluído, por exemplo, são as traduções de obras de autores com nomes estrangeiros que escrevem sobre a China, como a

⁸⁶ Na capa de *A China no ano 2001* (1969), a autora Han Suyin é tratada como «A CONHECIDA AUTORA DE “A COLINA DA SAUDADE”». A contracapa do mesmo volume apresenta uma foto e breve nota biográfica da autora nos seguintes termos: “[...] nasceu em Pequim, em 1917; estudou em Pequim, depois em Bruxelas. Regressando à China em 1938 casou com o coronel (depois general) Tang Pao Huang, e durante a guerra sino-japonesa praticou obstetrícia na China.” Tal apresentação, apesar de não dizer que Han Suyin é chinesa, guia o leitor para pensar que ela é chinesa através da sua aparência asiática e experiência de vida.

⁸⁷ Yao (2021) menciona, por exemplo, *Wild Swans: Three Daughters of China* (*Cisnes selvagens*, título da versão portuguesa) de Jung Chang e *Waiting* (*Espera*, título da versão portuguesa) de Ha Jin.

premiada de Nobel Pearl S. Buck (1892-1973). Como o nome da autora dificilmente é considerado como um nome chinês, os respectivos volumes não são incluídos no nosso catálogo, nem no presente estudo.⁸⁸

Discutidas as definições e estudados os casos extremos, podemos fornecer uma definição completa sobre o nosso tema inteiro: os volumes traduzidos para todas as variantes de português, cujos originais são textos considerados pelo leitor português como literatura e cujos autores são considerados pelo leitor português como chineses, publicados no Estado Novo enquanto um período (entre 1933 e 1974) e um espaço (incluindo as colónias).

Resumindo o presente capítulo, começamos por uma discussão conceitual de catálogo, que determina a sua natureza e função. Isto informa que a compilação do catálogo persegue a completude, mas esta é sempre relativa. Por isso, realizamos a articulação do processo de compilação e a reflexão das potenciais limitações. No final, tentamos fornecer uma definição operativa para o nosso objeto. O resultado destas tarefas realizadas é o catálogo compilado, que será submetido para a nossa análise global no próximo capítulo.

⁸⁸ Pearl S. Buck nasceu e cresceu na China. Escreve em inglês vários livros ficcionais com base nas vidas chinesas, como *The Good Earth* (1931), *East Wind, West Wind* (1939) e *Today and forever* (1941). Estes três livros foram traduzidos para português: *Terra bendita* (1939), *Vento do Oriente*, *Vento do Ocidente* (1939) e *Sob o céu da China* (1948).

Capítulo 2 - História externa: entre universalismo, comunismo e feminismo

Ainda que pretendamos estudar 23 traduções catalogadas – pois a maioria ainda não foi estudada, tal como procuramos demonstrar no Capítulo 1 da Parte I –, a sua elevada quantidade não permitirá que realizemos um estudo de todos os diferentes aspetos dessas 23 traduções na presente dissertação, que já excede o limite de espaço estabelecido para a dissertação.⁸⁹ Por conseguinte, é necessário afinar o nosso escopo de investigação. Neste caso, dois aspetos serão brevemente discutidos nesta introdução: âmbito do tema e *corpus* a investigar.

Quanto ao âmbito do tema, este refere-se à questão onde se coloca o foco de investigação. Embora tenha sido claro que pretendemos investigar as relações entre a tradução e a ideologia na literatura chinesa traduzida para português no Estado Novo, o nosso catálogo compilado e os respetivos dados mostram mais aspetos interessantes para a investigação. Sendo impossível estudá-los todos no presente trabalho, tenta-se partilhar duas breves observações que poderão vir a constituir hipóteses a explorar por futuros estudos relativos à tradução portuguesa de literatura chinesa.

Primeiramente, uma vez que a maioria das traduções catalogadas é indireta e colaborativa, o aumento da tradução portuguesa de literatura chinesa no Estado Novo pode ter sido possibilitado pelas traduções noutras línguas estrangeiras. Como mostra o nosso catálogo, as duas traduções consideradas como diretas, *China: estudos e traduções* e *Mui Fá*, são realizadas com o auxílio de outras pessoas além dos respetivos tradutores, Camilo

⁸⁹ Neste capítulo, confirmamos que a dissertação excede o limite de 200 000 caracteres, estabelecido para uma dissertação de Mestrado pelas normas da nossa Universidade. Na verdade, durante a fase de conceção da presente investigação, estávamos conscientes de que o presente trabalho, tendo como objeto uma quantidade potencialmente elevada de traduções, poderia implicar um trabalho mais extenso do que seria esperado para uma dissertação de mestrado. No entanto, tal como tentámos mostrar, um trabalho panorâmico para a história da tradução literária chinês-português afigura-se urgente para, entre outros aspetos, a condução de mais investigações dedicadas a casos individuais, como a história interna da tradução que se fará no próximo capítulo. O estudo de caso, de acordo com Saldanha e O'Brien (2013, 207), é adequado para estudos dedicados a encontrar possibilidades em contextos históricos e em cenários reais. Ou seja, as académicas sugerem que o estudo de caso é um método mais apto de ajudar a refletir sobre o que poderia ter acontecido num determinado espaço e tempo, em vez de avançar hipóteses generalizantes. Desta forma, julgámos que o estudo de caso pode ajudar a avançar especulações históricas através de uma abordagem “de baixo para cima” (*bottom-up*), mas escolhemos realizar um trabalho “de cima para baixo” (*top-down*), abordagem que nos parece muito mais produtiva no âmbito da literatura chinesa traduzida para português no Estado Novo, um objeto de estudo quase inexplorado.

Pessanha e Francisco de Carvalho e Rêgo.⁹⁰ Entre os tradutores catalogados em Portugal, apenas Manuel de Seabra reivindica que realiza duas traduções diretas de chinês, *Mao Tun* (1967) e *Poemas de Mao Tsé-tung* (1972; reedição em 1974). Porém, veremos no presente e no próximo capítulos que o tradutor muito provavelmente não sabia chinês o suficiente para a tradução direta e, assim, as traduções terão sido feitas com base noutras traduções europeias. Por estas razões, arriscamo-nos a sugerir que talvez todas as traduções de chinês para português no nosso catálogo sejam traduções indiretas. Entre diferentes potenciais razões pelas quais é utilizada tradução indireta em vez de direta,⁹¹ sublinha-se a carência de tradutores competentes em chinês e português, uma situação curiosa tendo em conta a coexistência cultural em Macau (Capítulo 2 da Parte I). Ou seja, apesar de duradouras relações entre Portugal e China, a tradução literária chinês-português foi apenas possibilitada pelas traduções doutras línguas europeias. Isto sugere que a futura investigação poderá concentrar-se na tradução indireta para uma diferente compreensão sobre a história da tradução (indireta) literária chinês-português.

Segundamente, ainda que os estímulos ideológicos nos pareçam destacados no nosso catálogo, o interesse comercial também poderá ser investigado no futuro trabalho. Como nem todas as traduções foram republicadas e a quantidade total das traduções encontradas é relativamente pouca – o que parece indicar a falta de procura do mercado português pela literatura chinesa –, o estímulo económico não parece a razão principal do aumento de traduções. No entanto, entre as quatro traduções de *A Many-Splendoured Thing*, duas delas são publicadas em 1957, um ano depois da estreia do respetivo filme *Love is A Many-Splendoured Thing* em Portugal; a versão portuguesa em 1960 é uma adaptação literária do filme; a publicação pelo Círculo de Leitores em 1973 é uma reedição da tradução publicada em 1957 de Maria José Marinho. Também tendo em conta a popularidade do filme *Love is A Many-Splendoured Thing*, sugere-se que as traduções

⁹⁰ Pessanha foi ajudado por “um amigo chinês” (Yao 2021, 201-202), mas o seu nome não foi identificado. Rêgo disse que recebeu o auxílio do seu “querido amigo e distinto letrado Leonel Yeong, (Yeong Iau Kün)” (Rêgo 1951a, 24). Sobre Yeong, não foram encontradas informações biográficas. Porém, conforme sugere Abreu (1987, s.p.), foi Yeong quem realizou a tradução direta de chinês para português, porque Rêgo “falava um pouco do dialecto de Cantão mas não lia os caracteres chineses, como honestamente reconhece”.

⁹¹ De acordo com Pięta, Maia e Torres-Simón (2023, 9-10), a tradução indireta tem lugar talvez devido a várias condições: a falta de tradutores qualificados num par linguístico, a indisponibilidade do texto de partida, o preço elevado na tradução entre duas línguas, o prazo limitado, o prestígio de cultura intermediária, o controlo sobre o risco e a qualidade de tradução, a dificuldade de traduzir diretamente e o acesso facilitado de comunidades linguísticas marginais à sociedade internacional.

portuguesas quer do livro quer do filme poderiam ter sido motivadas pelo suposto interesse comercial das traduções portuguesas. Além disso, *Poemas de Mao Tsé Tung*, publicado em 1972, também teve uma reedição em 1974. E os seis volumes de *Contos populares chineses* foram republicados depois de 1974. Uma vez que a tradução publicada no mercado, teoricamente, é *a priori* um projeto comercial, merece atenção examinar como os fatores comerciais funcionam no nosso objeto e, assim, provavelmente revela também as relações entre o estímulo ideológico e o interesse comercial em traduções como a de Mao Tsé-tung.

Entre todos esses aspetos potencialmente interessantes, como referido, concentrar-nos-emos na ideologia como motivação para traduzir literatura chinesa em Portugal. De acordo com Pięta (2013, 172), podemos distinguir quatro pontos de vista para compreender o porquê da tradução: religioso, cultural, económico e ideológico. Entre essas quatro categorias, a religião não mostra muita relevância para o objeto em causa, pois nenhum volume que preconize a divulgação religiosa aparece no *corpus*. Quanto ao interesse cultural, como vimos no Capítulo 2 da Parte I, o panorama cultural de Macau – dois universos separados por duas línguas ao longo dos cinco séculos – torna difícil pensar que a cultura chinesa tenha suscitado, de modo geral, muita curiosidade portuguesa. Do ponto de vista económico, como acima sugerido, algumas traduções de literatura chinesa parecem ter sido motivadas pelo seu possível interesse comercial. Porém, mais investigações serão necessárias para compreender se os indicadores de reedição e republicação podem realmente revelar a existência do fator económico da tradução portuguesa de literatura chinesa. Por fim, tendo em conta a relevância da ideologia na tradução, enfatizada por autores como Lefevere (2017, 30), bem como o facto de o nosso catálogo expor vários autores comunistas, estamos convencidos de que a investigação focada na ideologia será produtiva para compreender o aumento de traduções de literatura chinesa sob a vigência da Censura salazarista.

Definida a orientação do presente estudo, avancemos para a formação do *corpus* com base no catálogo. Entre as 23 traduções catalogadas, propomos deixar para as futuras investigações três coletâneas não exclusivamente dedicadas à literatura chinesa: *China: estudos e traduções*, *Contos tradicionais asiáticos* e *Poesia de 26 séculos (1.º volume)*.

China: estudos e traduções é uma coletânea de artigos e traduções de Camilo Pessanha, publicada pela Agência Geral das Colónias em 1944, dezoito anos depois do falecimento desse poeta simbolista. Ou seja, os textos não foram escritos ou traduzidos no contexto do Estado Novo. Porém, reconhecemos que o prefácio pela Agência Geral das Colónias, a seleção de textos e a escolha de publicação podem revelar razões históricas da sua existência nesse contexto, como a atitude oficial do Estado Novo em relação à literatura chinesa. Além disso, embora não estudemos *Contos tradicionais asiáticos*, que apenas inclui um conto chinês, a sua tradutora Silvina de Troya Gomes será investigada e outra tradução feita por ela, *Contos chineses*, será estudada em seguida. Por fim, *Poesia de 26 séculos* de Jorge de Sena inclui quatro poemas clássicos de dois autores canónicos, Li Bai e Tu Fu. Contudo, sendo uma coletânea literária multinacional, consideramos que não é especialmente informativa sobre a literatura chinesa.

Além da exclusão destas três coletâneas, ainda será excluído *Mui fá* do nosso *corpus* devido à sua tendência e contexto distintos. Embora tenhamos tentado incluir Macau na nossa pesquisa, os resultados da compilação do catálogo mostram que apenas foi publicada uma tradução literária nessa cidade luso-chinesa durante o período do Estado Novo. Essa única tradução, *Mui fá*, foi publicada pela Imprensa Nacional. O título *Mui fá* refere-se à “flor da ameixeira”, considerada como “flor nacional chinesa e símbolo da poesia” (Rêgo 1951b, s.p.). O prefácio diz respeito à poesia chinesa e ao pensamento do tradutor sobre a tradução.⁹² Sendo uma antologia, *Mui fá* inclui 28 poemas, entre os quais 26 são do chinês clássico e dois do chinês vernacular. Estes últimos dois poemas chineses foram originalmente escritos pela escritora bem-conhecida 冰心 Bing Xin (1900-1999), que trabalhou no Governo da República Popular da China desde o ano de 1951.⁹³ Apesar desta ligação da autora com o comunismo, os poemas selecionados para a tradução não revelam traços dessa ideologia, mas concentram-se no tema de elogio ao amor da mãe pelos filhos.

⁹² No prefácio, Rêgo (1951a, 23) destaca que “EU NÃO SOU POETA” e, por isso, “procurei conservar a essência que pertence aos poetas chineses, mas não cuidando da forma que, quando apareça correcta (se é que aparece), foi espontânea por acaso.”

⁹³ No prefácio, o tradutor sublinha a autora Bing Xin: “Devo dizer que as duas últimas poesias deste livro são da autoria da poetisa Peng Sam [Bing Xin], da actualidade, professora numa Universidade Chinesa.” (Rêgo 1951a, 23). Porém, entre 1949 e 1951, Bing Xin foi professora na Universidade de Tóquio. Uma vez que a China nessa altura já era comunista, a informação realçada por Rêgo, que talvez seja falsa, parece, numa especulação talvez arriscada, sinalizar o gesto de mencionar a China contemporânea. Ademais, enquanto todos os outros poetas selecionados são os clássicos, antigos e homens, de repente, aparece no final uma poetisa moderna. O contraste chama a nossa atenção e deverá ser aprofundado num futuro estudo.

Resumindo, a exclusão de *Mui fá* na nossa análise tem em conta as seguintes condições. (i) No nosso catálogo, *Mui fá* foi a única tradução publicada em Macau.⁹⁴ (ii) Foi publicada pela instituição oficial, Imprensa Nacional, enquanto a maioria das outras traduções no catálogo são publicadas pelas casas editoriais no mercado comercial, o que implica dois enquadramentos diferentes, um de tradução financiada pelo governo e outro comercial. (iii) A antologia inclui sobretudo os antigos poetas de chinês clássico, o que se distingue bastante do resto da maioria das traduções, que são coletâneas de contos dos autores muito mais recentes. Com tudo isto, sugerimos que *Mui fá* – e talvez outras traduções publicadas em Macau – devem ser estudados num enquadramento teórico-histórico concentrado na situação de Macau, que parece muito distinta da situação em Portugal, considerando, entre outros aspetos, a diferença das quantidades de tradução.

Ao decidir não aprofundar este único volume publicado em Macau, propomos realizar uma breve reflexão sobre o presente trabalho de investigação. Estamos conscientes de que na primeira parte do nosso trabalho, partimos da hipótese de que Macau teria participado do contexto tardutório do Portugal do Estado Novo. No entanto, os dados recolhidos parecem não confirmar esta hipótese, pois apenas uma tradução é encontrada. Assim, novamente, o que pode parecer curioso reside no seguinte verosímil paradoxo, particularmente no período entre 1933 e 1974: Macau, cidade sino-lusófona geograficamente mais próxima da China, teve uma tradução portuguesa de literatura chinesa publicada; Portugal, país longínquo do Império do Meio, teve 22 volumes publicados. Deste modo, a nossa pesquisa talvez sugira que, embora o regime ditatorial tenha considerado Macau como o seu território, a cidade talvez tenha tido um panorama cultural diferente do de Portugal. Em futuras investigações, talvez seja mais produtivo considerar os dois contextos separados para aprofundar as respetivas características distintas.

Depois da exclusão de quatro volumes incluídos no catálogo, é estipulado o *corpus* de 19 traduções para o estudo da história externa da tradução no presente capítulo. A Tabela 3

⁹⁴ É de referir que *Mui fá*, conforme se apresenta na folha após a folha do rosto, esteve “à venda na Livraria Sá da Costa 100-102 Rua Garrett — Lisboa”. Ou seja, provavelmente circulou em Portugal. Todavia, isto não mudará a nossa decisão da sua exclusão do *corpus*, porque a tradução em si foi realizada e publicada em Macau, constituindo uma criação situada no contexto dessa cidade, provavelmente muito alheio a Portugal como sugerido pela nossa pesquisa.

mostra os volumes a estudar, cujas informações bibliográficas completas se encontram no Apêndice I.

Data	Título	Tradutor	Data	Título	Tradutor
1942	A minha mãe e eu	Sousa, Antonino de (1898-1981)	1973	A colina da saudade	Marinho, Maria José (1928-?)
1944	Contos chineses	Gomes, Silvina de Troya (?-?)	1973	Contos populares chineses (1. ^a série)	Serrão, Maria (?-?)
1957	A colina da saudade	Marinho, Maria José (1928-?)	1973	Contos populares chineses (2. ^a série)	Joyce, Patrícia (pseud.)
1957	A colina da saudade	Chave, Alice (?-?)	1973	Contos populares chineses (3. ^a série)	Joyce, Patrícia (pseud.)
1958	Divórcio	Seabra, Manuel de (1932-2017)	1973	Contos populares chineses (4. ^a série)	Vasconcelos, Maria João (?-?)
1960	A verdadeira história de ah Q	Calafate, José Manuel (?-?)	1974	Contos populares chineses (5. ^a série)	Gonçalves, Daniel Augusto (1921-1995)
1960	A colina da saudade	Aveledo, António (?-?)	1974	Contos populares chineses (6. ^a série)	Gonçalves, Daniel Augusto (1921-1995)
1967	Mao tun	Seabra, Manuel de (1932-2017)	1974	Poemas de Mao Tse-tung	Seabra, Manuel de (1932-2017)
1972	Poemas	Seabra, Manuel de (1932-2017)	1974	Histórias de Ye Sinan	s.n.
1972	Contistas da China popular	Pinheiro, Maria Luísa (1932-2017)			

Tabela 3 - *Corpus* para o estudo da história externa da tradução

Considerando que as traduções publicadas no mesmo período podem partilhar características relativas à mesma circunstância histórica, com o objetivo de melhor categorizar e discutir as traduções, o presente subcapítulo procurará distinguir diferentes épocas e fundamentar essas distinções. Com base no nosso *corpus*, é desenhado o Diagrama 1, que mostra três períodos e um ano em específico (não enquadrámos em nenhum biénio ou triénio) em que houve traduções, bem como quatro períodos de não-tradução.

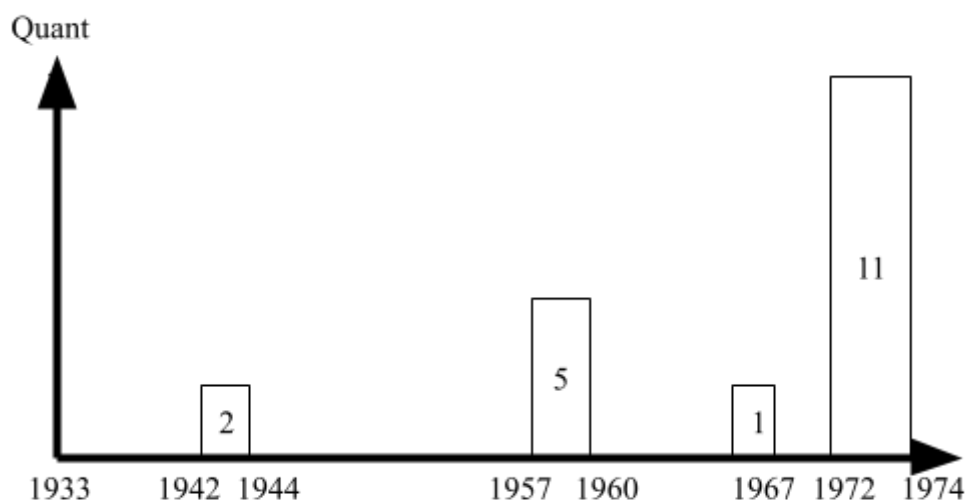


Diagrama 1 - Anos e quantidades de publicações das traduções no *corpus*

Apesar do nosso foco na tradução, tendo em conta o nosso argumento relativo à transição de não-tradução para tradução, importa refletir brevemente sobre como compreender esses períodos de não-tradução. Tal como abordado no Capítulo 2 da Parte I, a não-tradução literária de chinês para português terá sido um fenómeno predominante na história da tradução chinês-português desde o século XVI. Esse duradouro fenómeno parece ter que ver com a barreira linguística e falta de interesse intercultural. Deste modo, seria esperada a continuidade de não-tradução no Estado Novo, porque a distância cultural se manteve e teria até aparecido um obstáculo ideológico pela Censura do regime anticomunista.

No entanto, há dois períodos que levantam questões. Do ponto de vista ideológico, impõe-se a questão do porquê o estabelecimento da República Popular da China em 1949 não suscitou mais traduções portuguesas em termos de tradução literária. Ora, relembremos a nossa leitura do relatório da censura R. 4482: “Portugal ainda não sofreu agravos da China.” (ver 3.3.3 da Parte I). De facto, segundo os dados apurados no catálogo online da BNP, traduções de Mao Tsé-tung noutras línguas em circulação em Portugal começaram a surgir principalmente após 1954 e, apenas depois de 1966, apareceram as traduções portuguesas de Mao.⁹⁵

⁹⁵ Os dados provêm do referido corrente trabalho dedicado à tradução de Mao em Portugal, em que foi realizado um levantamento de todas as traduções de Mao existentes na BNP. Os dados levantados revelam

Além disso, no contexto da Revolução Cultural Chinesa – que começou em 1966 – e da Primavera Marcelista, podiam ter existido condições ideológicas relativamente mais favoráveis para a tradução de literatura chinesa. Tendo em conta o impacto internacional da Revolução Cultural Chinesa, inclusive a sua utilização no Maio de 1968 em França – cujo impacto sobre os portugueses foi significativo –, o aparente silêncio em Portugal sugerido pelos dados recolhidos pode não representar a imagem global da reação portuguesa sobre essa Revolução na China. Assim, futuras investigações podem considerar se existiu repercussão, nomeadamente, em traduções de excertos literários, publicadas nos periódicos ou divulgadas por outros meios.

Para continuar a aprofundar as relações entre a tradução de literatura chinesa e a ideologia de Esquerda, os seguintes subcapítulos, com base na periodização acima exposta, realizarão um estudo de relações entre os contextos, os epitextos e os peritextos. Concretamente, tentaremos abordar os autores, temas dos textos selecionados e/ou tradutores através de informações como circunstâncias contextuais (como a Segunda Guerra Mundial, a Revolução Cultural Chinesa e a Guerra Colonial), biografias dos autores, leituras em textos introdutórios dos volumes e outras traduções dos mesmos tradutores. Ao utilizar os peritextos, o objetivo principal é de tentar revelar as razões históricas que poderão ter motivado as traduções, em vez de procurar perceber como as traduções são feitas. Este último ponto relativo ao estilo de tradução (isto é, a história interna da tradução) será estudado no próximo capítulo.

2.1 1942-1944: relações entre universalismo e feminismo

Ao tentar refletir sobre este período com base nas duas ideologias indicadas no título, propomos realizar primeiramente uma breve discussão sobre as suas definições operativas.

que as primeiras duas traduções, inglesa e francesa, foram publicadas em 1945 e em 1950. Depois, mais traduções em línguas europeias foram publicadas em meados dos anos 50 e nos 60. Porém, apenas a partir do ano de 1966, foram publicadas duas traduções portuguesas, curiosamente, no território francês Colombes. A escolha de publicar fora de Portugal provavelmente reflete as restrições impostas pela Censura salazarista, que tinha uma postura fortemente anticomunista. A publicação em França, assim, pode ter sido uma estratégia para evitar a Censura através de importação e circulação secretas. Além disso, o exílio de intelectuais e opositores políticos portugueses em França durante o período reforça a importância desse país como um centro de resistência cultural e política ao regime ditatorial.

A noção de “universalismo” advém da nossa leitura de Seruya (2018), realizada em 1.1 da Parte I. Para lembrar, em *A minha mãe e eu*, Seruya (2018, 167) observa um gesto quiçá deliberado de “de não sublinhar uma identidade específica do autor chinês, não traçar fronteiras entre as culturas oriental e ocidental, ocidental, subsumindo implicitamente aquela nesta com o argumento do ‘universal’”. Ou seja, a académica sugere que existe nessa tradução uma tentativa de considerar pessoas de diferentes etnias como iguais. Ademais, Seruya (2018, 169) encontra em *Contos tradicionais asiáticos* uma “visão universalizante”, que lhe parece “uma forma de contrariar eventuais posições de superioridade rática, mas que, por outro lado, não o impede de diferenciar claramente os quatro grupos asiáticos de que se ocupa”. Assim, no nosso entender, a investigadora observa nessas traduções duas forças quiçá contraditórias: por um lado, advoga-se que os povos asiáticos são iguais; por outro, defende-se que as suas culturas são diferentes. Tentando reconciliar estes dois gestos observados por Seruya, propomos utilizar o termo “universalismo” para incluir duas camadas de existências humanas que surgem na visão universalizante dessas traduções. Na primeira camada, a fundamental, os povos são considerados como iguais a nível humano; ou seja, são iguais porque são humanos. Na segunda camada, as etnias são consideradas como distintas, mas não superiores ou inferiores. Com base nesta reflexão, o universalismo é utilizado aqui para gestos e visões hospitalieiros que tentem eliminar a lógica superioridade-inferioridade entre povos e entre culturas, não em detrimento da sua aceitação de potenciais distinções.

Quanto ao feminismo, este termo utilizado aqui não significa “a movement to end sexism, sexist exploitation, and oppression” (bell hooks 2015, xii). O nosso objeto de estudo situa-se no Estado Novo, em que tal movimento com um certo nível de organização e de dimensão política dificilmente pode ter existido, para não mencionar o facto de que os movimentos feministas na Europa dessa altura talvez ainda não tenham sido tão desenvolvidos como hoje. Desta forma, tendo em conta o contexto histórico que estudamos, o feminismo e as práticas feministas a que nos referimos dizem respeito a indícios, sinais, gestos ou visões que podem ter favorecido o desenvolvimento da valorização do papel da mulher. Por exemplo, o feminismo aqui referido pode ser manifestado numa seleção para a tradução ou num desvio tradutório que observe, discute

ou critique o aspeto negativo de desigualdade dos géneros. Embora assim o feminismo possa parecer demasiado vago, defendemos que tais ocorrências implícitas terão talvez constituído elos importantes para o avanço dos movimentos feministas ao longo da história. Ao investigar essas instâncias potencialmente libertadoras ou emancipadoras para a mulher, o nosso estudo pretende explicitar e valorizar esses gestos que tiveram lugar mesmo num contexto difícil como o Estado Novo. Em resumo, o feminismo referido aqui está relacionado com uma consciência dos aspetos negativos da sociedade patriarcal.

Tcheng, Cheng. 1942. *A minha mãe e eu*. Tradução de Antonino de Sousa. Lisboa: Edições Sírius.

Cheng Tcheng (1899-1996), 盛成 em chinês (aparece Cheng Sheng em inglês), não é um escritor bem conhecido em língua chinesa, tal como afirma Findeisen (2015, 3). Porém, o autor teve um papel histórico significativo tanto na história da China como na história da França. Aos onze anos, Tcheng foi um dos “três membros mais jovens” no Tongmenghui, uma sociedade secreta que ajudou a derrubar a monarquia chinesa em 1911 (Findeisen 2015, 5; Zhang 1983, 135), tornando-se depois membro do Partido Nacionalista. Enquanto jovem ativista, Cheng Tcheng participou no influente Movimento Quatro de Maio (Findeisen 2015, 5; Zhang 1983, 135), um movimento estudantil resultado do Tratado de Versalhes, em que os Aliados permitiram ao Japão ficar com Shandong, então colónia alemã na China. Por causa da sua participação nas manifestações, conforme afirma Culver (2017, 53), Cheng Tcheng, então jovem de cerca de 20 anos, teve que fugir da China. Assim, passou quase dez anos em França, onde se juntou ao Partido Socialista da França e, por fim, ajudou a fundar o Partido Comunista Francês.

Em 1928, quando Cheng Tcheng lecionava filosofia chinesa na Universidade Paris-Sorbonne, publicou *Ma mère* (Zhang 1983, 137; Culver 2017, 58). No início, o autor chinês teve dificuldade em encontrar uma casa editorial que aceitasse a publicação, mesmo que alguns editores franceses reconhecessem a sua qualidade; todavia, Paul Valéry (1871-1945) escreveu um prefácio de 16 páginas que aumentou imensamente o valor de *Ma mère* no olhar das casas editoriais francesas (Zhang 1983, 138). Logo após a publicação, o livro tornou-se um sucesso tanto nacional em França como internacional na

Europa. Essa obra escrita em francês por um chinês foi elogiada nos jornais franceses e americanos (Zhang 1983, 141) e traduzida para italiano, inglês, espanhol e português (Findeisen 2015, 3). Desfrutando do sucesso de *Ma mère*, Cheng Tcheng publicou *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise* em 1929, um ano depois da publicação de *Ma mère*.

Uma vez que os dois títulos franceses são semelhantes, e que Seruya (2018, 167) sugere que *Ma mère* (1928) talvez seja o texto original da tradução portuguesa *A minha mãe e eu*,⁹⁶ é preciso fundamentar a nossa descoberta de que *A minha mãe e eu* é, na verdade, a tradução de *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise* (1929). Primeiramente, o título “A minha mãe e eu” corresponde melhor ao “Ma mère et moi”, em vez de ao “Ma mère”. Segundamente, embora não tenhamos acesso aos dois livros em francês, conseguimos apurar, através de imagens disponíveis online,⁹⁷ os índices dos dois livros e, assim, confirmar que *A minha mãe e eu* tem o índice quase igual ao de *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise*. Especificamente, pelos índices, *A minha mãe e eu* apenas não inclui a última secção de *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise*, “Conclusion : Hymne de l’Humain-Un. — Le Refrain”. Com base na comparação dos títulos e dos índices, confirmamos que *A minha mãe e eu* deve ser a tradução de *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise*, que, no entanto, omite o último capítulo do original.

Explicada a origem da versão portuguesa, isto não quer dizer, porém, que *Ma mère* não seja importante para a compreensão de *A minha mãe e eu*. *Ma mère* não é apenas o início da escrita de Cheng Tcheng mas também da coleção “Vers l’unité”, que inclui mais quatro títulos: *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise*, *Mon odyssée en Europe*, *L’Orient et l’Occident* e *L’Unité et la Solidarité*. Estes títulos dos livros e da coleção, compreendidos no contexto de uma década depois da Primeira Guerra Mundial, sugerem

⁹⁶ Seruya (2018, 167) menciona dois títulos, *Ma mère* (1928; Ed. Attinger) e *Ma mère et moi : à travers la première révolution chinoise* (1975; Ed. Entente). Conforme esclarece Zhang (1983, 141), a versão da editora Entente é uma republicação que junta *Ma mère* (1928) e *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise* (1929; Ed. Attinger). Ou seja, existem três livros publicados com títulos semelhantes de Cheng Tcheng.

⁹⁷ Imagens de capas e índices de *Ma mère* (1928) e *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise* estão disponíveis no site da livraria francesa chamada Le Moigne: https://www.librairielemoigne.fr/index.php/livres_anciens/achat/1928ma-mere-Cheng-TchengSP-envoi-autographe-lettreChine/3711.

uma vontade pacifista e universalista. Tal como afirma Culver (2017, 54), “[a] decade after the Versailles treaty, Sheng’s text thus aims to deepen Sino-French understanding and universalism”. O próprio autor chinês também afirma essa vontade no prefácio da tradução inglesa de *Ma mère*, intitulada *A Son of China*, publicada em Nova Iorque em 1930:

As civilizações orientais e ocidentais devem ser unidas, especialmente as culturas chinesa e europeia [...] Sem interpenetração interior, essa união é impossível. Até agora, os europeus não compreenderam corretamente a China, nem os chineses compreenderam os europeus; só conseguiram julgar-se superficialmente [...] O meu objetivo é remover esta casca da grande família humana e realizar a unidade interior. (Cheng Tcheng, citado em e traduzido para chinês por Zhang 1983, 137)⁹⁸

Ou seja, o autor acredita que os seres humanos podem ser diferentes pela aparência, mas no fundo são iguais por partilharem características humanas que são possíveis de os unir. Assim, a coleção “Vers l’unité” e o livro *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise* provavelmente também visam promover a compreensão interna entre o povo chinês e os europeus.

O objetivo de reunir povos e pessoas também pode explicar o porquê de se tratar do tema de “mãe”. Por um lado, a mãe, cujo nome verdadeiro não é revelado, refere-se a uma figura universal, pois tanto o papel de mãe como as relações filiais existem na maioria de culturas e partilham semelhanças evidentes. Ao retratar a figura de mãe, o autor também pretende elogiar esta imagem, criando um “consoling symbol of universal humanism” (Culver 2017, 58). Por outro lado, a figura de mãe também se relaciona com a de pátria, neste caso, da China. Ao falar das histórias da China em francês, então língua franca na Europa, Cheng Tcheng *traduziu* a vida dos chineses em francês para a compreensão dos europeus, que viam a China principalmente com base em diferentes mistérios com cor exótica (Culver 2017, 54). Em resumo, a mãe é uma dupla imagem que se refere a duas existências consideradas como universais e oprimidas: a mãe e a pátria semi-colonizada.

⁹⁸ Conforme diz Zhang (1983, 137), o texto original é no prefácio da referida tradução inglesa. No entanto, não conseguimos ter acesso a esse volume em inglês durante a presente investigação. Por esta razão, realizamos uma tradução indireta, com base no texto intermediário chinês: “东方文明和西方文明要结合，特别是中国文化和欧洲文化要结合[...]若无内在的互相渗透，这样的结合是不可能的。迄今为止，欧洲人对中国并无正确的了解，中国人也不理解欧洲人，他们只能表面互相判断。[...]我的目的就是要剔除人类大家庭的这种外壳，实现内在的统一。” (Cheng Tcheng, citado em e traduzido por Zhang 1983, 137).

Em 1942, a meados da Segunda Guerra Mundial, 13 anos depois da sua publicação, *Ma mère et moi : à travers la révolution chinoise* foi traduzido para português e publicado pela Edições Sírius. Quanto ao tradutor Antonino de Sousa (1898-1981), não se pode confirmar a sua identidade, mas parece um intelectual pelas publicações em seu nome encontradas no catálogo da BNP.⁹⁹ No prefácio provavelmente escrito pelo tradutor, de acordo com Seruya (2018, 167), não se sublinha a identidade chinesa do autor, nem se discute nenhuma barreira cultural entre as culturas, mas promove-se a ideia universalista. Isto evidencia-se, por exemplo, nesta citação:

[O]s sucessos [das personagens] podiam, sem inverosimilhança, ter decorrido ao nosso lado em qualquer cidade da nossa província. E, realmente se algumas diferenças existem entre o mundo oriental e a Europa, elas não derivam de questões de natureza íntima; são antes resultado de séculos de impenetrabilidade [...] (S. 1942, I).

Assim, o tradutor parece alinhado com o pensamento universalista de Cheng Tchong, considerando que os problemas relativos ao racismo resultam do desconhecimento mútuo e podem ser resolvidos através de compreensão por serem todos humanos: “Dando-o [Cheng Tchong] a conhecer ao público português, presta-se-lhe o serviço que êle sempre desejou: auxiliar o conhecimento e a compreensão entre os homens de qualquer raça e de qualquer clima” (S. 1942, III).

Assim, *A minha mãe e eu* e o respetivo prefácio apresenta realmente um ponto de vista sobre a China bastante diferente daquela visão colonialista do Estado Novo, evidente no prefácio da referida coletânea de traduções e artigos de Pessanha: “[...] China observada e conhecida por uma superior sensibilidade de ocidentale de português do nosso tempo.” (“Nota explicativa” 1944, IX). Porém, a divergência não explica a razão pela qual o livro foi censurado mas permitido. Uma vez que o respetivo relatório de censura, R. 1743, apenas indica que foi aprovado pelo Diretor do órgão, não é possível obter mais informações profundas referente à potencial dissidência manifestada por Antonino de Sousa no prefácio e, principalmente, na escolha de tradução de *A minha e eu*.

Gomes, Silvina de Troya, trad. 1944. *Contos chineses*. Lisboa: Gleba.

⁹⁹ Entre os registos encontrados, existem traduções de Antonino de Sousa como *A posição actual dos problemas filosóficos* (193-), bem como obras originais da sua autoria como *Introdução ao estudo da filosofia* (194-).

Contos chineses e *A minha mãe e eu* partilham algumas semelhanças, especialmente no que diz respeito à discussão relativa ao universalismo e ao patriarcado/matriarcado. Em termos do universalismo, a tradutora Silvina de Troya Gomes (?-?), cujas informações apuradas são apenas cinco livros que traduziu e/ou compilou (serão mostrados em seguida), parece tentar elevar o estatuto da civilização chinesa e assemelhar os portugueses aos chineses. Quanto à questão das mulheres, a tradutora mostra-se crítica sobre a sociedade patriarcal empregando discursos irónicos. No entanto, a abordagem de *Contos chineses* é distinta na sua apresentação sobre a China.

Contos chineses é uma coletânea de 13 obras originalmente escritas em chinês por três autores em eras distintas: Feng Menglong (1574-1646), Pu Songling (1640-1715) e Lu Xun (1881-1936).

Feng Menglong viveu no final da Dinastia Ming (1368-1644), sendo um famoso contista e romancista. O mérito deste autor reside na sua compilação e edição das histórias populares (Wang 2023, 120), adicionando-lhes uma cor tanto poética como crítica em relação à sociedade, tal como comenta T. Lu:

In Feng Menglong's view, the division that makes the most sense lies [...] between ivory-tower pedantry and moral teachings that everyone, no matter how humble, can practice. The stories consistently endorse this morality, the greatest sins in their world being prudishness and hypocritical self-righteousness [...] (T. Lu 2010, 122-123)

Os aspetos críticos das suas obras podem ser evidenciados nos títulos dos seus três livros atualmente mais notórios em chinês: 《喻世明言》 (*Palavra ilustres para ensinar o mundo*, 1621), 《警世通言》 (*Palavras universais para avisar o mundo*, 1624) e 《醒世恆言》 (*Palavras eternas para despertar o mundo*, 1627). São nestes últimos dois que se encontram os contos originais das três obras traduzidas em *Contos chineses*: “O estranho destino de Tcheu Cheng-Sien”, “A morte de Tu-Che-Niang” e “O abuso de Lu-Wu-Rann”.

Entre os três protagonistas indicados nos títulos, Tcheu Cheng-Sien e Tu-Che-Niang são mulheres e compartilham algumas experiências. Ambas, nos respetivos contos, tomaram a iniciativa de perseguir o amor em vez de observar as regras patriarcais de casamento arranjado apenas pela parte dos homens e ambas morreram por causa dos fracassos no

amor: Tcheu Cheng-Sien pela rejeição do pai e Tu-Che-Niang pela razão mais complicada que se discutirá em 3.1 da Parte II.

Quanto ao escritor chinês Pu Songling (1640-1715), este viveu no início da Dinastia Qing (1636-1912), a última da história chinesa. A sua obra-prima, 《聊齋志異》 (*Contos estranhos do estúdio de lazer*, 1740), é uma coletânea de 491 contos, alguns deles, à semelhança dos contos de Feng Menglong, são reescritas as histórias populares chinesas de tradição oral. Esses contos de Pu Songling dizem respeito principalmente as relações amorosas, de amizade ou filiais tanto entre humanos como entre humanos e fantasmas, sublinhando a ideia de que os seres humanos se mostram mais imorais do que os fantasmas. Ou seja, Pu Songling, tal como Feng Menglong, adiciona às histórias populares uma cor ética e didática para criticar certos aspetos da sociedade e educar o povo.

Em *Contos chineses*, nove contos de Pu Songling são selecionados e traduzidos. Entre esses contos, destaca-se aqui *A esposa fantasma*, que, além de ser mencionado por Seruya (2018, 168), também cria provavelmente a mais conhecida figura de fantasma feminina em língua chinesa. A protagonista Guiels Siao-Ts'ing (聶小倩 em chinês, Nie Xiaoqian em Pinyin) foi um fantasma feminino muito lindo, controlado por um demónio para seduzir e ajudar a matar homens. Conseguiu, porém, sair do controlo do demónio com a ajuda de um intelectual, que rejeitou a sedução da bela protagonista. A rapariga-fantasma tornou-se a criada da família desse intelectual. Depois de algum tempo de trabalhos na sua casa, Siao-Ts'ing casou com o intelectual e até deu à luz a um filho humano. Desta forma, a figura da protagonista bela e ética é inovadora, porque o fantasma feminino costumava ser caracterizado pela fealdade e imoralidade. No que concerne à moralidade, de facto, o fantasma parece enquadrado numa figura obsoleta para os dias de hoje, concretamente, uma mulher de ética confucionista: gerir bem a casa e dar à luz (a um filho). Contudo, argumentamos que o foco na agência de uma mulher morta revela uma visão crítica e inovadora sobre o facto de as mulheres não serem objetos passivos, mas sujeitos que se libertam dos seus manipuladores e lutam por si próprias.

O último contista incluído em *Contos chineses* é Lu Xun (pseudónimo de Zhou Zhangshou), o autor canónico em língua chinesa, também o mais traduzido no nosso

corpus. Nascido em 1881, fase final da Dinastia Qing, Lu Xun não foi apenas um testemunho mas também ativista dessa época turbulenta da história chinesa devido às contínuas invasões imperialistas desde as duas Guerras Anglo-Chinesas (1839-1842; 1856-1860), também conhecidas como as Guerras do Ópio. O autor recebeu ambas as educações ocidental e oriental e estudou medicina no Japão. Porém, abandonou a medicina e começou a dedicar-se à literatura. Em 1918, publicou *Diário de um louco*, considerado como a primeira publicação ficcional escrita em chinês vernacular (o padrão de escrita era, até então, o chinês clássico). Lu Xun foi muito produtivo nos anos 20, década em que diferentes ideologias de origem ocidental foram discutidas na China, incluindo o liberalismo, o feminismo e o marxismo. Embora o autor tenha sido fundador da Liga dos Escritores de Esquerda (1930-1935), uma associação apoiada pelo PCC, não foi membro deste Partido. Logo após o falecimento, Lu Xun foi canonizado pelo próprio líder comunista Mao Tsé-tung, que elogiou o autor como “grande literato”, “bolchevique fora do partido” e “o Santo da China moderna” (Mao 2001, 42-43). Desta forma, esta figura altamente ideológica de Lu Xun é divulgada tanto a nível nacional como a nível internacional.

As obras literárias de Lu Xun são incluídas em quatro coletâneas, entre as quais três são de contos e uma de poemas: 《呐喊》 (*Clamor*, 1923), 《彷徨》 (*Hesitação*, 1926), 《野草》 (*Ervas silvestres*, 1927) e 《故事新編》 (*Novas adaptações das histórias*, 1936).¹⁰⁰ *Clamor* e *Hesitação* têm alguns contos traduzidos em outras coletâneas incluídas no *corpus*, particularmente *Divórcio* (1958), *A verdadeira história de Ah Q* (1960) e *Contistas da China Popular* (1972).

O foco desta secção reside em *Novas adaptações das histórias*, cujo conto 《補天》 é traduzido como “O ventre de Nuwa” em *Contos chineses*. Tal como sugere o título, *Novas adaptações das histórias* é uma coletânea de adaptações de histórias antigas, populares e lendárias, adicionando-lhes uma cor irónica e crítica contra as tradições chinesas. O título original do conto selecionado pode ser traduzido, de forma mais literal, como “Remendando o céu”, tal como se vê na sua retradução que estudaremos (*Contos*

¹⁰⁰ Os títulos em português de *Clamor*, *Hesitação* e *Novas adaptações das histórias* são as nossas traduções, enquanto os outros dois títulos são das traduções existentes. *Ervas silvestres* foi publicado em 1998 pela editora Cotovia. A tradução é de Sun Lin (?) e Luís G. Cabral (1950-). Ambos foram professores na Universidade de Minho.

populares chineses (6.a série), 1974). Comparados os dois títulos, “Remendando o céu” e “O ventre de Nuwa”, este último mostra uma mudança de foco da ação para a parte humana que inclui o aparelho reprodutivo feminino e Nuwa, a deusa que criou os humanos nos mitos chineses. Esta mudança, na verdade, pode tornar claro o foco na reconstrução dessa figura feminina, assim como a crítica implícita ao patriarcado. De acordo com a leitura feminista de He (2001), esse conto de Lu Xun em chinês tem duas intenções: (i) recuperar a civilização feminina através de descrição dos valores construtivos de Nuwa, como a construção natural e a estabilização social; (ii) criticar a violência do discurso patriarcal quanto à supressão da importância de mulheres.

De acordo com a apresentação acima exposta, é possível tentar identificar duas intenções relativas à seleção de *Contos chineses*, um mais explícito e outro mais implícito. De forma explícita, o livro mostra o aspeto exótico da cultura chinesa, tal como afirma a tradutora: “Mas os contos chineses são, como a China, mais maravilhosos e mais estranhos.” (Gomes 1944b, s.p.). Esta intenção explícita de exotização da China pode ser relacionada com a sua intenção mais implícita de tornar compreensível a cultura chinesa. Estas relações podem ser evidenciadas no comentário de Seruya (2018, 168), que leu os contos na tradução portuguesa e considera que “misturam elementos habitualmente considerados específicos de tradições chinesas [...] com motivos típicos dos contos populares em geral [...]”. Ou seja, a académica sugere que esses contos são tanto chineses como universais. Em resumo, a exposição dos contos exóticos chineses parece ser um meio de elevar o estatuto da cultura chinesa. Além disso, *Contos chineses* ainda procura mostrar o aspeto universal das histórias populares, tornando compreensível a cultura chinesa.

No entanto, como exposto, a nossa leitura sobre os contos e autores selecionados pode indicar que provavelmente está subjacente a essa seleção também uma enorme atenção prestada às mulheres. Isto ainda pode ser fundamentado por várias partes no prefácio. Por exemplo, como também menciona Seruya (2018, 167), são traduzidos quatro poemas de poetisas chinesas no prefácio. Tendo em consideração a quase invisibilidade de poetisas de chinês clássico, a tentativa de localizar as mulheres na história da literatura chinesa sugere, pelo menos, um interesse por tornar visíveis essas figuras raramente mencionadas, mesmo nos dias de hoje. Uma vez que o prefácio é bastante elaborado e detalhado, e que o livro

ainda será o alvo do nosso estudo da história interna, diferentes aspetos sobre o prefácio serão abordados mais profundamente no próximo capítulo.

Para ilustrar as potenciais intenções da tradutora em valorizar a China e as mulheres em 1944, podemos debruçar-nos brevemente sobre os outros quatro livros de Gomes, as únicas informações biobibliográficas encontradas sobre ela. *Poetas de Coimbra* (1939) é uma coletânea de poemas compilada por Silvina de Troya Gomes e João Carlos Celestino Gomes (1899-1960).¹⁰¹ Na folha do rosto, declara-se que a antologia é uma “recolha de algumas poesias coimbrãs de meio século de vida académica, compiladas por Silvina e Celestino Gomes, que ali também fizeram seus estudos” (Gomes e Gomes 1939, folha do rosto). Ou seja, a tradutora foi uma das raras estudantes na Universidade de Coimbra nas primeiras décadas do século XX.¹⁰²

João Carlos Celestino Gomes, provavelmente o marido de Silvina de Troya Gomes (Condado 2019; Mariz 2009, 446), foi escritor e artista, tendo publicado, por exemplo, *Signo de toiro* (1939), um romance que envolve o tema de homossexualidade feminina (c.f. Bagão 2009). Celestino Gomes, conforme afirma Mariz (2009, 446), “nunca conheceu o Oriente, mas criou o seu Oriente”. Prefaciador da tradução de Silvina de Troya Gomes, *Contos tradicionais asiáticos* (1945), o escritor, tal como analisa Seruya (2018, 169), mostra uma “visão universalizante”, pois ele faz, enquanto português, uma autocritica nacional e reconciliadora com os povos asiáticos:

Povos da China, da Mongólia e da Tartária, da Arábia, Pérsia e Índia dos nossos títulos de Senhores de Aquém e de Além-mar, por onde nossos avós andaram vadiando, amando e sofrendo, ficaram, a despeito de logo por eles diferençados nos recados com que suas mãos escreveram o que seus olhos viram, para nós apenas como exóticos e maravilhosos seres quási deshumanos. (C. Gomes 1945, VIII)

Ou seja, Celestino Gomes criticou o facto de os seus compatriotas apenas rebaixarem desprezarem os povos asiáticos, com que, todavia, os ascendentes portugueses viveram em

¹⁰¹ É de referir que, na folha de rosto de *Poetas de Coimbra*, o nome de Silvina de Troya Gomes fica à frente do de João Carlos Celestino Gomes. Sendo que a ordem de nomes inevitavelmente mostra as diferentes importâncias de contribuidores, parece que o livro sugere que Silvina de Troya Gomes foi mais importante para a criação do livro. Embora isto possa ter sido a verdade, a justaposição de dois nomes, um feminino e outro masculino, e a ordem de colocação não parecem, em conjunto, um fenómeno comum no contexto de Portugal nos anos 30.

¹⁰² De facto, nas primeiras décadas do século XX, existiu um escasso número de estudantes universitárias em Coimbra, referidas na altura por “galantíssimas demoiselles” (Vaquinhas 2000, 100).

relações justamente humanas. Entre os países asiáticos, Celestino Gomes (1945, XVIII) elogia a China por ter “serena sabedoria”, enquanto considera que o Japão tem “a crueldade sorridente e fria”. À luz do contexto da Segunda Guerra Mundial, essas descrições parecem sinalizar um gesto político de apoiar a China e contrariar o Japão, sendo este considerado como o invasor fascista. Tendo em consideração as referidas perspectivas de Celestino Gomes, se este foi o marido ou uma pessoa íntima de Silvina de Troya Gomes, a referida visão universalizante e reconciliadora, bem como a perspectiva crítica contra o fascismo japonês, podiam ter exercido um impacto sobre a tradutora.

Além destes dois livros participados por Celestino Gomes, Troya Gomes ainda traduziu dois livros: *Chiang Kai Shek: sua infância e mocidade* (1944) e *Contos indianos* (1945). Como referido na contextualização histórica (Capítulo 3 da Parte I), Chiang Kai-Shek foi o líder do Partido Nacionalista que governava a China na Segunda Guerra Mundial. O livro traduzido por Gomes é *Le Maréchal Chiang Kai Shek : son enfance, sa jeunesse* (1942) da autoria de 謝壽康 Chéou-Kang Sié (1897-1973), então diplomata da China no Vaticano. O livro trata-se de uma biografia elogiosa do líder do Partido Nacionalista, então chefe da China. A tradução portuguesa ainda inclui um artigo de Sié, intitulado “O espírito chinês perante o problema das raças”, em que se defende que na China não existe racismo como na Europa. É citado o mencionado prefácio de Paul Valéry em *Ma mère* de Cheng Tcheng para justificar que, quando os chineses chamavam os estrangeiros “bárbaros”, “[o] critério de distinção está no grau de civilização e não há nada de comum com os sinais distintivos de raças modernas” (Sié 1944, 134; itálico no original). Sié (1937, XII) afirma ter começado a escrever no final de 1937, ou seja, pouco depois do início da Guerra Sino-Japonesa em julho de 1937. Isto logo sugere que o livro, escrito em francês, foi dedicado a angariar apoios financeiros na Europa para a China invetivada contra o fascismo japonês. Neste contexto, considerando o referido posicionamento político de apoiar a China e contrariar o Japão de Celestino Gomes, talvez marido de Silvina de Troya Gomes, a tradução portuguesa *Chiang Kai Shek: sua infância e mocidade* também poderia ser considerado como um gesto de apoio à China.

Por último, no livro *Contos indianos*, o prefácio escrito por Silvina de Troya Gomes mostra a sua ironia feminista. No início do prefácio, Gomes (1945, 7) afirma que tentou

imitar uma poetisa bem conhecida que encontrou a inspiração para os seus melhores poemas quando “ponteava a roupa”. Porém, este método não resultou para Gomes, a não ser fazer surgir a cantiga “[t]rês camisas, um avental, sete fronhas e um lençol...” (Gomes 1945, 7). As letras provêm da canção *Aldeia da roupa branca*, no filme do mesmo título estreado em 1939. Essa cantiga evocará logo a figura de dona de casa, tradicionalmente concebida para mulheres numa sociedade patriarcal. Ademais, ao apresentar a literatura indiana e a respetiva raiz filosófica, Gomes de repente diz que

A leitura dêstes contos exige, por vezes, um conhecimento razoável dos sistemas filosóficos da Índia antiga e dos seus costumes. Mas aconselho, pelo menos às senhoras, que não se ocupem de erudição. Afinal isto é tudo para esquecer, e a erudição provoca a calvície. (Gomes 1945, 11)

Esta ironia, como se pode deduzir, dirige-se aos homens intelectuais através do estereótipo de que costumam ser calvos. Sem dúvidas, esse tipo de ironia é ofensivo. Porém, aqui é utilizada como um meio de criticar a desigualdade de género. Assim, pela nossa leitura destas referidas citações, Silvina de Troya Gomes estava bastante sensibilizada para a desigualdade de género.

Concluindo este período, parece que tanto *A minha mãe e eu* como *Contos chineses* podem ser lidas como traduções relacionadas com o universalismo e feminismo definidos. Em primeiro lugar, mediante a leitura de prefácios e perfis, compreendemos que os dois tradutores partilham uma visão universalizante ligeiramente diferente. Antonino de Sousa enfatiza a universalidade das personagens em *A minha mãe e eu* e pretende dar a conhecer o aspeto humanista do autor. Assim, embora a cultura chinesa não seja sublinhada, infere-se que, ao promover as escritas de Cheng Tchong, o tradutor estava consciente de que, no Portugal da altura, o povo chinês era considerado como inferior e, assim, a sua tradução poderia servir como uma defesa da igualdade entre etnias. Neste aspeto, Silvina de Troya Gomes escolhe apresentar a China “maravilhosa e estranha” para recuperar a imagem utópica, que devia ser já obsoleta para os seus contemporâneos.

Em segundo lugar, *A minha mãe e eu* e o seu texto original são obras elogiosas da figura de mãe, o que constitui um gesto valorizador do lugar das mulheres naquele contexto. Quanto a Silvina de Troya Gomes, a sua atenção prestada às questões de género nos prefácios de *Contos chineses* e *Contos indianos* bem como o seu perfil enquanto estudiosa mostram que

a tradutora estava consciente da desigualdade de género e utilizou os peritextos para incluir queixas irónicas.

Por fim, o facto de *A minha mãe e eu* ter sido censurado sugere que temas relativos à China podiam inspirar desconfiança do regime nessa altura em que a China ainda não era comunista. Essa atmosfera ameaçadora provavelmente constitui uma razão histórica pela qual os dois tradutores exprimem os elogios da China de forma tão implícita. Ainda se pode compreender a intenção de reenquadramento apolítico dos contos chineses traduzidos por Silvina de Troya Gomes, que na verdade recupera a imagem positiva do povo chinês e defende os valores das mulheres. Estes aspetos de *Contos chineses* serão ainda aprofundados no próximo capítulo.

2.2 1957-1960: início da influência do comunismo chinês na tradução

O estabelecimento da República Popular da China em 1949, como referido, encontrou ecos na publicação das traduções de literatura chinesa apenas em 1957. As razões dessas respostas talvez tardias podem ter a ver com vários fatores, como a falta de meios para a tradução, o desconhecimento sobre a própria literatura chinesa e o medo inculcado pela Censura. No entanto, a vitória do PCC terá sido um acontecimento significativo que não se podia ignorar no resto do mundo, que, na altura, entrava na Guerra Fria. Neste contexto, ambos autores que se estudarão em seguida eram conhecidos como simpatizantes de Esquerda, muito relacionados com o comunismo chinês, como veremos.

Por esta razão, propomos fazer uma breve definição operativa de terminologia utilizada para se referir às ideologias em questão. Consideramos que o termo mais genérico e abrangente é “Esquerda”, que pode incluir “socialismo” e “comunismo”, bem como as atitudes simpatizantes dessas ideologias. Não se pretende tentar esclarecer as diferenças entre todos esses termos, pois este será um trabalho que implica uma reflexão mais dedicada aos estudos de política. Porém, é de sublinhar que todas essas ideologias foram consideradas dissidentes do regime salazarista, o que levaria à perseguição das pessoas que manifestassem essas tendências ideológicas. Por conseguinte, embora tentemos utilizar os

termos de forma rigorosa o mais possível, o objetivo da sua utilização é sobretudo de caracterizar os gestos em favor a esse pensamento que tornariam a tradução censurável.

Han, Suyin. 1957. *A colina da saudade*. Traduzido por Maria José Marinho. Lisboa: Ulisseia.

Han Suyin (1916/17-2012), pseudónimo de Rosalie Matilda Kuanghu Chow, nasceu na cidade Xinyang da província de Henan, de pai chinês e de mãe flamenga. De acordo com a apresentação de Cui e Tickell (2021, 147), a autora cresceu em Pequim e estudou tanto numa escola chinesa como numa escola católica. Pelos 14 anos, partiu para estudar medicina em Bruxelas com uma bolsa, percurso escolar interrompido pela Segunda Guerra Sino-Japonesa. O seu primeiro marido foi um militar do Partido Nacionalista da China, que morreu em 1947 durante a Guerra Civil contra o Partido Comunista. Aquando do falecimento do marido, Han estava em Londres a estudar e, apenas em 1949, voltou para a Ásia, especificamente, Hong Kong. Nesta cidade sino-inglesa, deparou-se com Ian Morrison (1913-1950), um jornalista australiano que foi, mais tarde, morto na Guerra da Coreia. O amor entre Han e Morrison, tal como afirma Sanderson (2015, 81), foi considerado escandaloso na altura, visto que Han era eurasiática, e que Morrison era casado e tinha filhos. As relações amorosas entre Han e Morrison foram utilizadas como matéria para o romance *A Many-Splendoured Thing* (1952), texto original de *A colina da saudade*.

O livro inglês foi um *bestseller* por algumas semanas no jornal *New York Times*, tendo sido impresso também 15 vezes no Reino Unido (Sanderson 2015, 84). Depois, em 1955, saiu a sua adaptação para o filme *Love Is a Many-Splendored Thing*, a primeira longa-metragem de Hollywood filmada na Ásia, com um elenco marcado pelas estrelas Jennifer Jones e William Holden (Sanderson 2015, 86). Como seria esperado, o filme foi um sucesso internacional e, neste contexto, chegou a estrear em Portugal em 1956.¹⁰³ Ao estudar o filme, Sanderson afirma que

Yet, like the book, the way in which it deals with the looming presence of Red China to the north is surprisingly free of the virulently anti-Communist rhetoric that

¹⁰³ De acordo com Pluvioso (2015), *Love is a Many-Splendored Thing* foi localizado com o título “A colina da saudade”, e estreou na segunda-feira, 23 de abril de 1956 no cinema Tivoli.

characterized official and most media pronouncements on China. The moment is presented simply and directly, with no sense of judgment or disapproval. (Sanderson 2015, 86)

Ou seja, para o investigador, tanto o filme como o livro original mostram-se alheios das narrativas anticomunistas, frequentemente divulgadas no mundo ocidental nesse período. Isto talvez possa ser explicado pelo facto de que a autora em si pretendeu criar pontes entre as culturas ocidentais e orientais e foi simpatizante do PCC¹⁰⁴, apesar de o seu primeiro marido ter sido vítima da luta contra este mesmo partido.

Em 1957, um ano depois da estreia do filme em Portugal, foi publicada a tradução portuguesa completa do livro original, intitulada, tal como o filme, “A colina da saudade”. De acordo com o prefácio assinado por “JOSÉ MARINHO” – provavelmente o filósofo José Marinho (1904-1975), pai da tradutora Maria José Marinho (1928-?) –, comparado com o título “A Many-Splendored Thing”, o português “A colina da saudade” é “mais adequado ao gosto e ao interesse geral”, mas essa substituição provocou “alguma renitência da tradutora, do prefaciador e do editor” (Marinho 1957, s.p.). Logo em seguida desta frase, o prefaciador afirma que *A Many-Splendoured Thing*

não é romance de tese, de apostolado ou de intenção. É, sim, um romance de amor, Entender-se-á porém aqui amor não no sentido do amor fechado na exígua concha do conúbio estreito, ainda quando rutilante e maravilhosa, mas amor que se amplia para a natureza e para a infância do homem e da vida, para a dor inteira e toda a alegria, e para aquilo ou aquele que está no fundo ou no alto de tudo quanto somos, cremos e amamos, de tudo quanto nos é dado pensar ou fica para além do limite do pensamento dos humanos: também, dir-se-ia, da própria autora, que é, graças ao Céu, demasiado mulher e demasiado humana, demasiado artista também, para ser pensante ousada. (Marinho 1957, s.p.)

Aqui, depreende-se que o prefácio de José Marinho tenta propor uma leitura baseada num ponto de vista universalizante, no sentido de compreender o amor manifestado no livro como um que se sente entre todos e tudo, o que se evidencia no emprego de “humanos” e a

¹⁰⁴ Desde 1956, a autora começou a visitar a China continental anualmente e escrever sobre a sua viagem e entrevistas com diferentes pessoas, inclusive Zhou Enlai, o primeiro-ministro chinês entre 1949 e 1976 (Sanderson 2015, 91-92). Entre os livros da sua autoria, encontram-se alguns títulos que mostram a sua atitude simpatizante para com o comunismo: *The Morning Deluge; Mao Tsetong and the Chinese Revolution 1893-1954* (1972) e *Eldest Son: Zhou Enlai and the making of modern China* (1994). Por exemplo, na biografia de Mao, Han Suyin escreve que “[a]nd because Mao Tsetung gave the Chinese people that liberation of the mind which is true liberty, there is far greater hope in the world that all the peoples on earth may achieve true brotherhood” (Han 1972, 6).

utilização da primeira pessoa plural para não destacar as diferenças étnicas ou culturais. O prefácio parece tentar convencer o leitor de que, uma vez que se trata de um livro de amor, os enredos relativos à política chinesa não dizem respeito à divulgação de pensamentos políticos. Este aspeto pode ser reforçado pela última frase da citação, que sublinha as relações entre a identidade da autora enquanto uma mulher e os preconceitos patriarcais de as mulheres não serem capazes de realizar uma reflexão filosófica ou quiçá marxista.

Ainda do ponto de vista universalizante, José Marinho sugere realizar uma leitura do livro e uma compreensão da China com base na filosofia chinesa. Na sua análise do desfecho do romance, afirma que a referida morte do personagem principal na Guerra da Coreia não criou um ar traumático para a protagonista, mas uma serenidade em que podia encarar “a santidade do amor, e a presença da vida como esplendor intacto, porque a mulher foi influenciada pela “sabedoria do Oriente e do grande Confúcio” (Marinho 1957, s.p.).¹⁰⁵ Para o filósofo português, essa trama não resulta da frieza e crueldade, mas da capacidade e identidade transcultural da autora: “Pois Han Suyin, eurasiática, visiona a harmonia onde outros vêem a desarmonia” (Marinho 1957, s.p.). O prefaciador acaba o seu texto com um apelo a uma reavaliação da China a partir da visão apolítica:

A atenção à China, dolorosamente suspensa entre os caminhos da tradição e os do futuro, demora o leitor em muitas páginas, fá-lo sentir ou pensar com prazer ou proveito que há mais mundo, outros homens diferentes de nós e vivemos um *drama irmão do nosso*. Mas uma imparcial equanimidade supera *toda a mesquinhez da estreita visão política*. E uma ritmada pausa ferra a todo o momento o ímpeto da acção que se precipita. (Marinho 1957, s.p.; itálicos nossos)

Considerando a crítica de José Marinho à leitura política – “toda a mesquinhez da estreita visão política” –, o “drama irmão do nosso” provavelmente indica que os então problemas políticos tanto em Portugal como na China são semelhantemente pouco importantes perante a necessidade de compreensão sobre o amor humano, um elemento universal. Por isso, o prefácio parece dedicado à criação de um enquadramento de leitura apolítica de ambos o original e a tradução.

¹⁰⁵ José Marinho, enquanto filósofo português, terá sido provavelmente também influenciado pela filosofia antiga chinesa (Rivera 2020, 71).

Essa tentativa de anular qualquer leitura política do livro pode ter, na verdade, mais do que uma razão histórica. A razão mais óbvia, conforme acima analisado, reside no apelo a uma perspectiva universalizante para compreender o povo chinês enquanto humanos, iguais aos portugueses. Pois, ambos partilham o sentimento de amor, uma ideia abrangente que vai além de amor entre os dois gêneros. Por outro lado, uma vez que o teor político do livro original e do respetivo filme popular devia ter sido divulgado naquela altura, a anulação de leitura política podia ter ajudado a tradução portuguesa a passar a Censura.

A visão universalizante e apolítica proposta por José Marinho, principalmente do ponto de vista universalista, pode ter sido partilhada pela sua filha, a tradutora Maria José Marinho (1928-?). Tendo concluído as Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras, Maria José Marinho tornou-se tradutora de relevantes obras e autores (“Maria José Marinho: 90 Anos | e-Cultura,” n.d.). De acordo com *Intercultural Literature*, entre as dez obras e dez autores traduzidos por ela, encontram-se o membro do Partido Comunista Francês Louis Aragon (1897-1982), a feminista Gisèle Halimi (1927-2020), bem como a feminista e simpatizante do PCC Simone de Beauvoir (1908-1986). Maria José Marinho ainda se casou com um militante do Partido Comunista Português, o ensaísta Alberto Ferreira (1920-2000) (“Maria José Marinho: 90 Anos | e-Cultura,” n.d.), que foi preso em 1963 como dissidente (Soares 2017). Tendo em conta essas informações relativas a Maria José Marinho, bem como o prefácio escrito pelo seu pai em *A colina de saudade*, parece claro que a tradutora vivia, como muitos outros intelectuais na sua época, num ambiente que fermentava as várias ideologias indesejáveis para o regime, tais como o comunismo e feminismo. Tendo em conta estas influências ideológicas à volta da tradutora, ainda se reforça a hipótese de que a preocupação com a Censura pode ter motivado um enquadramento apolítico nos paratextos da tradução portuguesa.

Han, Suyin. 1957. *A colina da saudade*. Traduzido por Alice Chaves. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.

Eis a outra tradução do mesmo título “A colina da saudade”, este traduzido por Alice Chaves (?-?) e publicado pela Agência Portuguesa de Revistas. Muito diferente da tradução de Maria José Marinho, que parece uma tradução completa pelo seu tamanho e

índice, a tradução de Alice Chaves é apresentada como uma “adaptação literária”, mas não se especifica se a partir do romance ou do filme.

Esta questão sobre o texto de partida não terá uma resposta simples mesmo através de leitura do peritexto, visto que a tradução portuguesa não tem divisões em capítulos e o seu tamanho (143 páginas) consiste em cerca de metade do livro original (306 páginas). No entanto, a sua capa faz referência ao filme. (ver (7) do Apêndice I). Na capa, é retratada a protagonista Han Suyin, representada por Jennifer Jones, que se veste um *cheongsam* (vestido chinês) azul, como quase no final do filme. Está a ler uma carta, com um ar sério e melancólico, ao pé de um vaso com flores vermelhas, um objeto que também surge quase no final do filme. Além desta referência ao filme *Love Is a Many-Splendored Thing*, o facto de a tradução portuguesa pertencer à coleção “Cinema” também poderá reforçar essa ligação entre a tradução portuguesa e o filme.

Em relação à tradutora Alice Chaves, não é apurada nenhuma informação biográfica. Contudo, através de pesquisa na *Intercultural Literature*, encontra-se um total de 139 traduções feitas por ela, publicadas entre 1955 e 1965. Um total de 135 dessas traduções foi publicado pela Agência Portuguesa de Revistas. A maioria de textos traduzidos por Alice Chaves é originalmente escrita em espanhol por autores que utilizam pseudónimos e cujas identidades podem exigir mais esforços arqueológicos para serem conhecidas. Numa apreciação geral com base nos títulos, ganha-se uma impressão de que a maioria dos livros traduzidos pertence à categoria de literatura popular.

Considerando o tipo de tradução (adaptação literária), a referência ao filme (um produto comercial) e o perfil da tradutora especializada na literatura popular, estes três factores sugerem que a tradução de *A colina de saudade* terá sido mais provavelmente motivada por estímulo económico, tal como supramencionado. Todavia, isto não quer dizer que o livro não possa transportar elementos ideológicos, como aqueles relativos às ideologias reveladas nas leituras tentámos fazer acima. Para uma compreensão melhor sobre esse livro, futuras investigações deverão aprofundar a casa editorial e a coleção “Cinema”

Han, Suyin. 1960. *A colina da saudade*. Traduzido por António Aveledo. Lisboa: Editorial Popular F. Bento & Correia.

Neste ponto, decidimos brevemente deixar de seguir a cronologia da apresentação para antecipar este volume por ser muito semelhante à última tradução a vários níveis, incluindo o título, o modo de tradução e a aparente motivação económica para a tradução.

Esta tradução, também intitulada *A colina da saudade*, apresenta-se como “uma adaptação literária do filme”. Por esta declaração, entendemos o volume como uma tradução realizada a partir do filme. Ou seja, a tradução pode ser considerada como uma tradução indireta e intersemiótica.

Em termos de extensão, o volume é um conjunto de cerca de 20 folhas agraphadas, ou seja, à volta de 40 páginas, com uma capa simples com apenas o título no topo direito. Comparado com o livro original, que tem mais de 300 páginas, esta adaptação literária tem um tamanho bastante reduzido.

Quanto ao tradutor António Aveledo (?-?), a única informação encontrada, através do catálogo da BNP, reside nas quatro adaptações literárias realizadas por ele, todas publicadas pela mesma casa editorial, F. Bento & Correia.

Tal como a versão portuguesa de Alice Chaves, a adaptação literária de António Aveledo parece uma produção principalmente motivada pelo sucesso comercial do filme. Deste modo, parece que essas duas adaptações literárias – a de Alice Chaves e a de António Aveledo – se focaram na exploração do sucesso comercial da parte ficcional de *A colina da saudade*, que se liga ao enredo amoroso.

Lu, Sin. 1958. *Divórcio*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Clube Bibliográfico Editex.

Lu Sin é outra transliteração românica de Lu Xun, autor acima apresentado no estudo de *Contos chineses*. Embora o autor já tivesse falecido em 1936, é ainda preciso lembrar

que a utilização das escritas de Lu Xun por Mao Tsé-tung deu uma grandiosa pós-vida a esse autor. Tal como afirma Zhou,

[n]os anos 40, 50 e 60, sob a enorme influência de Mao Zedong, os aspectos mais iconoclastas e desconstrutivos da obra de Lu Xun foram descontextualizados e apropriados na propaganda pró-Revolução Cultural, o que elevou o escritor ao estatuto de “herói nacional” A partir dos anos 80, Qian Lique, importantíssimo crítico literário e estudioso de Lu Xun, deu um grande impulso à recuperação do lado humano e do espírito individualista do escritor, corrigindo a leitura vulgarizada da época de Mao Zedong. (Zhou 2021, 43)

Ou seja, de acordo com Zhou, até aos anos 70, Lu Xun foi sempre lido com base no maoísmo. No entanto, a utilização de Lu Xun exigia sempre ações contraditórias para Mao Tsé-tung devido ao estilo satírico do autor. Tal como sugere Hsia (1961, 29), por um lado, era necessário desencorajar quaisquer tentativas de reprodução do estilo satírico do autor para evitar críticas à governação do Partido Comunista; por outro, o Partido Comunista desejava manter a fama de Lu Xun como herói nacional, que eventualmente ajudava a cultivar o patriotismo pela China comunista.

Essa imagem ambígua de Lu Xun também se mostra na apresentação do autor pelo tradutor Manuel de Seabra (1932-2017) em *Divórcio*, mas este provavelmente tinha uma agenda diferente, relativamente à situação censória em Portugal. Tendo em conta a sua riqueza e o facto de o livro ser o objeto de estudo da história interna, o prefácio de Manuel de Seabra será aprofundado em detalhes no próximo capítulo dedicado à história interna. Por enquanto, reforçamos o facto de que não se encontrarem no prefácio quaisquer menções diretas sobre as relações entre a política de Esquerda e o autor. No contexto português ditatorial e anticomunista, para garantir a segurança do tradutor e o sucesso de publicação do livro, talvez fosse necessário omitir a parte relativa ao Partido Comunista na vida e pós-vida de Lu Xun. Isto, na verdade, também parece um fenómeno existente nas traduções até agora analisadas.

O tradutor Manuel de Seabra, também escritor e jornalista, foi uma personalidade conhecida nos panoramas culturais tanto em Portugal como na Catalunha devido às suas numerosas produções artísticas, como livros da sua autoria e traduções de diferentes línguas, incluindo chinês, russo e esperanto. Embora se diga que Manuel de Seabra

dominava o chinês (ver Neves 2017) e ele próprio tenha afirmado, em duas traduções que se apresentarão em seguida, ter traduzido diretamente de chinês, a nossa investigação não encontra informações sobre a aprendizagem de chinês do tradutor e sugere que as traduções de chinês muito provavelmente foram indiretas.¹⁰⁶ Quanto ao esperanto, conforme diz numa entrevista a sua mulher, Vimala Devi (1932-), poetisa portuguesa de origem goense, a paixão de Seabra por essa língua que “pretendia ser universal” resultou do seu pensamento de que “o mundo do esperanto tinha um grande fundo humanista”, dando uma resposta afirmativa quando lhe perguntaram se essa paixão de Seabra tinha um “fundo ideológico” (Spina 2019, 345). Assim, Manuel de Seabra traduziu entre as línguas mais periféricas e dedicou-se à aprendizagem e promoção do esperanto, enquanto uma língua universal.

Além disso, Manuel de Seabra e o poeta Egito Gonçalves (1920-2001) realizaram uma viagem pela URSS, a convite de uma “associação soviética” à Associação de Escritores Portugueses para acolher dois escritores portugueses que soubessem russo (Seabra s.d.). Ao falar desta viagem, quando Seabra foi inquirido sobre se Gonçalves sabia russo, respondeu: “Não, não sabia, nem era mesmo comunista.” (Seabra s.d.). Sublinha-se esta última parte da resposta, uma informação que excede a pergunta original e que poderá sugerir que o outro escritor na viagem, o próprio Manuel de Seabra, era comunista na altura. Este possível indício poderia explicar a sua escolha de aceitar traduzir o escritor comunista Mao Dun e o líder comunista Mao Tsé-tung, que serão apresentados em seguida. Desta forma, parece que, pelo menos, Manuel de Seabra teve vontade de introduzir autores, obras e temas aderidas à ideologia de Esquerda.

Sendo um intelectual provavelmente simpatizante de Esquerda, Manuel de Seabra foi, de acordo como Lourenço (2018, 54), “intransigente opositor do salazarismo”. Em 1957, um ano antes da publicação de *Divórcio*, quando Seabra era um jovem de 25 anos, o então

¹⁰⁶ Embora não encontremos nenhum epitexto sobre o pensamento de Manuel de Seabra em relação às suas traduções de literatura chinesa, a sua experiência inicial de traduzir literatura russa, revelada por ele próprio recentemente numa entrevista, sugere que o tradutor podia não saber a língua de partida no início de um projeto de tradução: “Numa altura, a editora Futura precisava de tradutores portugueses que fossem capazes de traduzir diretamente do russo. E, claro, disse-lhes que eu era capaz. De facto, quando tinha vinte e poucos anos comecei a folhear alguma gramática e a manobrar dicionários russos, mas tive rapidamente de aprender para dar uma resposta à editora.” (Seabra, n.d.). Vimala Devi afirma que ela e Seabra falavam inglês, português, espanhol, catalão e esperanto, mas não mencionou russo e chinês (Spina 2019, 344).

ativista teve na prisão alguns meses por causa de atividades estudantis (Vimala Devi, entrevistada em Spina 2019, 344). Ou seja, quando publicou esta tradução, o tradutor faria parte das pessoas vigiadas pela PIDE.

Por fim, ao publicar um livro intitulado *Divórcio*, cuja capa é caracterizada por uma mulher triste em traje chinês (ver (8) no Apêndice I), Manuel de Seabra mostra a sua atenção por essa opção transgressiva para o Estado Novo. De acordo com o Diário da República, tanto o divórcio litigioso como o divórcio por consentimento foram legitimados em 1910; porém, em 1940, foi proibido o divórcio para os casamentos católicos e, desde então até à Revolução do 25 de Abril, as causas para realizar o divórcio de casamento civil também foram reduzidas (“Divórcio”, s.d.). Ainda como mencionado em Seruya e Moniz (2018a, 228), o tema relativo ao divórcio constituía uma causa de proibição da Censura ao livro nos anos 50. Por conseguinte, Manuel de Seabra tentou efetivamente aprofundar um tema sensível durante o Estado Novo. Para mais aprofundamento, talvez seja necessário conjugar a leitura do título, da capa, do prefácio (sobretudo dando destaque ao papel talvez inventado da mãe de Lu Xun), a seleção (com vários contos sobre protagonistas prejudicadas na sociedade patriarcal) e o conto “Divórcio” que estudaremos no próximo capítulo.

Apesar do título transgressivo e do tradutor ativista, *Divórcio* não foi proibido pela Censura. De acordo com o respetivo relatório (R. 6310), o livro foi “apresentado para a censura”, o que implica a submissão espontânea do próprio tradutor-editor Manuel de Seabra a essa instituição. Quanto ao título “Divórcio”, era esperado que este provocasse alguma ação censória, visto que Seruya e Moniz (2018a, 228) afirmam que o divórcio constituiu um tema censurável. Contudo, o censor José Brandão Pereira de Melo não aponta nenhum problema moral e mostra-se indiferente a esse título: “Trata-se de uma série de contos, o primeiro dos quais dá o título ao livro”. (R. 6310).

Depois, o leitor faz referência ao prefácio para afirmar que Lu Xun é um escritor “realista ou naturalista da China”, o que mostra que o seu conhecimento sobre o autor chinês depende tão-só das informações no prefácio. Numa apreciação geral, o censor compreende que a obra mostra “a ansia [sic.] da emancipação de fórmulas sociais caducas e o combate

contra superstições absoletas [sic.] e anacrónicas costumeiras entravantes.” (R. 6310.). Esta leitura, por um lado, sugere a existência de alguns valores indesejáveis do livro para o regime, particularmente o seu apelo à libertação social; por outro, utiliza os adjetivos “caducas”, “absoletas” (que deve ser “obsoletas”) e “anacrónicas”, bem como os substantivos “superstições” e “costumeiras”, que parecem sugerir que as histórias retratadas já não se aplicavam na sociedade dos anos 50, e talvez ainda menos na sociedade portuguesa. Para aprofundar este aspeto, teremos efetivamente de realizar uma leitura crítica e contrastiva, pelo menos, de um dos contos.

Não obstante esta apreciação inicial inclinada para a proibição, o leitor José Melo, logo a seguir às citações acima mostradas, tira uma conclusão contrária: “Mas não há neste livro, em qualquer dos seus contos, o menor inconveniente (quer de ordem política, quer sob o aspecto moral ou social), parecendo-me, por isso, poder ou dever autorizar-se.” (R. 6310). É de sublinhar a primeira palavra nesta citação, a conjunção adversativa “mas”, em que reside a potencial contradição do leitor: a sua leitura sugere a proibição desse livro, mas ele rejeita esta ideia. Esta decisão censória, que aparenta um paradoxo evidente, merece mais atenção tanto na nossa história interna, como em futuros estudos relativos à censura.¹⁰⁷

Hsun, Lu. 1960. *A verdadeira história de Ah Q*. Traduzido por José Manuel Calafate. Lisboa: Portugal.

Também da autoria de Lu Xun, *A verdadeira história de Ah Q* apresenta-se, na ficha técnica, como uma tradução indireta da tradução italiana *La vera storia di Ah Q e altri racconti* de Luciano Bianciardi (1922-1971). A tradução portuguesa é uma coletânea de quatro contos e um prefácio do autor.

Na apresentação do autor, afirma-se que “[f]oi a mãe [de Lu Xun], forte e corajosa mulher de origem camponesa, quem assumiu a chefia da casa e proporcionou ao filho uma sólida educação que terminou com a sua formatura em medicina.” (“Lu Hsun” 1960). O realce de

¹⁰⁷ Durante a investigação, lemos os relatórios de censura relativos ao tema da China e o nome de José Brandão Pereira de Melo apareceu várias vezes. Embora ainda não tenha sido realizado um estudo mais sistemático sobre esse censor, surge aqui uma possibilidade de realizar um estudo dedicado ao censor para tentar saber se a impressão de Seruya e Moniz (2018, 223) (“os censores formavam um grupo bastante homogêneo”) pode efetivamente caracterizar a totalidade da Censura salazarista.

características psicológicas da mãe de Lu Xun, na verdade, não encontra muitos ecos em biografias recentes do autor, nem em estudos feministas sobre ele. Ainda fica por investigar a origem dessas descrições, provavelmente do texto intermediário, a que não tivemos acesso durante a pesquisa. Todavia, por enquanto, tenta-se compreender essa apresentação da mãe de Lu Xun com base no contexto de 1960. O gesto de valorizar uma mulher caponesa parece estar relacionado com, entre outros possíveis, duas razões históricas: os movimentos feministas e a propaganda do comunismo chinês. A promoção do feminismo tem como objetivo a igualdade de género, o que pode implicar a reavaliação de mulheres no passado, ignoradas ao longo da história. Quanto a publicidade do PCC, a revolução comunista chinesa foi baseada nas forças camponesas, o que torna clara a razão pela qual essa classe foi tão elogiada nos cartazes propagandistas e expressões artísticas.

A apresentação de Lu Xun em *A verdadeira história de Ah Q* não caracteriza o autor como socialista ou comunista, nem menciona nada sobre essas ideologias. No entanto, sugerem-se as relações entre Lu Xun e escritores russos: “*A Verdadeira História de Ah Q*, sua obra-prima [de Lu Xun], está para as letras da sua pátria como *O Capote*, de Gogol, para as da Rússia: é o padrão definitivo dum novo realismo.” (“Lu Hsun” 1960). Nikolai Gógol (1809-1852) publicou *O capote* em 1842, cem anos antes da publicação de *A verdadeira história de Ah Q*. A ligação estabelecida entre o autor chinês e o escritor russo permite duas deduções relacionadas na nossa análise.

Primeiramente, ao investigar a recepção de Lu Xun na Europa e na América, Eber (1985, 250) nota que, nas escritas populares publicadas nos países socialistas, os contos do autor chinês “are described as works of realism, critical realism, or revolutionary realism, with some verging on socialist realism”. Tendo em conta o contexto de meados do século XX e a menção da Rússia, o “novo realismo” podia significar a ligação com o realismo socialista, um género literário criado e promovido na URSS para tornar a literatura uma divulgação de valores de revoluções comunistas.

Segundamente, ao comparar o autor chinês do início do século XX com o escritor russo de meados do século XIX, a apresentação parece tentar estabelecer relações obsoletas, tentando anular qualquer aspeto político relevante para o contexto dos anos 60 em

Portugal. Ao mesmo tempo, a ligação estabelecida com o autor canónico russo faz inevitavelmente o leitor pensar sobre a Rússia, que na altura era parte essencial da URSS. Assim, é criada uma ambiguidade sobre essas relações entre Lu Xun e a Rússia, o que, combinado com a menção do “novo realismo”, parecia convidar o leitor a estabelecer relações entre esses elementos com base no seu entender. Entre diferentes relações possíveis, pode surgir aquela que nós propomos, concretamente a atribuição do realismo socialista ao estilo do autor. Desta forma, a apresentação constitui uma tentativa de criar uma ambiguidade que pode contornar a Censura e importar ideias revolucionárias.

Quanto à seleção para a tradução, são incluídos quatro contos provenientes da coletânea *Clamor*. Todos esses contos, como os outros de Lu Xun, são histórias críticas e satíricas baseadas na situação da sociedade chinesa, dominada por um conjunto de valores confucianos que, do ponto de vista do autor, são, nas palavras de Zhou (2021, 45), “escravizantes e entorpecedores”.

Além desses contos, também se encontra traduzido o prefácio original de *Clamor*, mas colocado no final do livro. Pelo título do prefácio, “Prefácio de Lu Hsun à primeira colectânea de contos: «Às Armas!»”, nota-se que o título da coletânea é mudado para um apelo emotivo à ação revolucionária. Como comparação, repare-se que a nossa tradução do título é “Clamor” e a versão inglesa de Julia Lovell é “Outcry”. Seja “Clamor” seja “Outcry” constitui título mais pacífico e descritivo do que “Às Armas!”. A cor revolucionária desta expressão pode revelar um indício de que o tradutor compreende as obras de Lu Xun sobretudo a partir da visão socialista ou comunista, mas que tenta velar essa leitura ideológica colocando o prefácio no final do volume. Ou seja, ao tentar colocar um texto que supostamente se apresenta como prefácio no lugar do posfácio, este gesto parece sinalizar uma tentativa de evitar o aparecimento desse texto no espaço visível do volume e, assim, dificultar a possibilidade de sofrer a censura repressiva.

Quanto ao próprio tradutor José Manuel Calafate, não se encontraram as suas informações biográficas durante a presente investigação. Pesquisando o seu nome na *Intercultural Literature*, encontrámos seis traduções publicadas entre 1961 e 1997, principalmente a

partir do italiano. Entre os cinco autores traduzidos por ele, sublinhamos Italo Calvino (1923-1985) e Pier Paolo Pasolini (1922-1975) por serem intelectuais de Esquerda.

Em jeito de conclusão sobre o período entre 1957 e 1960, encontram-se duas traduções que parecem motivadas mais por interesses económicos, e três traduções que mostram fatores ideológicos relativos ao universalismo, feminismo e comunismo. É de sublinhar o facto de que as três traduções portuguesas de *A Many-Splendoured Thing* manifestam um caso interessante sobre como o mesmo texto original pode ser abordado de diferentes maneiras – a leitura mais universalizante do amor no prefácio de José Marinho e a leitura potencialmente mais vulgarizada nas outras duas traduções – em três anos. Ainda se deve apontar a verosímil existência de relações contínuas entre o universalismo e o feminismo na tradução de literatura chinesa. Ou melhor, parece que a maioria dos tradutores de literatura chinesa, seja neste período seja no período anterior, tem uma visão universalizante e promove os valores das mulheres. Por fim, a mudança diacrónica que se identifica neste período entre 1957 e 1960, em comparação com o período anterior entre 1942 e 1944, manifesta-se no surgimento de um discurso tendencialmente mais comunistas na compreensão do autor Lu Xun, nomeadamente por parte de Manuel de Seabra e José Manuel Calafate.

2.3 1967: primeira tradução portuguesa de um autor chinês comunista

Os livros acima estudados são traduções de autores que, apesar de estarem relacionados com o PCC, nunca se tornaram oficialmente membros dele. Desta forma, somente em 1967, exatamente um ano depois do início da Revolução Cultural Chinesa, foi traduzido por Manuel de Seabra um autor que foi oficialmente membro do PCC e governante da China comunista.

Mao, Tun. 1967. *Mao tun*. Traduzido por Manuel de Seabra. Coimbra: Atlântida.

Mao Tun (1896-1981), ou Mao Dun, a transliteração corrente hoje em dias com base no Pinyin, é o pseudónimo de Shen Yanbing, considerado por Hsia (1961, 164) como “the greatest Communist novelist in modern China”. O autor chinês, membro do PCC desde a

sua fundação em 1921, pretendia criar obras realistas que servissem ambas a agenda política e a arte. Esta intenção, conforme afirma Wang (1992, 26), constituiu um desafio essencial para a carreira literária de Mao Dun. Por exemplo, 《蝕》(*Eclipse*, 1927), o seu primeiro romance publicado, retrata, sobretudo a partir das personagens femininas, a atmosfera pessimista na Esquerda após a falha da Primeira Revolução Comunista, que antecipou a mencionada Primeira Guerra Civil quando o Partido Nacionalista iniciou um expurgo de comunistas (3.1 da Parte I). A maioria das obras literárias de Mao Dun foi escrita entre o final da década de 20 e meados da década 40. A partir de 1949, ano do estabelecimento da República Popular da China em 1949, Mao Dun tornou-se o presidente da Associação de Escritores Chineses e o Ministro da Cultura.

Manuel de Seabra devia conhecer bem Mao Dun e as suas obras, visto que, além de ter citado três livros sobre a literatura chinesa,¹⁰⁸ traduz os contos a partir da tradução inglesa *Spring Silkworms and Other Stories* (1965; Pequim) de Sidney Shapiro (1915-2014). O tradutor afirma, tal como previamente citado, que a tradução “foi feita com o auxílio da versão inglesa de Sidney Shapiro (*Spring Silkworms and Other Stories*, Pequim, 1965) cotejada pari passu com o original chinês, que foi sempre decisivo em todas as divergências entre os dois textos”.

A versão chinesa que Seabra alega ter utilizado é Mao Tun Hsuan-Chi (1963; Pequim). Na presente investigação, encontramos 《茅盾选集》 (*Obras seleccionadas de Mao Dun*), que, pela sonoridade, parece ter sido a versão que Manuel de Seabra diz ter utilizado, mas o ano de publicação é 1959. Através de uma leitura contrastiva da tradução portuguesa e dos textos de partida chinês e inglês, estamos convencidos de que a tradução portuguesa deve ser principalmente uma tradução indireta a partir de inglês. No entanto, nota-se que Manuel de Seabra substitui um conjunto de palavras inglesas pelas transliterações chinesas, por exemplo, “Miss Huang” é traduzido para “Huang nushih”, “Miss Ling” para “Ling chieh”. Ainda é fornecido um glossário de 21 entradas, entre as quais 18 são transliterações, conforme declarado, com base no sistema wadiano. Através de uma comparação, confirmamos que o prefácio de Manuel de Seabra é originalmente escrito

¹⁰⁸ São *A Short History of Modern Chinese Literature* (1959; Peking) de Ting Yi, *A History of Modern Chinese Fiction 1917-1957* (1961; New Haven) e *Literature and the Arts in Twentieth Century China* (1963; Nova Iorque) de A. C. Scott. Entre eles, vale a pena mencionar que o famoso crítico literário C. T. Hsia foi publicamente anticomunista, uma ideologia manifesta mesmo nos seus livros.

para a sua tradução portuguesa. Quanto à seleção, a tradução inglesa inclui 13 contos, entre os quais oito são traduzidos na tradução portuguesa.

Na tradução portuguesa *Mao Tun*, a apresentação do autor na badana do livro delineia um breve retrato para elogiar o autor enquanto “um dos maiores escritores chineses do nosso século”, tão canónico que “não há antologia da literatura chinesa deste século onde MAO TUN não esteja representado”. Ainda elogia o romance *Meia noite* de Mao Dun como “o romance mais inteiramente realizado do nosso século na China”. O “génio” do autor, conforme afirma a apresentação, “vai ao fundo dos seres arrancar-lhes aquilo que de eternamente humano possuem”. Assim, Mao Dun é principalmente retratado como um autor realista e canónico de literatura chinesa moderna. A apresentação, desta forma, sugere que a tradução do autor resulta da admiração pelos seus valores literários. Tal apresentação completamente apolítica pode estar a esconder informações biográficas de Mao Dun, principalmente o facto de ser um membro do PCC, que tornariam censurável o livro.

No prefácio elaborado por Manuel de Seabra, o tradutor começa por lamentar os poucos intercâmbios literários entre Portugal e a China, considerando que a China é o país com o qual “o nosso país sempre teve as melhores relações” (Seabra 1967, 7). Depois, o prefácio fala brevemente sobre a literatura chinesa, afirmando o lugar canónico de Lu Xun e menciona vários nomes de autores chineses (Seabra 1967, 8). O resto do prefácio é dedicado à apresentação de Mao Tun e dos contos incluídos na tradução. Tal como na bandana, o prefácio retrata o autor principalmente “o mais importante escritor de ficção da China moderna”, citando Ting Yi, C. T. Hsia e A. C. Scott como justificações (Seabra 1967, 8). Desta forma, o tradutor justifica que a escolha de traduzir Mao Dun e esses seus contos tem que ver com os méritos literários e o seu estatuto canónico

O facto de Mao Dun ter sido “Ministro da Cultura” é mencionado (Seabra 1967, 12), mas apenas no meio de texto. Ou seja, essa informação relevante para a identidade do autor aparece num lugar pouco visível à primeira vista. Novamente, ao tornar menos notáveis os elementos transgressivos, este gesto parece uma técnica para contornar a Censura.

Os contos selecionados na tradução portuguesa incluem textos originalmente publicados na primeira metade dos anos 30. Entre eles, “Bichos de seda da primavera”, “Colheita de outono” e “Ruína de inverno” são os contos mais notórios de Mao Dun, conhecidos em conjunto como *Trilogia do campo*, uma série que, pela nossa leitura em chinês, pretende transmitir a mensagem marxista de que a revolução da classe baixa é inevitável devido às opressões imperialistas (ameaças externas do país) e tradicionais (feudalismo que regulava a hierarquia da sociedade chinesa).

Quanto ao tema feminista, sublinham-se os contos “Epítome” e “A primeira manhã no escritório”. Em “Epítome”, a protagonista Ling ou Lin – a incerteza do nome revela que se trata de uma personagem de classe baixa – foi uma concubina com menos de 20 anos, comprada por um rico. Na família, a rapariga foi tratada com violências sexuais pelo rico, insultada pela sua mulher, assediada pelo filho e pelo cunhado do rico. A imoralidade completa dessa família foi terminada pelas forças revolucionárias, cujos tiros atingiram a todos da família, inclusive Ling. Porém, para Ling, a morte foi-lhe uma libertação da sua tragédia. Em “A primeira manhã no escritório”, a senhora Huang, uma recém-chegada no mercado laboral, sofreu um conjunto de assédios e percebeu que, para agarrar o seu posto de trabalho, teria de aguentar tudo isto e até aprender agradar os chefes, como as outras colegas, que se vestiam e se maquilhavam. Ao mencionar de forma crítica essas construções mais correntes no capitalismo, como a moda e a maquilhagem, estabelecem-se relações entre os aspetos negativos tanto do patriarcado como do capitalismo. Revela-se, assim, a necessidade de uma revolução comunista para a libertação de todos e todas. Tal mensagem, no nosso entender, é recorrente nas obras de Mao Dun.

Quanto a esta seleção de contos na tradução portuguesa, o tradutor afirma: “[P]rocuerei incluir tudo o que fosse bem representativo de Mao Tun. E estou certo de que o material seleccionado proporcionará ao leitor português um conhecimento bastante profundo da personalidade deste escritor” (Seabra 1967, 12-13). Na apresentação dos primeiros três contos de *Mao Tun*, a mencionada *Trilogia do campo*, o prefaciador sublinha apenas os mencionados aspetos opressivos para a vida tradicional da família camponesa, mas não menciona a sua consequência inevitável de uma revolução armada. Esta mensagem é claramente transmitida no conto “Ruína de inverno”. No final deste conto, o protagonista,

um camponês, desistiu da vida camponesa e assassinou, em conjunto com outros camponeses, uma equipa de três soldados que controlavam a aldeia. Assim, os camponeses apropriaram-se das espingardas, uma ação simbólica de revolução armada.

Quanto aos contos em que se retrata a situação das mulheres chinesas, Seabra afirma que “Mao Tun é, no entanto, justamente distinguido pela maneira profunda como revela a alma feminina” (Seabra 1967, 14). Porém, as apresentações dos dois contos parecem tentar evitar uma descrição reveladora:

Em “Epítome”, Mao Tun revela-nos com uma implacabilidade talvez demasiado fria a corrupção de determinados sectores da sociedade chinesa, através do drama patético da pequena prostituta Ling chieh [...] Huang nushih de “A primeira manhã no escritório” é uma figura comovente, que muitos leitores acharão actual e portuguesa. (Seabra 1967, 13-14)

Ao ler o prefácio de Seabra levando em conta tudo que ele devia saber pela leitura do texto intermediário inglês, fica a impressão de que o prefaciador pretendia tornar trivial tudo o que pudesse ser considerado transgressivo pelo regime. Por exemplo, na nota do editor da tradução inglesa, o tema sobre a política da China é claramente mencionado no início:

Chiang Kai-shek and the Kuo mintang [Nationalist Party], and his gang ruthlessly oppressed the Chinese people and waged a civil war against the Communists in an attempt to end the revolutionary movement once and for all [...] The Chinese Communist Party was the first to call upon the people to fight back [against Japan]. (Shapiro 1956, s. p.)

Por último, sobre o tradutor em si, o prefácio em *Mao Tun* fornece mais indícios sobre a ideologia de Manuel de Seabra. Quanto à sua visão universalizante, a citação acima exposta mostra que o tradutor considera que a personagem chinesa Huang nushih pode parecer portuguesa. Isto, a nosso ver, tenta reforçar os pontos em comum entre diferentes povos, apelando ao entendimento intercultural a partir da consideração das características humanas, que todas as pessoas podem partilhar. Além disso, o prefaciador ainda afirma que, em relação à literatura chinesa,

[N]ão é possível ignorar poetas da envergadura de um Tu Fu, de um Li Po, ou romances como *Os Escolares* de Wu Ching-tzu, ou *O Sonho da Câmara Vermelha* de Tsao Hsueh-chin; do mesmo modo que um intelectual chinês não pode deixar de conhecer Shakespeare, Tolstoi ou Dante” (Seabra 1967, 7)

A citação parece revelar que Seabra tem em mente a ideia de literatura mundo, uma existência que, como o esperanto, pretende ser universal. Referente ao feminismo, o tradutor não apenas inclui dois contos relativos ao estatuto de mulheres, mas também chama a atenção para o facto de Mao Dun retratar bem as figuras femininas, como acima exposto. Por fim, embora não seja dito nada sobre o comunismo, a seleção do autor e dos seus contos, pelo tradutor, já sugere uma inclinação ideológica pela Esquerda.

2.4 1972-1974: chegada das revoluções

Enquanto *Mao Dun* ainda constitui uma tentativa ambígua na sua apresentação de um autor comunista, as seguintes traduções que se estudarão expõem diretamente os elementos do comunismo chinês. Nestes últimos dois anos que antecederam “o amanhecer da democracia” (na metáfora de Sophia de Mello Breyner), encontram-se traduções, por exemplo, da autoria de Mao Tsé-tung e outra intitulada *Contistas da China Popular*. Desta forma, parece que as influências da Revolução Cultural Chinesa, que começou em 1966, chegaram por fim ao Portugal do final do Estado Novo. Apesar da sua chegada relativamente tardia, os impactos, apenas pelos exemplos agora mencionados, parecem significativos. Nestes últimos dois anos da ditadura, o regime foi-se tornando cada vez mais instável por causa de vários problemas, incluindo a duradoura Guerra Colonial e a subsequente crescente dissidência em Portugal. Assim, parte-se para o nosso estudo tendo em conta este contexto, em que poderiam estar latentes fortes influências do comunismo chinês e a instabilidade política em Portugal.

Mao, Tsé-tung. 1972. *Poemas*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Futura.

Neste período entre 1972 e 1974, uma das primeiras traduções é de autoria de Mao Tsé-tung, provavelmente o nome chinês mais conhecido desde a segunda metade do século XX. Tal como mostra a nossa contextualização da história chinesa, a vida do líder comunista pode representar, de facto, uma grande parte da China no século XX. Assim, Mao Tsé-tung, é apresentado, na badana desta tradução portuguesa, “como «leader» de homens e ideias [que] é hoje bem conhecido, mas a sua faceta de poeta por direito próprio não tem sido suficientemente divulgada”. Daí, parece claro que o objetivo da tradução –

alegado pelo tradutor – é divulgar a figura de Mao enquanto grandioso poeta em chinês clássico em lugar de um líder político.

Esta vontade de criar a imagem de excelência do poeta é reforçada pelo tradutor no seu prefácio. Como em *Divórcio e Mao Tun*, o tradutor Manuel de Seabra escreve um prefácio dedicado ao autor. Ao traduzir Mao Tsé-tung, a primeira questão que exige uma resposta, para o prefaciador, é se o líder do PCC escreve poemas que mereçam traduzir-se. Citando os sinólogos formados nas universidades anglo-saxónicas, onde, na opinião de Seabra, “a idoneidade científica é normalmente mantida acima dos subjetivismos políticos”, o prefaciador afirma que Mao Tsé-tung “ocuparia um lugar de relevo na literatura chinesa contemporânea” (Seabra 1972, 6). O prefácio ainda reforça que a rejeição de literatura de Mao devido a motivos políticos se assemelha à rejeição a Ezra Pound, uma comparação que poderá ter ajudado a elevar imensamente a qualidade de criação literária do líder comunista perante o leitor português. Desta maneira, ao seleccionar e traduzir os poemas de Mao, Manuel de Seabra afirma que Mao “é considerado um grande poeta” e espera “ter fornecido ao leitor os elementos necessários e suficientes para que possa formar a sua própria opinião” (Seabra 1972, 7). Apesar desta intenção declarada, o prefaciador também afirma que as características poéticas e revolucionárias coexistem nos poemas de Mao: “Sendo um grande temperamento poético, Mao Tse-tung sentia-se, porém, acima de tudo, um revolucionário.” (Seabra 1972, 7). Ou seja, Seabra sugere que, dentro do poeta, o teor principal ainda é político.

Desta forma, Seabra admite que Mao é político e também afirma que o líder comunista tem uma valência literária. Tanto o prefácio como a escolha de traduzir poemas em lugar de escritas militantes parecem indicar a vontade de dar a conhecer o valor literário do chefe da China. Para aprofundar este aspeto, ainda se pode estudar as notas dos poemas. Além do prefácio dedicado à vida de Mao, à história da China e à poesia de chinês clássico, o tradutor escreve notas de uma até quatro páginas para cada um dos 33 poemas seleccionados, originalmente escritos entre 1925 e 1963, um período que atravessa a carreira revolucionária e política de Mao Tsé-tung. Numa apreciação geral, as notas apresentam os respetivos contextos históricos, os eventos históricos descritos nos poemas e fazem

referências a traduções inglesas.¹⁰⁹ Sendo numerosas (57 páginas no volume de 132 páginas) e detalhadas com datas, nomes transliterados e referências a outros autores, essas notas mostram uma aparência estudiosa. Embora o seu conteúdo pormenorizado dificilmente pudesse ser analisado no presente trabalho, a nossa leitura sugere que o tradutor tenta esclarecer não apenas o valor literário do autor, mas também as alusões políticas implícitas nos poemas.

Por fim, ainda há uma secção de duas páginas dedicada à “Nota sobre a leitura das palavras chinesas”, em que Manuel de Seabra aborda as pronúncias dos caracteres chineses com base no sistema Wade. As descrições do tradutor sugerem que ele sabe ler em chinês, por exemplo:

Com estas, repito, incompletas indicações, o leitor ficará habilitado a extrair maior beleza fonética a certos poemas. Por exemplo, no poema *Dia de Ano Novo*, p. 35, já não cometerá a heresia de ler *Ningueuá! Chingueliu! Kueiuá!*. A pronúncia mais aproximada é, de facto: *Nin-huá! Tchím-liú! Guâi-huá!* (Seabra 1972, 137)

Embora não se consiga avaliar se estão corretas as pronúncias pelo nosso desconhecimento da utilização do sistema Wade, é preciso apontar o facto de que Manuel de Seabra se apresenta como um falante chinês que consegue até corrigir pronúncias.

Através dos peritextos numerosos e detalhados – prefácio de 20 páginas e notas de 57 páginas (o livro tem 132 páginas e os poemas ocupam 40 páginas) – Manuel de Seabra estabelece a sua própria imagem de especialista na língua, cultura e história chinesas. Na verdade, a tradução é apresentada como uma tradução direta de chinês, como *Mao Tun*, mas, desta feita, não menciona nem a antologia original, nem nenhuma utilização das versões inglesas para a tradução (apenas para as notas). Pela inacessibilidade das traduções inglesas mencionadas, não podemos realizar uma leitura contrastiva para tentar perceber melhor até que ponto é a tradução portuguesa uma tradução direta. No entanto, a exposição de transliterações no prefácio e caracteres chineses em cada título parece uma tentativa de justificar o estatuto da tradução direta, bem como a competência linguística e a autoridade do tradutor.

¹⁰⁹ São cinco livros a que Manuel de Seabra faz referência: *Portrait of a Revolutionary* (1961; Nova Iorque) de Robert Payne, *Mao and the Chinese Revolution* (1965; Londres) de Jerome Ch'ên, *Poems of Mao Tse-tung* (1966; Hong Kong) de Wong Man, *Mao Tse-tung* de Stuart Schram e uma “edição oficial de Pequim da tradução inglesa dos poemas de Mao Tse-tung” (Seabra 1972, 72).

Ainda em relação ao tradutor, este desfruta dos privilégios de duas apresentações biográficas, situadas no final do livro e na badana da contracapa. Manuel de Seabra é apresentado, na badana da contracapa, como “uma das figuras mais originais e multifárias da moderna literatura portuguesa. Intelectual inquieto, catalanófilo, goanólogo e estudioso da cultura chinesa, é também poeta e romancista «de claro timbre europeu» como disse Natércia Freire”. É de referir o facto de citar a poetisa Natércia Freire (1919-2004), em vez de um homem, para justificar a intelectualidade de Seabra. Quanto à sua vida de exílio, esta é descrita tanto dominada “pela inquietação intelectual e pelo espírito de aventura”, como uma “expatriação” (“Manuel de Seabra” 1972, s.p.), mas não é diretamente mencionado nenhum motivo político. Ou seja, por um lado, o livro tenta retratar o tradutor como um aventureiro espontâneo; por outro, não deixa de indiciar a razão política pela qual se sentiu com a necessidade de sair do país.

Pinheiro, Maria Luísa, trad. 1972. *Contistas da China Popular*. Lisboa: Dom Quixote.

Contistas da China Popular inclui sete contos e seis autores, bem como as respetivas apresentações e uma introdução. Todos esses textos e peritextos são traduzidos da versão inglesa do sinólogo W. J. F. Jenner (1940-), *Modern Chinese Stories* (1970; Oxford University Press). Em comparação, a tradução inglesa inclui 20 contos e 19 autores. Ao comentar a seleção de W. J. F. Jenner, Hsia (1971, x) ironicamente afirma que “as for the general reader without access to a large library, he should find in Mr. Jenner’s aforementioned paperback anthology of *Modern Chinese Stories* enough Communist stories to satisfy his curiosity”. Assim, o crítico literário pretende argumentar que a antologia inglesa em causa inclui um conjunto de escritores cujos valores literários, na opinião tanto de Hsia como do próprio Jenner, são exíguos. Pois conforme declara Jenner,

In their formal and technical qualities the stories of nearly all modern Chinese writers except Lu Xun have little to offer to those in search of literary novelty and brilliance. The main aims of this collection are to illustrate life and to enable the reader to see some Chinese views of the world. (Jenner 1970/1974, vii)

Esta afirmação na tradução inglesa é traduzida na tradução portuguesa sem mudanças significativas para o ponto de vista de Jenner:

As qualidades formais e técnicas dos contos de quase todos os autores chineses contemporâneos, à exceção de Lu Xun, têm pouco a oferecer àqueles que buscam a originalidade e o brilho literários. Os objetivos fundamentais desta colectânea são os de ilustrar a vida e de ajudar o leitor a compreender alguns pontos de vista chineses sobre o mundo. (Jenner 1972, 9)

Deste modo, o próprio antologista admite que o valor da antologia inglesa reside na compreensão sobre a vida e as dos chineses.

Embora se possa questionar se efetivamente há apenas um autor de literatura chinesa contemporânea com “literary novelty and brilliance”, é verdade que a maior parte dos autores traduzidos por Jenner, hoje em dia, fica à margem do cânone da literatura chinesa. Concentrado na seleção da tradução portuguesa, realizada com base na versão inglesa, metade dos autores – Gao Langting (1912-1994), Sun Li (1913-2002) e Tang Gengliang (1929-2009) –, por exemplo, não é mencionada nos manuais do ensino básico utilizados pelo mestrando na sua escolarização. Gao Langting foi “um dos fundadores do movimento de guerrilha comunista” (Pinheiro 1972, 103) e, depois, tornou-se general do Exército de Libertação Popular do PCC. Sun Li é considerado “um dos melhores escritores que surgiram nos anos 40” (Pinheiro 1972, 121). Nesta década da Guerra Sino-Japonesa e da Guerra Civil, o autor trabalhava no departamento propagandista do PCC. Tang Gengliang, conhecido como contador de obras literárias em formato oral, participou no PCC em 1959.

Os outros três autores incluídos – Lu Xun, Mao Dun e Lao She (1899-1966) – são autores mais centrais e, até hoje, ainda bastante lidos e estudados. Lao She (pseudónimo de Shu Qingchun), o único que ainda não foi mencionado na presente dissertação e é considerado por Wang (1992, 111) como “[o]ne of the most important novelists of the 1930’s”. Convidado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos para dar palestras nesse país em 1946, voltou para a China no final de 1949 sob o convite do primeiro-ministro Zhou Enlai para trabalhar na área da cultura. Nos anos 50, o dramaturgo criou peças que foram utilizadas como obras propagandistas do PPC. Todavia, no primeiro ano da Revolução Cultural, em 1966, os Guardas Vermelhos perseguiram Lao She na sessão de luta – uma perseguição política em que os jovens fanáticos exerciam violências sobre os “reacionários” de forma física e/ou oral –, o que provavelmente causou o seu suicídio

nesse mesmo ano. Quanto a esse suicídio, Jenner (1972, 88) comenta que o autor “[t]alvez tivesse tido dificuldades em integrar-se na estrita China nova”. Se Jenner tiver sabido da razão histórica real dessa morte, o seu comentário parecerá tentar minimizar o acontecimento absurdo e, assim, proteger a imagem do povo chinês, da China e do PCC. A tradutora portuguesa, neste caso, importou também o ponto de vista do sinólogo inglês, ou por não ter a competência de criticamente examinar a realidade, ou por subscrever este ponto de vista.

A literatura de Lao She mostra um estilo realista e humorista com base em cenários absurdos e exagerados que provocam tanto risos como lágrimas (Wang 1992, 111-112). Entre as suas obras, sublinham-se o seu romance conhecido 《駱駝祥子》 (*Camelo Xiangzi, puxador de riquixá*, 1937) e a peça de teatro 《茶館》 (*Casa de chá*, 1957). Estas duas obras-primas de Lao She retratam os aspetos malévolos da sociedade chinesa antes da República Popular da China, o que costumava e continua a ser compreendido como uma justificação para a necessidade de revolução comunista.

Quanto aos contos seleccionados para a tradução portuguesa, a apresentação acima exposta sugere que os contos se centram principalmente nos temas favoráveis para o comunismo chinês. E todos os autores são de Esquerda. Entre esses contos, porém, merece salientar-se “O sacrifício do ano novo” de Lu Xun por ser este o único conto dedicado ao tema relativo ao estatuto de mulheres. A discussão deste conto e da respetiva tradução será elaborada no próximo capítulo.

Por fim, da tradutora Maria Luísa Pinheiro (1938-), apenas se sabe a sua data de nascimento através do registo da *Intercultural Literature*. No estudo acima exposto, a tradutora parece invisível, pois quase todos os peritextos principais são originalmente escritos por W. J. F. Jenner. No entanto, ainda há alguns peritextos exclusivos da tradução portuguesa, que, embora não mencionem autor, pode revelar, pelo menos, como os agentes tradutórios em conjunto – que constituem o ambiente vivido pela tradutora – podiam ter pensado sobre o livro.

Entre as informações peritextuais originais da tradução portuguesa, sublinha-se o título. Primeiramente, comparado com a versão inglesa, *Modern Chinese Stories*, *Contistas da China Popular* parece um título mais censurável para o regime português, visto que a mudança para “China Popular” se refere mais visivelmente à República Popular da China, a China comunista. A outra mudança no título, secundamente, reside no foco transferido de “stories” (objetos) para “contistas” (pessoas). Como referido, os autores selecionados são todos de Esquerda. Assim, o foco colocado neles implica um maior interesse ideológico na tradução portuguesa do que na tradução inglesa.

Han, Suyin. 1973. *A colina da saudade*. Traduzido por Maria José Marinho. Lisboa: Círculo de Leitores.

Esta tradução é igual à versão acima lida, também traduzida por Maria José Marinho, mas publicada pela editora Ulisseia. Comparada com a versão anterior, nesta publicação de Círculo de Leitores está ausente o prefácio de José Marinho, acima estudado, mas adiciona-se a tradução de uma apresentação da autora nas últimas páginas do volume. Desta forma, a nova tradução cria um novo enquadramento peritextual para substituir o antigo. O ato de enquadramento (*framing*) através de paratextos, de acordo com Batchelor (2018, 146), “can be understood as [...] setting up an alternative frame through which they are to be perceived”. Assim, ao tentar criar um novo enquadramento, este ato de reenquadramento (*reframing*), conforme afirmam Faria, Pinto e Moura (2023, 5), acaba por “necessarily generating new stories”. Nesta reconfiguração, merece a nossa atenção a nova história que esta publicação do Círculo de Leitores pretende contar.

Neste posfácio adicionado (“A autora e a sua obra” 1973, 357-358), cujo autor não se apresenta no livro, a foto de Han Suyin é exposta e a identidade eurasiática da autora é discutida. O texto alega citar a autora, que confessa que, “desde a infância [...] se sentiu mal na sua pele”. O posfácio afirma que a “incomodidade” dessa identidade resulta das condições socioeconómicas da China, “que sofria ainda o predomínio do imperialismo europeu, sobretudo por parte dos ingleses [...]”. Isto, na verdade, pode não representar a realidade, tendo em conta, por exemplo, que diferentes potências colonialistas participaram na Aliança das Oito Nações em 1900 – uma guerra entre a China e oito países europeus –

e que Portugal, depois da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), deixou de pagar a renda de Macau ao Governo chinês. Assim, parece que tal apologia pode desculpar Portugal através do realce do colonialismo britânico, para que o leitor possa mais facilmente ganhar a empatia tanto pela autora como pelo povo chinês.

Simultaneamente, a apresentação também salienta a identidade europeia da autora:

Descendente de uma família católica e burguesa no mais profundo sentido — sua mãe era filha do ministro da Defesa na Bélgica nessa época — Han Suyin fez os seus estudos na Europa, sofrendo assim todas as influências de uma cultura diversificada e diferente do oriental. E *isso* haveria realmente de reflectir-se, de forma *superior*, em toda a sua obra literária, onde se destacam livros como *A Colina da Saudade*, *A Montanha é Jovem* e *Múltiplos Esplendores* (“A autora e a sua obra” 1973, 357; itálicos adicionados)

Esta apresentação sugere que a qualidade “superior” da criação literária de Han Suyin resulta do facto de ser de origem europeia e ter sido influenciada pela educação europeia. Ainda se implica que a cultura oriental é uma cultura homogénea, pois diz “uma cultura [europeia] diversificada e diferente do oriental”. Por outras palavras, na opinião de quem escreve essa apresentação, Han Suyin não teria escrito as suas obras-primas se não tivesse originado de uma família europeia nem recebido uma educação na Europa. Desta forma, embora o texto tenha mostrado uma empatia com a China por causa da invasão do Império Britânico, a perspetiva de quem o escreve ainda se pode caracterizar por eurocêntrica, no sentido de reforçar a superioridade da influência da cultura europeia na criação literária em detrimento, neste caso, da identidade eurasiática da autora.

Além disso, é mencionada a vida mais recente de Han Suyin, particularmente o sucesso da sua publicação da biografia de Mao Tsé-tung em França e os seus êxitos no campo cultural do mundo ocidental. No que diz respeito às relações entre Han Suyin e a China, a apresentação afirma: “[Han Suyin] conhecendo bem o seu país após a revolução triunfante de Mao Tsé-Tung em 1949”. Quanto a esta citação, cabe destacar que, primeiramente, tendo em conta a afirmação de “o seu país” e o referido realce das influências europeias sobre a autora, essa apresentação parece estar oscilar entre dois enquadramentos identitários da autora, tendo dificuldade em admitir a existência de uma identidade euroasiática, talvez por causa da sua potencial visão eurocêntrica. Por outro lado, ao

intitular a vitória do PCC na Guerra Civil “revolução triunfante de Mao Tsé-tung”, este posfácio aparenta estar tingido com a cor ideológica do comunismo chinês.

Tendo em consideração esta influência ideológica do PCC, podemos tentar fazer uma dedução relativa ao reenquadramento desta publicação. A tradução original é acompanhada com o prefácio de José Marinho, relativo ao amor universal entre humanos. Tal enquadramento, como referido, caracteriza a tradução por um romance de amor abrangente, que implica a reconciliação das relações entre etnias. Ao substituir este prefácio por uma apresentação ideológica da autora nas últimas páginas, esta publicação em 1973 elogia tanto a heterogeneidade da cultura europeia e a respetiva inspiração literária como o comunismo chinês. Este último ponto, sendo uma manifestação ideológica, talvez explique a razão pela qual a apresentação se situa nas últimas páginas do livro, um lugar relativamente menos visível do que as primeiras páginas. Ao mencionar mas tornar pouco visíveis as relações entre Han Suyin e o comunismo chinês, esta versão de *A colina da saudade*, a nosso ver, pode constituir uma tentativa de resistência silenciosa contra a Censura, no sentido de tentar contorná-la através da apresentação moderada e velada de elementos transgressivos. É de lembrar que tal gesto de colocar os elementos transgressivos também aparece em *A verdadeira história de Ah Q*, que, conforme acima estudado, desloca o prefácio do original para o espaço de um posfácio, no que realiza uma tradução do título mais transgressivo do que no original.

Serrão, Maria, trad. 1973. *Contos populares chineses (1.ª série)*. Lisboa: Futura.

Joyce, Patrícia, trad. 1973. *Contos populares chineses (2.ª série)*. Lisboa: Futura.

Joyce, Patrícia, trad. 1973. *Contos populares chineses (3.ª série)*. Lisboa: Futura.

Vasconcelos, Maria João, trad. 1973. *Contos populares chineses (4.ª série)*. Lisboa: Futura.

Decidimos colocar estes quatro volumes na mesma discussão, visto que, além de pertencer à mesma coleção, partilham o mesmo texto introdutório na contracapa e foram todos publicados no mesmo ano.

Estas quatro séries incluem, em conjunto, um total de 51 contos, sem indicar os seus autores originais. Através dos títulos e dos textos, é difícil e moroso identificar os textos originais, um trabalho que será realizado em futuras investigações. Apesar da falta de informações sobre os autores e os contos originais, é necessário refletir sobre o facto de todos os contos serem categorizados de acordo com as suas origens étnicas. Por exemplo, apresentam-se como histórias “do Tibete”, do “povo Han”, “do povo Chuang”, “do povo Uighur”, “do povo Yi”, etc. Assim, os quatro livros, intitulados “contos populares chineses”, sugerem que o conceito de chinês e a China em si são multi-étnicos.

Ao tentar promover uma China que reúne diferentes etnias, os volumes parecem produtos influenciados pela ideologia oficial do PCC. A China e a nação chinesa são conceitos construídos, que evoluíram ao longo da história e vão continuar a evoluir. O Tibete, por exemplo, foi ocupado pelo exército do PPC em 1950 e, durante os anos 50, surgiram revoltas, repressões e perseguições, que resultaram na fuga do Dalai Lama Tenzin Gyatso (1935-), o líder político e religioso do Tibete. Tais eventos escandalosos da China não deviam ser desconhecidos no mundo ocidental, pois eram móveis importantes para forças anticomunistas e, no exemplo do Tibete, o próprio Dalai Lama, desde então, tem angariado apoios no Ocidente o PCC. Neste contexto, atribuir a qualidade de chinês a estas antologias com contos de diferentes etnias está em linha com a publicidade do PCC na sua criação de uma China e um povo chinês unificados. De facto, esses volumes foram todos publicados pela editora Futura, a editora com mais publicações no nosso *corpus*, entre as quais se encontra *Poemas* de Mao Tsé-tung.

O nome da casa editorial, Futura, também parece reforçar uma perspetiva da mudança. De acordo com o dicionário online Priberam, “Futura” pode ter vários sentidos: “noiva”, a inflexão do verbo “futurar” e a forma feminina do adjetivo “futuro”. Assim, a primeira ideia sugerida pelo tal nome é a sua ambiguidade entre distintos significados. Em segundo lugar, ao realçar o futuro, introduz-se potencialmente uma insatisfação com o presente, neste caso, o Estado Novo. Por fim, com base nas traduções que publicou – não apenas as já estudadas mas também as que serão aprofundadas em seguida –, a inclinação pela ideologia de Esquerda parecia tangível. Neste caso, “Futura” enquanto um verbo

imperativo de segunda pessoa ou um adjetivo sugere uma visão voltada para o futuro, quiçá um futuro de Esquerda.

Ainda referente à influência comunista nos livros, as contracapas também apresentam um texto sugestivo: “Quer-se dizer que, a utilização destas lendas e histórias populares chinesas, poderão «servir» diversas gerações de vivência comum, e serem entendidas por todas.” Esse verbo “servir”, carregado com as aspas baixas, pretende apelar o leitor a lê-lo de um ponto de vista diferente – talvez o do maoísmo. Nestes volumes dedicados aos contos chineses, a leitura está inevitavelmente relacionada com a China e, subsequentemente, ao PCC e ao seu líder. Em 1944, Mao Tsé-tung, na comemoração de um comunista morto num acidente durante a produção de carvões, deu o discurso intitulado 《為人民服務》[“Servir o povo”]. Neste texto, o líder comunista salienta que o seu Partido preconiza o serviço ao povo no sentido de priorizar os seus interesses em todos os trabalhos libertários. Assim, de acordo com Mao, se alguém morre durante o serviço ao povo, a sua morte é significativa. Tendo publicado a antologia de poemas de Mao, a casa editorial Futura podia estar consciente desse contexto quando colocou as aspas entre o verbo “servir” para o leitor refletir sobre o seu significado.

Além da possível alusão comunista sugerida pelo verbo “servir” e do seu intertexto, o resto da apresentação nas contracapas ainda inclui, como outras traduções acima analisadas, uma visão universalizante. O texto introdutório afirma que os contos chineses incluídos ocupam um espaço raro na “literatura universal” por serem “tão belos” e “tão profundos”, adequados tanto para crianças como para adultos na aprendizagem “de história, e de especulação literária, cultural e sociológica”. Ainda é declarado que as leituras do editor não são apresentadas nos volumes, porque nos contos existe uma “universalidade de compreensão”. Desta forma, embora não seja proposto um enquadramento de leitura claro para cada conto, este texto introdutório nas contracapas tende a orientar o leitor a compreender as histórias com base no universalismo, relativo tanto à literatura mundo ou cânone universal como à “universalidade” de características humanas.

Quanto aos três autores, tal como Seruya (2018, 170), a presente investigação também não consegue encontrar informações sobre Maria Serrão (?-?) e Maria João Vasconcelos (?-?),

para além do facto de se tratarem de mulheres. Também uma mulher, Patrícia Joyce é o pseudónimo de Dagmar Joyce Damas Mora (1913-1985), tradutora, poeta e autora de literatura infantil (Seruya 2018, 170).

Antes de passar para o estudo das próximas traduções, devemos realizar uma breve reflexão sobre os géneros dos tradutores no nosso *corpus*. Entre os 12 tradutores incluídos no nosso *corpus*, sete deles, pelos nomes, têm nomes de mulher. Tal como sugere o prefácio de José Marinho em *A colina de Saudade* (1957), o facto de se tratarem de mulheres parece indicar que as obras traduzidas não poderiam ser filosóficas, políticas ou subversivas, pois estas características não são consideradas femininas na sociedade patriarcal. Conscientes deste facto, as casas editoriais – ou até os homens tradutores – poderão ter preferido utilizar um nome feminino na publicação das traduções transgressivas para contornar a Censura. Sem saber das identidades reais das tradutoras no nosso *corpus*, essa especulação pode exigir mais estudos no futuro. Porém, o que se pode tentar examinar, em futuras investigações, é se as traduções feitas pelas mulheres foram menos censuradas do que as realizadas por homens.

Gonçalves, Daniel Agosto, trad. 1974. *Contos populares chineses (5.^a série)*. Lisboa: Futura.

Lu, Hsun. 1974. *Contos populares chineses (6.^a série)*. Traduzido por Daniel Agosto Gonçalves. Lisboa: Futura.

Estes dois volumes serão apresentados em conjunto, visto que se tratam de traduções do mesmo tradutor, da mesma coleção e do mesmo texto introdutório e foram publicadas no mesmo ano.

O texto introdutório nas duas contracapas afirma que as primeiras quatro séries desta coleção foram um sucesso. Por isso, a casa editorial Futura queria dar continuidade a esse trabalho. Do resto do texto, mantém-se o mesmo tom universalizante e a mesma sugestão comunista do verbo “servir” – desta vez em itálico em vez de aspas baixas. Neste contexto, os dois volumes pretendem ser considerados como uma extensão das quatro séries anteriores.

No entanto, as seleções dos dois livros são manifestamente diferentes por abandonarem aquela categorização étnica. A 5.^a série concentra-se nas obras dos filósofos clássicos que viveram no Período dos Estados Combatentes (475/403 a.C. - 221 a.C.), incluindo Mêncio (372 a.C. - 289 a.C.), Zhuangzi (369 a.C. - 286 a.C.) e Han Feizi (281 a.C. - 233 a.C.). Tal como explica o prefácio de Chang Yu-Luan (?-?), cuja identidade não conseguimos descortinar, os contos escritos pelos filósofos nessa época “revelam-se armas extremamente úteis no debate de ideias” (Chang 1974, 8). Ou seja, as fábulas concisas servem principalmente para fundamentar ideias filosóficas. Ainda de acordo com Chang (1974, 10), são selecionadas as fábulas que “sobreviveram à prova do tempo”. Porém, o prefaciador também menciona que “as antigas fábulas que foram originariamente usadas pelos governantes para servir os seus próprios fins foram inteligentemente readaptadas para servir a sociedade como um todo” (Chang 1974, 10). Daí, impõe-se a questão de o que *serve* esta tradução portuguesa.

A resposta parece estar intimamente relacionada com a influência do comunismo chinês, que já se manifesta no portfólio da casa editorial. Tal fator ideológico evidencia-se na 6.^a série de *Contos populares chineses*, que é uma tradução completa da mencionada coletânea *Novas adaptações das histórias* de Lu Xun. Esta coletânea, como referido, é constituída por oito adaptações irónicas das histórias populares e lendas chinesas. Na introdução, o autor é retratado como “dirigente da revolução cultural chinesa” (Gonçalves 1974, 5). Este tipo de elogio, já no contexto de 1974, parece alinhar-se com o vocabulário fanático utilizado durante a Revolução Cultural, em que o culto de personalidade de Mao Tsé-tung – e, talvez subsequentemente, de Lu Xun, autor frequentemente manipulado por Mao – chegou ao seu pico. Uma vez que o líder comunista costumava utilizar o autor canónico falecido para justificar a sua ideologia, a atribuição de “dirigente da revolução cultural chinesa” a Lu Xun provavelmente resulta da divulgação internacional dos discursos maoístas. Tal ponto de vista ainda pode ser fundamentada por discursos com cor revolucionária na introdução:

Estes oito contos [...] usam a forma das histórias de antigamente para denunciar e fustigar implacavelmente o torvo regime do Kuomintang [Partido Nacionalista], bem como as «personagens eminentes» e os «eruditos» da burguesia comercial que não passavam de fantoches do governo reaccionário. Ao mesmo tempo esses contos

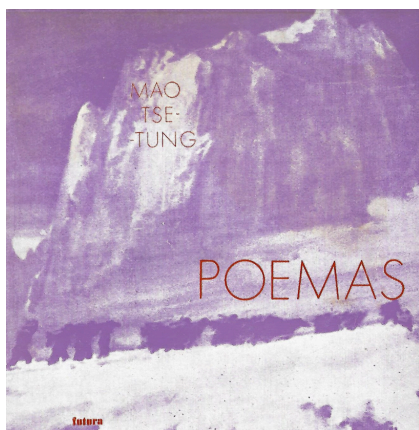
dão-nos belos retratos do sereno heroísmo e diligência dos trabalhadores, aplaudindo o espírito combativo do povo chinês. (Gonçalves 1974, 6-7)

“Fantoches do governo reaccionário” e “sereno heroísmo e diligência dos trabalhadores” parecem expressões frequentemente utilizadas entre os comunistas chineses quando atacavam os inimigos e elogiavam os camaradas. Por fim, a conclusão da introdução afirma que as histórias selecionadas são “intensamente militantes e coloridas por um romantismo de cariz positivo”, manifestando o “realismo socialista”, o referido estilo literário corrente na URSS. Neste contexto, a utilização dessas expressões comunistas e atrevidas parece indicar que o volume foi publicado depois da Revolução dos Cravos.

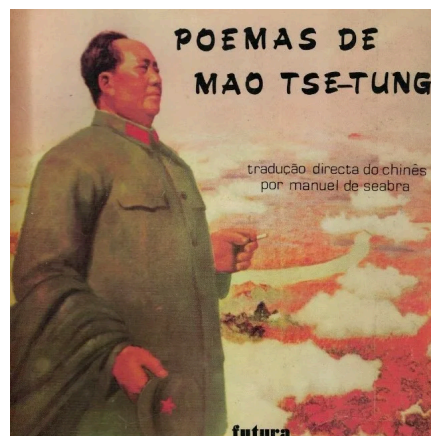
Neste contexto altamente ideológico, o tradutor Daniel Augusto Gonçalves (1921-) não pode deixar de ser tingido pela cor comunista do seu ambiente, em que desempenha uma função essencial de tradução. No que diz respeito à biografia do tradutor, não se sabem muitas informações sobre a pessoa em si. De acordo com os dados na *Intercultural Literature*, Gonçalves publicou um total de 54 traduções entre 1960 e 1990. Estas traduções incluem variados autores canónicos, como “William Golding, Joseph Conrad, Malraux, Mark Twain, Jack London, John Updike, L. Durrell, Cervantes, Kenzaburo Oë e outros” (Seruya 2018, 170). No seu vasto currículo de traduções, todavia, não identificamos outros elementos aparentemente relativos à China.

Mao, Tsé-tung. 1974. *Poemas de Mao Tse-tung*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Futura.

Este volume é quase igual ao *Poemas* do mesmo autor e tradutor em todas partes exceto no seu título e na sua capa. Comparado à publicação de 1972, esta versão de 1974 ganha no título o nome do seu autor chinês, o famoso líder comunista, facilmente reconhecido no contexto português. Este realce ao autor ainda se manifesta claramente na capa. Na Tabela 4 encontram-se as duas capas para a nossa comparação.



1972 (Fonte: Livraria Ler com Gosto)



1974 (Fonte: Manuseado)

Tabela 4 - Comparação das capas de *Poemas* (1972) e *Poemas de Mao Tse-Tung* (1974)

A capa de 1972 tem quatro elementos principais: no fundo de um roxo melancólico, encontram-se o título “Poemas” enfatizado pelo seu tamanho e cor clara, o nome do autor com um tamanho diminuído e uma cor difícil de ler e a ilustração que retrata a referida Grande Marcha do PCC. Quanto à versão de 1974, na sua capa tingida pelo vermelho vivo, o nome do autor é colocado no título com um tamanho grande, enquanto a ilustração é mudada para a conhecida figura de Mao enquanto o grande líder, pensativo e prospetivo, vestido com a túnica chinesa que se caracteriza pela estrela no bolsa que representa o Partido Comunista. Numa análise contrastiva, sublinhamos os diferentes graus de visibilidade do tema comunista nas duas capas: enquanto tal manifestação ideológica é implícita na versão de 1972, a versão de 1974 evidentemente torna-a muito visível para todos. Por outras palavras, a transgressividade da capa mudou de forma implícita para a explícita.

Partindo da reflexão relativa ao reenquadramento – particularmente o conceito de “reframing as necessarily generating new stories” (Faria, Pinto e Moura 2023, 5) –, sugerimos que a mudança da capa coloca a tradução num novo enquadramento explicitamente concentrado no comunismo chinês e no culto de personalidade de Mao. O gesto de realçar esses elementos comunistas pode ter duas razões históricas, dependendo da sua data real de publicação. Se a tradução tiver sido publicada antes da Revolução de 25, tal capa terá manifestado uma atitude bastante revolucionária contra o regime, no sentido de ignorar as regras censórias; se depois, a mudança de capa, a nosso ver, terá

constituído um símbolo representativo de transição da ditadura anticomunista para a democracia. Por conseguinte, a mudança da capa – deste limiar que liga o mundo exterior e o texto – tanto pode construir um novo enquadramento de leitura, como pode refletir o seu tempo e espaço.

Por fim, ainda merece a nossa atenção o facto de a nova publicação colocar o nome do tradutor na capa: “Tradução directa do chinês por Manuel de Seabra”. Assim, o nome do tradutor nesta capa de *Poemas de Mao Tsé-tung* está clara e diretamente ligado ao nome do líder comunista. É verdade que, muitas vezes, a conceção da capa não é decidida pelo tradutor. Contudo, tal ligação visível entre Manuel de Seabra e Mao Tsé-Tung não é provável que pudesse ter sido apenas uma decisão da casa editorial, visto que, além de ser uma prática rara nessa altura, teria sido um perigo para o tradutor se tivesse sido durante o Estado Novo. Tendo em conta que Manuel de Seabra foi sempre cauteloso nos seus prefácios das suas três traduções provocatórias – *Divórcio*, *Mao Tun* e *Poemas de Mao Tsé-tung* –, a sua vontade de se relacionar com o líder comunista parece sugerir que, aquando da publicação deste livro, já deixara de existir o medo imposto pela Censura. Ou seja, esta tradução, cuja data exata de publicação não se sabe, terá sido publicada provavelmente depois da Revolução de 25 de Abril.

Ho, Yi. 1974. *Histórias de Ye Sinan. Contos chineses para crianças*. Lisboa: Vento de Leste.

Este último volume foi impresso em dezembro de 1974, o que significa que terá sido publicado depois da Revolução dos Cravos. A tradução apresenta-se como uma tradução indireta da versão francesa *Contos de Ye Siuan*, publicada pela casa editorial Edições de Pequim. No nosso entender, o título literal devia ser “Contes de Ye Siuan”, e o livro francês foi publicado em 1962 pelas Edições em Línguas Estrangeiras, editora oficial do PCC em Pequim.

O autor 賀宜 Ho Yi (1915-1987) foi um escritor dedicado à literatura infantil, tendo publicado fábulas em forma de romance, novela e conto. Sendo um autor relativamente marginal hoje em dia – cujo nome nos é desconhecido –, as suas informações biográficas

disponíveis são poucas mesmo em língua chinesa. As informações apuradas, encontradas apenas em Baidu Baike, uma enciclopédia virtual como wikipédia, são semelhantes à apresentação do autor na tradução portuguesa, mas esta última revela uma cor ideológica mais intensa.

Conforme afirma a apresentação na tradução portuguesa, Ho Yi tornou-se membro do PCC em 1946 por perceber que “a classe operária era a força dirigente da revolução chinesa e da natureza reaccionária da tenebrosa dominação de Tchiang Kai-chel [líder do Partido Nacionalista]” (“Sobre o autor” 1974, 83). Após a sua participação no Partido, Ho Yi escreveu contos que retratam, de acordo com a apresentação do autor na tradução portuguesa, “a luta contra Tchiang Kai-chek e os imperialistas americanos” (“Sobre o autor” 1974, 83). Desta forma, o autor de literatura infantil é apresentado como um lutador contra os “reaccionários” chineses e americanos.

No prefácio da autoria de Ho Yi, este afirma que os contos incluídos foram escritos entre 1935 e 1945, durante o período da Guerra de Resistência contra o Japão (Ho 1974, 5). O escritor afirma que os contos seleccionados eram “histórias do passado” na “nova China”, em que os autores de literatura infantil deviam escrever novos contos mais atrativos e belos, necessários para as crianças ganharem uma “mentalidade socialista” (Ho 1974, 5). No entanto, é defendido o porquê dessa seleção. Conforme explica Ho Yi, enquanto os contos na “nova China” podem ser “completamente incompreensíveis” para as crianças estrangeiras, as histórias incluídas neste volume podem apresentar uma experiência de vida mais real para os leitores estrangeiros (Ho 1974, 5). Neste ponto, parece que o autor sugere que os contos seleccionados, escritos no período à volta da Segunda Guerra Mundial, são mais adequados para provocar ecos nos países estrangeiros. Na opinião do autor, as fábulas incluídas não são “cheias de poesia e de mel” por terem sido escritas no período doloroso na China sob a Guerra e a governação do “reaccionário” Partido Nacionalista, mas a seleção tem por objetivo denunciar a “cruel realidade da sociedade” (Ho 1974, 6-7).

Na verdade, este tipo de narrativa histórica, como os outros discursos que vimos anteriormente, pretende divulgar a mensagem de que a história está constantemente a progredir em direção da construção comunista. Ao traduzir este prefácio para português, o

próprio volume sugere que a tradução tem por objetivo promover a visão comunista sobre o desenvolvimento da história, talvez não apenas na China, mas também no resto do mundo, pois o prefácio, escrito para leitores estrangeiros, muito provavelmente serviu a propaganda do comunismo chinês em países de chegada, incluindo, neste caso, França e Portugal.

Assim, no período entre 1972 e 1974, é possível notar a crescente influência do comunismo chinês sobre as traduções portuguesas de literatura chinesa. Nas apresentações dos autores e das obras, muitos dos discursos empregam o vocabulário ideológico do PCC. Tal fenómeno muito provavelmente está relacionado com a Revolução Cultural da China e o enfraquecido regime ditatorial em Portugal.

A Revolução Cultural da China divulgou o maoísmo pelo mundo; enquanto a duradoura Guerra Colonial e a instabilidade política em Portugal poderão ter promovido o apoio pelos inimigos do regime, inclusive o comunismo. Quanto às quatro publicações de 1974, tendo em conta que o vocabulário utilizado nos peritextos parecia provir do comunismo chinês, essas traduções terão sido provavelmente todas publicadas após a Revolução de 25 de Abril.

Apesar desta atmosfera ideológica principalmente influenciada pelo comunismo chinês, a visão universalizante, que foi notada nos períodos anteriores, também se revela em algumas traduções, como os primeiros quatro volumes *Contos populares chineses*.

No que concerne ao feminismo, embora este não seja visível na nossa história externa da tradução nesta época, estamos convencidos de que, através de um estudo da história interna, é possível criar relações entre as traduções e os temas relativos à sociedade patriarcal. Isto porque, tanto no contexto ocidental como no contexto da China comunista, o tema foi atendido por intelectuais.

Terminado o estudo da história externa da tradução no nosso *corpus*, apontam-se as três ideologias que nos parecem mais salientes em todos os períodos estudados: universalismo, comunismo e feminismo. Com base no nosso estudo acima exposto, propõe-se que,

enquanto o feminismo pode exercer influências nos detalhes da maioria das traduções, como em alguns discursos e seleções, o universalismo e o comunismo parecem constituir as ideologias mais influentes na decisão de traduções.

Entre 1942 e 1944, a visão universalizante, como também é sugerido por Seruya (167-169), está patente nas traduções portuguesas de literatura chinesa. Parece, assim, que a vontade hospitaleira de reconstruir o Outro desprezado há muito foi um fator motivador para as traduções. Antonino de Sousa, o tradutor de *A minha mãe e eu*, tenta esfumar a identidade chinesa do autor e das personagens no livro para sublinhar o aspeto humano dessas pessoas; Silvina de Troya Gomes, a tradutora de *Contos chineses*, tenta recuperar a imagem da China maravilhosa de Marco Polo, mas também apresentar vários aspetos desse país. Os dois tipos de gestos parecem corresponder às duas camadas de universalismo acima discutido: Antonino de Sousa reforça a universalidade das características humanas, enquanto Silvina de Troya Gomes tenta elevar diretamente o estatuto de uma cultura menosprezada. Numa dedução feita com base no contexto, tal estímulo ideológico surgiu neste período provavelmente devido à Segunda Guerra Mundial, em que o inimigo comum, o fascismo, poderá ter reunido os povos dos Aliados, pois isto pode explicar a razão histórica pela qual existiu a vontade de advogar o povo chinês na Europa.

No seguinte período, entre 1957 e 1960, o estímulo principal para traduzir Han Suyin parece residir no interesse comercial da sua obra. Entre as três traduções estudadas, duas são apresentadas como adaptações literárias e têm vários cortes no conteúdo, o que parece indicar que as traduções foram principalmente motivadas pelo interesse comercial. Por seu turno, a tradução completa de Maria José Marinho é acompanhada com um prefácio de José Marinho, que procura colocar o livro num enquadramento de romance apolítico de amor universal. A técnica de enquadramento apolítico também se aplica a Lu Xun, o outro autor traduzido neste período. Porém, a comparação do autor chinês com os escritores russos revelam indícios de motivações ideológicas. Assim, o enquadramento apolítico do autor talvez tenha constituído uma técnica de tentar contornar a Censura, bem sucedida no caso de *Divórcio*.

Em 1967, na publicação de *Mao Dun*, é traduzido o autor comunista sem mencionar a sua implicação ideológica. A decisão de traduzir e publicar Mao Tun, na verdade, revela-se uma escolha ideológica. A este aspeto ainda se pode adicionar o facto de os contos transmitirem a mensagem marxista de revolução armada. Todavia, tal como nas traduções de Lu Xun, *Mao Dun* também não manifesta claramente cor ideológica, mas é enquadrado como uma coletânea dos contos de um autor canónico de literatura chinesa.

Por último, o período entre 1972 e 1974 manifesta mais discursos ideológicos, talvez resultados tanto da Revolução Cultural da China como das crescentes forças resistentes em Portugal. Entre as traduções publicadas antes de 1974, encontram-se já dois volumes transgressivos, particularmente *Poemas* de Mao Tsé-tung e *Contistas da China Popular*. O enquadramento peritextual de *Poemas* – uma capa ambígua e um prefácio para diminuir o aspeto político do líder comunista – parecia uma tentativa de contornar a Censura, como várias traduções acima estudadas. Em comparação, a novidade deste período é a transgressividade sem máscara em *Contistas da China Popular*, que ainda reforça a presença do comunismo chinês através da mudança do título inglês de *Modern Chinese Stories* para esse. Este realce da China comunista aconteceu em quase todas as traduções publicadas em 1974, como a mudança da capa e título de *Poemas de Mao Tse-tung*, o vocabulário ideológico em *Contos populares chineses (6.ª série)* e a apresentação do contista comunista em *Histórias de Ye Sinan. Contos chineses para crianças*. Desta forma, com base nas traduções acima estudadas, arriscamos realizar a observação de que o último período indicia a transição da resistência silenciosa para a revolução.

Assim, o estudo de história externa sugere algumas mudanças entre os períodos. Entre 1942 e 1944, enquanto o comunismo chinês ainda não se tornou a ideologia oficial da China, as traduções de literatura chinesa pareciam ter sido motivadas pelo universalismo advogado pelos tradutores. É de lembrar que, pelo universalismo, entende-se na presente investigação como duas tendências que visam alcançar a igualdade entre humanos e entre culturas, respetivamente. Neste aspeto, os dois tradutores estudados manifestam a coincidência de tentar convencer o leitor de que o povo chinês não deve ser visto como inferior, não obstante de formas distintas. Os outros três períodos foram todos depois de 1949, ano do estabelecimento da República Popular da China. Nesses períodos, a presença

da influência ideológica parece ser um facto evidente na nossa investigação. Contudo, as formas dessa presença variam entre os três períodos. Entre 1957 e 1960, bem como no ano de 1967, os elementos ideológicos apenas são introduzidos sob um enquadramento peritextual apolítico. Para notar a presença ideológica, o leitor português precisaria do conhecimento sobre contexto e/ou de uma leitura entre as linhas. Assim, traduziram-se obras transgressivas, mas diminuiu-se a transgressividade através de autocensura para contornar a Censura. No último período, enquanto esse ato de resistência silenciosa continuou, surgiram realmente gestos mais revolucionários, no sentido de ignorar o perigo censório.

Para terminar este capítulo, ainda é necessário apontar a ausência da censura na maioria das traduções no *corpus*. Pela nossa pesquisa de relatórios da censura, apenas se confirma que duas traduções – *A minha mãe e eu* e *Divórcio* – foram censuradas e ambas foram autorizadas. A situação, de facto, parece curiosa, tendo em conta algumas traduções mais provocatórias, como *Poemas* de Mao Tsé-tung e *Contistas da China Popular*. No entanto, a ausência dos relatórios não significa que as traduções não foram censuradas. É de relembrar que 22,4% (cerca de 2265) do total de 10 111 relatórios da Censura desapareceram (Seruya 2018, 101). No que concerne a este aspeto, vale a pena mencionar que três traduções não se encontram na BNP: *A verdadeira história de ah Q*, *Mao Tun* e *Contistas da China Popular*. Entre estas três traduções, a primeira está ausente do PORBASE, o que, segundo Moniz (2022, 111), pode significar a não circulação do livro; as últimas duas traduções encontram-se no PORBASE mas não na *Intercultural Literature*. Tendo em conta as transgressividades dessas três traduções, estas poderão ter sido censuradas e a leitura dos seus potenciais relatórios de censura seriam importantes para a nossa compreensão sobre as dinâmicas entre a Censura e a resistência.¹¹⁰

Apesar da ausência da censura realizada pelo organismo oficial censório, as traduções poderiam ter sido autocensuradas pelos próprios tradutores, no sentido da presente

¹¹⁰ Do nosso conhecimento, há um ano, o catálogo online da Rede das Bibliotecas de Lisboa tem uma nota para *Contistas da China Popular*, dizendo que o livro se identifica como “livros proibidos”. O livro está na Biblioteca São Lázaro, com a cota de “82-34/CON”. No entanto, consultámos presencialmente o livro e não se encontra tal marca de “livros proibidos”. Colocada esta dúvida à bibliotecária, esta afirma que *Contistas da China Popular* foi selecionado por um colega para a exposição relacionada com a Censura ao livro. Todavia, a bibliotecária confessou que não sabia como o colega confirmou se o livro foi censurado, acrescentando apenas que o título “China Popular” se revela um elemento transgressivo para o Estado Novo.

dissertação. Ou seja, são omitidas algumas partes e construídos enquadramentos peritextuais apolíticos para facilitar a publicação do livro. A fim de aprofundar este aspeto respeitante à censura, bem como os referidos fatores ideológicos, avancemos agora para o último capítulo.

Capítulo 3 - História interna: entre autocensura, resistência e revolução

You look at previous catalogues and, in the case of periodicals, at minor lists like indexes, tables of contents, and the like. You become a reader of indexes. If you have had any measure of humanist training, you soon feel guilty about leaving vast stretches of text unread. You've started to count texts instead of reading them. Words that might otherwise have gained some kind of life are left in the graveyard of things.

Anthony Pym (1998, 53)

Mesmo depois do nosso estudo sobre a história externa, que envolve análise peritextual e leitura dos textos originais, ainda fica por estudar uma grande parte dos textos incluídos nos volumes catalogados. Isto, tal como argumenta Pym, pode deixar o espírito humanista desconfortável. No nosso caso, ainda se carrega o peso de que possuímos o privilégio de saber utilizar um par linguístico que constitui uma frequente barreira linguística e cultural e que é ainda pouco explorado em termos de história da tradução. Além disso, a nosso ver, os resultados da história externa ainda exigem uma maior exploração sobre a aparente ausência da ação da Censura. Desta maneira, tanto a nossa vontade como as lacunas de investigação talvez possam justificar a necessidade do presente capítulo, dedicado à leitura das próprias traduções.

Concretamente, o seguinte estudo focar-se-á na análise peritextual e na leitura contrastiva para examinar e explorar tanto as ideologias mencionadas como os potenciais efeitos censórios nas traduções. Tendo em conta o limite de espaço, que embora já tenha sido excedido, propomos considerar a nossa abordagem mediante ilustração. Ou seja, em vez de realizar “estudos de caso”, serão discutidos “casos ilustrativos”. Assim, com base na nossa periodização, se excluirmos o ano isolado de 1967 com apenas uma tradução, que se parece revelar mais adequado para material de um estudo dedicado ao tradutor Manuel de Seabra, então são três os principais períodos de tradução – 1942-1944, 1957-1960 e 1972-1974. Para ter um estudo que abrange todo o período do Estado Novo, decidimos seleccionar um volume por período para o estudo: *Contos chineses* (1944), *Divórcio* (1958) e *Contistas da China Popular* (1972)

Além da distribuição nos três períodos, esta seleção, de modo geral, ainda pode ajudar a aprofundar o funcionamento da Censura a partir de três situações distintas. *Contos chineses* provavelmente não foi censurado; *Divórcio* foi censurado mas autorizado sem cortes; *Contistas da China Popular* provavelmente foi censurado mas não se encontra o seu relatório de censura. De acordo com a nossa discussão sobre a censura, não-tradução e resistência (3.3 da Parte I), consideramos que a resistência constitui uma ação contrária à força opressiva. Ou seja, no nosso caso, a existência da Censura ao livro pode ser considerada como a premissa para a existência da força resistente na tradução. A resistência apenas pode ser moderada e silenciada através de autocensura – compreendida como uma ferramenta para contornar a Censura instituída (3.3 da Parte I). Isto porque, num contexto com censura, é preciso evitar a proibição da tradução, que tornará inválida a resistência em si. Esta compreensão de censura talvez possa servir como ponto de partida para explorar as relações entre a Censura e os primeiros dois livros que se estudarão em seguida. Quanto a *Contistas da China Popular*, este talvez constitua uma tradução mais revolucionária, no sentido de ignorar as regras censórias em ação. Partindo destas hipóteses, além de visualizar as influências ideológicas sobre as traduções, tentaremos identificar as tensões entre a censura e a tradução nos primeiros dois casos e observar se a última tradução está realmente livre dos impactos censórios na sua criação.

3.1 *Contos chineses* (1944) de Silvina de Troya Gomes: ironias relativamente ao regime e justiça pela China e mulheres

Entre os dois volumes estudados no primeiro período da história externa, selecionamos *Contos chineses* como caso ilustrativo. O outro volume, *A minha mãe e eu*, também poderá resultar num estudo interessante e frutífero, pois a sua história externa sugere as relações entre a vontade universalista do autor, a mesma vontade do tradutor, uma atenção às figuras oprimidas e as figuras femininas oprimidas. No entanto, como não temos acesso ao texto original de *A minha mãe e eu*, parece mais conveniente estudar *Contos chineses*, cujos textos originais em chinês são acessíveis. Para além disso, estamos mais familiarizados com os textos devido a um trabalho realizado sobre a sua tradutora.¹¹¹

¹¹¹ No âmbito da II Lisbon Spring School in Translation Studies, foi realizada uma apresentação de pôster dedicado a Silvina de Troya Gomes, intitulado “Satirically Constructing Peripheries: A Woman Translating China(s) under the Portuguese Dictatorship during WWII”. Vários comentários e questões levantadas por

No capítulo anterior, através de uma examinação das outras traduções de Silvina de Troya Gomes, tradutora de *Contos chineses*, foram identificadas as suas tendências de elogiar a China e ironizar os assuntos sensíveis relativos à desigualdade de géneros. Para aprofundar estes elementos, a seguinte discussão propõe realizar uma leitura crítica do prefácio em *Contos chineses* e uma leitura contrastiva do conto “A morte de Tu-Che-Niang” e do seu texto de partida.

O prefácio, assinado por “S. T. G.”, é provavelmente da autoria de Silvina de Troya Gomes. Como mencionado, o conteúdo do prefácio tenta principalmente resenhar toda a história da literatura chinesa. A apresentação parece seguir uma cronologia, desde a antiguidade até ao apelo à utilização de língua vernacular feito pelo estudioso chinês Hu Shih (1891-1962) em 1917. Porém, sob esta aparência de introdução a uma história literária estão latentes, argumentamos, queixas implícitas e irónicas contra a situação sociopolítica em Portugal, reveladas principalmente nas atenções concebidas pela prefaciadora em relação a duas realidades marginais e sensíveis: China e mulheres.

Dito isto, o início do prefácio, curiosamente, começa por refletir sobre a marginalidade da tradução. Para falar da tradução, a prefaciadora cita o discurso de Dom Quixote no clássico espanhol:

Parece-me que traduzir de uma língua para outra, não sendo das rainhas das línguas grega e latina, é ver panos de rás pelo avesso, que, ainda que se vejam as figuras, vêem-se cheias de fios que as escurecem, e não se vê a lisura e a côr do direito; e o traduzir de línguas fáceis não prova engenho nem elocução, como não prova quem traslada, nem quem copia papel de outro papel; e daqui não quero inferir que não seja louvável êste exercício das traduções, porque em outras cousas piores e que menos proveito lhe trouxesse se podia ocupar o homem. (*Dom Quixote*, citado e traduzido em Gomes 1944b, s.p.)¹¹²

diferentes professores e investigadores sobre o póster definitivamente contribuíram para a reflexão sobre a tradutora e as suas traduções.

¹¹² Confirmamos a existência dessa frase através da versão inglesa traduzida por Charles Jervas e publicada pela editora Oxford University Press: “But, for all that, I cannot but be of opinion, that, translating out of one language into another, unless it be from those queens of the languages, Greek and Latin, is like setting to view the wrong side of a piece of tapestry, where, though the figures are seen, they are full of ends and threads, which obscure them, and are not seen with the smoothness and evenness of the right side. And the translating out of easy languages shows neither genius nor elocution, any more than transcribing one paper from another. But I would not from hence infer, that translating is not a laudable exercise; for a man may be employed in things of worse consequence, and less advantage.” (Cervantes 2008, 879)

Desta citação, depreende-se logo uma imagem negativa sobre a tradução enquanto um trabalho mecânico que tem pouco valor original. Ao citar esta opinião negativa de Dom Quixote, uma figura que pode refletir a contradição entre a idealidade e a realidade, Silvina de Troya Gomes também apresenta as suas duas contradições quixotescas: (i) numa era talvez inclinada pelos discursos do darwinismo social sobre o Oriente, Gomes tentou valorizar a civilização chinesa e afirmou querer recuperar a sua antiga imagem de utopia, divulgada e imaginada pelos europeus; (ii) enquanto retratava o patriarcado como universal, a tradutora parece defender, de forma implícita, que a figura feminina pode ser múltipla.

Em relação à cultura chinesa, Silvina de Troya Gomes expõe o seu conhecimento extensivo e justifica a sua autoridade através de diferentes fontes. Além de realçar os géneros literários preconizados nas diferentes dinastias da história chinesa, o prefácio, tal como observa Seruya (2018, 167), ainda inclui muitas transliterações românicas de nomes e títulos chineses, bem como as respetivas datas de nascimento e falecimento, ou a data de publicação. Tal texto da autoria de uma portuguesa, com tantos detalhes informativos sobre a China, inclusive traduções de textos chineses, não pode deixar de levantar a questão sobre a sua fiabilidade. Apesar da ausência das referências bibliográficas, a prefaciadora menciona dois nomes que dão fiabilidade ao seu prefácio. Primeiramente, a dedicatória é dirigida a Lou Che Ngan (?-?), “primeiro secretário da Legação da China em Portugal”, pelas “cativantes gentilezas e esclarecimentos com que se dignou a colaborar neste volume”.¹¹³ Segundamente, no final do prefácio ainda é citado o sinólogo francês Jean Escarra (1885-1955).¹¹⁴ Através de uma pesquisa, identificamos que a citação de Escarra por Gomes, que se estudará no próximo parágrafo, origina da *Avant propos* de *La Chine*,

¹¹³ Segundo o 《駐外使領館職員錄》 (*Catálogo de empregados nas embaixadas chinesas*, disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e2/NCL-9910010117_%E9%A7%90%E5%A4%96%E4%BD%BF%E9%A0%98%E9%A4%A8%E8%81%B7%E5%93%A1%E9%8C%84.pdf), Lou Che Ngan foi provavelmente 羅世安 em chinês. No que concerne a este diplomata, apenas encontramos algumas anedotas em chinês, espalhadas online que mencionam esse nome. De acordo com esses textos, Lou Che Ngan estudou em Paris nos anos 20 e, depois, tornou-se empregado em diferentes embaixadas chinesas nos países europeus, incluindo França, Grécia e Portugal. Em 1949, deixou de trabalhar como diplomata, e abriu um restaurante chinês com a sua mulher italiana em Nice. A fonte mais confiável é a notícia do jornal Ta Kung Pao, mas foi publicado no dia 1 de novembro de 1983. A notícia trata Lou Che Ngan como um antigo diplomata do Partido Nacionalista e que informa sobre o seu regresso de França para Pequim. A notícia está disponível para consulta em <https://archive.org/details/NPTKP19830111/mode/2up>.

¹¹⁴ Jean Escarra foi considerado sinólogo, desempenhou a função de consultor jurídico na China durante os anos 20 e 30 e escreveu livros sobre o direito na China, como *Le Droit Chinois. Conception et évolution* (1936) (Hulsewé e van der Valk 1956, 305).

passé et présent (1937), um livro dedicado à apresentação de vários aspetos da China, desde a geografia e a história política, até ao povo, língua e cultura. Assim, a ajuda de um diplomata chinês e a referência a um sinólogo europeu constituem dois apoios fortes e justificativos à autoridade de Silvina de Troya Gomes no seu prefácio detalhado sobre a história literária.

Não obstante o seu extenso conhecimento sobre a realidade chinesa, a tradutora afirma a sua preferência em seleccionar aquela China exótica e utópica. Para Gomes, novamente, “os contos chineses são, como a China, mais maravilhosos e mais estranhos” (Gomes 1944b, s.p.). A sua imagem da China “maravilhosa” e “estranha” provém, conforme explica, de Marco Polo, cuja descrição do “país de Cathy – terra do chá” parece um “conto fantástico” (Gomes 1944b, s.p.). Todavia, a tradutora sabe que essa imagem pode não ser a realidade, pois cita Jean Escarra:

Milhares de livros e de artigos têm sido escritos sobre a China. Se fôrmos a ver os que se dedicam ao grande público, poucos há que se possam recomendar sem reservas. Numerosos são os autores de má fé. Na imprensa, onde o homem da rua procura a visão do mundo, encontram-se em abundância reportagens sobre Changai, os seus *dancings*, as suas fumeries de ópio, as suas estudantes revolucionárias e os seus aventureiros internacionais. Sem dúvida, a China é tudo isso” (Jean Escarra, citado e traduzido em Gomes 1944b, s.p.)¹¹⁵

Perante esta opinião de Jean Escarra, a tradutora pode estar ciente de que a China utópica é apenas uma imagem construída, mas ainda assim rejeita a diversidade da China: “Para mim, porém, a China é ainda a de Marco Polo, de Fernão Mendes Pinto e dos contos maravilhosos que vão ler-se.” (Gomes 1944b, s.p.). Assim, expõe-se a contradição da tradutora: em vez de apresentar apenas a China utópica, que é da sua preferência, expõe diversas possibilidades para pensar sobre esse país quase desconhecido para o leitor português. Este ponto ainda será retomado posteriormente por ser refutado num discurso patriarcal citado por Gomes no prefácio.

¹¹⁵ Situado em “Avant-propos” de *La Chine, passé et présent*, eis texto original citado por Gomes e identificado por nós: “Des milliers de livres et d’articles ont été écrits sur la Chine. A s’en tenir à ceux qui s’adressent au grand public, il en est peu que l’on puisse recommander sans réserves. Nombreux sont les auteurs de mauvaise foi. Dans la presse, où l’homme de la rue cherche sa vision du monde, on trouve en abondance des reportages sur Chang-haï, ses dancings, ses fumeries d’opium, ses étudiants révolutionnaires, ses aventuriers internationaux. Sans doute est-ce là toute la Chine...” (Jean Escarra 1937, s. p.).

Por enquanto, tentamos refletir sobre a razão pela qual a China utópica é escolhida para apresentar nesta tradução. Numa abordagem contextual a partir de Portugal, importa sublinhar de novo o potencial ponto de vista oficial do Estado Novo sobre o Império do Meio: “[...] China observada e conhecida por uma superior sensibilidade de ocidental de português do nosso tempo.” (“Nota explicativa” 1943, IX; da autoria da Agência Geral das Colónias em *China: estudos e traduções* de Pessanha). Ou seja, a visão do regime podia basear-se no darwinismo social, que preconiza a conceção da dicotomia entre a superioridade ocidental e a inferioridade de outras etnias. Esta perspetiva podia não ser apenas oficial, mas coletivamente partilhada na Europa, visto que oferecia a sensação popularista de superioridade natural à grande parte dos povos ocidentais.

Todavia, como discutido, desde a Primeira Guerra Mundial, foi-se fazendo necessária uma nova compreensão sobre as relações entre os opressores e oprimidos (incluindo as mulheres). No caso da China, se a sua civilização e o seu povo não fossem apresentados como inferiores, então a outra imagem mais divulgada para os compreender seria a antiquada utopia chinesa, datada já no século XIV. A conceção europeia sobre a China, tal como afirma Schweiger (2007, 126), alternou entre sinofilia e sinofobia ao longo da história. Tendo em conta também o interesse de Gomes pela China, revelado no prefácio e na sua escolha em traduzir a biografia do então líder chinês Chiang Kai-shek (ver Capítulo 2 da Parte II), o prefácio de *Contos chineses* podia constituir implicitamente uma narrativa contrária àquela narrativa de superioridade-inferioridade tanto oficial como talvez popular em Portugal. Essa apologia da China configura-se ambígua e reenquadrada várias vezes, no sentido de apresentar vários aspetos desse país mas afirmar preferir apenas aquela mais *cliché*, talvez porque esta forma poderia ter facilitado a publicação do livro sob a Censura.

Para passar à discussão do tema do feminismo, cita-se o último parágrafo do prefácio: “Para mim, porém, a China é ainda a de Marco Polo, de Fernão Mendes Pinto e dos contos maravilhosos que vão ler-se. Mas... como diz o Li-Kin, «Quando uma mulher lher [sic.] te falar, sorri-lhe e não a escutes»” (Gomes 1944b, s.p.). Ou seja, a tradutora convida o leitor a não ler a China somente pelo seu prefácio, mas explorar as possibilidades desse país a partir de diferentes ângulos, mediante a leitura do texto. Daí, essa frase de uma opinião patriarcal, ironicamente citada por Gomes enquanto uma mulher erudita, sugere a sua

atenção prestada a esses assuntos referentes ao feminismo. Ainda é de referir que essa frase, como sugere Gomes, provém de um chinês, cujo nome transliterado soa o nome de um homem – talvez “李健” –, mas é difícil de apurar com certeza quando sem outras informações. A partir daqui, surge a outra contradição quixotesca de Gomes: a defesa ideal de mulheres na realidade patriarcal.

No prefácio da tradutora, parece revelar-se que a sociedade patriarcal é universal. Depois da referida citação de Dom Quixote no início – que diminui a tradução através de relações construídos no modelo patriarcal entre a originalidade e a derivação¹¹⁶ – a prefaciadora expõe a universalidade desse tipo de discursos patriarcais:

A China letrada pensará mesmo, a êste respeito, que até uma mulher tem mais coisas úteis em que se ocupe do que a traduzir contos que nem sequer têm para ela a valia que têm para nós as histórias que a avózinha conta à lareira para entreter os netinhos [...]” (Gomes 1944b, s.p.).

Ou seja, na opinião de Gomes, os chineses dos tempos clássicos pensariam que o trabalho de traduzir os contos chineses é um trabalho tão inútil que, em comparação, até são mais importantes as tarefas domésticas de uma mulher – como contar histórias às crianças e, como mencionado no estudo do prefácio de Gomes em *Contos indianos* (2.2.1 da Parte II), pontear a roupa. No contexto do Estado Novo, em lugar da tradução, as mulheres, conforme promulgou Salazar em 1933, deviam ocupar-se pelas tarefas domésticas: “[N]unca houve nenhuma boa dona de casa que não tivesse imenso que fazer” (Salazar 2015, 115). Desta forma, o prefácio parece tecer uma teia patriarcal tão universal que inclui o cavaleiro andante espanhol, os clássicos chineses e, implicitamente, a sociedade portuguesa encabeçada pelo ditador.

Todavia, essa percepção patriarcal sobre a mulher é refutada tanto pela própria realidade da tradutora como pelos exemplos fornecidos no prefácio. Silvina de Troya Gomes em si, como mostrado em 2.2.1 da Parte II, mostra-se intelectual estudiosa, pois supostamente foi estudante na Universidade de Coimbra, compilou *Poetas de Coimbra*, escreveu dois

¹¹⁶ Na esteira da argumentação de Chamberlain (1988), o modelo de relações entre o original superior e as traduções inferiores é construído a partir dos códigos linguísticos do patriarcado, em que a autoridade paternal subjugava a sua ansiosa interpretação maternal. Ou seja, a tradução é conceptualizada como um trabalho secundário de tentar decifrar uma existência original, fixa e autoritária, tal como a mulher é considerada como um auxílio complementar do homem.

prefácios detalhados e extensivos sobre as literaturas chinesa e indiana – um em *Contos chineses* e outro em *Contos indianos* – e ainda traduziu um total de quatro livros, entre os quais se destaca *Contos tradicionais asiáticos* por ser escrito, conforme diz Seruya (2018, 170), “num português correto e fluente, nem sempre uma marca distintiva das traduções na época...”. Ou seja, Silvina de Troya Gomes apresenta-se como uma mulher culta, bastante consciente da sua especificidade para a figura feminina dominante na altura.

Além da sua postura contrária à figura de dona de casa, o seu prefácio em *Contos chineses* ainda mostra as alternativas de vida de outras mulheres, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Entre as 11 páginas do prefácio, uma e meia é dedicada à introdução e tradução de quatro poetisas de chinês clássico na Dinastia Tang (618-906).¹¹⁷ É de sublinhar que essa tentativa de apresentar escritoras chinesas em português foi provavelmente inédita na altura e continua a ser rara. Na apreciação poética de Gomes, os quatro poemas das poetisas que ela traduz revelam a melancolia, que é “um elemento constante da sua poesia [chinesa], ‘preocupada sempre com a triste condição da humanidade’” (Gomes 1944b, s.p.). Desta maneira, a tradutora sugere que os quatro poemas melancólicos das poetisas podem ser considerados universais, no sentido de aprofundar a reflexão e experiência de características humanas.

Depois de elogiar essas poetisas de tempos antigos, Gomes ainda menciona, através da referida citação de Jean Escarra, as “estudantes revolucionárias” chinesas. Tal menção foi atrevida e potencialmente transgressiva tanto para o regime como para a sociedade patriarcal no geral, visto que sugere a possibilidade de uma revolução de mulheres contra o sistema estabelecido. Ainda é de salientar o facto de utilizar uma citação para dizer um tal facto indesejável, o que parece uma ação silenciosa de resistência que ajuda a contornar a Censura. Por conseguinte, a equivalência entre a mulher e a dona de casa parece ser desmentida pela situação da tradutora, bem como pela história e eventos recentes na China.

¹¹⁷ As quatro poetisas incluem “a imperatriz Siê-Ling-Yung (730-753), a favorita Pan-Tiê-Tsu (621-648), a bailarina Wu-Hao (628?), a bailarina Li-Yi-Han (806-832)” (Gomes 1944b, s.p.). Tentámos identificar estas escritoras em chinês através de pesquisa pelas transliterações antiquadas, leitura de cronologia de história literária nessa época e pesquisa pelas traduções chinesas dos títulos como “imperatriz” e “bailarina”, mas não foram encontradas essas escritoras.

O prefácio dá também a razão pela qual os contos chineses merecem ser traduzidos. Não se pretende elaborar demasiado neste assunto aqui, pois não se relaciona com os fatores ideológicos em questão, a saber, o universalismo e o feminismo. Porém, antes de avançar para a leitura contrastiva dos contos, é de salientar a visão universalizante revelada por Gomes na defesa de contos, também irónica, à semelhança da outra citação sobre relações entre calvície e sabedoria que limos no prefácio de *Contos indianos* (ver 2.2.1 da Parte II) que diz respeito aos homens estudiosos:

Como o gosto das classes populares em escutar os contistas continuou até hoje, a tradição não se perdeu. Não o dizem os livros, mas eu creio, sem ofensa para os senhores letrados chineses, que também eles, algumas vezes, disfarçados, cometem o pecado — tão perdoável — de escutar os contistas das ruas ou ler às escondidas essa literatura que eles sempre desprezaram, como alguns letrados portugueses lêem os romances da Max du Veuzit. (Gomes 1944b, s.p.)

Daí, na perspectiva da tradutora, os intelectuais, sejam chineses sejam portugueses, hipocritamente rebaixam o valor de contos populares, que, na verdade, os atraem para a leitura entretida. Eis assim o retoque irónico desse prefácio: esses homens letrados, porventura carregados de ideias patriarcais, eventualmente lêem esses contos chineses traduzidos por uma mulher.

Como anunciado, escolhemos estudar o conto de “A morte de Tu-Che-Niang”. Isto porque a protagonista costuma ser considerada como uma heroína trágica na sociedade patriarcal tradicional chinesa, o que pode ecoar a circunstância social da tradutora e, conseqüentemente, resultar na potencial apropriação do conto pela tradutora para a sua reivindicação de, nomeadamente os direitos de mulheres. Além disso, a protagonista Tu-Che-Niang (Du Shiniang em Pinyin) é, na opinião do sinólogo Allan H. Barr (1997, 107), “one of the most memorable women characters in traditional Chinese literature, indeed perhaps the most notable tragic heroine in Chinese fiction until the appearance of Lin Daiyu in *Honglou meng*”. O facto de Gomes seleccionar esse conto sugere o seu interesse por essa protagonista. Uma vez que a tradutora, no estudo acima exposto, se configura como uma pessoa ousada e irónica em relação aos assuntos relativos à desigualdade feminina, potencialmente polémicos para o regime ditatorial e respetiva censura, a nossa leitura comparativa procura saber se a sua tradução também é marcada pela ironia e pela ousadia. Os nossos esforços analíticos tentarão concentrar-se em

identificar possíveis mudanças ou recriação de discursos relativos aos temas da igualdade de gênero.

Sendo uma história desconhecida no contexto português, tentamos oferecer uma sinopse para melhor compreender a discussão. No contexto de Wanli (1572-1620), o estudante Li da Academia Imperial em Pequim apaixonou-se pela famosa cortesã Tu-Che-Niang. Esta queria abandonar a sua profissão através do casamento com Li, homem que lhe parecia confiável e sincero. Contudo, como o pai de Li repudiava a ideia de o filho se casar com uma cortesã, o estudante – uma pessoa sem caráter – não pediu para comprar a cortesã, o que teria possibilitado o casamento. Com o tempo, a dona do bordel cansou-se das relações entre Tu-Che-Niang e o estudante, que, sem o apoio financeiro do pai, cada vez pagava menos. Assim, Tu-Che-Niang negociou com a dona do bordel, que concordou em vendê-la por 300 “onças” dentro de um prazo de 10 dias.¹¹⁸ Diante dessa quantidade significativa, Li não conseguiu juntar quase nenhum dinheiro até que Tu-Che-Niang lhe ofereceu a metade do valor. A ação da cortesã sensibilizou um amigo de Li, que se ofereceu para ajudar a pedir emprestado o restante do dinheiro. Assim, o casal conseguiu fazer sair Tu-Che-Niang do bordel. Durante a viagem de barco rumo a uma nova vida juntos no sul do país, um filho de um rico comerciante convenceu Li a vender Tu-Che-Niang para que Li pudesse reconciliar-se com o pai. Ao ouvir essa sugestão, Tu-Che-Niang concordou. Logo após a transacção, a rapariga mandou abrir um cofre que possuía e atirou imensos tesouros valiosos no rio. Depois, insultou o comprador e o marido em público. Por fim, lançou-se ao rio com o cofre abraçado. No final, por causa dessa ação de suicídio assustadora e da raiva do público, Li enlouqueceu e o filho do comerciante morreu de doença, enquanto o amigo que dera ajudara Li a juntar dinheiro foi recompensado pelo fantasma da cortesã.

A nossa leitura contrastiva, parece-nos, sugere que a tradução portuguesa manifesta duas mudanças visíveis relacionadas, com a visão universalizante revelada no prefácio (ver Tabela 5). O conto é iniciado por um poema que, no texto original, elogia a sociedade próspera em Pequim para a introdução ao contexto histórico. Em comparação, a tradução portuguesa transforma esse longo poema elogioso à China numa prosa concisa e elogiosa à

¹¹⁸ Na tradução portuguesa, a unidade de dinheiro é “onça”, que, de acordo com o dicionário Infopédia, pode referir-se à tanto a medida inglesa de peso como a moeda espanhola. Isto indicia alguns traços para a futura pesquisa do texto intermediário utilizado para a tradução portuguesa.

humanidade no geral. Além de omitir os elogios específicos à capital chinesa, adicionam-se os elementos naturais – como “universo inteiro” e “floresce” – na situação utópica de “paz absoluta”. Em seguida a este poema, uma parte significativa da contextualização histórica da China também é omitida na tradução portuguesa. Especificamente, no que concerne à história da China, apenas são mencionados o período imperial Wanli e o espaço de Pequim: “[e]stava-se no vigésimo ano Wann-li. Entre os milhões de estudantes vindos a Pequim para os exames [...]” (Gomes 1944a, 41). Desta forma, a tradução portuguesa tornou mais simples a leitura do conto através da omissão de uma grande parte da contextualização, deixando o leitor saber apenas o contexto da China a partir da leitura (imediata) da estória. Combinando as omissões e a mudança do poema inicial, parece que a tradução portuguesa adota uma maneira domesticante para introduzir o leitor à imaginação universal de uma utopia chamada China.

Tradução inglesa de Shuhui Yang e Yunqin Yang (Feng 2005, 547)¹¹⁹
With the Mongols wiped out, the new capital was born Midst the grandeur of dragon- and phoenix-shaped hills. On its east, the vast sea joins the sky; On its west, the Taihang Mountains stretch afar. The frontiers well guarded by the nine garrisons, The emperor revered by all countries, Peace reigns throughout the blissful land; The empire shines forever with the sun.
Tradução portuguesa de Silvina de Troya Gomes (Gomes 1944a, 41)
Na paz absoluta, a alegria da humanidade floresce no universo inteiro, sob o terno movimento do sol, essa taça de ouro.

Tabela 5 - Poema inicial na versão inglesa de Yang e Yang e na versão portuguesa em “A morte de Tu-Che-Niang”

Passando para o corpo do texto, apesar de algumas omissões, os elementos culturais e linguísticos são traduzidos literalmente, talvez para a construção daquele espaço alheio e exótico. Primeiramente, os nomes das personagens são transliterados e cada carácter é

¹¹⁹ Esta tradução completa em inglês será utilizada para facilitar a comparação. O tradutor Shuhui Yang talvez seja o professor emérito de chinês na Bates College (“Yang, Shuhui (Emeritus)” 2010). Sobre Yunqin Yang, não foi possível apurar mais informações exceto o facto de ter traduzido, com Shuhui Yang, as três antologias de contos de Feng Menglong (autor do conto em análise), referidas em 2.2.1 da Parte II.

explicado, como o sobrenome de Li “Tsienn-si «mil-vezes-purificado»” e o nome próprio de Tu-Che-Niang “Mei (elegância)” (Gomes 1944a, 41). Segundamente, alguns elementos linguísticos em chinês são traduzidos literalmente para português e colocados entre aspas ou em itálico, como “salgueiros” (“柳”, que pode significar “prostitutas”), “ma ma” (“媽媽”, literalmente “mãe”, um registo próximo utilizado por cortesãs para chamar a “dona do bordel”) e “flor-do-nevoeiro” (“煙花”, que pode significar “prostitutas”). Este vocabulário literalmente traduzido pode ser compreendido com base no contexto do conto, oferecendo uma experiência compreensível mas estranha no contexto português. Por conseguinte, sugere-se que, embora o contexto histórico da China seja omitido, é realçada a origem chinesa do conto português. Assim, o leitor português é desafiado a compreender esses elementos, enquanto qualquer conteúdo transgressivo no conto é situado claramente num espaço e tempo longes do Estado Novo.

Quanto à figura da protagonista, a tradução portuguesa apresenta mais mudanças que permitirão compreender a percepção da tradutora. O título do conto original é traduzido na versão acima citada em inglês como “Du Shiniang Sinks Her Jewel Box in Anger” (Feng 2005, 547). Quanto à tradução portuguesa, a própria Gomes (1944a, 40) afirma ter mudado o título original de “Tu-Che-Niang, indignada, afogou-se com o seu cofre-dos-cem-tesoiros” para “A morte de Tu-Che-Niang”. Entre estes títulos, a tradução inglesa é mais próxima ao título original: “杜十娘怒沉百寶箱”. O título final de Gomes, porém, esfuma tanto a emoção da protagonista face à injustiça como o tema do dinheiro, enquanto sublinha o facto de a protagonista morrer sem adicionar nenhum detalhe. Na verdade, a mudança do título acontece a todos os contos em *Contos chineses*, o que pode sugerir que isso pode ser apenas uma prática normal para a tradutora tornar, por exemplo, os títulos mais compreensíveis e atraentes.¹²⁰ Todavia, a mudança do título do conto em causa retira três elementos potencialmente curiosos para o leitor – a emoção “indignada”, a ação “afogou-se” e o objeto “cofre-dos-cem-tesoiros”. Ou seja, a tradutora escolhe um título que parece menos descritivo. Comparado com o prefácio elaborado e expressivo da tradutora, tal título aparece demasiado simples e, assim, acicata curiosidades sobre a razão por essa escolha.

¹²⁰ Em (3) do Apêndice I, são listados os títulos portugueses e chineses. Por exemplo, 《畫壁》 (“Pintura na parede” ou “Parede pintada”) é traduzido para “A pintura misteriosa”; 《書痴》 (“Bibliófilo” ou “Doido por livros”), para “Rosto de jade”.

Propomos colocar o foco na omissão da emoção “indignada”, visto que essa mudança na característica psicológica inspira uma reflexão sobre outros desvios tradutórios neste conto. Antes de mais, o adjetivo “indignada” refere-se a uma emoção colérica provocada por uma ofensa. Comparado com o título citado em inglês, que descreve a protagonista simplesmente “in anger”, o título original em tradução literal por Gomes reforça a existência de uma injustiça. De facto, o conto revela a injustiça da sociedade patriarcal, na qual por mais competente e rica seja uma mulher, não conseguirá fugir da opressão e crítica sociais. Neste sentido, o adjetivo “indignada” pode ser considerado adequado para realçar a situação injusta de Tu-Che-Niang e a sua subsequente reação emocional. Contudo, ao mudar esse título para o título final – “A morte de Tu-Che-Niang” –, a injustiça e a cólera da protagonista, embora existam no conto, não são sublinhadas pelo título, um peritexto tão importante para a leitura.

Tendo em conta esta omissão, a seguinte argumentação tenta mostrar que a protagonista Tu-Che-Niang na versão portuguesa se configura uma pessoa mais calma e menos raivosa que, consciente da circunstância opressiva em que se situava, optou pela morte *com dignidade* para apresentar a sua resistência contra a injustiça patriarcal.

Antes de mais, na versão portuguesa é adicionada uma mudança intrigante no autotratamento de Tu-Che-Niang para sugerir a consciência e inteligência da cortesã. Concretamente, quando fala com Li, Tu-Che-Niang tratava-se por “a sua escrava” no início, enquanto “a sua esposa” no desfecho. A palavra “escrava” aparece primeiramente no discurso da dona do bordel, quando esta disse que ia vender Tu-Che-Niang para Li e arranjar outra “escrava” (Gomes 1944a, 45). Em chinês, a palavra em causa é “粉頭” (literalmente “cabeça pintada”, que significa “prostituta”). Isto quer dizer que a situação de escrava de bordel da protagonista talvez seja salientada por Gomes. Esta utilização de “escrava” foi, depois, repetida nas conversações entre Tu-Che-Niang e Li. O autotratamento chinês da cortesã, “妾” (“concubina” ou uma autodescrição humilde de esposa face ao marido, na versão inglesa é traduzido como apenas o pronome da primeira pessoa “I”), quando não é traduzido para um pronome de primeira pessoa singular ou plural, é sistematicamente mudado para “escrava”, exceto nas últimas duas ocorrências

antes do suicídio da protagonista, em que a tradução é “esposa” (Ver Apêndice V, em que são recolhidos os segmentos com essa palavra). Ou seja, a fórmula de autodenominação “妾” – “eu” ou “a sua concubina” – é consistentemente traduzida principalmente para “eu” ou “a sua escrava”, e mudada para “a sua esposa” no desfecho.

Essa mudança sugere que, na tradução portuguesa, a protagonista está muito consciente de que foi uma cortesã digna de ser tratada como uma esposa, mas fisicamente escravizada pelas regras patriarcais. Quando se trata de “a sua escrava” face ao seu marido Li, Tu-Che-Niang mostra uma aparência submissa. Isto ajuda a esconder as suas competências – organizou tudo e pagou quase todas as despesas –, que poderiam prejudicar o ego masculino de Li, uma pessoa sem carácter e choramingas. Era preciso proteger a sua autoestima, porque Li, além de ser o homem estudioso e sincero que Tu-Che-Niang adorava, constituiu um meio confiável para ela poder sair do bordel e viver no mundo livremente. A liberdade, na tradução portuguesa, talvez constitua a pretensão principal da protagonista, como se vê em seguida.

Neste aspeto sobre a intenção de Tu-Che-Niang, sublinha-se outros dois desvios tradutórios significativos. Primeiramente, na Tabela 6, mostra-se a comparação de traduções de “終身之事” e “終身之計”, expressões que significam “o evento importante para a vida” e normalmente implicam o casamento, tendo sido traduzidos em inglês como “marital future”. Porém, a tradução portuguesa mudou isso para “resgatar o corpo” ou “resgatar-se”. Ou seja, na tradução portuguesa, o evento mais importante na vida da cortesã não é o seu futuro conjugal, mas sair do bordel, recuperar a liberdade de circulação e, em cima de tudo, ter o controlo do seu corpo. Para tal, Tu-Che-Niang, por mais competente que seja, uma vez que vivia na antiga sociedade patriarcal, que não permitiria a existência de uma mulher que ganhou a própria vida, não tinha outras escolhas sem ser seleccionar um homem em que pudesse confiar a sua vida e riqueza.

Segundamente, no desfecho do conto em chinês, quando Tu-Che-Niang amaldiçoava Li, afirmou que guardava o cofre para oferecer a Li como forma de que os pais deste pudessem que a antiga cortesã se tornasse a sua “dona de casa” e/ou “concubina” (“佐中

饋”).¹²¹ Isto é desviado na citada versão inglesa (“a member of the family”, Feng 2005, 564) e omitido na versão portuguesa (ver N.º14 do Apêndice V). Consequentemente, Tu-Che-Niang na versão portuguesa manifesta uma autoconsciência mais forte sobre aquilo de que ela efetivamente necessita – a liberdade do seu corpo e um homem que lhe permitisse ter liberdade na sociedade patriarcal.

Texto original (Feng 2014, s.p.)	Tradução inglesa de Shuhui Yang e Yunqin Yang (Feng 2005)	Tradução portuguesa de Gomes (1944a)
是夜，十娘与公子在枕边，议及 <u>终身之事</u> 。	That night, with their heads against the pillow, Shiniang consulted Li Jia about her <u>marital future</u> . (551)	Nessa mesma noite, Che-niang expôs, à beira do travesseiro, o plano de <u>resgate do seu corpo</u> . (46)
妾 <u>终身之事</u> ，当如何也？	So are you truly unable to come up with even a cent? What’s to be done about <u>my marital future</u> ? (553)	Se não puderes encontrar um <i>tsienn</i> para <u>me resgatar</u> , que havemos de fazer? (49)
妾风尘数年，私有所积，本为 <u>终身之計</u> 。	In my years as a courtesan, I put away some private savings to <u>support myself in the future</u> . (563)	Durante os muitos anos que vivi na desordem da poeira e do vento, acumulei em segredo um tesoiro com o fim de <u>resgatar o meu corpo</u> . (67)

Tabela 6 - Comparação de traduções de 終身之事 e 終身之計 (“o evento importante para a vida” ou “o casamento”) em “A morte de Tu-Che-Niang”

Com tudo isto, podemos tentar compreender por que a protagonista de Gomes não se caracteriza sobretudo por “indignada”, quando foi vendida pelo marido. Tu-Che-Niang não ficou muito indignada, porque este homem sem caráter foi da sua escolha bem calculada:

A sua mão [de Li] distribuía sem contar. O seu zelo pela generosidade não tinha freio. Era êste um duplo atractivo para Che-niang, que julgava a mentira e a cupidez contrárias à rectidão, e que, de há muito tempo, resolvera voltar ao bom caminho. Apreciou a doçura e a franqueza de Li Chenn e sentiu-se atraída para êle. (Gomes 1944a, 42)¹²²

¹²¹ De acordo com a definição de 吴书荫 Wu Shuyin em Feng (2014), “中饋” (zhōng kuì) refere-se ao tratamento de refeições pela mulher, o que implica “mulher”; “佐中饋” (zuǒ zhōng kuì), com um carácter que significa “assistente”, ou, possivelmente, “concubina”

¹²² Na tradução inglesa: “With his handsome face, gentle temperament, free-spending habits, and eager attentiveness, he won her heart, and the two grew deeply attached to each other. Having observed the

Uma vez que foi Tu-Che-Niang – a famosa cortesã de Pequim que já tivera relações com imensos homens ricos e estudiosos – quem escolheu Li, quando este levantou a sugestão de vender Tu-Che-Niang, a protagonista, tanto em chinês como em português, apenas “afastou-o suavemente. Depois teve um sorriso gelado” (Gomes 1944a, 65). Ou seja, não ficou colérica, mas estava calma. No clímax do conto, depois de Tu-Che-Niang ter deitado toda a riqueza no rio, a versão portuguesa mudou a ação original e raivosa “Shiniang [Che-Niang] pushed Li aside” (Feng 2005, 563) para “ela afastou Li” (Gomes 1944a, 67). Desta maneira, a protagonista na versão portuguesa – cujo título omite “indignada” – mantinha a sua tranquilidade mesmo face a uma grande injustiça.

Por fim, seguindo esta potencial compreensão de Gomes, a morte da protagonista também é a sua escolha propositada para resistir ao patriarcado. No original e na versão portuguesa, antes de se afogar, Tu-Che-Niang escolheu abrir o seu cofre de tesouros no público, pedindo justiça a todos presentes: “Que todos os presentes sejam agora minhas testemunhas: é o senhor que enjeita a espôsa, não sou eu que falto aos meus deveres para contigo.” (Gomes 1944a, 68). Isto suscitou a raiva do público contra Li e o filho do comerciante. Subsequentemente, um enlouqueceu e o outro morreu. Por último, a protagonista foi, em seguida, avaliada por todos ao longo da história como “uma heroína, única desde a mais alta antiguidade” (Gomes 1944a, 69-70). Assim, na tradução portuguesa, realça-se a ideia de que o suicídio foi uma escolha de Tu-Che-Niang, que não queria ser uma mulher constrangida pelas regras patriarcais e preferiu ser mártir da liberdade.

Em jeito de uma conclusão, Silvina de Troya Gomes apresenta uma tradução em linha com as certas ideias universalista e feminista – termos definidos em 2.2.1 da Parte II. Porém, quiçá devido aos constrangimentos sociopolíticos, as suas pretensões ideológicas não foram claramente expressas, mas implicitamente inseridas na sua escrita (prefácio) e na sua tradução. Desta forma, a sua resistência contra a Censura parece manifestar-se na discordância com os valores oficiais, silenciosa e sofisticadamente subjacente às suas ironias introduzidas no prefácio, aos seus desvios tradutórios e, por fim, às suas escolhas

madam's greed and treachery, Shiniang had long wished to leave the brothel and get married, and now, impressed by Li Jia's kindly disposition and his devotion to her, she was quite inclined to marry him.” (Feng 2005, 549). No texto original: “又是撒漫的手儿, 帮衬的勤儿, 与十娘一双两好, 情投意合。十娘因见鸨儿贪财无义, 久有从良之志, 又见李公子忠厚志诚, 甚有心向他。” (Feng 2014, s.p.)

de recuperar as imagens positivas dos países asiáticos e das mulheres através da tradução, de tentar dar palavra a essas pessoas desvalorizadas pelos contemporâneos da tradutora.

3.2 *Divórcio* (1958) de Manuel de Seabra: comunismo e feminismo entre linhas

Na nossa história externa do segundo período, entre 1957 e 1960, foi sugerido que a cor ideológica de Esquerda poderá ter surgido na tradução portuguesa de literatura chinesa. Neste contexto, propomos estudar *Divórcio* (1958) como caso ilustrativo desta tendência devido a várias considerações: (i) o seu tradutor Manuel de Seabra, diferentemente de Silvina de Troya Gomes e de muitos outros tradutores no nosso *corpus*, foi uma pessoa publicamente reconhecida na área de cultura; (ii) ao contrário de *Mao Tun* e *Poemas de Mao Tse-Tung*, também do mesmo tradutor, *Divórcio* foi censurado com um relatório encontrado por nós, detalhado e acima estudado (ver 2.2.2. no Capítulo 2); (iii) apenas pelo título “Divórcio” e pelo autor Lu Xun, elementos potencialmente transgressivos para a ideologia salazarista, já se sugere um caso interessante de estudo das tensões entre a Censura salazarista e a tradução de literatura chinesa. Embora a nossa história externa da tradução, com base no profundo interesse de Seabra pelo esperanto, entre noutros aspetos, sugira que o tradutor mostrou uma postura universalista, como alguns dos outros tradutores estudados, a nossa atenção nesta secção será concentrada nos indícios relativos ao comunismo e feminismo e nos impactos censórios sobre eles, pois esses elementos parecem mais visíveis e influentes em *Divórcio*.

No prefácio biográfico de Lu Xun, como mencionado, o tradutor evita menções diretas às relações entre o autor e o PCC, o que provavelmente resulta de uma autocensura deliberada para o sucesso da publicação. O respetivo relatório de censura (N.º 6.310), lido em 2.2.2 do Capítulo II, indica que *Divórcio* chegou ao censor por ter sido “apresentado para censura”, o que pode significar que a submissão da tradução foi realizada espontaneamente pelo tradutor-editor Manuel de Seabra ou exigida pela Censura. Seja um seja outro, o tradutor muito provavelmente sabia que a sua tradução poderia ser censurada devido ao seu título provocatório e à carga ideológica do seu autor. Além de ser uma pessoa de Esquerda (Vimala Devi, entrevistada em Spina 2019, 344-345), como referido, o então ativista estudante foi preso pela PIDE e teve na prisão alguns meses em 1957. Tendo sido

perseguido, Seabra provavelmente estava ciente do perigo da censura a *Divórcio* e, por isso, tentou equilibrar a sua resistência e a possibilidade de publicação.

No que diz respeito à ideologia de Esquerda, apesar da ausência de menções diretas ao comunismo, podem sublinhar-se dois aspetos no prefácio. Em primeiro lugar, foi introduzida a imagem de herói nacional de Lu Xun (citações justificativas no próximo parágrafo). Nos anos 50, essa figura de Lu Xun foi construída principalmente pelas escritas mais propagandistas dos países socialistas. De acordo com Eber (1985), que estuda a recepção de Lu Xun na Europa e na América, as escritas populares nos países socialistas pretendem retratar o autor como “a writer hero of unfailing revolutionary zeal” (Eber 1985, 250). Isto ecoa o que Seabra escreve sobre o autor chinês: “Lu Sin foi sem dúvida um reformador, um incansável lutador pelo progresso da sua pátria” (Seabra 1958, s.p.).

Em segundo lugar, o prefaciador retrata Lu Xun como o grande escritor realista e compara-o com os “velhos mestres russos”, principalmente Máximo Gorki (1868-1936): “[A] crítica o tenha considerado simultâneamente o Gorki e o Voltaire da China.” (Seabra 1958, s.p.). A comparação entre Lu Xun e Gorki, ainda de acordo com a referida investigação de Eber (1985, 250), também era frequente entre as publicações de criação popular sobre o autor chinês, em que este é chamado como “Chinese Gorki”. Tal comparação com os escritores russos também se vê em *A verdadeira história de Ah Q*, publicado dois anos depois de *Divórcio*. Conforme tentamos analisar, *A verdadeira história de Ah Q* sugere a utilização do realismo socialista pelo autor. Por conseguinte, a apresentação do autor como lutador patriota e mestre do realismo pode mostrar ecos dos discursos de Esquerda na altura, provavelmente também originados nas escritas de Mao Tsé-tung, como observámos no estudo de *Contos populares chineses (6.a série)* (ver 2.2.4 da Parte II).

No entanto, quando se tenta retratar o autor como revolucionário, o prefácio parece esforçar-se por salientar a sua origem chinesa e o facto de ter sido revolucionário no passado, quiçá para diminuir a possibilidade da Censura e proibição. Esta atitude de colocar Lu Xun em geografias e tempos remotos é legível em várias partes do prefácio:

Podemos considerar Lu Sin o fundador da moderna literatura chinesa, não só pelo facto de tão profundamente ter estudado a alma do seu povo, interpretando com fidelidade as ânsias do período convulsivo da dinastia Manchu e dos primeiros anos da República (época fecundamente revolucionária e renovadora para o Império do Sol), como também por ter sido iniciador da chamada escola pei-hua que, abandonando a linguagem clássica, passou a utilizar a língua viva na literatura. Basta isto para se poder avaliar do relevante papel desempenhado por este escritor no despertar de uma China havia séculos impenetrável e resistente à civilização técnica moderna. [...]

O grande mérito de Lu Sin é a profunda realidade plástica das suas personagens, moldadas sobre um tipo essencialmente chinês, o chinês dos alvares da República, das convulsões e lutas sociais que agitaram o solo da sua pátria, apresentando o grande drama da juventude do seu país combatendo por uma vitória espiritual, como no conto «Luto pelo passado». [...]

No entanto, Lu Sin foi sem dúvida um reformador, um incansável lutador pelo progresso da sua pátria. Vivendo num período de extrema instabilidade política, época de profundas convulsões, não podia deixar de tomar parte nessa luta. (Seabra 1958, s.p.; sublinhado adicionado)

Nestes três parágrafos, quando o prefácio retrata a figura heróica e o realismo do autor, situa-o sempre no seu contexto chinês, distante para a maioria do leitor português. Tendo em conta que provavelmente se enganou no sobrenome da China (“Império do Meio”) com o do Japão (“Império do Sol”), isto pode ainda reforçar a nossa hipótese de que Manuel de Seabra queria principalmente situar Lu Xun num contexto longínquo. Desta forma, ao reforçar a origem longínqua do autor em termos tanto do espaço como do tempo, as descrições respeitantes ao aspeto revolucionário e até ao realismo socialista poderiam ter parecido menos transgressivas para a Censura, uma vez que teriam apenas cabimento em contextos sem relação com Portugal.

O final do prefácio cita uma passagem de Lu Xun, cuja tradução portuguesa apresenta um desvio tradutório intrigante: “Quero dar o primeiro passo neste novo caminho, esconder a verdade bem no fundo do coração, e seguir para a frente em silêncio, com esquecimento e mentira, como os chefes...” (Lu 1958, 72; sublinhado adicionado). A frase, uma crítica generalizante contra os governantes, provém de um conto traduzido e incluído no volume “Luto pelo passado”. No conto original, a parte sublinhada é “做我的前導” (“como o meu guia”)¹²³. No âmbito do conto, esta passagem pode ser lida como uma autocrítica do

¹²³ Por exemplo, a tradução inglesa de Yang Hsien-yi (1915-2009) e Gladys Yang (1919-1999) também coloca “as my guide” (Lu 1972, 261). A tradução recente de português do Brasil, um trabalho colaborativo de

narrador-personagem. Este é descrito como um intelectual de classe baixa ideologicamente influenciado pelas traduções chinesas de Henrik Ibsen (1828-1906) durante o Movimento Quatro de Maio, por volta do ano de 1919. As traduções chinesas de Ibsen realçam as figuras como Nora de *Casa de bonecas* e Dr. Stockmann de *Um inimigo do povo* para promover a libertação interna e individual, ou seja, uma revolução a partir do indivíduo. Isto, de facto, vai contra os conceitos de Esquerda, que realçam a importância de ações coletivas. Neste contexto, a crítica ao narrador-guia pode constituir uma crítica satírica de Lu Xun contra os intelectuais idealistas que pretendem realizar uma mudança individual sem nenhuma mudança social. A consequência dessas ações individuais, na perspectiva do autor, apenas pode ser uma tragédia. Por isso, a crítica original dificilmente pode ser entendida como dirigida aos chefes em termos linguísticos e contextuais. Tendo em conta o contexto ditatorial em Portugal e o posicionamento dissidente do tradutor, o desvio parece uma apropriação para exprimir, sob camuflagem de tradução de chinês, uma crítica silenciosa e irónica que se dirige ao contexto ditatorial em que Seabra se situava.

Quanto à atenção de Seabra prestada aos assuntos relativos ao estatuto de mulheres, isto pode ser refletido em várias partes de *Divórcio*: o prefácio, a seleção, o título, a capa e os desvios tradutórios, por exemplo, no conto “Divórcio”. Em seguida, tentaremos conjugar essas diferentes partes, que, argumentamos, terão servido para ele expressar a sua visão em torno dos assuntos feministas.

No prefácio sobre o autor canónico chinês, surgem descrições inesperadas sobre a sua mãe 魯瑞 (Lu Rui, 1858-1943). Ao falar da família de Lu Xun, o prefaciador português afirma que “[o] pai era um homem educado; a mãe, originária de família provinciana, uma audodidacta [sic.] [...]” (Seabra 1958, s.p.). O facto de ser “audodidacta” [autodidacta] constitui uma informação interessante, pois se refere a uma mulher chinesa de origem rural que viveu uma grande parte da vida na metade do século XIX. Antes de mais discussão, vejamos também a seguinte descrição:

vários tradutores, escolha traduzir para “Devo dar o primeiro passo em direção à minha nova vida, quero enterrar a verdade na mágoa que está no fundo do meu coração, e seguir em frente em silêncio, guiado apenas pelo esquecimento e pela mentira” (Lu 2022, s.p.). Apesar da mudança sintáctica, o sentido continua a ser longe do de “chefes”.

Entretanto, o pai, precocemente envelhecido, faleceu e Lu Sin foi viver com a mãe. Esta, sem dúvida mulher de largos horizontes, enviou-o à escola pública, porque não queria que o filho seguisse o mesmo destino dos outros camponeses arruinados que se transformavam na quase totalidade em pequenos funcionários. (Seabra 1958, s.p.)

Nesta citação, a mãe é altamente elogiada pelo prefaciador. Em relação a essas características elogiadas de Lu Rui, antes de mais, estas eram-nos desconhecidas, embora o autor seja tão canónico que se ensina em quase todos os anos do ensino secundário chinês. Ademais, tanto na bibliografia utilizada como nos textos encontrados através da pesquisa sobre o assunto em causa,¹²⁴ apenas se encontram dois textos que apresentam semelhanças: (i) a apresentação de Lu Xun na tradução de José Manuel Calafate acima estudada, *A verdadeira história de Ah Q*, considera a mãe de Lu Xun como “forte e corajosa mulher de origem camponesa” (“Lu Hsun” 1960); (ii) um ensaio chinês publicado em 2020 também caracteriza a mãe do autor por uma autodidacta (Cheng 2020, 29-30). Assim, os elogios à mãe de Lu Xun são vistas como informações raras e inesperadas.

Além de ser uma descrição rara, algumas informações biográficas da mãe de Lu Xun até parecem ter sido ideologicamente construídas. Primeiramente, a apresentação de *A verdadeira história de Ah Q* e o prefácio de *Divórcio* afirma que Lu Rui é de origem “camponesa” e “provinciana”, respetivamente – o que também se encontra em Yeh (1972, 1). De facto, ela terá mesmo nascido numa aldeia chamada Anqiaotou, hoje conhecida por ter a casa da avó materna de Lu Xun. Porém, Cheng (2020, 29) sublinha que as ascendentes de Lu Rui eram de classe governante e educada, e o seu pai até conseguiu o título de *Juren*, um estatuto social para os estudiosos que passaram uma parte do exame imperial, caminho necessário para ser governante. Na verdade, o realce da origem rural da mãe parece uma influência da propaganda do PPC, que na altura promovia a sua vitória revolucionária iniciada pela classe camponesa. Por conseguinte, tal figura feminina, a mãe do “herói nacional”, seja qual for a sua origem, constituiria um bom material para o fim propagandista do comunismo chinês.

A outra descrição sobre Lu Rui também parece uma construção ideológica. Concretamente, a citação acima mostrada afirma que Lu Rui foi uma “mulher de largos

¹²⁴ Brown 1988; Chan 1988; Cheng 2020; Chien 1995; Chu 1984; Eber 1985; Guo 2019; Hsia 1961; Li 2008; Snow 1936; H. J. Sun e Wang 2023; S. Sun 2017; Yeh 1972; Zhu 2015.

horizontes” por ter enviado o filho à escola pública para evitar a vida arruinada de ser “pequeno funcionário” (Seabra 1958, s.p.). Isto pode não representar a realidade, pois o próprio Lu Xun escreveu uma memória diferente, até contrária:

Eu tinha de ir a N [Nanquim] para estudar na escola K [uma escola ocidental] [...] mas ela [a mãe] chorou, pois na altura era correto ir estudar e tirar exames [imperiais, para me transformar no funcionário público], enquanto os estudos ocidentais eram considerados pela sociedade apenas para aqueles que não tinham uma saída, que vendiam a alma para os *guizi* [lit. diabos, significa ‘estrangeiros’] [...] (Lu 2005, 437)¹²⁵

Ou seja, conforme recorda Lu Xun, quando ele ia estudar numa escola ocidental, a sua mãe estava triste, porque o estudo ocidental era considerado vender “a alma para os *guizi* [lit. diabos, significa ‘estrangeiros’]”. Desta maneira, quando o prefácio em *Divórcio* retrata que Lu Rui foi visionária o suficiente para enviar o filho para a escola pública, a recordação do próprio Lu Xun sugere que a mãe não queria que ele fosse, mas deixou-o ir. Por conseguinte, a criação da figura da mãe de Lu Xun talvez tenha sido uma combinação entre as influências ideológicas da China comunista e a agenda ideológica de Esquerda e feminista de Manuel de Seabra.

A atenção do tradutor pelo estatuto social de mulheres também se manifesta na sua seleção de contos. Entre as sete histórias escolhidas, “Luto pelo passado”, “Amanhã” e “Divórcio” concentram-se nos problemas sociais relativos ao estatuto rebaixado das mulheres, constituindo uma crítica contra a sociedade patriarcal. Tal seleção pode sugerir o interesse de Manuel de Seabra, porque *Divórcio* tem uma proporção de contos de tema feminista maior do que as outras coletâneas encontradas da autoria de Lu Xun. Primeiramente, os contos originais pertencem às duas coletâneas, 《呐喊》[*Clamor*] e [彷徨] (*Hesitação*), que incluem um total de 25 contos. Entre estes contos, quatro têm um pendor feminista, o que se pode denotar não apenas pela leitura, mas também comprovar mediante os estudos feministas sobre Lu Xun.¹²⁶ Ou seja, em termos proporcionais, quatro dos 25 contos nas

¹²⁵ Texto original: “我要到 N 进 K 学堂去了 [...] 然而伊哭了, 这正是情理中的事, 因为那时读书应试是正路, 所谓学洋务, 社会上便以为是一种走投无路的人, 只得将灵魂卖给鬼子” (Lu 2005, 437). De acordo com as notas da casa editorial, “N” refere-se a Nanquim enquanto K se refere à Escola Naval de Jiangnan (江南水师学堂), uma escola de estilo ocidental.

¹²⁶ Realizámos um levantamento de literatura respeitante aos estudos feministas sobre os contos de Lu Xun. O resultado mostra que há quatro protagonistas femininas mais faladas entre os trabalhos lidos: A Mulher de Xianling em “Benção” (Zhu 2015; Chu 1984; Chan 1988), Tsi Djun em “Luto pelo passado” (Zhu 2015; Xia 2008; Chu 1984; Chan 1988; Chien 1995), Quarta-Cunhada Chan em “Amanhã” (Zhu 2015; Chu 1984), Ai-ku em “Divórcio” (Chu 1984).

antologias originais (16%) retratam histórias dos assuntos feministas, enquanto o número dessa categoria em *Divórcio* é três entre os sete (cerca de 43%). Além disso, tanto a seleção como o título de *Divórcio* também não têm equivalências em nenhuma das traduções encontradas nas línguas estrangeiras dominadas por Manuel de Seabra (ver Apêndice VI). Consequentemente, sugerimos que Lu Xun se configure um autor mais atento ao feminismo em *Divórcio* do que nas antologias originais em chinês, o que pode ter sido um resultado da apropriação de Manuel de Seabra.

O título do livro, para o leitor que elaborou o relatório da censura (R. 6310), somente resulta de um dos contos e não parece causar inconveniências. No entanto, a escolha deste título terá sido deliberadamente provocante, se tivermos em consideração a originalidade desse título e a transgressividade da prática de divórcio durante o Estado Novo. Entre as três mencionadas coletâneas da autoria de Lu Xun em chinês, não se encontra nenhuma intitulada “divórcio”. Ainda acima mencionamos que não se encontra nenhuma tradução intitulada “divórcio” nas línguas dominadas por Manuel de Seabra (ver Apêndice VI). Desta forma, a utilização desse título terá sido a escolha realizada principalmente por Manuel de Seabra, que também era editor do volume e dono da respetiva casa editorial independente Clube Bibliográfico Editex.¹²⁷

Além de ser uma escolha deliberada, o título ainda se configura transgressivo, visto que a prática de “divórcio” era desencorajada à luz da moral cristã preconizada pelo salazarismo. Como referido, as leis portuguesas durante Estado Novo desencorajavam o divórcio (ver “Divórcio”, s.d.; estudado em 2.2.2 da Parte II). Ainda como mencionado em Seruya e Moniz (2018a, 228), o tema relativo ao divórcio constituía uma causa de proibição da Censura ao livro nos anos 50. Neste contexto, a escolha intencional de “divórcio” para título pareceu uma implícita reivindicação política de Manuel de Seabra que desafiava a atitude do regime. Isto realmente levanta uma questão sobre a decisão censória de autorização, a que tentaremos responder em seguida com base em *Divórcio*.

¹²⁷ A casa editorial Clube Bibliográfico Editex, conforme dizem Mendonça e Martins (2017), foi fundada em Lisboa em 1958 pelo escritor e realizador António de Macedo (1931-2017), Carlos Gama (?-?) e Manuel de Seabra. Esta editora durou cerca de três anos (Mendonça e Martins 2017; Macedo n.d.). Numa entrevista, Macedo (2012) diz que “[e]u e os meus colegas fundámos uma editora [Editex] sem dinheiro nenhum”. O seu testemunho sugere que a editora Editex era independente em termos financeiros e das escolhas de publicação.

Considerando a transgressividade e originalidade do título, a capa de *Divórcio* suscita logo duas interpretações possíveis do título. A capa, mostrada na Imagem 1, é preenchida principalmente por uma mulher em traje aparentemente tradicional chinês. Com um rosto descontente, está ligeiramente dobrada para segurar uma tigela, que também evoca a cultura chinesa. Tal imagem de uma mulher submissa, provavelmente, pode lembrar a figura de uma dona de casa devido ao seu contexto histórico antigo – sinalizado pelo vestido tradicional chinês –, e ao facto de estar a segurar uma tigela – um possível ato das rotinas domésticas. Partindo desta leitura da imagem, o título “divórcio” pode sugerir uma causa de tristeza para a dona de casa. Concretamente, ou uma dona de casa está triste por causa do divórcio, ou o divórcio é uma solução para ela ficar contente. A primeira leitura, de facto, está em concordância com o cenário do conto “Divórcio”, discutido em seguida. Isto talvez possa explicar a autorização emitida pelo censor. Porém, considerando o perfil do tradutor e a nossa análise do conto “Divórcio”, parece que a prática de divórcio também é sugerida como uma solução perante o problema de constrangimentos no desenvolvimento pessoal de mulheres. Eis, assim, uma ambiguidade que se pode interpretar em diferentes formas dependendo do ponto de vista.

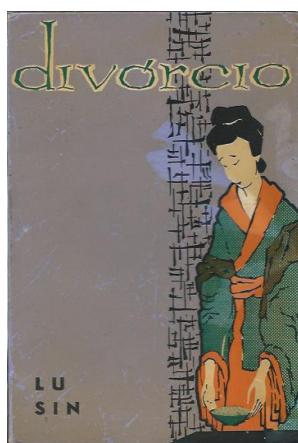


Imagem 1 - Capa de *Divórcio*

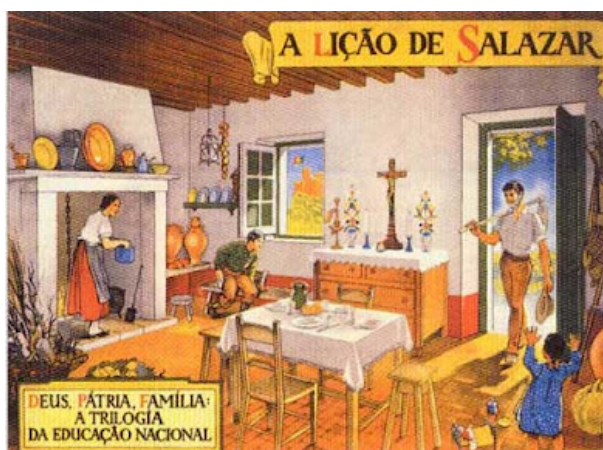


Imagem 2 - *A Lição de Salazar*

Embora a capa e o volume claramente se refiram a um contexto alheio de Portugal, a universalidade do patriarcado permite as leituras acima expostas serem realizadas à luz do contexto português. Em 1958, a figura retratada na capa de *Divórcio* terá lembrado a mulher também dobrada, debaixo de uma lareira, do notório cartaz marcado pelo lema

salazarista “Deus, Pátria, Família” (Imagem 2, acima exposta) na série de cartazes didáticos *A Lição de Salazar*, editada em 1938. Além das semelhanças nas características – ambas dobradas a fazer tarefas domésticas –, o facto de o patriarcado ser provavelmente universal ainda facilita o estabelecimento das relações entre a mulher chinesa e a mulher portuguesa. Estas semelhanças entre as mulheres das duas culturas poderiam associar a percepção desta capa com o contexto português, suscitando reflexões sobre as relações entre a tristeza de uma dona de casa e a prática de divórcio. Subsequentemente, apesar do enquadramento peritextual, que salienta o contexto chinês através do prefácio, do traje chinês da mulher na capa e do nome do autor, os contos relativos ao feminismo também poderiam ser compreendidos pelo leitor português (e pela leitora portuguesa) à luz das circunstâncias na sociedade patriarcal portuguesa.

O estudo peritextual acima exposto sugere que Manuel de Seabra ativamente integra neste volume as suas perspetivas provavelmente influenciadas pelo comunismo e feminismo e dá forma à sua agenda social (em favor de maior igualdade de género) e política (de Esquerda). Para ilustrar este ponto de vista, escolhemos realizar uma leitura contrastiva do conto “Divórcio”, porque este não é só utilizado para intitular o volume – o que pode mostrar a sua relevância para o tradutor –, mas também é uma história transgressiva devido à conduta da sua protagonista e aos seus discursos ousados no âmbito da moral do Estado Novo.

Contudo, antes de entrar na exposição da nossa leitura contrastiva, é preciso antecipar que a nossa tentativa de comparar várias traduções existentes do conto “Divórcio” indica que a tradução portuguesa de Manuel de Seabra deve ter sido realizada a partir da tradução inglesa (editada) por Edgar Snow (1937), o jornalista americano que apresentámos em 3.1 da Parte I.¹²⁸ As semelhanças entre as duas traduções poderão ser vistas nos exemplos que se apresentarão no seguinte estudo (a versão inglesa será demonstrada nas notas de rodapé). Quanto à questão da tradução indireta, isto pode ser relevante, porque a tradução inglesa seria a fonte principal do conhecimento chinês para Manuel de Seabra. Todavia, o nosso objetivo reside na compreensão da história que Manuel de Seabra importou para

¹²⁸ No entanto, o volume *Divórcio* não é baseada nessa antologia de Edgar Snow, pois tanto as seleções dos contos de Lu Xun como a biografia do autor são bastante diferentes. Isto ainda confirma a nossa impressão de que Manuel de Seabra devia ter utilizado várias traduções em línguas europeias para realizar a sua tradução portuguesa.

Portugal e isto, provavelmente, pode ser realizado através de uma leitura contrastiva entre o original e a tradução portuguesa à luz do contexto português. Além disso, como a tradução portuguesa não apresenta os seus textos de partida, parece assim sugerir que pretende ser lida como uma tradução direta. A omissão da fonte provavelmente também constituiu uma parte da resistência silenciosa de Seabra, pois a menção de Edgar Snow, um nome muito relacionado com o comunismo chinês, poderia causar problemas na publicação de *Divórcio*.¹²⁹

No início do conto, a protagonista Ai-ku, filha de um fidalgo rural bem conhecido numa região rural, encontra-se numa viagem de barco com o pai para a casa de um oficial local. No destino, discutiriam com o clã do marido de Ai-ku um problema que durava já há três anos – o divórcio. Enquanto o marido queria o divórcio por ter encontrado outra mulher, Ai-ku, em conjunto com os seus seis irmãos e o pai, insistiam que o divórcio não poderia acontecer. Até que, chegou o Ilustríssimo-o-Sétimo, um oficial e intelectual da cidade, para arbitrar o caso. O árbitro, na perspectiva de Ai-ku, iria repor a justiça no caso. Porém, na realidade, apenas forçou a protagonista e o seu pai a aceitarem as condições oferecidas pelo marido para o divórcio. Apesar do protesto de Ai-ku, o intelectual não cedeu. Sob a pressão dos discursos éticos e didáticos dessa figura da classe governante e superior, a camponesa, originalmente raivosa e transgressiva, transformou-se em submissa. O divórcio, assim, foi realizado de acordo com as compensações definidas pelo oficial.

Através da nossa leitura contrastiva, compreende-se que a tradução portuguesa não apresenta grandes diferenças que modificam a história principal, mas são identificadas nuances na descrição da protagonista. O conto foi originalmente escrito em 1925, no contexto do Movimento Quatro de Maio, nos anos 20, em que diferentes pensamentos estavam a ser importados para a China, como referido. A mensagem de “Divórcio”, tal como o conto acima estudado “A morte de Tu-Che-Niang”, parece constituir um apelo pela reflexão sobre a impossibilidade de mudança individual face a uma sociedade opressiva.

¹²⁹ Através de uma pesquisa no referido índice da censura compilado por Teresa Seruya e Maria Lin Moniz, cinco livros da autoria de Edgar Snow – quatro traduções portuguesas e uma espanhola – foram censurados entre 1969 e 1974. Embora tenha sido um período posterior à publicação de *Divórcio* em 1958 – o que provavelmente pode indiciar que em 1958 o nome de Edgar Snow ainda não era um alvo da Censura –, precisamos de questionar o facto de que apenas surgiram traduções das obras desse autor entre 1969 e 1974. Isto porque Lovell (2019, s.p.) menciona que, por exemplo, *Red Star Over China* (1937) de Snow se tornou um *best-seller* a nível internacional.

Para transmitir essa mensagem, Lu Xun constrói a figura oprimida de Ai-ku e a figura autoritária de Ilustríssimo-o-Sétimo. Enquanto este oficial representa um governante estudioso de clássicos chineses, a filha do fidalgo rural, embora confiante no início devido à sua superioridade em relação ao povo camponês à sua volta, revelou no desfecho as fraquezas da sua classe e do seu sexo face a uma opressão patriarcal de classe intelectual. Neste enquadramento, em seguida, tentamos demonstrar que a figura rural de Ai-ku na versão portuguesa se configura mais eloquente e moderna do que na versão chinesa.

Para começar, é preciso compreender a razão pela qual Ai-ku não queria divorciar-se de um homem que não a amava e como é que isto é apresentado na versão portuguesa. A nossa sinopse, de facto, não indica essa razão, porque no original a expressão utilizada para exprimir a razão, “我在賭氣” (Lu 2005, 149), é muito ambígua e, por isso, pode resultar em diferentes traduções (ver Tabela 7).

De Seabra	De Sarmiento (?-?)	De Lovell (1975-)	De Henriques et al.	Tradução nossa
Não esqueço com facilidade. (Lu 1958, 14) ¹³⁰	Faço-o para os incomodar. (Lu 1976, 150)	I’m going back because someone’s got to pay. (Lu 2009, 285)	Sou impulsiva por natureza [...] (Lu 2022, s.p.)	Apetece-me fazer confusão.

Tabela 7 - Quatro traduções de “我在賭氣” em *Divórcio*

Lidas diferentes traduções, a nosso ver, a expressão poderia ser “apetece-me fazer confusão”, pois trata-se como discurso de uma filha de fidalgo rural, que se pode caracterizar, no contexto chinês, como demasiado mimada pelos seus seis irmãos e pai, rica e poderosa em relação aos camponeses, mas pouco culta e até ligeiramente ignorante. Estas características, assim, podem constituir as razões pelas quais Ai-ku, por um lado, se mostrou tão transgressiva que repetia três vezes, tanto no original como na tradução portuguesa, “[v]ou fazer com que a sua casa se arruine e todos eles morram.” (Lu 2005, 150, 151 e 154); por outro lado, apenas consegue exprimir a sua razão de rejeitar o

¹³⁰ Tradução inglesa editada por Edgar Snow: “I won’t easily forget” (Lu 1937, 86). Esta tradução inglesa está bastante longe do texto original em termos semânticos, como acima mostrado. Portanto, quando a tradução portuguesa de Manuel de Seabra segue proximamente essa tradução – não apenas nesta ocorrência, mas no texto inteiro –, isto parece-nos apontar que a tradução inglesa é o texto intermediário da tradução portuguesa.

divórcio em termos bastante ambíguos. Comparadas as traduções mostradas, pode notar-se que a tradução portuguesa de Manuel de Seabra é bastante diferente em termos semânticos, revelando um trauma psicológico da protagonista no casamento e, assim, reforçando o facto de ela ser a vítima.

No fundo, as razões históricas pelas quais Ai-ku e a família preferiam não executar o divórcio provavelmente residem no pensamento tradicional chinesa de que

[m]arriage itself is in no sense an equal partnership. A wife in traditional Chinese society is, to her husband, an object that can be discarded as he wishes. A husband can divorce his wife for any reason, but the fault and disgrace of a divorce will invariably be the wife's. (Chu 1984, 27)

Ou seja, deste ponto de vista, se Ai-ku aceitar o divórcio, embora tenha sido o marido quem traiu, a “culpa” e a “desgraça” ainda serão assumidas pela futura divorciada. Este tipo de raciocínio, no contexto chinês de há um século, dificilmente podia ser bem explicado por uma pessoa de origem rural que, embora de uma família poderosa e rica entre os aldeões, falta de suficiente educação cultural para a sua competência expressiva.

No que concerne às relações entre a formação académica e a capacidade discursiva de Ai-ku, surgem aqui mais desvios tradutórios. Na Tabela 8, encontram-se três desvios tradutórios na versão portuguesa. No primeiro segmento, o texto original tenta utilizar a reação de um aldeão para mostrar que Ai-ku convenceu o aldeão. Porém, o desvio na versão portuguesa sugere que a eloquência de Ai-ku existe objetivamente ou, pelo menos, é declarada pelo narrador. Quanto ao segundo segmento, este é um discurso de Ai-ku. O ato ingénuo de “fazer confusão” é traduzido na versão portuguesa para uma reivindicação legal de uma mulher: “Eu não desistirei de exigir os meus direitos [...]” (Lu 1958, 16). No que diz respeito ao último segmento, a natureza do desvio é semelhante, mas a repetição da palavra “justiça” ainda reforça mais a figura reivindicativa de Ai-ku. Considerando estas três mudanças, parece que a figura de Ai-ku é traduzida de uma simples filha de fidalgo rural para uma lutadora eloquente de direitos das mulheres.

Original	(Lu	Tradução literal nossa	Trad. de Seabra (Lu 1958;
----------	-----	------------------------	---------------------------

2005; sublinhados adicionados)		sublinhados adicionados)
八三被说服了, 再开不得口。(149)	Pa San ficou convencido e <u>não conseguiu voltar a abrir a boca.</u>	Pa San estava calado, <u>ante a eloquência de Ai-ku.</u> (14) ¹³¹
七大人也好, 八大人也好。我总要闹得他们家败人亡!(150)	Seja Ilustríssimo-o-Sétimo seja Oitavo, <u>tenho de fazer confusão</u> até que a sua casa se arruine e as pessoas morram!	Não tenho medo que chamem Ilustríssimo-o-Sétimo ou até o Oitavo! Eu <u>não desistirei de exigir os meus direitos</u> até que a sua casa se arruine e todos eles morram! (16) ¹³²
我一定要给他们一个颜色看, 就是打官司也不要紧。(154)	<u>Vou-lhes dar uma lição</u> , não interessa mesmo se constitui mesmo um processo.	<u>Devo pedir justiça e mostrar-lhes a minha justiça</u> , ainda que seja obrigada a ir ao tribunal. (21) ¹³³

Tabela 8 - Desvios tradutórios relativos a Ai-ku

Por fim, a referida expressão transgressiva no original – “家敗人亡” (“a família arruina-se e as pessoas morrem”) – é quase sempre traduzida literalmente para português. Essa expressão chinesa é normalmente utilizada para descrever a tragédia de uma família. No conto, Ai-ku emitiu essa expressão duas vezes e pensou nela uma vez. Nestas três ocorrências, a expressão é traduzida para “[...] a sua casa e arruine e todos eles morram!”, “[...] a sua casa se arruine e todos os seus membros morram” e “[...] ambas as famílias se arruinem” (Lu 1958, 15, 16 e 21).¹³⁴ O que é surpreendente, todavia, é o facto de Seabra ter traduzido literalmente esta expressão, que dá voz a revolta violenta da protagonista contra o seu marido e a respetiva família. Isto, à luz da moral cristã do Estado Novo, era provável de ser censurado e cortado, e até causar a proibição do livro, embora tal situação não tenha acontecido.

¹³¹ Tradução inglesa editada por Edgar Snow: “Pa San was silenced by Ai-ku’s eloquence.” (Lu 1937, 86).

¹³² Tradução inglesa editada por Edgar Snow: “I don’t care whether they call in Squire Seventh or Eighth! I will pursue this and demand my rights until their house collapses and their men are all dead!” (Lu 1937, 87).

¹³³ Tradução inglesa editada por Edgar Snow: “I must demand justice, and show them my colours, even if it means going to court.” (Lu 1937, 92). Se compararmos a tradução portuguesa com a tradução inglesa, neste segmento, mostra-se efetivamente um desvio, que provavelmente resulta em desentendimento sobre a expressão “show them my colours”, uma tradução literal de chinês, que significaria, como mostrado, “dar-lhe uma lição”. Ao repetir “justiça” por duas vezes, Ai-ku da tradução portuguesa configura-se, de facto, uma pessoa ainda mais íntegra e inteligente por saber utilizar uma palavra avançada para justificar os seus direitos.

¹³⁴ Na tradução inglesa editada por Edgar Snow, as três ocorrências são “their house collapses and their men are all dead”, “their house collapsed and their men were all dead” e “it may ruin both families” (Lu 1937, 87, 88 e 92).

Para concluir o presente caso, a escolha de traduzir Lu Xun em si, provavelmente espontânea, sugere uma inclinação ideológica do tradutor. A sua construção do autor chinês enquanto um “herói nacional” pode mostrar a influência propagandista do PCC. Porém, ao tentar retratar Lu Xun como autor “da sua pátria”, provavelmente tenta tornar-se a tradução menos política para o contexto de Portugal. Ao mesmo tempo, identificam-se vários elementos que indiciam a atenção do tradutor pelo estatuto de mulheres. Desde o prefácio e a seleção até ao título, a capa e o próprio conto “Divórcio”, parece que várias partes da tradução portuguesa foram concebidas por Seabra para suscitar reflexões sobre os problemas patriarcais. Contudo, nenhuma dessas reflexões foi feita de forma óbvia, mas através de traje chinês, tal como a capa – o primeiro elemento à avaliação censória –, em que a mulher está vestida ao estilo chinês. Com a análise exposta, sugere-se que *Divórcio* talvez tenha sido concebido para contornar a Censura, desde o seu autor desconhecido pelo público português e ambiguidades nos peritextos, até ao enquadramento bem construído de um autor longínquo. Evidentemente, o censor podia não ter os suficientes conhecimentos sobre a cultura e literatura chinesas para perceber a existência de tantas implicações transgressivas. A decisão final de autorização, assim, pode sinalizar um sucesso de Seabra na sua resistência silenciosa contra o regime.

Assim, parece que tanto *Divórcio* como *Contos chineses* mostram traços de autocensura, porque os seus peritextos estão condicionados pelas lutas ideológicas entre os tradutores e o contexto ditatorial em que se situam. Concretamente, nessas duas traduções, quando surgem ideias ideologicamente transgressivas para o Estado Novo, são enquadradas num contexto estranho, longínquo, aparentemente pouco relevante para os portugueses. Tendo em conta estas dinâmicas entre a tradução e a censura, que se manifestam nos enquadramentos peritextuais, avancemos para o último caso ilustrativo.

3.3 *Contistas da China Popular* (1972) de Maria Luísa Pinheiro: revolução sob a ação da Censura

No último período, entre 1972 e 1974, escolhemos aprofundar *Contistas da China Popular* pelas seguintes considerações.

(1) Entre as 11 traduções publicadas nestes três anos, excluem-se logo as publicações em 1974. De acordo com o nosso estudo da história externa, é difícil confirmar a data exata de algumas das traduções publicadas em 1974. Uma vez que quase todas elas mencionam diretamente alguns aspetos do comunismo chinês, provavelmente foram publicadas depois da Revolução de 25 de Abril. Por causa desta questão não apurada durante a presente investigação, parece mais frutífero estudar os livros que, conforme confirmamos através das respetivas fichas técnicas ou de outros catálogos, foram efetivamente publicados durante a ação da Censura.

(2) Entre as traduções publicadas em 1972 ou em 1973, *Poemas* (1972) de Mao Tsé-tung, traduzido por Manuel de Seabra, não é escolhido para o estudo, porque pretendemos evitar repetir o estudo do mesmo tradutor e, assim, procurar obter um panorama de tradução mais amplo. *A colina da saudade* (1973), traduzido por Maria José Marinho, é uma republicação da tradução já publicada em 1957. Sendo uma republicação, a sua tradução talvez seja melhor estudada no seu contexto inicial do ano de 1957 ou através de uma comparação entre as duas publicações. É de referir que algumas mudanças peritextuais entre as duas edições portuguesas foram identificadas no nosso estudo (ver 2.2.4 da Parte II). Isto parece sugerir que futuras investigações podem tentar apurar se existem também mudanças a nível textual. Por fim, as primeiras quatro séries de *Contos populares chineses* (1973) colocam uma grande dificuldade na procura dos seus textos e autores originais, o que, para a nossa abordagem bilateral, exige um espaço de tempo mais extenso de pesquisa.

(3) Por fim, *Contistas da China Popular* em si apresenta características que enriquecem o presente estudo. Diferente de *Contos chineses* e *Divórcio*, esta tradução apresenta-se nitidamente como uma tradução indireta do inglês na sua ficha técnica. Teremos, assim, uma leitura contrastiva que envolve as três línguas. Além disso, *Contistas da China Popular* não tem prefácio, introdução ou notas introdutórias originalmente escritos na tradução portuguesa, exceto o texto na contracapa.

Como discutido em 2.2.4 da Parte II, no período entre 1972 e 1974, foram mais evidentes, em comparação com os dois períodos anteriores, as influências do comunismo chinês nas

traduções de literatura portuguesa. Ainda pela nossa discussão sobre a mudança do título, o foco de *Contistas da China Popular*, em relação ao seu texto de partida *Modern Chinese Stories*, coloca-se nos escritores chineses em vez dos contos. Essa mudança do título ainda reforça a ligação do volume para a República Popular da China, a China governada pelo Partido Comunista.

Com base nestes resultados, o seguinte estudo tenta realizar uma leitura contrastiva dos peritextos, particularmente o prefácio e as notas biográficas dos autores, entre a tradução inglesa e a tradução portuguesa para procurar saber se a tradução portuguesa, como sugerido pelo seu título, sublinha mais os posicionamentos ideológicos dos autores. Ainda na presente secção, realizaremos uma leitura contrastiva do conto “O sacrifício do ano novo” (“The New-Year Sacrifice” em inglês; 《祝福》 em chinês, literalmente “Benção”) de Lu Xun. Sendo também uma história focada no tema de casamento e na figura feminina camponesa, o conto, originalmente publicado em 1924, um ano antes de “Divórcio”, pode ser lido no contexto chinês acima discutido. Assim, pretende-se tentar delinear uma potencial continuidade na atenção prestada nos assuntos relativos ao estatuto de mulher na tradução portuguesa de literatura chinesa.

Na nossa leitura contrastiva da introdução e das notas biográficas dos autores, identificam-se apenas omissões relativas à seleção dos contos (ver Tabela 9). Como mencionado, *Modern Chinese Stories* inclui 20 contos e 19 autores, enquanto *Contistas da China Popular* selecionam sete contos e seis autores. Neste caso, quando a introdução e as apresentações dos autores, originalmente escritas para a tradução inglesa, mencionam aqueles contos e contistas não incluídos na tradução portuguesa, as respetivas menções são omitidas.

Ainda no que diz respeito à seleção, a tradução portuguesa modifica o convite de Jenner para a participação ativa em decifrar os critérios de seleção de cada conto. No texto de partida, lê-se: “In making this collection I have tried to follow criteria that are often incompatible—those of my own background and those of the Chinese revolution. Readers may decide which stories were chosen on which grounds.” (Jenner 1970/1974, xiii). Enquanto a primeira frase é traduzida mais literalmente – “Ao elaborar esta colectânea

tentei seguir critérios muitas vezes incompatíveis — os do meu ambiente e os da Revolução Chinesa” –, a última frase é transformada para “[f]ica aos leitores a decisão dos motivos por que foram seleccionados os diferentes contos” (Jenner 1972, 19).

Texto de partida (Jenner 1970/1974; sublinhados adicionados)	Tradução portuguesa (Jenner 1972; sublinhados adicionados)
The position of women, one of the most fundamental injustices of the old society, was radically changed now that they owned land and property and had begun to take their rightful part in political life. <u>The difference between the heroines of ‘Slaves’ Mother’ and ‘The Moon on a Frosty Morning’ is one that could be paralleled millions of times over in real life.</u> Because the revolution has freed them from even more shackles than their menfolk, they have often been its strongest supporters. (viii)	A condição da mulher, que era uma das injustiças fundamentais da sociedade tradicional, foi radicalmente alterada desde que passou a possuir terras e bens e começou a desempenhar o papel que legitimamente lhe competia na vida política. E como a revolução a libertou de mais peias do que o próprio homem, ela foi muitas vezes a sua mais intransigente defensora. (11)
Shaoxing and the nearby countryside, where he [Lu Xun] was brought up, provided the material for many of his short stories, including the <u>three</u> in this collection. (13)	Shaoxing e as suas redondezas, onde foi educado, forneceram-lhe material para muitas das suas histórias, incluindo as desta colectânea. (24)
[...] his [Lu Xun] stylistic economy and, more important his unyielding integrity are still very relevant in China and elsewhere. <u>The first of these three stories, ‘Kong Yiji’, shows how decrepit and moribund the traditional Confucian culture was, and it does this far more effectively and economically than a long polemical article might have done.</u> ‘My Old Home’ starts from nostalgia for the lost understanding that he and his peasant friend Rontu had enjoyed in childhood and looks forward to a time when the barriers that separate them now will have disappeared. (14)	[...] a sua [Lu Xun] economia de estilo e, mais importante ainda, a sua integridade inflexível continuam a ser muitíssimo notáveis, quer na China quer em qualquer outra parte «A Minha Antiga Casa» parte da nostalgia pela compreensão perdida de que ele e o camponês seu amigo, Runtu, tinham desfrutado na infância, e manifesta esperanças de que as barreiras que os separam desapareçam dentro de pouco tempo. (25)

Tabela 9 - Exemplos de omissões relativas aos contos e autores não seleccionados em *Contistas da China Popular*

Ou seja, enquanto o texto original convida o leitor para tentar perceber cada conjunto de critérios utilizados para escolher cada conto, a tradução portuguesa quer que os leitores procurem as razões pelas quais existem dois tipos de contos na seleção. Tendo em conta as mudanças na seleção e nos relativos peritextos descritivos, esse desvio pode sugerir que a tradução portuguesa seleciona, com base na tradução inglesa, duas categorias de histórias por razões que os leitores são convidados a descobrir.

As mudanças acima mostradas, em conjunto com o título e o texto introdutório na contracapa, podem ajudar a avançar a hipótese de que *Contistas da China Popular*, apesar de apresentar *Modern Chinese Stories* como o seu texto original na ficha técnica, não é uma tradução que seguia simplesmente os textos em inglês. A tradutora e a casa editorial, neste caso, provavelmente estavam empenhadas em adequar o livro para o leitor português, mas não às regras censórias.

No que concerne aos discursos relativos ao comunismo chinês, não se encontra nenhuma omissão. Esses peritextos, originalmente escritos por Jenner em inglês para o mundo anglófono, obviamente não estavam sujeitos à circunstância censória em Portugal. É de relembrar a ironia de Hsia (1971, X), que afirma que a antologia de Jenner poderá satisfazer a curiosidade do leitor geral sobre o comunismo chinês, enquanto Jenner também admite que o critério de seleção não reside no valor literário. Nesta configuração, não se admira que o sinólogo-tradutor inglês se concentre nas relações entre a política chinesa e a literatura chinesa: “No discussion of Chinese literature, past or present, can go far without considering politics.” (Jenner 1970/1974, x). Assim, são realizadas análises dos impactos das revoluções chinesas, o comunismo, o PCC e o seu líder. Embora as discussões desses elementos fossem certamente censuráveis para o regime anticomunista do Estado Novo, nenhuma delas é omitida. Na Tabela 10, estão os exemplos dessas traduções. Mantêm-se as menções no original, (i) à revolução de classe camponesa orientada pelo PCC, (ii) à questão do objetivo da arte-propaganda (neste segmento há uma mudança que merece ser discutido em seguida), (iii) ao autor-general do PCC e (iv) à visão do líder comunista. Desta forma, a nossa leitura contrastiva não identifica nenhuma tentativa de esconder os elementos indesejáveis para o regime ditatorial.

N.º	Texto de partida (Jenner 1970/1974; sublinhados adicionados)	Tradução portuguesa (Jenner 1972; sublinhados adicionados)
i	When the traditions of peasant war were brought up to date and given a reasonable basis in ideology and organization by the <u>Communist Party</u> from 1927 onwards, the old order was first rocked to its foundations and then toppled. (vii)	A partir de 1927, quando as tradições da guerra camponesa foram actualizadas e assentes numa base aceitável de ideologia e organização pelo <u>Partido Comunista</u> , a ordem tradicional foi abalada nos seus alicerces e depois derrubada. (10)
ii	That art should be <u>propaganda</u> is usually taken for granted; the arguments are over <u>propaganda</u> for what. (x)	Que a arte deva ser <u>propaganda</u> é coisa geralmente aceite; o problema que se levanta consiste precisamente em saber quais os ideais que essa <u>propaganda</u> há-de servir. (18)
iii	The author of this story [Gao Langting] was one of the founders of the <u>Communist</u> guerrilla movement in Shensi province [...]. (139)	O autor deste conto [Gao Langting] foi um dos fundadores do movimento de guerrilha <u>comunista</u> da província de Shensi [...] (103)
iv	In an editorial note to this article <u>Mao Tse-tung</u> held up the frugality with which this co-op had built itself up through its own efforts as a model to the whole country. (243)	Numa nota editorial a esse artigo, <u>Mao Tsé-tung</u> destacou a sobriedade com que a referida cooperativa tinha conseguido vingar, através dos seus próprios esforços, como um exemplo para todo o país. (206)

Tabela 10 - Exemplos de menções sobre o comunismo chinês em *Contistas da China Popular*

Na verdade, o título e o texto na contracapa, estudados em 2.2.4 da Parte II, já sugerem que a criação deste volume não está sujeita à ação da Censura. Quanto a esses dois espaços mais visíveis do livro, a capa mostra o título ideologicamente cativante de “CONTISTAS DA CHINA POPULAR”, todas as letras em maiúsculo; o texto na contracapa chama Gao Langting como “o veterano do Exército Vermelho”. Consequentemente, se a tradutora e a casa editorial – agentes que obviamente não pode ter desconhecido a potencial ação da Censura repressiva – tiverem deliberadamente mantido todas essas análises de Jenner sobre a política chinesa, então esta tradução muito provavelmente terá sido um desafio flagrante ao regime, no sentido de divulgar aquilo que era indesejável de forma propositada e evidente. A partir desta compreensão, *Contistas da China Popular* é visto por nós como

um evidente gesto de revolução no sentido de ignorar a Censura e se concentrar na mudança de paradigma pretendida.

Partindo desta hipótese, mostram-se os desvios tradutórios identificados nos peritextos por sugerirem uma atitude simpatizante de Esquerda e do comunismo chinês. Primeiramente, o sintagma nominal “ordinary people”, que aparece três vezes nos peritextos examinados (Jenner 1970/1974, xi, 85 e 243), é traduzido para “a gente do povo”, “pessoas do povo” e “massas populares” (Jenner 1972, 16, 87 e 205). Como é sabido, “ordinary people” não pode ser literalmente traduzido para “pessoas ordinárias” devido à conotação pejorativa do adjetivo português. Porém, quando se traduz o adjetivo inglês “ordinary” particularmente para “do povo”, em vez das traduções mais frequentes como “vulgar” ou “comum”, pode ganhar-se aqui a conotação da dicotomia entre, no contexto do Estado Novo, o povo e o regime. Ao analisar o verso “o povo é quem mais ordena” de *Grândola, vila morena* – hino revolucionário originalmente gravado em 1971, um ano antes de publicação de *Contistas da China Popular* – Ciccía (2013, s.p.) realça que “Le poète sollicite collectivement la population unissant « terra » et « povo », tel l’idéal communiste auquel il aspire et dans lequel c’est « o povo quem mais ordena »”. Esta afirmação sugere a existência da conotação comunista do vocábulo “povo” nessa altura em Portugal. Desta forma, ao traduzir “ordinary people” para “pessoas/gente do povo”, Maria Luísa Pinheiro pode revelar não apenas a sua preferência pelo vocábulo, mas também a sua inclinação política pela Esquerda.

Quanto à postura simpatizante face ao PCC, esta ainda se pode revelar em outros dois desvios tradutórios. Na introdução, Jenner tenta avançar uma hipótese para a razão pela qual na literatura popular chinesa se desenvolveu um apelo à participação ativa na guerra: “Such writing is popular: in a country where armed force was necessary to overthrow an extremely violent old order and is still needed to protect the revolution, outright *anti-war* sentiment is not to be expected, and is besides not published” (Jenner 1970/1974, ix; itálico adicionado). “Anti-war” aqui, literalmente “anti-guerra”, é transformado em “antimilitarista” na tradução portuguesa. Com esta mudança, o povo chinês retratado na tradução portuguesa já não está interessada particularmente na guerra – uma potencial mas

não necessária consequência do militarismo –, mas na militarização no geral, que poderá implicar, por exemplo, a defesa nacional ou a segurança nacional.

Ainda se encontra uma potencial tentativa de omitir a dicotomia entre o mundo ocidental e a China. Tentando explicar as razões pelas quais se realiza uma discussão de literatura com alto teor político relativamente à interpenetração entre arte e política, Jenner reflete sobre as distâncias entre a China e o mundo ocidental (Tabela 11). Comparada com o texto original, a tradução portuguesa transforma “the West” em “o da sociedade em que o estilo e a técnica são, de longe, mais importantes do que o conteúdo”. O desvio parece resultar de uma explicitação de “the West” para uma compreensão mais fácil sobre a comparação realizada por Jenner. Porém, o facto de ter omitido a palavra-chave “the West” substitui a dicotomia entre a China e o Ocidente pela dicotomia entre a China e uma determinada sociedade identificada (nota-se o artigo definido “da sociedade”). Ou seja, a tradutora pressupõe que ela e o leitor português compreendem qual sociedade é essa. Considerando ainda o potencial teor irónico da frase (“o estilo e a técnica são, de longe, mais importantes do que o conteúdo”), arriscamos compreender esse desvio como uma crítica à panorama cultural no Portugal de altura, que preconizava o artifício em lugar da sua utilidade ideológica da literatura.

Texto de partida (Jenner 1970/1974, xii-xiii; sublinhados adicionados)	Tradução portuguesa (Jenner 1972, 18; sublinhados adicionados)
If so political a discussion of the short story seems odd to the Western reader it should remind him of how wide is the gulf between the mood of revolutionary China and that of <u>the West</u> .	Esta análise tão política do conto pode parecer estranha ao leitor ocidental; a verdade é que ela pretende lembrar-lhe a enorme distância entre o estado de espírito da China revolucionária e <u>o da sociedade em que o estilo e a técnica são, de longe, mais importantes do que o conteúdo</u> .

Tabela 11 - Desvio tradutório de “West” em *Contistas da China Popular*

A discussão acima exposta concentra-se principalmente nos assuntos relativos ao comunismo e revelados em *Contistas da China Popular* a nível peritextual. Com o objetivo de transitar para o estudo do conto “O sacrifício do ano novo”, que diz respeito a uma

tragédia de uma figura feminina, vale a pena mencionar uma adição que pode tanto ilustrar o tema “sacrifício” como revelar a atenção da tradutora no feminismo.

Na apresentação do autor Sun Li, Jenner elogia a escrita do autor sobre as mulheres: “His admiration for the spirit of peasant women and girls who shouldered so many of the burdens of the war and fought another campaign—for their own freedom—at the same time is reflected in many of his stories” (Jenner 1970/1974, 149). Ao traduzir este elogio para português, Maria Luísa Pinheiro adiciona exatamente a palavra “sacrifício” depois do “espírito” e separa “peasant women” e “women”, ou seja, “[a] sua admiração [de Sun Li] pelo espírito de sacrifício das camponesas, mulheres e raparigas que suportaram [...]” (Jenner 1972, 121). A adição caracteriza o “espírito” pelo “sacrifício”, o que limita o sentido mas ainda eleva mais a figura altruísta das mulheres. Quanto à separação das duas categorias, “camponesas” e “mulheres”, isto adiciona um grande grupo de mulheres não representadas na frase original, provavelmente inclusive a identidade da tradutora em si, que se mostra de classe intelectual por ser tradutora. Desta forma, reforça-se de novo a nossa premissa de que, embora a tradução portuguesa não tenha muitos peritextos exclusivos que tornem a tradutora visível, ela faz-se audível pela sua agência, mediante o conteúdo transgressivo que traduzia e a manipulação textual na tradução.

No conto “O sacrifício do ano novo”, a protagonista, conhecida apenas como a “Mulher de Xiang Lin”, após a morte do marido, procurou trabalhar numa família de um estudioso dos clássicos. Esta família, embora a aceitasse, não a deixava preparar os sacrifícios do ano novo devido ao “azar que uma viúva podia trazer”. Um dia, a Mulher de Xiang Lin foi raptada para a casa da sogra, porque esta queria casar a nora com outro por dinheiro. No dia do casamento, a viúva lutou tanto que ficou com uma cicatriz na testa. Apesar disto, foi forçada a casar e deu à luz um filho. Todavia, o marido, que era forte, morreu de doença e o filho foi engolido por um lobo. A Mulher de Xiang Lin, agora viúva pela segunda vez, conseguiu de novo o trabalho na casa do antigo patrão, cuja mulher foi comovida pela história do filho morto pelo lobo. Num ano novo, uma criada temporária chamada Liu Ma afirmou que a Mulher de Xiang Lin “seria melhor ter-se matado” no dia do segundo casamento, porque a viúva, quando chegasse ao inferno, seria cortada ao meio para os dois maridos a poderem partilhar. A Mulher de Xiang Lin seguiu o conselho de Liu Ma para

doar dinheiro ao templo para voltar a ser “moral”. Todavia, a Mulher de Xiang Lin continuou a estar proibida de tocar nos sacrifícios. Desde aí, perdeu as energias para trabalhar e acabou por ser despedida. A então mendiga, no final, morreu de fome.

A sinopse acima apresentada, concentrada na protagonista, não pode englobar todos os cenários, como o papel do narrador heterodiegético intelectual e as troças dos outros aldeãos contra a Mulher de Xiang Lin. Porém, esta parte da história é suficiente para tornar compreensível a nossa discussão de um cenário particular e reflexão sobre o mesmo: a conversa entre a criada temporária Liu Ma e a Mulher de Xiang Lin.

Antes de discutir o desvio tradutório exclusivo na tradução portuguesa, é preciso estabelecer a premissa de que a tradutora seguia proximamente a interpretação da tradução inglesa. Por exemplo, a tradução inglesa emprega o termo católico “priest” (Lu 1970/1974, 43) para traduzir “庙祝” (Lu 2005, 20), o gestor dos assuntos relativos ao incenso no templo chinês. Perante esta ação domesticante, a tradução portuguesa não parece ter levantado questões traduzindo também para o termo católico “sacerdote” (Lu 1972a, 62). Carregado de um significado e um contexto específicos dentro do catolicismo em Portugal, este vocábulo “sacerdote” dificilmente não causa uma estranheza quando utilizado para se referir a um responsável por um templo popular chinês. Apesar disto, a decisão final na tradução portuguesa é seguir a tradução inglesa.

No entanto, quanto ao referido cenário em que a Mulher de Xiang Lin foi interrogada, a tradução portuguesa apresenta o seu próprio desvio que parece diminuir a absurdez da conversa (Tabela 12). Na cultura tradicional chinesa, se uma mulher se casar de novo, isto é considerado “imoral”, enquanto a prática relativamente mais “moral” é de permanecer viúva para sempre. Neste contexto, a criada temporária Liu Ma tentou diminuir o significado da cicatriz, um símbolo que supostamente justificaria o facto de a Mulher de Xiang Lin ter tentado defender a sua virtude feminina rejeitando o segundo casamento arranjado e a subsequente violação conjugal. Ou seja, a criada temporária culpa a viúva de falta de castidade.

Tradução inglesa (Lu 1970/1974, 43; sublinhados adicionados)	Tradução portuguesa (Lu 1972, 61; sublinhados adicionados)
Liu Ma glanced in exasperation at her face. ‘Tell me, wasn’t that when you got that scar on your forehead?’	Liu Ma olhou-a de frente, desesperadamente. — Ora, diz-me cá, não foi nessa altura que ficaste com essa cicatriz na testa?
All the reply she received was a vague murmur.	A única resposta que obteve foi um vago murmúrio.
‘Tell me this: what made you <u>willing</u> after all?’	— Ora, diz-me cá, afinal o que é que te fez <u>ceder</u> ?
<u>‘Willing?’</u>	— <u>Ceder</u> ?
‘Yes. Seems to me you must have been <u>willing</u> . Otherwise...’	— Sim, ceder. A mim parece-me que acabaste mesmo por <u>ceder</u> . De outro modo...
‘Oh, you don’t know how strong he was.’	— Oh! Não imaginas como ele era forte...
‘I don’t believe it. I don’t believe he was so strong that you couldn’t have kept him off. You must have ended up <u>willing</u> . That talk of his being so strong is just an excuse.’	— Não acredito nisso. Não acredito que fosse tão forte que tu não pudesses esquivar-te. Deves mas é ter acabado por <u>querer</u> . Essa conversa de ele ser muito forte não passa de uma desculpa.
‘Why... just try for yourself and see.’ She smiled.	— Mas porquê... ora experimenta, só para veres como é... — sorriu.

Tabela 12 - Desvio tradutório de “willing” em “O sacrifício do ano novo”

Nos verbos acima sublinhados, o texto original utiliza três verbos diferentes “依了” (“cedeu/seguiu”), “愿意了” (“quis”) e “肯了” (“concordou”). Esta sequência de verbos, de facto, vacila entre o sentido de a Mulher de Xiang Lin ser forçada a aceitar o casamento e o sentido de ela o querer. Na tradução inglesa, os verbos chineses são todos traduzidos para o verbo “willing” no discurso de Liu Ma, que sugere que a Mulher de Xiang Lin apenas “queria” tanto casar de novo como ter relações sexuais com o novo marido. Assim, a vontade de resistência é revertida, construindo um cenário absurdo em que o casamento forçado e a suposta violação conjugal eram considerados por Liu Ma como vontade da Mulher de Xiang Lin. No entanto, tal verbo, nas suas primeiras três ocorrências, é traduzido para “ceder”. Apenas o último “willing” é traduzido para “querer”.

Ao traduzir os primeiros três “willing” para “ceder”, a tradução portuguesa efetivamente torna a conversa menos absurda e agressiva em relação à versão inglesa. Tendo em consideração os enredos do conto, o verbo “ceder” implica que a Mulher de Xiang Ling aguentou tanta pressão externa que acabou por desistir dos seus direitos à rejeição do casamento e da cópula. Ou seja, o verbo inglês “willing”, que implica uma vontade espontânea, é transformado numa ação forçada por fatores alheios. Quanto à última ocorrência – “You must have ended up willing” (Lu 1970/1974, 43) –, em que “willing” é literalmente traduzido para “querer”, a frase em português é também suavizada: “Deves mas é ter acabado por querer.” (Lu 1972, 61). Ao traduzir “must” para “deves mas é”, o efeito afirmativo é relativamente diminuído. Considerando esta suavização e a sequência de três “ceder” no início e um “querer” no final, o último “querer” pode efetivamente ser interpretado como uma natural ascensão de intensidade emocional na conversa de duas pessoas de classe rural, em vez de uma compreensão naturalmente maliciosa de uma mulher sobre a outra. Ou seja, na versão portuguesa, o último “querer” pronunciado por Liu Ma parece uma escolha de palavras emocional por uma camponesa ignorante durante o decorrer da conversa cada vez mais intensa, enquanto a consistência de utilizar “willing” na versão inglesa pode sugerir uma postura maliciosa de luta entre mulheres.

Tal modulação talvez se relacione com a visão da tradutora sobre o conto com base na sua perceção dos assuntos do estatuto das mulheres. Como referido, a tradutora mudou “the spirit of peasant women and girls” (Jenner 1970/1974, 149) para “o espírito de sacrifício das camponesas, mulheres e raparigas” (Jenner 1972, 121) na apresentação de Sun Li. As adições de “sacrifício” e “mulheres” podem indiciar a sua compreensão sobre o estatuto inferior de mulheres e a sua procura de representação enquanto uma mulher intelectual. Tendo em conta esta potencial atitude geral para com a luta pelos direitos de mulheres, a suavização do exposto cenário na tradução portuguesa sugere que a tradutora apropriou o enredo para diminuir a crueldade da condenação absurda de uma mulher contra a outra.

Concluindo o estudo de *Contistas da China Popular*, este parece uma criação revolucionária durante a ação da Censura, no sentido de que ignora as preferências ideológicas do Estado Novo, particularmente o seu anticomunismo. Várias partes dessa tradução portuguesa podem revelar as influências dos movimentos comunistas: a decisão

de traduzir um volume inglês que retrata somente autores considerados socialistas e comunistas, a mudança do título, o texto introdutório na contracapa, a tradução (em vez de não-tradução) das análises indesejáveis nos paratextos da tradução inglesa e até desvios tradutórios que sugerem maior inclinação ideológica em relação ao texto intermediário. Tudo isto, assim, podia ter tornado a tradução mais vulnerável à censura e à proibição. Não obstante conscientes disto, a tradutora e a casa editorial continuaram a criar e publicar esse livro, o que efetivamente se distingue dos dois casos acima apresentados. Simultaneamente, em comparação com a tradução inglesa, são identificadas na tradução portuguesa nuances nas descrições sobre mulheres tanto num peritexto como num conto. Estes desvios tradutórios aparentemente sinalizam, por parte da autora, o elogio de mulheres e a suavização de conflitos entre mulheres. Consequentemente, *Contistas da China Popular*, tal como *Contos chineses* e *Divórcio*, também se configura uma tradução em que se cruzam diferentes ideologias correntes no seu contexto, mas a diferença desta tradução, publicada no penúltimo ano da ditadura, reside na sua transgressividade não condicionada pela Censura.

Considerações finais

Eu não posso abrir um livro de história que me não ria.
sobretudo as ponderações e adivinhações dos historiadores
acho-as de um cómico irresistível. O que sabem eles das
causas, dos motivos, do valor e importância de quase todos
os factos que recontam?

Carlos em *Viagens na minha terra* de Almeida Garrett

Intitulando esta última parte da dissertação “Considerações finais” em lugar de “Conclusão”, tenta-se reforçar a nossa intenção de apresentar uma reflexão mais ampla sobre os resultados, as limitações e as futuras investigações. Isto porque, ao longo da presente dissertação, as traduções encontradas, os dados levantados e os respetivos estudos foram além das expectativas iniciais: tanto a quantidade das traduções como o rico conteúdo delas não eram esperados tendo em conta a presença marginal da literatura chinesa em Portugal. Antes de realizar um resumo do nosso trabalho e respetivas reflexões, propõe-se começar com uma metarreflexão sobre o presente projeto por um epígrafe que desafia trabalhos históricos – um peritexto que pode contradizer a intenção da presente dissertação, como vários enquadramentos peritextuais apolíticos no nosso *corpus*. O objetivo é de tentar eventualmente compreender melhor o valor da presente investigação e aproximar o presente projeto histórico ao seu objeto de estudo.

Com um tom sarcástico, o discurso na epígrafe fundamenta uma visão desconfiada das narrativas históricas através da interrogação das relações causais estabelecidas por historiadores, que não se situam no contexto que estudam. É verdade que a causalidade entre eventos históricos dificilmente pode ser provada e o que se pode efetivamente observar através de materiais históricos talvez seja a sequência dos eventos. No que diz respeito às relações entre eventos e evidências, White (2005, 148) afirma que “events actually occurred in an ‘olden time’ cannot be doubted, since there is plenty of factual evidence attesting to their occurrence”. Considerando o pressuposto de os eventos terem acontecido, o historiador propõe que “[t]he problem, at least for modern historians, is: What can truthfully be asserted about such events on the basis of the (professionally determined) admissible evidence?” (White 2005, 148). Ou seja, na perspetiva do académico, o trabalho histórico pode ser uma tentativa de afirmar significados reais dos

acontecimentos históricos. Para determinar esses sentidos, envolve-se necessariamente um gesto interpretativo e, subsequentemente, um agente (White 1986, 487).

Isto parece apontar para a ideia de que a história é um conjunto de eventos organizado por historiadores através de narrativas. De acordo com Baker (2007, 151), “narratives are the stories we tell ourselves and others about the world(s) in which we live, and it is our belief in these stories that guides our actions in the real world”. Ou seja, a académica sugere que narrativas são histórias (*stories*) com as quais compreendemos o passado e agimos no presente e no futuro. Consequentemente, o presente projeto histórico e as traduções – todos podem ser vistos como narrativas – tendem a sugerir compreensões do passado e apelos à ação à luz dos respetivos mundos reais em que se situam. Nesta configuração, nós, enquanto agentes deste trabalho histórico, a partir do nosso contexto, tentamos decifrar as compreensões dos tradutores em relação ao seu passado alheio – os textos e autores originais na China – e as suas intenções na tradução durante o Estado Novo.

Com o objetivo de preparar a nossa reflexão final sobre o nosso passado, presente e futuro, realizamos primeiramente um resumo retomando as duas questões colocadas na Introdução, bem como as respetivas hipóteses iniciais.

- (1) Questão: Por que aumentou a quantidade de traduções literárias de chinês para português durante o Estado Novo?

Hipótese inicial: A ideologia de Esquerda constituiu uma motivação para a tradução chinês-português durante o Estado Novo.

- (2) Questão: Por que parece que a tradução de literatura chinesa não foi desencorajada pela Censura?

Hipótese inicial: Havia traduções transgressivas sob a Censura porque esta poderia ser contornada através de autocensura enquanto ferramenta de resistência silenciosa.

Ou seja, a presente investigação partiu de uma problematização que conjuga os quatro factos possíveis: (i) o crescente interesse pela literatura chinesa no Estado Novo, (ii) as influências do comunismo chinês, (iii) a ausência dos impactos censórios e (iv) a utilização de técnicas para contornar o processo da Censura.

Na Parte I, foi construído um enquadramento histórico-teórico, em que se conjugam os contextos históricos (a história das relações sino-lusófonas, a China e Portugal durante o período do Estado Novo) e os conceitos (não-tradução, censura, resistência, autocensura e revolução). O objetivo é de tentar compreender, com base nas condições contextuais e à luz das discussões teóricas, que razões históricas poderiam ter favorecido o aumento das traduções de literatura chinesa. Em suma, procurou-se saber como o contexto nos pode ajudar a compreender o fenómeno tradutório.

Com base na nossa revisão de literatura relativa à história da tradução literária chinês-português (Capítulo 1 da Parte I), procurámos apontar as lacunas relativas à quantidade de traduções portuguesas de literatura chinesa existentes e à questão da Censura aplicada a essas traduções. Ainda se tentou confirmar que o presente trabalho poderia dedicar-se a reunir esforços académicos de diferentes campos de estudo, incluindo a história da tradução em Portugal e a tradução chinês-português. Além disso, arriscámos estabelecer o facto de raras traduções portuguesas de literatura chinesa terem sido publicadas ao longo dos cinco séculos das relações sino-portuguesas. Por fim, identifica-se uma potencial tendência de que a China tenha sido amplamente tratada como um assunto político-ideológico em Portugal ao longo da história.

Tentámos, assim, aprofundar o fenómeno de não-tradução, que muito provavelmente está relacionado com a barreira linguística, a falta de interesse e a separação dos dois povos mesmo em Macau, uma terra tão pequena (Capítulo 2 da Parte I). No entanto, as traduções encontradas sugerem que a não-tradução foi interrompida durante o Estado Novo. Este facto exige uma reflexão sobre a razão desse levantamento da não-tradução. Em termos conceituais, se a não-tradução devido à distância cultural foi interrompida, isto pode sugerir que alguns tipos de estímulos desequilibraram o ciclo estável de não-tradução. No caso do Estado Novo, isto parece contradizer a Censura salazarista, que supostamente era um fator desmotivador para a tradução da literatura chinesa.

No Capítulo 3 da Parte I, através da contextualização histórica da China e de Portugal, sugeriu-se que a China tinha sido efetivamente um assunto sensível durante o Estado Novo; porém, também foi reforçado o facto de que a Censura ao livro tinha diferentes

limites na sua eficiência de proibir os elementos transgressivos, particularmente a sua forma repressiva (censura pós-publicação), que podia tanto permitir contornar a Censura como estabelecer uma atmosfera de autocensura. A partir daí, foi realizada uma discussão conceitual sobre a censura, em que se argumenta que a censura podia ser generativa – gera tanto o silêncio como a resistência, e a autocensura como a mediação entre eles. Também se menciona a potencial existência de gestos revolucionários, que não estão condicionados pela censura.

Na Parte II, foram delineadas as metodologias e expostos os resultados tanto quantitativos como qualitativos. Partindo da hipótese inicial de que as traduções estão bastante relacionadas com as questões ideológicas, esta parte tem por objetivo construir, com base nos dados levantados através de uma metodologia exaustiva, uma narrativa histórica à luz das relações entre a tradução e a ideologia.

Assim, o Capítulo 1 da Parte II foi dedicado à compilação do catálogo. Foi argumentado que era quase impossível confirmar a completude do catálogo, apesar de ser este o objetivo dos catálogos de tradução. Como solução, foram detalhados os métodos utilizados para pesquisar as traduções e apontados os limites. Tais tarefas servem não apenas para alertar o utilizador do catálogo sobre limitações, mas também o convidar para um esforço coletivo em futuras pesquisas. Dito isto, com base na metodologia quiçá exaustiva, também arriscamos argumentar que o seguinte estudo histórico poderá ser visto como um trabalho panorâmico que constitui uma parte significativa da história da tradução literária chinês-português.

Extraído um *corpus* do catálogo compilado, o Capítulo 2 da Parte II realiza uma abordagem de história externa da tradução. Foi admitido o facto de ainda existirem quatro períodos de não-tradução, mas destacou-se a gradual redução de distância entre esses períodos: 1933-1941 (8 anos), 1945-1956 (11 anos), 1961-1966 (5 anos) e 1968-1971 (3 anos). O foco foi colocado nos períodos de tradução – 1942-1944, 1957-1960, 1967 e 1972-1974 –. Foi argumentado que, no primeiro período, estão subjacentes as visões universalizantes e as preocupações feministas às traduções. O universalismo é entendido como uma tentativa de igualar as pessoas e as culturas sem diminuir as suas diferenças; o

feminismo é utilizado para dirigir aqueles gestos que sinalizam e querem ultrapassar desigualdade de género. Nesta configuração, as duas ideologias pareciam transversais no resto dos três períodos. Contudo, estes outros foram mais marcados pela ideologia de Esquerda, de formas desiguais. Quase todas as traduções publicadas entre 1957 e 1960 e no ano de 1967 parecem tentar mascarar o teor político através de enquadramento peritextual apolítico e/ou a transposição dos elementos transgressivos num espaço menos visível do volume – daí uma resistência silenciosa. Em comparação, alguns volumes publicados entre 1972 e 1974 manifestam um aspeto revolucionário, no sentido de apresentar diretamente as produções relativas à China comunista.

Com o objetivo de aprofundar tanto os impactos censórios como as relações entre a ideologia e a tradução, o Capítulo 3 estuda três casos ilustrativos: *Contos chineses* (1944), *Divórcio* (1958) e *Contistas da China Popular* (1972). Distribuídos em três períodos diferentes e traduzidos por três pessoas distintas, esses três livros também foram “censurados” de formas diferentes. Silvina de Troya Gomes, tradutora de *Contos chineses*, utiliza o prefácio para criar um enquadramento peritextual bastante ambíguo, em que aparentemente promove às imagens do povo chinês e das mulheres. A ambiguidade cautelosamente inserida nos seus discursos parece estar relacionada com a autocensura da tradutora. Contudo, a autocensura de Silvina de Troya Gomes parece ter sido estimulada não apenas pela Censura, mas também pela potencial reação negativa do leitor português (homem), que provavelmente não aceitava a visão da tradutora sobre a China e as mulheres. Quanto a *Divórcio*, o tradutor Manuel de Seabra também constrói um enquadramento peritextual ambíguo, mas mais provocante. O título, capa, prefácio e seleção, em conjunto, podem ser vistos como transgressivos ou não, dependendo do conhecimento e perspetiva do leitor. Por outro lado, A ausência de qualquer descrição sobre as relações entre o autor Lu Xun e o PCC aparentemente resulta de uma autocensura que visa contornar a Censura instituída. Tal preocupação com a Censura, porém, não está presente em *Contistas da China Popular*. Traduzido por Maria Luísa Pinheiro a partir de *Modern Chinese Literature*, não apenas transporta os elementos comunistas na tradução inglesa, mas ainda os reforça através de mudanças no título, no prefácio e até no próprio texto traduzido. Através da leitura contrastiva dos contos selecionados com temas relacionados com a desigualdade de género, nota-se que as três traduções,

coincidentemente, apresentam desvios em relação aos textos originais ou intermediários quanto à compreensão das respectivas figuras femininas.

Consequentemente, parece evidente que as influências ideológicas de universalismo, comunismo e feminismo estavam subjacentes ao aumento de traduções portuguesas de literatura chinesa. Todavia, entre eles, o universalismo, que constitui também uma visão hospitaleira para com o povo chinês, parecia mais evidente no período entre 1942 e 1944, provavelmente devido à Segunda Guerra Mundial. Depois do estabelecimento da China comunista, o comunismo parecia a razão histórica mais visível pela qual uma grande parte das traduções foi publicada. Pelo nosso estudo, o feminismo – entendido aqui apenas por uma atenção prestada à desigualdade de género (ver 2.2.1 da Parte II) – é dificilmente um principal fator motivador para escolher a traduzir as obras chinesas, mas constitui uma razão histórica que pode explicar o estilo tradutório adotado por vários tradutores. Como exposto, os indícios feministas não são claros, mas escondidos nos detalhes dos discursos, seleção de traduções, desvios tradutórios, entre outros espaços pouco visíveis. Em resumo, entre as potenciais razões ideológicas pela qual a quantidade das traduções subiu durante o Estado Novo, o universalismo e o comunismo pareciam fortes fatores motivadores para as traduções antes e depois da China comunista, respetivamente.

No que concerne ao regime ditatorial e à Censura, foram identificadas diferentes vozes resistentes mas silenciosas ao longo do estudo. Resistentes, porque tentaram introduzir perspetivas do mundo indesejáveis e censuráveis para o salazarismo; silenciosas, porque não podiam soltar a voz que eventualmente poderia levar não apenas à apreensão do livro, mas também à perseguição das pessoas envolvidas. Entre o silêncio e a resistência, o agente terá tido de tomar a decisão cruel de autocensurar a tradução para que esta pudesse ser publicada e circular. Daí poderão ter nascido diferentes técnicas de contornar a Censura, incluindo a omissão de informações nos prefácios, a mudança de um prefácio para um posfácio e os nomes femininos de tradutoras. Não obstante estes enquadramentos aparentemente apolíticos, os próprios textos traduzidos, pelo menos, nos três casos ilustrativos, não parecem sofrer de uma autocensura condicionada pelos valores salazaristas; pelo contrário, foi identificada por nós uma intensificação da transgressividade nos três contos estudados. Consequentemente, enquanto alguns

tradutores e/ou editores tentaram enquadrar as traduções em diferentes narrativas apolíticas, quer explícitas quer ambíguas, através de peritextos, os textos traduzidos em si não parecem ser um alvo da autocensura. Ou seja, as traduções, lidas como objetos integrais com textos e peritextos, podem sugerir uma ambiguidade sobre os seus teores político-ideológicos.

A respeito de este fenómeno de autocensura, ainda se pode ter em consideração as supostas responsabilidades do texto e do peritexto na tradução. O texto traduzido costuma ser assumido como a produção do autor, mesmo que este não saiba a língua de chegada; o peritexto é exclusivo na tradução, sendo frequentemente uma produção em que o tradutor e/ou editor se tornam visíveis. Nesta configuração, parece evidente que o enquadramento peritextual constitui um bom meio de se furtar às responsabilidades da potencial transgressividade no texto traduzido.

À luz do conceito de censura enquanto poder generativo, esse fenómeno tradutório, em que a autocensura se destaca no enquadramento peritextual em lugar do texto traduzido, provavelmente pode ser considerado uma produção da censura repressiva. Na maioria dos casos, a Censura ao livro não foi onnipresente, mas dependente da sensibilidade da PIDE, do CTT e outros membros institucionais (3.2.2 da Parte I). Desta forma, a examinação do livro não parecia chegar à profundidade do texto traduzido, mas apenas à capa, ao título, ao nome do autor, ao do tradutor, à casa editorial, entre outros peritextos. Talvez conscientes do processo, vários agentes tradutórios, coincidentemente, recorreram à manipulação do enquadramento peritextual para criar narrativas ambíguas, relacionadas com os textos traduzidos, como são os casos de *Contos chineses*, *A verdadeira história de Ah Q* e *Divórcio*.

Além dos limites práticos da censura repressiva, no caso da literatura chinesa, o desconhecimento desta língua e cultura também constituiu uma lacuna censória que podia ser aproveitada na tradução. Era verdade que a China contemporânea podia ser uma inconveniência para o Portugal do Estado Novo, mas também muito provavelmente existia na sociedade portuguesa uma ignorância desse país noutra ponta da placa eurasiática. Talvez cientes de a maior preocupação do regime com a China ser o seu comunismo, os

agentes tradutórios, para evitar o perigo censório, tentaram enfatizar os valores humanitários (como *A minha e eu* e *A colina de saudade* de Maria José Marinho) e/ou literários (como *Mao Tun*, *Poemas* e *Contos populares chineses*). A coincidência de contornar a Censura com técnicas semelhantes sugere a existência do seguinte fenómeno: os tradutores e/ou editores poderão ter tomado medidas em resposta à Censura tendo em consideração os limites da sua eficiência.

No entanto, essas reações finas, esses pequenos esforços e esses subtis gestos de resistências – quase invisíveis ao olho do leitor português que desconhecia o contexto do original – encontram-se perdidos noutras narrativas históricas mais preconizadas, em que se realçam os grandes sofrimentos e se celebram os enormes triunfos da Revolução em detrimento das vidas vulgares. Existiram, sem dúvidas, misérias igualmente dolorosas e, mais importante, esplendores igualmente triunfantes que, numa noite sufocante, terão iluminado, por pouco que seja, tanto os seus leitores como os próprios tradutores através de histórias que, nos termos de Benjamin (2007, 101), podiam oferecer o calor alheio que provavelmente nunca teriam os leitores na sua vida.

Assim, foram esses traços históricos que tentávamos recolher, reunir e reconstruir para poderem voltar a oferecer não apenas uma compreensão do Estado Novo e da respetiva Censura de um ângulo marginal – aquele a partir das traduções –, mas também um apelo à reconsideração sobre a censura, uma construção quiçá universal que, por mais repressiva que seja, dificilmente elimina a vontade livre dos humanos, gerando apenas um novo modelo para a sua manifestação resistente.

Por fim, além da história da censura, ainda é necessário realçar o nosso objeto de estudo que nos levou a esta reflexão final. É verdade que a literatura chinesa foi e continua a ser marginal em Portugal. Porém, tal marginalidade, fundamentada pela quantidade escassa de traduções, não implica necessariamente a sua insignificância. De algum modo, essas traduções portuguesas de literatura chinesa ofereceram um espaço de imaginação para o leitor português que tem sempre um conhecimento condicionado desse país tão longínquo, quiçá estranho. É sempre um conhecimento condicionado porque a representação da China está sujeita a vários fatores, a saber, as circunstâncias internacionais, os contextos

históricos da China e de Portugal, as culturas e línguas intermediárias, as distâncias culturais e linguísticas e, por fim, as compreensões dos tradutores e leitores sobre tudo isto. Por conseguinte, com os resultados e reflexões expostos, o presente trabalho histórico concentrado nas traduções também tenta constituir um convite para a exploração, estudo, discussão e debate da e sobre a história da tradução literária chinês-português.

Bibliografia

- “A autora e a sua obra”. 1973. Em *A colina da saudade*, por Suyin Han. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Abreu, António Graça de. 1987. “Das traduções de um poema de Li Bai”. *Revista de Cultura*, n.º 3, 70–74.
- Agência Lusa. 2005. “Portugal foi o país mais maoista da Europa”. *RTP Notícias*, 7 de dezembro de 2005.
- Álvarez, Román, e Carmen-África Vidal. 1996. “Translating: A Political Act.” Em *Translation, power, subversion*, editado por Román Álvarez e Carmen-África Vidal, 1–9. Clevedon: Multilingual Matters.
- Anacleto, Marta Teixeira. 2022. “Conflitos utópicos em tradução: revolução moral e contrarrevolução estética na versão portuguesa de Berthe Bernage para a Mocidade Portuguesa Feminina”. Em *Mudam-se os tempos, mudam-se as traduções? reflexões sobre os vínculos entre (r)evolução e tradução*, editado por Alexandra Lopes e Maria Lin Moniz, 126–42. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Assis Rosa, Alexandra. 2009. “«Politicamente só existe o que o público sabe que existe.» Um olhar português sobre a censura: levantamento preliminar”. Em *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, editado por Teresa Seruya, Maria Lin Moniz, e Alexandra Assis Rosa. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- . 2013. “The short story in English meets the Portuguese reader: On the ‘external history’ of Portuguese anthologies of short stories translated from English.” Em *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, editado por Teresa Seruya, D’hulst Lieven, Alexandra Assis Rosa, e Maria Lin Moniz, 57–74. Amsterdão: John Benjamins.
- Bagão, Teresa. 2009. “Sombra e luz—hesitações homoeróticas em Signo de Toiro, de Celestino Gomes”. *Forma Breve* 7:81–103.
- Baker, Mona. 2007. “Reframing Conflict in Translation.” *Social Semiotics* 17 (2): 151–69. <https://doi.org/10.1080/10350330701311454>.
- Barr, Allan H. 1997. “The Wanli Context of The “Courtesan’s Jewel Box” Story.” *Harvard Journal of Asiatic Studies* 57 (1): 107–41. <https://doi.org/10.2307/2719362>.

- Barreto, Luís Filipe, e Changsen Li, eds. 2013. *Para a história da tradução em Macau*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.
- Bassnett, Susan, e André Lefevere. 2017. “General editors’ preface.” Em *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame*, por André Lefevere, vii. Nova Iorque: Routledge.
- Batchelor, Kathryn. 2018. *Translation and paratexts*. Londres: Routledge.
- Ben-Ari, Nitsa. 2010. “When Literary Censorship Is Not Strictly Enforced, Self-Censorship Rushes In”. *TTR* 23 (2): 133–66. <https://doi.org/10.7202/1009163ar>.
- Benjamin, Walter. 2007. “The Storyteller. Reflections on the Works of Nikolai Leskov.” Em *Illuminations: Essays and Reflections*, traduzido por Harry Zohn, 83–109. Nova Iorque: Schocken Books.
- Billiani, Francesca. 2019. “Censura”. Em *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, editado por Mona Baker e Gabriela Saldanha, 3.^a ed., 56–60. Londres: Routledge.
- Britannica, The Editors of Encyclopædia. 2024a. “Tao-Te Ching”. Em *Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Tao-te-Ching>.
- . 2024b. “Yijing”. Em *Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Yijing>.
- . s.d. “Sunzi”. Em *Britannica*. Acedido a 29 de junho de 2024. <https://www.britannica.com/biography/Sunzi>.
- Brødsgaard, Kjeld Erik. 2008. “China studies in Europe”. Em *China-Europe Relations: Perceptions, Policies and Prospects*, editado por David L. Shambaugh, Eberhard Sandschneider, e Zhou, 35–64. Londres: Routledge.
- Brower, Reuben Arthur, ed. 1959. “On Linguistic Aspects of Translation”. Em *On Translation*, 232–39. Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674731615.c18>.
- Brown, Carolyn T. 1988. “Woman as Trope: Gender and Power in Lu Xun’s “Soap””. *Modern Chinese Literature* 4 (1/2): 55–70.
- Cardina, Miguel. 2010. “Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal: 1964-1974”. Universidade de Coimbra.
- Cervantes, Miguel de. 2008. *Don Quixote de La Mancha*. Traduzido por Charles Jervas. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Chamberlain, Lori. 1988. “Gender and the Metaphorics of Translation”. *Signs* 13 (3): 454–72.

- Chan, Ching-kiu Stephen. 1988. "The Language of Despair: Ideological Representations of the "New Women" by May Fourth Writers." *Modern Chinese Literature* 4 (1/2): 19–38.
- Chang, Kang-i Sun, e Stephen Owen, eds. 2010. *The Cambridge history of Chinese literature*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chang, Yu-Luan. 1974. "Prefácio". Em *Contos populares chineses (6.ª série)*, traduzido por Daniel Augusto Gonçalves. Lisboa: Futura.
- Cheng, Guanyu. 2020. "A tradução indireta de literatura chinesa contemporânea para português europeu: o caso de Mo Yan". Tese de doutoramento. Universidade Católica Portuguesa, University of Lisbon e NOVA University Lisbon.
- Cheng, Jian. 2020. "鲁迅与母亲：两代人的隔膜与融通 [Lu Xun e a sua mãe: a divisão e a integração de duas gerações]". 《同舟共进》 *Tong Zhou Gong Jin*, n.º 7, 28–31.
- Chien, Ying-Ying. 1995. "Feminism and China's New "Nora": Ibsen, Hu Shi & Lu Xun". *The Comparatist* 19:97–113.
- Chu, Madeline. 1984. "Lu Xun's Women Characters". *Journal of Chinese Studies* 1 (1): 25–37.
- Ciccia, Marie-Noëlle. 2013. "«Grândola Vila Morena»: l'hymne de la contestation portugaise". *Lengas. Revue de sociolinguistique*, n.º 74 (dezembro). <https://doi.org/10.4000/lengas.307>.
- Condado, M. Barreto. 2019. "Eternidade | O Ilhavense". 16 de outubro de 2019. <https://oilhavense.com/2019/10/16/eternidade/>.
- Costa, Fernanda Gil. 2020. "Aspectos da literatura de língua portuguesa de Macau depois de 1999". Em *Macau: novas leituras*, editado por Ana Paul Laborinho, Gonçalo Cordeiro, Marta Pacheco Pinto, e Ariadne Nunes. Lisboa: Tinta-da-China.
- Cui, Feng, e Alex Tickell. 2021. "Han Suyin: The little voice of decolonizing Asia". *Journal of Postcolonial Writing* 57 (2): 147–53.
- Culver, Annika A. 2017. "Sheng Cheng's *Ma Mère* (1928): An Interwar Period Search for Unity Between East and West". *Contemporary French and Francophone Studies* 21 (1): 53–63. <https://doi.org/10.1080/17409292.2017.1303961>.
- Dikötter, Frank. 2010. *Mao's Great Famine: The History of China's Most Devastating Catastrophe, 1958-1962*. Nova Iorque: Walker.
- Dillon, Michael, ed. 2017. *Encyclopedia of Chinese history*. Nova Iorque: Routledge.

- “Divórcio”. s.d. Diário de República. Acedido a 31 de agosto de 2024. <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/divorcio>.
- Duarte, João Ferreira. 2007. “The Politics of Non-Translation: A Case Study in Anglo-Portuguese Relations”. *TTR: traduction, terminologie, rédaction* 13 (1): 95–112. <https://doi.org/10.7202/037395ar>.
- Eastman, Lloyd. 1986. “Nationalist China during the Nanking decade 1927-1937”. Em *Republican China 1912—1949, Part 2*, editado por John K. Fairbank e Albert Feuerwerker, 13:116–67. Cambridge: Cambridge University Press.
- Eber, Irene. 1985. “The Reception of Lu Xun In Europe and America: The Politics of Popularization and Scholarship”. Em *Lu Xun and His Legacy*, editado por Leo Ou-fan Lee, 242–74. Londres: University of California Press. <https://doi.org/10.1525/9780520334564-013>.
- Escarra, Jean. 1937. *La Chine, passé et présent*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Escolar, Marisa Abby. 2011. “Contaminating Conversions: Narrating Censorship, Translation, Fascism”. Tese de doutoramento, University of California, Berkeley. <https://escholarship.org/uc/item/0r7943w7>.
- Even-Zohar, Itamar. 1979. “Polysystem Theory”. *Poetics Today* 1 (1/2): 287. <https://doi.org/10.2307/1772051>.
- Faria, Dominique, Marta Pacheco Pinto, e Joana Moura. 2023. “Introduction. Reframing reframers and their stories”. Em *Reframing translators, translators as reframers*, editado por Dominique Faria, Marta Pacheco Pinto, e Joana Moura, 1–10. Nova Iorque: Routledge.
- Feng, Meng long. 2005. *Stories to Caution the World: A Ming Dynasty Collection*. Traduzido por Shuhui Yang e Yunqin Yang. Seattle: University of Washington press.
- . 2014. 《三言：警世通言》 [*Três palavras: Palavras universais para avisar o mundo*]. Editado por Wu Shuyin [吴书荫]. Pequim: Zhonghua Book Company.
- Fernandes, Moisés Silva. 2008. *Confluência de interesses: Macau nas relações luso-chinesas contemporâneas, 1945 - 2005*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal.
- Findeisen, Raoul David. 2015. “辛亥革命体验之换位——盛成(1899-1996)《我的母亲》(1928/1929年版与1935年版)的版本分析 [Transposição da Experiência da Revolução Xinhai - Uma Análise das Edições de A Minha Mãe (1928/1929 e 1935)]

- de Sheng Cheng (1899-1996)]”. Traduzido por 钱晓宇 [Qian Xiaoyu]. 励耘学刊 [Revista Liyun], 1: 1–11.
- Foucault, Michel. 1995. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Traduzido por Alan Sheridan. Nova Iorque: Vintage Books.
- Freire, Zerbo. 2022. “Li Qingzhao: Do amor à mais profunda solidão”. *Via do Meio*, 2022. <https://hojemacau.com.mo/2022/10/24/li-qingzhao-do-amor-a-mais-profunda-solidao/>.
- . 2023. “Li Qingzhao”. *Via do Meio*, 2023.
- Genette, Gérard. 1987. *Seuils*. Paris: Editions du Seuil.
- . 1997. *Paratexts: Thresholds of Interpretation*. Traduzido por Jane E. Lewin. Cambridge: Cambridge University Press.
- Glynn, Dominic. 2021. “Outline of a Theory of Non-Translation”. https://www.researchgate.net/publication/352012219_Outline_of_a_theory_of_non-translation.
- Gombár, Zsófia. 2018. “Literary Censorship and Homosexuality in Kádár-Regime Hungary and Estado Novo Portugal”. Em *Queering Translation, Translating the Queer: Theory, Practice, Activism*, editado por Brian James Baer e Klaus Kaindl, 144–56. Nova Iorque: Routledge.
- Gomes, Celestino. 1945. “Prefácio”. Em *Contos tradicionais asiáticos*. Lisboa: Gleba.
- Gomes, Silvina de Troya, trad. 1944a. *Contos chineses*. Lisboa: Gleba.
- . 1944b. «Prefácio». Em *Contos chineses*. Lisboa: Gleba.
- . trad. 1945a. *Contos tradicionais asiáticos*. Lisboa: Gleba.
- . 1945b. «Prefácio». Em *Contos indianos*. Lisboa: Gleba.
- Gomes, Silvina de Troya, e Celestino Gomes, eds. 1939. *Poetas de Coimbra*. Lisboa: Comissão Organizadora do Salão dos Estudantes de Coimbra.
- Gómez Castro, Cristina. 2021. “The Use of Corpora and Other Electronic Tools in Historical Research on Translation”. Em *The Routledge Handbook of Translation History*, por Christopher Rundle, 1.^a ed., 38–53. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315640129-4>.
- Gonçalves, Daniel Augusto, trad. 1974a. *Contos populares chineses (5.^a série)*. Lisboa: Futura.
- . trad. 1974b. “Introdução”. Em *Contos populares chineses (6.^a série)*, por Hsun Lu. Lisboa: Futura.

- Guedes, Fernando, ed. 2006. “Censura”. Em *Dicionário Enciclopédia de Português*, 54. Editorial Verbo.
- Guincho, Maria dos Anjos. 2009. “A arte de amar durante o Estado Novo”. Em *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, editado por Teresa Seruya, Maria Lin Moniz, e Alexandra Assis Rosa, 251–77.
- Guo, Yu. 2019. “A Brief Introduction to Lu Xun and His Short Stories”. *US-China Foreign Language* 17 (8). <https://doi.org/10.17265/1539-8080/2019.08.006>.
- Han, Lili. 2018. “Luís Gonzaga Gomes, filho da terra : divulgador e tradutor de imagens da China e de Macau”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Han, Suyin. 1957a. *A colina da saudade*. Traduzido por Alice Chaves. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.
- . 1957b. *A colina da saudade*. Traduzido por Maria José Marinho. Lisboa: Ulisseia.
- . 1960. *A colina da saudade*. Traduzido por António Aveledo. Lisboa: Editorial Popular F. Bento & Correia.
- . 1972. *The Morning Deluge: Mao Tsetung and the Chinese Revolution, 1893-1954*. 1st ed. Boston: Little, Brown.
- . 1973. *A colina da saudade*. Traduzido por Maria José Marinho. Lisboa: Círculo de Leitores.
- He, Xueying. 2001. “Reconstruction of Myth and Its Historical View”. *Journal of Shanghai Maritime University* 22 (2): 93–96.
- Hermans, Theo. 1996. “The Translator’s Voice in Translated Narrative”. *Target. International Journal of Translation Studies* 8 (1): 23–48. <https://doi.org/10.1075/target.8.1.03her>.
- . 2004. “Translation as an object of reflection in modern literary and cultural studies: Historical-descriptive translation research”. Em *Übersetzung - Translation - Traduction. 1. Teilband*, editado por Harald Kittel, Armin Paul Frank, Norbert Greiner, Theo Hermans, Werner Koller, José Lambert, e Fritz Paul, 200–211. Berlim: Walter de Gruyter.
- . 2012. “Response”. *Translation Studies* 5 (2): 242–45. <https://doi.org/10.1080/14781700.2012.663618>.
- . 2022. *Translation and history: a textbook*. Londres: Routledge.

- Ho, Yi. 1974. *Histórias de Ye Sinan. Contos chineses para crianças*. Lisboa: Vento de Leste.
- hooks, bell. 2015. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Second edition. Nova Iorque: Routledge.
- Hsia, Chih-tsing. 1961. *A History of Modern Chinese Fiction*. New Haven: Yale University Press.
- . 1971. *Twentieth-Century Chinese Stories*. Companions to Asian Studies. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Hsü, Immanuel C. Y. 1990. *The Rise of Modern China*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Huang, Qichen. 1993. “16-19世紀的‘中學西傳’ [A ‘transmissão dos estudos no Oriente para o Ocidente’ entre os séculos XVI e XIX]”. *Revista de Cultura (versão chinesa)*, 2, , 93–104.
- . 2002. “澳門是“西學東漸“的橋樑 [Macau é a ponte da ‘Introdução dos Estudos do Ocidente no Oriente]’”. *Revista de Cultura (versão chinesa)*, 44, , 139–56.
- Hulsewé, A. F. P., e M. H. van der Valk. 1956. “Jean Escarra (1885-1955)”. *T'oung Pao* 44 (1/3): 304–10.
- Jenner, W. J. F., ed. 1970. *Modern Chinese stories*. Londres: Oxford University Press.
- . 1972. “Introdução”. Em *Contistas da China Popular*, traduzido por Maria Luísa Pinheiro. Lisboa: Dom Quixote.
- Joyce, Patrícia, trad. 1973a. *Contos populares chineses (2.^a série)*. Lisboa: Futura.
- . trad. 1973b. *Contos populares chineses (3.^a série)*. Lisboa: Futura.
- Koster, Cees. 2002. “The translator in between texts: on the textual presence of the translator as an issue in the methodology of comparative translation description.” Em *Translation Studies: Perspectives on an Emerging Discipline*, editado por Alessandra Riccardi, 24–37. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kovala, Urpo. 1996. “Translations, Paratextual Mediation, and Ideological Closure”. *Target. International Journal of Translation Studies* 8 (1): 119–47. <https://doi.org/10.1075/target.8.1.07kov>.
- Laborinho, Ana Paula, e Marta Pacheco Pinto. 2020. “Macau, quo vadis?” Em *Macau: novas leituras*, editado por Ana Paula Laborinho, Gonçalo Cordeiro, Marta Pacheco Pinto, e Ariadne Nunes. Lisboa: Tinta-da-China.

- Lambert, José. 1995. "Literatures, Translation and (De)Colonization." Em *Functional Approaches to Culture and Translation: Selected Papers by José Lambert*, editado por Dirk Delabastita, Lieven D'hulst, e Reine Meylaerts, 87–103. Amsterdão: John Benjamins.
- Lefevere, André. 2017. *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame*. Routledge Translation Classics. Londres: Routledge.
- Lei, Ngan Lin, Yungeng Zhang, Adelina Castelo, e Isabel Poço Lopes. 2020. 《中國高等院校葡萄牙語教學發展報告藍皮書(1960-2020)》 *Livro azul: relatório sobre o ensino do português em instituições de ensino superior da China (1960-2020)*. 1.^a versão. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Li, Changsen. 2016. *Modern Translation History of Macao*. Pequim: Social Sciences Academic Press (China).
- Li, Xia. 2008a. "Nora and Her Sisters". *Neohelicon* 35 (2): 217–35. <https://doi.org/10.1007/s11059-008-4016-4>.
- . 2008b. "Nora and Her Sisters: Lu Xun's Reflections on the Role of Women in Chinese Society with Particular Reference to Elfriede Jelinek's What Happened after Nora Left Her Husband or Pillars of Society (1979)." *Neohelicon* 35 (2): 217–35. <https://doi.org/10.1007/s11059-008-4016-4>.
- Lieberthal, Kenneth. 1987. "The Great Leap Forward and the split in the Yanan leadership." Em *The People's Republic, Part I: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965*, editado por Roderick MacFarquhar e John K. Fairbank, 14:293–359. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lopes, Alexandra. 2012. "Under the Sign of Janus: Reflections on Authorship as Liminality in Translated Literature". *Revista do Centro de Estudos Anglisticos*, III, , n.º 3, 129–56.
- . 2022. "A educação cosmopolita. Imagens do outro na literatura infantojuvenil traduzida em Portugal (1940-1974)". Em *Mudam-se os tempos, mudam-se as traduções? reflexões sobre os vínculos entre (r)evolução e tradução*, editado por Alexandra Lopes e Maria Lin Moniz, 157–78. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- . 2023. "Who's Afraid of Jane Eyre? Translating as Reframing in the Portugal of the 1940s and 1950s". Em *Reframing Translators, Translators as Reframers*, editado

- por Dominique Faria, Marta Pacheco Pinto, e Joana Moura, 1.^a ed., 257–79. Nova Iorque: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003185116-18>.
- Lopes, Alexandra, e Maria Lin Moniz, eds. 2022. *Mudam-se os tempos, mudam-se as traduções? reflexões sobre os vínculos entre (r)evolução e tradução*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Lopes, Maria Alexandra Ambrósio. 2010. “Poética da imperfeição. Autores e tradutores na primeira metade de oitocentos: Walter Scott e A. J. Ramalho e Sousa”. Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa.
- Lourenço, António Apolinário. 2018. “Terra de Ninguém: a Guerra Civil de Espanha visitada e revisitada por escritores portugueses”. *RUA-L: Revista da Universidade de Aveiro. Letras*, n.º 7, 45–60. <https://doi.org/10.34624/rual.v0i7.25368>.
- Lu, Hsun. 1937. “Divorce”. Em *Living China*, editado por Snow Edgar, 85–96. Reynal & Hitchcock.
- . 1960. *A verdadeira história de Ah Q*. Traduzido por José Manuel Calafate. Lisboa: Portugália.
- “Lu Hsun”. 1960. Em *A verdadeira história de Ah Q*, por Hsun Lu. Lisboa: Portugália.
- Lu, Hsun. 1974. *Contos populares chineses (6.^a série)*. Traduzido por Daniel Augusto Gonçalves. Lisboa: Futura.
- Lu, Sin. 1958. *Divórcio*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Clube Bibliográfico Editex.
- Lu, Sun. 1976. *Diário de um louco*. Traduzido por Maria da Graça Morais Sarmiento. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Lu, Tina. 2010. “The literary culture of the late Ming (1573–1644)”. Em *The Cambridge history of Chinese literature*, editado por Kang-i Sun Chang e Stephen Owen, 63–151. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lu, Xun. 1970. “The New-Year Sacrifice”. Em *Modern Chinese Stories*, traduzido por Gladys Yang e Hsien-yi Yang, 29–45. Londres: Oxford University Press.
- . 1972a. “O sacrifício do ano novo”. Em *Contistas da China Popular*, traduzido por Maria Luísa Pinheiro, 41–65. Lisboa: Dom Quixote.
- . 1972b. *Selected Stories of Lu Hsun*. Traduzido por Hsien-yi Yang e Gladys Yang. Nova Iorque: Oriole Editions. <http://archive.org/details/selectedstories00luxurich>.

- . 2005. 《鲁迅全集(第二卷)》 [*Obras Completas de Lu Xun (vol. 2)*]. Pequim: People's Literature Publishing House.
- . 2009. *The Real Story of Ah-Q and Other Tales of China: The Complete Fiction of Lu Xun*. Traduzido por Julia Lovell. Penguin Classics. Londres: Penguin books.
- . 2022. *O diário de um louco: Contos completos de Lu Xun*. Traduzido por Beatriz Henriques, Cesar Matusso, Marcelo Medeiros, Marina Silva, e Pedro Cabral. São Paulo, SP: Carambaia.
- Ludwig, Arnold M. 2002. *King of the Mountain: The Nature of Political Leadership*. Lexington: University Press of Kentucky.
- Macedo, António de. 2012. Entrevista a António de Macedo Entrevistado por João Pedro Bénard e Manuel Mozos. <http://www.cinemateca.pt/CinematecaSite/media/Documentos/Entrevista-a-Antonio-de-Macedo.pdf>.
- . s.d. Os reinos mágicos estão aqui mesmo. Acedido a 31 de agosto de 2024. <https://triplov.com/email/ademac/macedo.html>.
- MacFarquhar, Roderick. 1991. “The sucession to Mao and the end of Maoism”. Em *The People's Republic, Part 2: Revolutions within the Chinese Revolution 1966-1982*, editado por Roderick MacFarquhar e John K. Fairbank, 15:305–401. Cambridge: Cambridge University Press.
- Maia, Rita Bueno. 2009. “A recriação poética e o silêncio. Eugénio de Andrade, tradutor de Lorca”. Em *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, editado por Teresa Seruya, Maria Lin Moniz, e Alexandra Assis Rosa, 279–94.
- . 2012. “De como o pícaro chegou a Portugal e aí se apresentou. Contributo para a história da recepção do romance picaresco espanhol no sistema literário português”. Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Mao, Tsé-tung. 1972. *Poemas*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Futura.
- . 1974. *Poemas de Mao Tse-tung*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Futura.
- . 2001. 《毛泽东文集(第二卷)》*Obras de Mao Tsé-Tung (Vol. 2)*. Pequim: People's Publishing House.
- Mao, Tun. 1967. *Mao tun*. Traduzido por Manuel de Seabra. Coimbra: Atlântida.
- “Maria José Marinho: 90 anos | e-cultura”. s.d. e-Cultura.pt. Acedido a 22 de agosto de 2024. <http://www.e-cultura.pt/evento/9180>.

- Marinho, José. 1957. “Prefácio”. Em *A colina da saudade*, por Suyin Han, traduzido por Maria José Marinho. Lisboa: Ulisseia.
- Mariz, Vera. 2009. “João Carlos Celestino Gomes: Este Fulano Qualquer”. *Clio* 18/19:431–54.
- Marujo, Miguel. 2016. “Eram jovens, radicais, de blusão de cabedal e O Livro Vermelho na mão”. *Diário de Notícias*, 2016, sec. 09 setembro 2016 às 00h50.
- Melo, António. 1973. “Introdução”. Em *Tao te king*, por Tse Lao, traduzido por António Melo. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mendonça, Artur Barracosa, e José Manuel Martins. 2017. “Almanaque Republicano: IN MEMORIAM DE ANTÓNIO DE MACEDO [1931-2017]”. *Almanaque Republicano* (blog). sexta-feira, de outubro de de 2017. <http://arepublicano.blogspot.com/2017/10/in-memori-am-de-antonio-de-macedo-1931.html>.
- Merkle, Denise. 2002. “Presentation”. *TTR : traduction, terminologie, rédaction* 15 (2): 9. <https://doi.org/10.7202/007476ar>.
- Moniz, Maria Lin. 2022. “A Revolução e os livros censurados no Estado Novo”. Em *Mudam-se os tempos, mudam-se as traduções? reflexões sobre os vínculos entre (r)evolução e tradução*, editado por Alexandra Lopes e Maria Lin Moniz, 109–25. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Nakajima, Mineo. 1987. “Foreign relations: from the Korean War to the Bandung Line”. Em *The People’s Republic, Part I: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965*, editado por Roderick MacFarquhar e John K. Fairbank, 14:259–89. The Cambridge History of China. Cambridge: Cambridge University Press.
- Neves, António Loja. 2017. “Manuel de Seabra, Um homem do mundo”. *Expresso*, 5 de setembro de 2017. <https://expresso.pt/cronica/2017-09-05-Manuel-de-Seabra-Um-homem-do-mundo>.
- “Nota explicativa”. 1944. Em *China: Estudos e Traduções*, por Camilo Pessanha, IX–XII. Lisbon: Agência Geral das Colónias.
- Paço, António Simões do, Jorge Fontes, Pamela Peres Cabreira, e Perry Anderson, eds. 2019. *O 25 de abril começou em África*. V.N. de Famalicão: Húmus.
- Pessanha, Camilo. 1944. *China: estudos e traduções*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

- Pięta, Hanna. 2010. “À procura de traduções da literatura polaca em Portugal: algumas questões sobre o uso de fontes bibliográficas na história da tradução”. *Itinerarios*, n.º 11, 121–39.
- . 2013. “Entre periferias: contributo para a história externa da tradução da literatura polaca em Portugal: (1855-2010)”. Lisboa: Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9763>.
- . s.d. “Fontes bibliográficas na história da tradução em Portugal e sua aplicação na identificação de traduções da literatura polaca”. Em “*A Scholar for all Seasons*” *Homenagem a João de Almeida Flor*, editado por J. Carlos Viana Ferreira, Adelaide Meira Serras, Alcinda Pinheiro de Sousa, Alexandra Assis Rosa, Hanna Pięta, Luísa Falcão, Marília Martins Gil, Teresa Cid, Susana Valdez, e Teresa de Ataíde Malafaia, 297–310. Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa / Departamento de Estudos Anglisticos da Faculdade de Letras de Lisboa.
- Pięta, Hanna, Rita Bueno Maia, e Ester Torres-Simón. 2023. *Indirect Translation Explained*. Translation Practices Explained. Londres Nova Iorque: Routledge Taylor & Francis Group.
- Pimentel, Irene Flunser. 2022. *Informadores da PIDE: uma tragédia portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pinheiro, Maria Luísa, trad. 1972. *Contistas da China Popular*. Lisboa: Dom Quixote.
- Pinto, Alexandre Dias. 2022. “Tradutores, mediadores e História Literária na época da Guerra Peninsular: a tradução de um ensaio sobre literatura portuguesa de Robert Southey”. Em *Mudam-se os tempos, mudam-se as traduções? Reflexões sobre os vínculos entre (r)evolução e tradução*, editado por Alexandra Lopes e Maria Lin Moniz, 31–61. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Costa Pinto, António. 1992. *O Salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa.
- . 2022. “Em busca de uma terceira via: a ditadura de Salazar e a difusão de modelos autoritários na era do fascismo”. Em *O Estado Novo de Salazar: uma terceira via autoritária na era do fascismo*, 19–53. Lisboa: Edições 70.
- Pinto, Marta Pacheco. 2013a. “Cancioneiro chinês”. Em *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, editado por Teresa Seruya, D’hulst Lieven, Alexandra Assis Rosa, e Maria Lin Moniz, 57–74. Amsterdão: John Benjamins.

- . 2013b. “Traduzir o outro oriental. A configuração da figura feminina na literatura portuguesa finissecular (António Feijó e Wenceslau de Moraes)”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Pluvioso, Táxi. 2015. “Uma mesa de bilhar”. *Pratinho de Couratos* (blog). 2015. <https://pratinhodecouratos.blogspot.com/2015/12/uma-mesa-de-bilhar-tldr-1984.html>.
- Pym, Anthony. 1998. *Method in Translation History*. Londres: Routledge.
- Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos e Sousa, e Nuno Gonçalo Monteiro. 2009. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rêgo, Francisco de Carvalho e. 1951a. “Duas palavras”. Em *Mui fá*. Macau: Imprensa Nacional.
- . trad. 1951b. *Mui fá*. Macau: Imprensa Nacional.
- Rivera, Jorge Croce. 2020. “Entre o “Abismo” e a “Oculta e Revelada Harmonia”, a Meditação da Via em José Marinho e Lao Tse”. *Revista de Cultura (edição internacional)*, 71–113.
- Rizzi, Andrea, Birgit Lang, e Anthony Pym. 2019. *What Is Translation History? A Trust-Based Approach*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Rosas, Fernando, ed. 2004. *A transição falhada: o marcelismo e o fim do estado novo (1968 - 1974)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Rundle, Christopher. 2012. “Translation as an Approach to History”. *Translation Studies* 5 (2): 232–40. <https://doi.org/10.1080/14781700.2012.663615>.
- . 2014. “Theories and Methodologies of Translation History: The Value of an Interdisciplinary Approach.” *The Translator* 20 (1): 2–8. <https://doi.org/10.1080/13556509.2014.899090>.
- . 2022. *The Routledge Handbook of Translation History*. Routledge Handbooks in Translation and Interpreting Studies. Londres: Routledge.
- Rundle, Christopher, e Kate Sturge, eds. 2010. *Translation Under Fascism*. Londres: Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1057/9780230292444>.
- S., A. J. 1942. “[Prefácio]”. Em *A minha mãe e eu*, por Cheng Tchong e António de Sousa, I–III. Lisboa: Edições Sírius.
- Salazar, António de Oliveira. 2015. *Oliveira Salazar: discursos e notas políticas 1928 a 1966 : obra completa*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Saldanha, Gabriela e Sharon O'Brien. 2014. *Research Methodologies in Translation Studies*. Abingdon: Routledge.
- Sanderson, Daniel. 2015. "Love Is a Many-Splendored Thing: Han Suyin and the Image of Asia". Em *Red Love Across the Pacific: Political and Sexual Revolutions of the Twentieth Century*, editado por Ruth Barraclough, Heather Bowen-Struyk, e Paula Rabinowitz. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Schmaltz, Márcia. 2015. "Apresentação e panorama da tradução entre as línguas chinesa e portuguesa". *Cadernos de Literatura em Tradução*, n.º 14, 13–22. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5388.i14p13-22>.
- Schweiger, Irmay. 2007. "China". Em *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters : a Critical Survey*, editado por Manfred Beller e Joseph Theodoor Leerssen, 126–30. Amsterdão: Rodopi.
- Seabra, Manuel de. 1967. "Prefácio". Em *Mao Tun*, por Mao Tun. Coimbra: Atlântida.
- . 1972. "Prefácio". Em *Poemas*, por Tsé-Tung Mao. Lisboa: Futura.
- . s.d. Entrevista a Manuel de Seabra, por Jordi Cerdá | Fundación Ortega Muñoz Entrevistado por Jordi Cerdá. Acedido a 23 de agosto de 2024. <https://ortegamunoz.com/suroeste/ensayo/entrevista-a-manuel-de-seabra-por-jordi-cerdá/>.
- Sena, Jorge de, trad. 1971. *Poesia de 26 séculos (1.º volume)*. Porto: Inova.
- Serrão, Maria, trad. 1973. *Contos populares chineses (1.ª série)*. Lisboa: Futura.
- Seruya, Teresa. 2013. "Extra-European literatures in anthology during the Estado Novo (1933–1974)". Em *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*, editado por Teresa Seruya, D'hulst Lieven, Alexandra Assis Rosa, e Maria Lin Moniz, 171–85. Amsterdão: John Benjamins.
- . 2018. *Misérias e esplendores da tradução no Portugal do Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- . 2022. "Tradução e revolução: encontros e desencontros. O caso das coleções de literatura (1974-1980)". Em *Mudam-se os tempos, mudam-se as traduções? Reflexões sobre os vínculos entre (r)evolução e tradução*, editado por Alexandra Lopes e Maria Lin Moniz, 222–47. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Seruya, Teresa, e Maria Lin Moniz, eds. 2008. *Translation and censorship in different times and landscapes*. Newcastle: Cambridge Scholars.

- . 2018b. “A eficácia da Censura ao livro no Estado Novo”. Em *Misérias e esplendores da tradução no Portugal do Estado Novo*, 306–27. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- . 2018a. “Livros estrangeiros em Portugal e o discurso da Censura nos anos 50”. Em *Misérias e esplendores da tradução no Portugal do Estado Novo*, 220–35. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Seruya, Teresa, Maria Lin Moniz, e Alexandra Assis Rosa. 2009. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Shapiro, Sidney, trad. 1956a. “About the Author”. Em *Spring Silkworms and Other Stories*, por Mao Tun. Pequim: Foreign Languages Press.
- . trad. 1956b. “Editor’s Note”. Em *Spring Silkworms and Other Stories*, por Mao Tun. Pequim: Foreign Languages Press.
- Sié, C. K. 1944. *Chiang Kai Shek: sua infância e mocidade*. Traduzido por Silvina de Troya Gomes. Lisbon: Gleba.
- Silva, Edgar Freitas Gomes da. 2022. ““Vendaval de utopias”: do catolicismo social ao compromisso político em Portugal : 1965-1976 : os católicos da revolução e o PCP”. Lisboa: Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Instituto Universitário de Lisboa e Universidade de Évora.
- Snow, Edgar, ed. 1937. *Living China, Modern Chinese Short Stories*. Reynal & Hitchcock.
- Soares. 2017. “O homem que tentou convencer Soares a voltar ao Partido Comunista”. *Jornal Expresso*. 10 de janeiro de 2017. <https://expresso.pt/politica/2017-01-10-O-homem-que-tentou-convencer-Soares-a-voltar-ao-Partido-Comunista>.
- “Sobre o autor”. 1974. Em *Histórias de Ye Sinan. Contos chineses para crianças*, por Yi Ho, 83. Lisboa: Vento do Leste.
- Spina, Daniela. 2019. “Uma vida de um certo lirismo: entrevista com Vimala Devi”. *Via Atlântica*, n.º 36 (novembro), 335–46. <https://doi.org/10.11606/va.v0i36.160467>.
- Špírk, Jaroslav. 2011. “Ideology, Censorship, Indirect Translations and Non-Translation: Czech Literature in 20th-century Portugal”. Tese de doutoramento. Univerzita Karlova v Praze.

- . 2014. *Censorship, Indirect Translations and Non-Translation: The (Fateful) Adventures of Czech Literature in 20th-Century Portugal*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- St-Pierre, Paul. 2012. “Response”. *Translation Studies* 5 (2): 240–42. <https://doi.org/10.1080/14781700.2012.663616>.
- Sun, Hai Jun [孙海军], e Jia Ni Wang [汪佳妮]. 2023. “在非孝与尽孝之间——论鲁迅对母亲的矛盾心境 [Entre o incumprimento e o cumprimento da piedade filial - Sobre o estado de espírito ambivalente de Lu Xun em relação à sua mãe]”. *Journal of Shaoxing University* 43 (5): 9–16. <https://doi.org/10.16169/j.issn.1008-293x.s.2023.05.002>.
- Sun, Saiyin. 2017. *Beyond the iron house: Lu Xun and the modern Chinese literary field*. China perspectives series. Londres ; Nova Iorque: Routledge.
- Tan, Zaixi. 2017. “Censorship in Translation: The Dynamics of Non-, Partial and Full Translations in the Chinese Context”. *Meta* 62 (1): 45–68. <https://doi.org/10.7202/1040466ar>.
- Tcheng, Cheng. 1942. *A minha mãe e eu*. Traduzido por Antonino de Sousa. Lisboa: Edições Sírius.
- Torgal, Luís Reis. 2009a. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural vol. I*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0381-0>.
- . 2009b. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural vol. II*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0381-0>.
- Toury, Gideon. 2012. *Descriptive translation studies--and beyond*. Amsterdão: John Benjamins.
- Vaquinhas, Irene. 2000. “Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance”. Em *Turres Veteras III, Actas de História Contemporânea*, 93–101. Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo Alexandre Herculano. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/36891>.
- Vasconcelos, Maria João, trad. 1973. *Contos populares chineses (4.ª série)*. Lisboa: Futura.
- Venuti, Lawrence. 1998. *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference*. Londres: Routledge.

- Viana, Carla. 2004. “Ex-maoistas”. *Público*, 2004, sec. 15 de agosto de 2004.
- Vimr, Ondrej. 2009. “‘... here, in this world, I am utterly useless and redundant.’ Roles of Translators in Scandinavian-Czech Literary Translation 1890-1950”. Em *Translation Research Projects 2*, editado por Anthony Pym e Alexander Perekrestenko, 139–50. Tarragona: Intercultural Studies Group.
- Vinay, Jean-Paul, e Jean Darbelnet. 1995. *Comparative Stylistics of French and English: A Methodology for Translation*. Benjamins Translation Library, v. 11. Amsterdão: John Benjamins.
- Wang, Aiqing. 2023. “‘Hard translation’ in Stories to Enlighten the World”. *LingTera* 10 (2): 1–15. <https://doi.org/10.21831/lt.v10i2.43850>.
- Wang, David Der-Wei. 1992. *Fictional Realism in Twentieth-Century China: Mao Dun, Lao She, Shen Congwen*. Modern Asian Literature Series. Nova Iorque: Columbia Univ. Press.
- White, Hayden. 1986. “Historical Pluralism”. *Critical Inquiry* 12 (3): 480–93.
- . 2005. “Introduction: Historical Fiction, Fictional History, and Historical Reality”. *Rethinking History* 9 (2–3): 147–57. <https://doi.org/10.1080/13642520500149061>.
- Whiting, Allen S. 1987. “The Sino-Soviet split”. Em *The People’s Republic, Part I: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965*, editado por Roderick MacFarquhar e John K. Fairbank, 14:478–538. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wu, Zhiliang. 1996. 《東西交匯看澳門》 [*Macau: onde o oriente e o ocidente se Encontram*]. Macau: Fundação Macau.
- Xu, Lanjun. 2014. “Translation and internationalism”. Em *Mao’s Little Red Book: A Global Story*, editado por Alexander C. Cook, 76–95. Cambridge: Cambridge University Press.
- “Yang, Shuhui (Emeritus)”. 2010. *Asian Studies* (blog). 12 de agosto de 2010. <https://www.bates.edu/asian/faculty/chinese/yang-shuhui/>.
- Yao, Feng. 2015. 《中外文学交流史：中国-葡萄牙卷》*História de Intercâmbio Literário entre a China e Países Estrangeiros: Volume da China e de Portugal*. Jinan: Shandong Education Press.
- Yao, Jing Ming. 2021. “Traduzindo a China literária”. *Rotas a Oriente. Revista de estudos sino-portugueses*, outubro, 199–214. <https://doi.org/10.34624/RO.V0I1.26205>.

- Ye, Zhiliang. 2014. “Algumas considerações sobre a expansão do ensino da língua portuguesa na China”. Em *O português na China: ensino e investigação*, 42–54. Lisboa: Lidel.
- Yeh, Yi-chun. 1972. “Lu Hsun’s Life and His Short Stories”. Em *Selected Stories of Lu Hsun*, por Hsun Lu, traduzido por Hsien-yi Yang e Gladys Yang. Nova Iorque: Oriole Editions.
- Zhang, Dexin [张德鑫]. 1983. “盛成和他的《我的母亲》 [Cheng Tcheng e seu Ma mère]”. 新文学史料 *Historical Studies of Modern Literature*, 4, , 135–43.
- Zhou, Cristina. 2021. “Lu Xun e Antero de Quental: diagnósticos em diálogo”. Em *Diálogos Interculturais Portugal-China 2 Vol. II: Literaturas, artes e línguas em diálogo*, 43–50. [s. l.]: Instituto Internacional de Macau e Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro.
- Zhou, Mengyuan. 2022. “Um periscópio emprestado: tradução e recepção Portuguesa e Brasileira da literatura contemporânea Chinesa (2000-2020)”. Tese de doutoramento. Macau: Universidade de Macau.
- Zhu, Ping. 2015. “The Anamorphic Feminine: History, Memory, and Woman in Lu Xun’s Writings”. Em *Gender and Subjectivities in Early Twentieth-Century Chinese Literature and Culture*, editado por Ping Zhu, 45–72. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137514738_3.

Apêndice I - Catálogo das traduções portuguesas de literatura chinesa publicadas em forma de livro no Estado Novo

Resultado do Capítulo 1 da Parte II, o presente apêndice mostra os dados levantados. Ao organizar os dados obtidos através de métodos que pretendem ser sistemáticos, os objetivos desta compilação de catálogo são de expor as informações do nosso objeto de estudo, de facilitar a nossa discussão na presente dissertação e de tentar ajudar a promover estudos na história da tradução literária chinês-português.

Tendo em conta que a maioria de traduções é antologias, optamos por utilizar um formato de catálogo que possa melhor colocar todas as informações necessárias na mesma página ou em páginas contíguas. Tentámos criar uma lista bibliográfica para mostrar todos os volumes, mas isso tornaria difícil a exposição da seleção de diferentes contos ou poemas traduzidos, bem como respetivos textos originais, autores e datas de publicação.

Seguindo a exposição da *Intercultural Literature*, o nosso catálogo inclui as informações comuns. Concretamente, para o texto de chegada, as informações incluem o ano de publicação, título, tradutor, local de publicação, editora, coleção; para o texto de partida, o autor, título e ano de publicação. O que é diferente, por exemplo, da *Intercultural Literature*, são, primeiramente, as tabelas dedicadas aos contos e poemas incluídos em coletâneas.

Além disso, ainda são adicionados três elementos relativos ao texto de partida: a capa, relatório de censura e volume consultado. Algumas capas são importantes para a análise, enquanto as outras podem melhor ilustrar a impressão do leitor desta dissertação sobre o livro em análise. Para as fontes das capas, prefere-se, se possível, colocar as imagens disponíveis online por não ter a etiqueta de cota da BNP que tapa uma parte do volume. O relatório de censura, quer encontrado quer não, configura-se essencial para o presente estudo. A secção de “consulta” fornece o local de consulta e a cota do volume consultado para permitir a melhor replicabilidade da nossa investigação e a futura investigação.

A secção de “Observações” inclui todas as outras informações que se revelam importantes para o nosso conhecimento, mas não encontram um lugar nas outras secções. Essas informações incluem, se houver, a declaração de tradução direta ou indireta, o texto intermediário, bem como a existência de peritextos como o prefácio ou introdução.

Por fim, seguem-se três notas para explicar alguns detalhes.

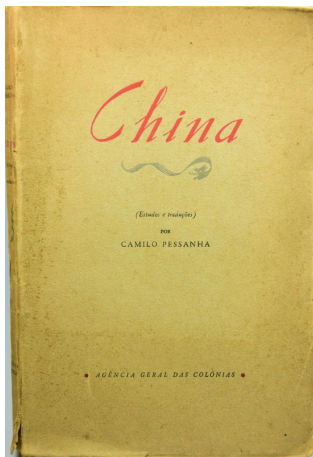
- 1) O nome de autor que consta no volume será colocado entre os parênteses retos, seguindo-se o nome em chinês tradicional e o Pinyin, norma atual para a transliteração romana. As identidades de alguns autores não foram apuradas com certeza durante a nossa investigação e, por isso, deixamos entre parênteses retos os nomes que constam no livro para facilitar futuros estudos arqueológicos.
- 2) Para as datas de nascimento e falecimento dos autores chineses e as datas de publicação dos textos originais, são utilizadas as informações disponíveis nas respetivas páginas da Wikipédia ou Baidu Bike em chinês. No que concerne às datas de nascimento e falecimento dos tradutores portugueses, as informações fazem referência principalmente à *Intercultural Literature*. Em relação às datas de publicação dos textos de chegada, algumas datas que não se encontram no próprio volume são anotados com [Pb], [IL] e [D.L.], que significam que as fontes são de Porbase ([Pb]) ou *Intercultural Literature* ([IL]), ou a data em causa é a data de depósito legal ([D.L.]).
- 3) Textos originais de algumas traduções não foram identificados com certeza durante a presente dissertação. Especificamente, essas traduções incluem *Mui fá, Poesia de 26 séculos (1.º volume)* e as primeiras cinco séries de *Contos populares chineses*. Por falta de informações para identificar textos originais – como o título original e/ou o nome do autor transliterado de forma compreensível –, a identificação dos textos originais, a nosso ver, exige a realização de uma leitura atenta das traduções, várias tentativas em pesquisas das palavras-chave e uma leitura contrastiva entre as traduções e os potenciais textos originais. Tentámos executar este trabalho, mas foi demasiado moroso e pouco frutífero. Desta forma, considerando que o conhecimento sobre os textos originais desses volumes não executarão uma grande influência na presente dissertação, optamos por deixar esse trabalho arqueológico para futuras investigações.

(1) Tcheng, Cheng. 1942. *A minha mãe e eu*. Tradução de Antonino de Sousa. Lisboa: Edições Sírius.

Texto de chegada		
 Fonte: Custojusto.pt	Ano	1942
	Título	A minha mãe e eu
	Tradutor	Sousa, Antonino de (1898-1981)
	Local	Lisboa
	Editora	Edições Sírius
	Coleção	Série contos e novelas, 005
	Consulta	BNP (L. 34246 P.)
	Censura	Relatório 1743: permitido
Observações: Tem um prefácio de A. J. de S., provavelmente do tradutor.		

Texto de partida	
Título	Ma mère et moi
Autor	盛成 Cheng Tcheng (1899-1996)
Ano	1928
Língua	Francês

(2) Pessanha, Camilo (1944). *China: estudos e traduções*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Texto de chegada		
	Ano	1944
	Título	China: estudos e traduções
	Tradutor	Camilo Pessanha (1867-1926)
	Local	Lisboa
	Editora	Agência Geral das Colónias
	Coleção	--
	Consulta	BNP (H.G. 17253 V.)
	Censura	--
Observações: Tem uma nota explicativa adicionada pela casa editorial. O livro tem nove partes, entre as quais a parte IV é das traduções abaixo mostradas, enquanto as outras partes são artigos de Pessanha sobre vários aspetos da China.		

Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
Ascensão ao miradoiro do Kiang	登閱江樓	王守仁 Wang Shouren (1472-1529)	--	Chinês
A noite, no pégo - dragão	龍潭夜坐		1514	
Sôbre o terraço	登台	王廷相 Wang Tingxiang (1474-1544)	--	
Em U-Ch'ang	在武昌作	徐禎卿 Xu Zhenqing (1479-1511)	--	
Evocações do passado	古意		--	
Fantasia da primavera	春思		--	
Soledade	幽寂	沈德潛 Shen Deqian (1673-1769)	--	
Queixumes das esposas do «Hsiang»	湘妃怨	李夢陽 Li Mengyang (1473-1529)	--	

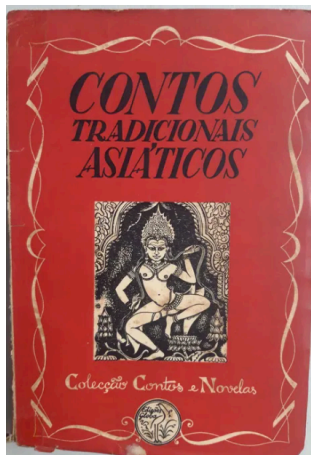
(3) Gomes, Silvina de Troya, trad. 1944. *Contos chineses*. Lisboa: Gleba.

Texto de chegada		
 Fonte: Olx	Ano	1944 [Pb]
	Título	Contos chineses
	Tradutor	Silvina de Troya Gomes (?-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Gleba
	Coleção	Contos e novelas, 012
	Consulta	BNP (L. 13652 P.)
	Censura	--
Observações: É uma seleção e tradução de Silvina de Troya Gomes. O prefácio é da autoria de S. T. G., provavelmente a tradutora. O livro não identifica o autor Feng Menglong, afirmando que aquelas três obras incluídas são do autor desconhecido.		

Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
O estranho destino de Tcheu Cheng-Sien	鬧樊樓多情周勝仙	馮夢龍 Feng Menglong (1574-1646)	1627	Chinês
A morte de Tu-Che-Niang	杜十娘怒沉百寶箱		1624	
O abuso de Lu-Wu-Rann	陸五漢硬留合色鞋		1627	
O poço das trevas	龍飛相公	蒲松齡 Pu Songling [P'u Sung-Lin] (1640-1715)	--	
A princesa do lago Tung-T'ing	西湖主		--	
A pintura misteriosa	畫壁		--	
Melodia maravilhosa	宦娘		--	
Rosto de jade	書痴		--	
A espôsa fantasma	聶小倩			
O aprendiz taoista	勞山道士			

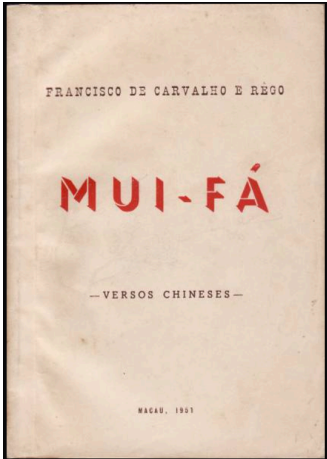
O segrêdo de Heng-Niang	恆娘			
Os fantasmas do Sien-T'ang	汪士秀			
O ventre de Nuwa	補天	魯迅 Lu Xun [Lu Hsun] (1881-1936)	1922	

(4) Gomes, Silvina de Troya, trad. 1945. *Contos tradicionais asiáticos*. Lisboa: Gleba.

Texto de chegada		
 Fonte: Olx	Ano	1945 [Pb]
	Título	Contos tradicionais asiáticos
	Tradutor	Silvina de Troya Gomes (?-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Gleba
	Coleção	Contos e novelas, 022
	Consulta	BNP (L. 36920 P.)
	Censura	--
Observações: É uma seleção e tradução de Silvina de Troya Gomes. O prefácio é da autoria de Celestino Gomes. Esta coletânea afirma incluir dois contos chineses. Porém, o outro, que não está à mostra debaixo, é <i>Hôichi, o sem orelhas</i> é o conto japonês “Hoichi the Earless” (“耳なし芳一”, Mimi-nashi Hōichi).		

Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
A história de Kuang-Tsé	莊子休鼓盆成大道	馮夢龍 Feng Menglong (1574-1646)	1624	Chinês

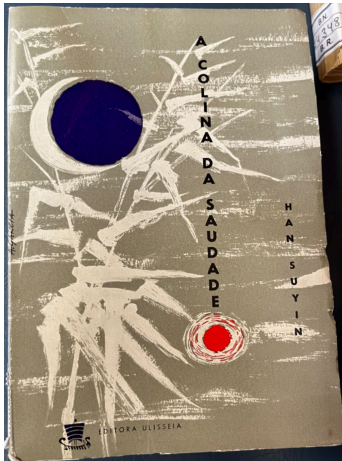
(5) Rêgo, Francisco de Carvalho e. 1951. *Mui fá*. Macau: Imprensa Nacional.

Texto de chegada		
 Fonte: Loja do Cão Preto	Ano	1951
	Título	Mui fá
	Tradutor	Francisco de Carvalho e Rêgo (1898-1960)
	Local	Macau
	Editora	Imprensa Nacional
	Coleção	--
	Consulta	BNP (B.R. 197)
	Censura	--
Observações: A tradução é realizada com a ajuda de Leonel Yeong (Yeong Iau Kün, ?-?). Como mencionado, devido à dificuldade de apurar os poemas originais, a seguinte lista apenas apresenta os títulos e os autores.		

Título	Autor
O regresso na primavera	李白 Li Bai [Li Pó] (701-762)
O velho Pavilhão	
O lamento da esposa	
Ausência	
Na fronteira	
Na fronteira	
Tsung san	
Os corvos que grasnam de noite	
A gruta de Tung Shan	
O outono da vida	
A escada da desilusão (Escada interior que conduzia as favoritas aos aposentos do Imperador)	

O caminho da alma	
A lua brilha	
O passeio de barco	
Kin ling	
O canto da princesa Tze Puh	[Hang Chong] (?-?)
Desejo	[Li-Tuan] (?-?)
Esperança	李商隱 Li Shangyin [Li-Shang-Yin] (813-858)
Não me deixes	孟郊 Meng Jiao [Meng-Siau] (689-740)
Música celestial	杜甫 Tu Fu [Tú-Fú] (712-770)
Ruína	韓偓 Han Wo [Han-Wu] (842-923)
O sonho do amante	[Anónimo]
Os montes da primavera	[Yu-Liang-Shih] (?-?)
Junto à ponte de Chu Chio	劉禹錫 Liu Yuxi [Lin-Yu-Hsi] (772-842)
Neve sobre as montanhas de Chung Nam	[Tsu-Yang] (?-?)
Canção do enterro da flor	[Anónimo]
O barquinho de papel (A minha mãe)	冰心 Bing Xin [Peng Sam] (1900-1999)
Consolação	

(6) Han, Suyin. 1957. *A colina da saudade*. Traduzido por Maria José Marinho. Lisboa: Ulisseia.

Texto de chegada		
 Fonte: volume consultado	Ano	1957 [D.L.]
	Título	A colina da saudade
	Tradutor	Maria José Marinho (1928-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Ulisseia
	Coleção	Série literária, 026
	Consulta	BNP (B.R. 10982)
	Censura	--
Observações: Tem um prefácio de José Marinho.		

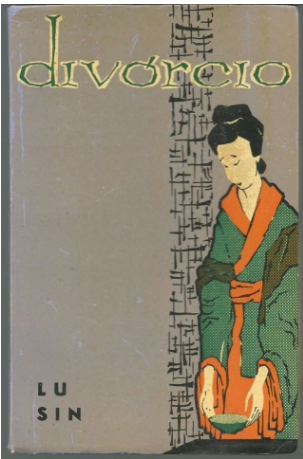
Texto de partida	
Título	A Many-Splendoured Thing
Autor	Han Suyin (1917-2012)
Ano	1952
Língua	Inglês

(7) Han, Suyin. 1957. *A colina da saudade*. Traduzido por Alice Chaves. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.

Texto de chegada		
 Fonte: volume consultado	Ano	1957
	Título	A colina da saudade
	Tradutor	Alice Chaves (?-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Agência Portuguesa de Revistas
	Coleção	Cinema
	Consulta	BNP (L. 45519 P.)
	Censura	--
Observações: Tem um prefácio de José Marinho.		

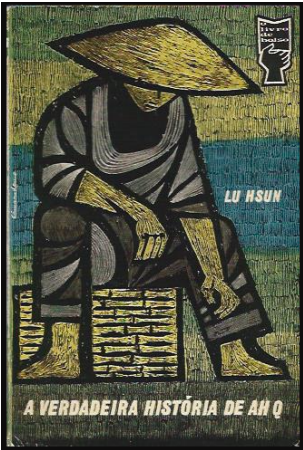
Texto de partida	
Título	A Many-Splendoured Thing
Autor	Han Suyin (1917-2012)
Ano	1952
Língua	Inglês

(8) Lu, Sin. 1958. *Divórcio*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Clube Bibliográfico Editex.

Texto de chegada		
 Fonte: Trade Stories	Ano	1958
	Título	Divórcio
	Tradutor	Manuel de Seabra (1932-2017)
	Local	Lisboa
	Editora	Clube Bibliográfico Editex
	Coleção	--
	Consulta	BNP (L. 48685 P.)
	Censura	R. 6310
Observações: Tem um prefácio do tradutor sobre o autor. É uma coletânea de contos que provêm originalmente de duas coletâneas em chinês, 《吶喊》 (<i>Clamar</i> , 1923) e 《彷徨》 (<i>Hesitação</i> , 1926). Não especifica se é uma tradução direta ou indireta.		

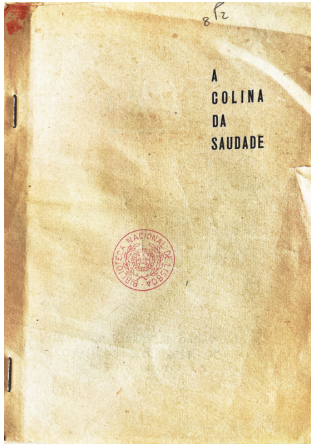
Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
Divórcio	離婚	魯迅 Lu Xun [Lu Sin] (1881-1936)	1925	Chinês
Amanhã	明天		1920	
História de cabelos	頭髮的故事		1920	
Luto pelo passado	傷逝——涓生的手記		1925	
Medicamento	藥		1919	
O homem solitário	孤獨者		1926	
Terra natal	故鄉		1921	

(9) Hsun, Lu. 1960. *A verdadeira história de Ah Q*. Traduzido por José Manuel Calafate. Lisboa: Portugalia.

Texto de chegada		
 Fonte: Leituaria	Ano	1960 [IL]
	Título	A verdadeira história de ah Q
	Tradutor	José Manuel Calafate (?-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Portugalia
	Coleção	O livro de bolso, 14
	Consulta	Adquirido da mercado de segunda-mão (também disponível na biblioteca da Universidade do Algarve)
	Censura	--
Observações: É uma tradução indireta da versão italiana, <i>La vera storia di Ah Q e altri racconti</i> , tradução de Luciano Bianciardi. O prefácio do texto original em chinês 《呐喊》 <i>Calmar</i> é traduzido e colocado no final do livro.		

Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
A verdadeira história de Ah Q	阿 Q 正傳	Lu Hsun [魯迅 Lu Xun] (1881-1936)	1921-1922	Chinês
Diário dum louco	狂人日記		1918	
Forjando a espada	鑄劍		1927	
Velha casa	故鄉		1921	

(10) Han, Suyin. 1960. *A colina da saudade*. Traduzido por António Aveledo. Lisboa: Editorial Popular F. Bento & Correia.

Texto de chegada		
 Fonte: Leituaria	Ano	1960 [D.L.]
	Título	A colina da saudade
	Tradutor	António Aveledo (?-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Editorial Popular F. Bento & Correia
	Coleção	Ecran de Ouro
	Consulta	BNP (L. 75499 P.)
	Censura	--
Observações: Apresenta-se como “adaptação literária do filme <i>A colina da saudade</i> ”		

Texto de partida	
Título	A Many-Splendoured Thing
Autor	Han Suyin (1917-2012)
Ano	1952
Língua	Inglês

(11) Mao, Tun. 1967. *Mao tun*. Traduzido por Manuel de Seabra. Coimbra: Atlântida.

Texto de chegada		
 Fonte: OLX	Ano	1967
	Título	Mao tun
	Tradutor	Manuel de Seabra (1932-2017)
	Local	Coimbra
	Editora	Atlântida
	Coleção	Antologia do conto moderno
	Consulta	Biblioteca Universitária João Paulo II (CRL951138)
	Censura	--
Observações: Tem um prefácio do tradutor sobre o autor e uma apresentação do autor na segunda badana do livro. O tradutor afirma que a tradução “foi feita com o auxílio da versão inglesa de Sidney Shapiro (<i>Spring Silkworms and Other Stories</i>, Pequim, 1965) cotejada <i>pari passu</i> com o original chinês, que foi sempre decisivo em todas as divergências entre os dois textos”.		

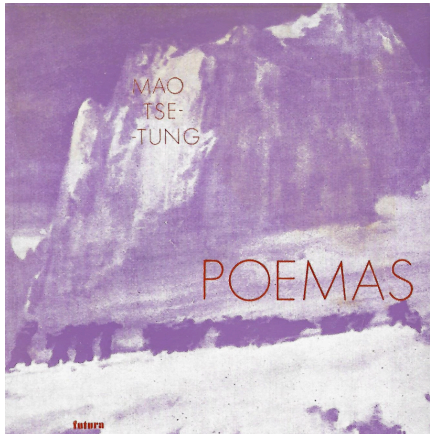
Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
Bichos de seda da primavera	春蠶	茅盾 Mao Dun [Mao Tun] (1896-1981)	1932	Chinês
Colheita de outono	秋收		1933	
Ruína de inverno	殘冬		1933	
Epítome	小巫		1932	
A confusão do Sr. Chao	趙先生想不通		1932	
A primeira manhã no escritório	第一個半天的工作		1935	
A loja da família Lin	林家鋪子		1932	

(12) Sena, Jorge de, trad. 1971. *Poesia de 26 séculos (1.º volume)*. Porto: Inova.

Texto de chegada		
 Fonte: Laisnova	Ano	1971
	Título	Poesia de 26 séculos (1.º volume)
	Tradutor	Jorge de Sena (1919-1978)
	Local	Porto
	Editora	Inova
	Coleção	As mãos e os frutos
	Consulta	BNP (TR. 5030 V.)
	Censura	--
Observações: Não se encontram informações dedicadas exclusivamente à literatura chinesa ou aos poemas chineses incluídos. Como mencionado, devido à dificuldade de apurar os poemas originais, a seguinte lista apenas apresenta os títulos e os autores.		

Título	Autor
As brancas nuvens	李白 Li Bai [Li Po] (701-762)
Bebendo ao luar	
Olhando com tristeza a lua	
Uma flauta toca	杜甫 Tu Fu (712-770)

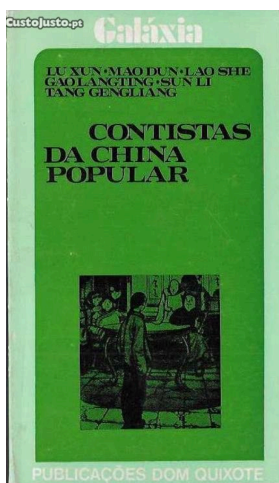
(13) Mao, Tsé-tung. 1972. *Poemas*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Futura.

Texto de chegada		
	Ano	1972
	Título	Poemas
	Tradutor	Manuel de Seabra (1932-2017)
	Local	Coimbra
	Editores	Futura
	Coleção	--
	Consulta	BNP (L. 65958 P.)
	Censura	--
Fonte: Livraria Ler com Gosto		
Observações: Tem uma apresentação do autor na primeira orelha, um prefácio do tradutor sobre o autor, bem como duas apresentações do tradutor no final do livro e na segunda orelha.		

Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
Ch'angsha	長沙	毛澤東 Mao Tsé-tung (1893-1976)	1925	Chinês
A torre do grau amarelo	黃鶴樓		1927	
Ching kangshan	井岡山		1928	
A luta entre Chiang e Kwangsi	蔣桂戰爭		1929	
'Chung Yang'	重陽		1929	
Dia de ano novo	元旦		1930	
De T'ingchou a Ch'angsha	從汀州向長沙		1930	
Resistindo ao 'primeiro cerco'	反第一次大「圍剿」		1931	
Resistindo ao 'segundo cerco'	反第二次大「圍剿」		1931	
Tapoti	大柏地		1933	
Huich'ang	會昌		1934	

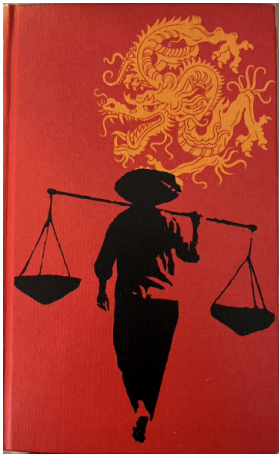
O desfiladeiro de Loushan	婁山關		1935	
Três canções de dezasseis caracteres	十六字令三首		1934-35	
A grande marcha	長征		1935	
K'unlun	崑崙		1935	
Monte Liup'an	六盤山		1935	
Neve	雪		1936	
Para o Sr. Liu Ya-Tzu	和柳亞子先生		1949	
'Wan Hsi Sha'	浣溪沙		1950	
Peitaiho	北戴河		1954	
Nadando	游泳		1956	
Os imortais (Para Li Shu-yi)	答李淑一		1957	
Adeus ao senhor das pestes	送瘟神		1958	
A captura de Nanquim pelo exército popular de libertação	人民解放軍佔領南京		1949	
Regresso a Shaoshan	到韶山		1959	
Subida ao Lushan	送廬山		1959	
Inscrição numa fotografia de milicianas	為女民兵題照		1961	
Resposta a um amigo	答友人		1961	
Inscrição numa fotografia da caverna dos imortais, em Lushan, tirada pelo camarada LI Chin	為李進同志題所攝廬山仙人洞照		1961	
Resposta ao camarada Kuo Mo-Jo	和郭沫若同志		1961	
Ode à flor da ameixeira	詠梅		1961	
Nuvens de inverno	冬雲		1962	
Resposta ao camarada Kuo Mo-Jo	和郭沫若同志		1963	

(14) Pinheiro, Maria Luísa, trad. 1972. *Contistas da China Popular*. Lisboa: Dom Quixote.

Texto de chegada		
 Fonte: CustoJusto.pt	Ano	1972
	Título	Contistas da China Popular
	Tradutor	Maria Luísa Pinheiro (1932-2017)
	Local	Lisboa
	Editora	Dom Quixote
	Coleção	Galáxia ; 5
	Consulta	Biblioteca Universitária João Paulo II (CRL934327)
Censura	--	
Observações: É traduzido a partir da versão inglesa <i>Modern Chinese Stories</i> (1970; Oxford University Press) do sinólogo W. J. F. Jenner (1940-).		

Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
A minha antiga casa	故鄉	魯迅 Lu Xun (1881-1936)	1921	Chinês
O sacrifício do ano novo	祝福		1924	
No barco	船上	茅盾 Mao Dun (1896-1981)	1966	
Um começo auspicioso	開市大吉	老舍 Lao She (1899-1966)	1947	
Huaiyiwan — Uma história das guerrilhas de Shensi do Norte	懷義灣 — 一個女人翻身的故事	高朗亭 Gao Langting (1912-1994)	1946	
O ferreiro e o carpinteiro	鐵木前傳	孫犁 Sun Li (1913-2002)	1956	
A cooperativa dos pobres	窮棒子辦社	唐耿良 Tang Gengliang (1929-2009)	1966	

(15) Han, Suyin. 1973. *A colina da saudade*. Traduzido por Maria José Marinho. Lisboa: Círculo de Leitores.

Texto de chegada		
	Ano	1973
	Título	A colina da saudade
	Tradutor	Maria José Marinho (1928-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Círculo de Leitores
	Coleção	--
	Consulta	BNP (L. 22036 V.)
	Censura	--
Fonte: volume possuído por nós		
Observações: A tradução é igual à versão portuguesa da mesma tradutora, mas publicada pela editora Ulisseia. Não tem o prefácio de José Marinho, que acompanha a versão anterior. Adiciona-se uma apresentação da autora no final do livro.		

Texto de partida	
Título	A Many-Splendoured Thing
Autor	Han Suyin (1917-2012)
Ano	1952
Língua	Inglês

(16) Serrão, Maria, trad. 1973. *Contos populares chineses (1.ª série)*. Lisboa: Futura.

Texto de chegada		
 Fonte: Worten	Ano	1973
	Título	Contos populares chineses (1.ª série)
	Tradutor	Maria Serrão (?-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Futura
	Coleção	--
	Consulta	C. G. 10948 V.
	Censura	--
Observações: A contracapa tem um texto introdutório das primeiras quatro séries desta coleção de <i>Contos populares chineses</i> . Como referido, sendo difícil e moroso apurar os textos de partida e autores desses contos populares, o presente catálogo não os apresenta.		

Textos de chegada	
O cavaleiro Rã (uma história do tibete)	O cavalo de Madeira (uma história do povo Uighur)
Ma Liang e o seu pincel mágico (uma história do povo Han)	A história do Herói Shigar (uma história do povo Yi)
O terceiro filho e o governador (uma história do povo Chuang)	À procura do marido na Grande Muralha (uma história do povo Han)
O lago das oliveiras (uma história do povo Han)	Como os irmãos dividiram entre si a propriedade (uma história do povo Han)
Histórias acerca de Nasrdin Avanti (do povo Uighur)	

(17) Joyce, Patrícia, trad. 1973. *Contos populares chineses (2.ª série)*. Lisboa: Futura.

Texto de chegada		
 Fonte: Laisnova	Ano	1973
	Título	Contos populares chineses (2.ª série)
	Tradutor	Patrícia Joyce (pseud.)
	Local	Lisboa
	Editores	Futura
	Coleção	--
	Consulta	C. G. 10948 V.
	Censura	--
Observações: A contracapa tem um texto introdutório das primeiras quatro séries desta coleção de <i>Contos populares chineses</i>. Como referido, sendo difícil e moroso apurar os textos de partida e autores desses contos populares, o presente catálogo não os apresenta.		

Textos de chegada	
O peixeiro e o iaque de um só olho (uma história do Tibete)	A tartaruga pretensiosa (uma história do Tibete)
A chachatatutu e a fénix (uma história do Tibete)	A lebre e o mercador (uma história do Tibete)
Os seis ofícios (uma história do Tibete)	O castigo do corvo
Plop! (uma história do Tibete)	A vingança do coelho (uma história do Tibete)
A raposa que pretendia ser rei (uma história do Tibete)	A história do camelozinho (uma história mongol)
Como nasceu o violino de cabeça de cavalo (uma história mongol)	Os sete irmãos (uma história Han)
A velha e o tigre (uma história Han)	A avó lobo (uma história Han)
O descomunal boneco de açúcar	O tigre encontra um professor (uma história Han)

A raposa, o macaco, a lebre e o cavalo (uma história Han)	O búfalo e o tigre (uma história Chuang)
O canteiro que nunca estava satisfeito (uma história Chuang)	Porque têm, os coelhos brancos, olhos vermelhos e orelhas tão compridas (uma história Chuang)
Os três tesouros (uma história Uighur)	O cajado mágico (uma história Yi)

(18) Joyce, Patrícia, trad. 1973. *Contos populares chineses (3.ª série)*. Lisboa: Futura.

Texto de chegada		
 Fonte: Laisnova	Ano	1973
	Título	Contos populares chineses (3.ª série)
	Tradutor	Patrícia Joyce (pseud.)
	Local	Lisboa
	Editora	Futura
	Coleção	--
	Consulta	C. G. 10948 V.
	Censura	--
Observações: A contracapa tem um texto introdutório das primeiras quatro séries desta coleção de <i>Contos populares chineses</i>. Como referido, sendo difícil e moroso apurar os textos de partida e autores desses contos populares, o presente catálogo não os apresenta.		

Textos de chegada	
O rei das Romãs (uma história Uighur)	As 7 donzelas encantadas (uma história Tai)
O governador e o mágico (uma história do Tibete)	O brocado Chuang (uma história Chuang)
A ânfora de ouro e os macacos (uma história do Tibete)	O sapo que chegou a imperador (uma história Chuang)
A mulher inteligente (uma história Uighur)	A sabedoria de Ma Tsai (uma história Han)
A sombra da amoreira (uma história Uighur)	O filho da Montanha (uma história da Mongólia)
Para finório, finório e meio (uma história Han)	

(19) Vasconcelos, Maria João, trad. 1973. *Contos populares chineses (4.ª série)*. Lisboa: Futura.

Texto de chegada		
 Fonte: Volume consultado	Ano	1973
	Título	Contos populares chineses (4.ª série)
	Tradutor	Maria João Vasconcelos (?-?)
	Local	Lisboa
	Editora	Futura
	Coleção	--
	Consulta	C. G. 10948 V.
	Censura	--
Observações: A contracapa tem um texto introdutório das primeiras quatro séries desta coleção de <i>Contos populares chineses</i>. Como referido, sendo difícil e moroso apurar os textos de partida e autores desses contos populares, o presente catálogo não os apresenta.		

Textos de chegada	
Drolmakyid, a fada (uma história tibetana)	O domador de Leões (uma história tibetana)
O manto da pele do tigre rei (uma história mongólica)	As montanhas imortais (uma história mongólica)
O órfão Yen Jan (uma história kawa)	A placa do dragão (uma história Hui)
A faca mágica (uma história uighur)	A ponte de Chaochou (uma história Han)
A flor mágica da fénix (uma história han)	

(20) Gonçalves, Daniel Agosto, trad. 1974. *Contos populares chineses (5.ª série)*. Lisboa: Futura.

Texto de chegada		
 Fonte: Custojusto.pt	Ano	1974
	Título	Contos populares chineses (5.ª série)
	Tradutor	Daniel Augusto Gonçalves (1921-1995)
	Local	Lisboa
	Editora	Futura
	Coleção	--
	Consulta	C. G. 10948 V.
	Censura	--
Observações: A contracapa tem um texto introdutório que é diferente do texto nas contracapas das primeiras quatro séries. O volume tem um prefácio de autoria de Chang Yu-Luan (?-?). Como referido, sendo difícil e moroso apurar os textos de partida e autores desses contos populares, o presente catálogo não os apresenta.		

Textos de chegada	
O chapim e grifo (Chuang Tzu)	O bálsamo para as mãos gretadas (Chuang Tzu)
A ave morta por bondade (Chuang Tzu)	Quando se aprende a coisa errada (Chuang Tzu)
A arte de esculpir dragões (Chuang Tzu)	Como dois jovens pastores perderam as suas ovelhas (Chuang Tzu)
A rã no poço (Chuang Tzu)	A carpa na vala sem água (Chuang Tzu)
Três castanhas ou quatro (Lieh Tzu)	Suspeita (Lieh Tzu)
Derrubar o plátano (Lieh Tzu)	Como o tolo movia montanhas (Lieh Tzu)
O homem que não viu ninguém (Lieh Tzu)	O título de propriedade perdido no caminho (Lieh Tzu)
A oferta de pombas (Lieh Tzu)	Demasiados caminhos (Lieh Tzu)

Pintar fantasmas (Han Fei Tzu)	O príncipe e o seu arco (Yin Wen Tzu)
Pauzinhos de marfim (Han Fei Tzu)	Porque foi que Tseng Shen matou o porco (Han Fei Tzu)
O homem que dizia saber tocar flauta (Han Fei Tzu)	O homem vendia lanças e escudos (Han Fei Tzu)
O muro a cair (Han Fei Tzu)	Uma receita para a imortalidade (Han Fei Tzu)
A compra de um par de sapatos (Han Fei Tzu)	À espera da lebre (Han Fei Tzu)
Vender o cofre sem as pérolas (Han Fei Tzu)	Como mudaram de casa as duas cobras de água (Han Fei Tzu)
O arco e a flecha (Han Fei Tzu)	O cocheiro presumido (Yen Tzu)
O senhor que adorava dragões (Shen Tzu)	O pilha-galinhas (Mêncio)
Ensinar a jogar as damas (Mêncio)	Ajudar os rebentos a crescer (Mêncio)
A diferença entre cinquenta metros e cem (Mêncio)	A narceja e o mexilhão (Histórias dos Estados em Guerra)
A raposa que se aproveitou da força do tigre (Histórias dos Estados em Guerra)	A enguia sagrada. Jardim de Maravilhas (Yi Yuan)
O porco de cabeça branca (história ulterior de Han)	A pele e o coiro
O reflexo do arco. Temas tradicionais (Feng Su Tung)	O dragão que se transformou em peixe (Jardim de anedotas)
Sobre o uso da armadura. Novas dissertações (Hsin Hsu)	A cigarra, o louva-a-deus e o pardal (Jardim de Anedotas)
A parábola do estudo (Jardim de Anedotas)	O uso de parábolas (Jardim de anedotas)
A coruja muda de casa. Jardim de Anedotas (Shuo Yuan)	Quem merecia o lugar de honra. História da Dinastia de Han
O cego e o coxo. Huai Nan Tzu	Lamentando a morte de uma mãe. Huai Nan Tzu
Desenhar uma cobra com pernas. Histórias dos Estados em guerra	A velhota Ladina. Comentário de Han Ying ao Livro dos cânticos)

Castigar o cavalo. Dissertações de Lu Pu-Wei	O roubo do sino. Dissertações de Lu Pu-Wei
Filho de peixe não sabe nadar. Dissertações de Lu Pu-Wei	A estatueta de barro e a imagem de madeira. Histórias dos estados em guerra
Marcar o barco para localizar a espada. Dissertações de Lu Pu-Wei (Lu Shih Chun Chiu)	A compra de um bom cavalo. Histórias dos estados em guerra
O mais belo. Histórias dos estados em guerra	A luz emprestada. Histórias dos estados em guerra
A direcção errada. Histórias dos estados em guerra	Boato. Histórias dos estados em guerra

(21) Lu, Hsun. 1974. *Contos populares chineses (6.ª série)*. Traduzido por Daniel Augusto Gonçalves. Lisboa: Futura.

Texto de chegada		
 Fonte: Laisnova	Ano	1974
	Título	Contos populares chineses (6.ª série)
	Tradutor	Daniel Augusto Gonçalves (1921-1995)
	Local	Lisboa
	Editores	Futura
	Coleção	--
	Consulta	C. G. 10948 V.
	Censura	--
Observações: A contracapa tem um texto introdutório igual ao 5.ª série. O volume inclui uma introdução e um prefácio do autor. A tradução inclui todos os contos incluídos na coletânea original.		

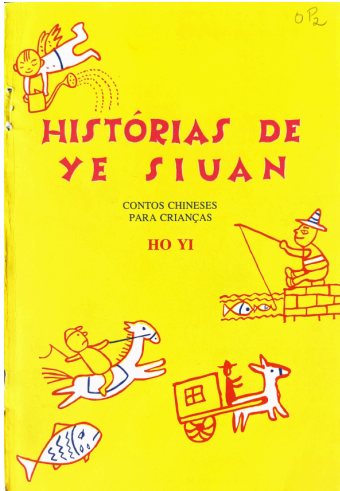
Texto de partida	
Título	故事新編
Autor	魯迅 Lu Xun [Lu Hsun] (1881-1936)
Ano	1936
Língua	Chinês

(22) Mao, Tsé-tung. 1974. *Poemas de Mao Tse-tung*. Traduzido por Manuel de Seabra. Lisboa: Futura.

Texto de chegada		
 Fonte: Manuseado	Ano	1974
	Título	Poemas de Mao Tse-tung
	Tradutor	Manuel de Seabra (1932-2017)
	Local	Coimbra
	Editora	Futura
	Coleção	--
	Consulta	BNP (L. 67623 P.)
	Censura	--
Observações: O volume é quase igual à versão publicada em 1972, exceto a capa e o título (ver (13) do presente catálogo).		

Textos de partida e de chegada: seleção igual a (13) do presente catálogo.

(23) Ho, Yi. 1974. *Histórias de Ye Sinan. Contos chineses para crianças*. Lisboa: Vento de Leste.

Texto de chegada		
 Fonte: volume consultado	Ano	1974
	Título	Histórias de Ye Sinan. Contos chineses para crianças
	Tradutor	--
	Local	Lisboa
	Editores	Vento de Leste
	Coleção	Arte e cultura novas, 001
	Consulta	BNP (P. 7803 P.)
	Censura	--
Observações: Tem um prefácio do autor, bem como uma apresentação do autor no final do livro. A tradução portuguesa é uma tradução indireta, realizada a partir da versão francesa <i>Contes de Ye Siuan</i>, publicada pela casa editorial Edições de Pequim [Edições em Línguas Estrangeiras].		

Textos incluídos	Textos de partida			
Título	Título	Autor	Ano	Língua
As melancias do Pai Ho	和老爹的西瓜	贺宜 Ho Yi (1915-1987)	--	Chinês
A uva azeda	酸葡萄			
Histórias de sapatos	鞋子的故事			
O conto do espelho	鏡子的故事			
A menina do nariz vermelho	紅鼻子的姑娘			
«Kou Se-Pao» (o menino choramingas)	“哭死寶”			
A espada	寶劍			
Histórias de Ye Siuan	野旋的童話			

Apêndice II - Traduções chinês-português mencionadas por Yao (2015, 151-190), Cheng (2020, 57) e Seruya (2018, 166-171)

O presente Apêndice, através de organização das traduções presentes nos três trabalhos indicados acima (Yao 2015; Cheng, 2020; Seruya 2018), visa fundamentar a nossa conclusão no 1.1 do Capítulo 1 da Parte I. Procuramos demonstrar que os três estudos lidos não incluem todas as traduções portuguesas de literatura chinesa publicadas nos períodos respetivamente investigados. Yao (2015) investigou a literatura chinesa em Portugal ao longo dos cinco séculos de relações sino-lusófonas; Cheng (2020) realiza um levantamento de todas as traduções publicadas depois dos anos 50; Seruya (2018) fornece dados obtidos da *Intercultural Literature*. Como mostrará o nosso quadro abaixo, algumas traduções são mencionadas num trabalho, mas encontram-se ausentes noutros.

O Apêndice serve assim para detalhar as razões pelas quais nos parece que as conclusões sobre a história da tradução chinês-português, apresentadas pelos trabalhos de Yao (2015), Cheng (2020) e Seruya (2018), poderão vir a ser completadas pela presente investigação.

Em relação às informações incluídas no quadro, estas são sobretudo fornecidas nos trabalhos lidos, exceto “tipo do livro”, que foi adicionado por nós. O “ano” refere-se ao ano de publicação do texto de chegada em questão; o “título” é o título desse mesmo livro; a “fonte” indica em qual dos estudos o volume é mencionado. Ainda se adiciona “tipo do livro” para procurar mostrar que a conclusão de Yao (2015, 167) de que “a maioria das obras da literatura chinesa traduzidas para português é poemas” pode não ser confirmada pelos dados aqui mostrados.

Para examinar a referida afirmação de Yao (2015, 167), podemos categorizar os tipos dos livros na tabela mostrada. Existem 18 coletâneas de poemas e 26 publicações de narrativa ficcional (romances + novelas + coletâneas de contos). Sendo o número de publicações de narrativa ficcional superior ao de coletâneas de poemas, os dados reunidos não confirmam que a maior parte de traduções seja poemas.

Cheng (2020, 11) conclui “que a maioria das traduções (cerca de 80 %) só apareceu nos últimos 20 anos (a mais recente é de 2018) e que mais de 60 % foram feitas via uma terceira língua, ou seja, são traduções indiretas”. No entanto, os nossos dados sugerem que as percentagens fornecidas por Cheng poderão ser revistas à luz de novas traduções recolhidas na presente investigação.

Por fim, com base na *Intercultural Literature*, Seruya (2018, 166) afirma que os autores chineses publicados entre 1935 e 1974 não chegam à “meia dúzia”. Todavia, tal como se vê abaixo, as antologias são muitas e podemos afirmar que ultrapassam seis autores na lista. Por exemplo, apenas os dois volumes, *China: estudos e traduções* e *Contos chineses*, reúnem oito autores (cinco poetas e três contistas).

	Ano	Título	Fonte	Tipo do livro
1.	1890	Cancioneiro chinês	Yao	Coletânea de poemas
2.	1942	A minha mãe e eu	Seruya	Coletânea de contos
3.	1944	China: estudos e traduções	-	Coletânea de artigos e poemas
4.	1944	Contos chineses	Seruya	Coletânea de contos
5.	1945	Contos tradicionais asiáticos	Seruya	Coletânea de contos
6.	1951	Mui fá	Yao	Coletânea de poemas
7.	1971	Poesia de 26 séculos	Yao	Coletânea de poemas
8.	1972	Poemas	Seruya	Coletânea de poemas
9.	1973	Contos populares chineses (1. ^a série)	Seruya	Coletânea de contos
10.	1973	Contos populares chineses (2. ^a série)	Seruya	Coletânea de contos
11.	1973	Contos populares chineses (3. ^a série)	Seruya	Coletânea de contos
12.	1973	Contos populares chineses (4. ^a série)	Seruya	Coletânea de contos
13.	1974	Contos populares chineses (5. ^a série)	Seruya	Coletânea de contos

		série). Fábulas		
14.	1974	Contos populares chineses (6. ^a série)	Seruya	Coletânea de contos
15.	1974	Poemas de Mao Tsé-tung	Seruya	Coletânea de poemas
16.	1976	A estrela vermelha	Cheng	Novela
17.	1976	Diário de um louco	Cheng	Coletânea de contos
18.	1976; 1978	Ah Q: tragédia chinesa baseada em Lu Sun	Cheng	Peça de teatro
19.	1985	O pavilhão do ocidente	Yao	Coletânea de poemas
20.	1987	Poesia escolhida de Ai Qing	Yao e Cheng	Coletânea de poemas
21.	1989	Uma antologia de Poesia Chinesa	Yao	Coletânea de poemas
22.	1990	Poemas de Li Bai	Yao	Coletânea de poemas
23.	1990	O livro dos cantares	Yao	Coletânea de poemas
24.	1991	Poemas de Bai Juyi	Yao	Coletânea de poemas
25.	1993	Poemas de Wang Wei	Yao	Coletânea de poemas
26.	1993	O Rosto do Vento Leste: Doze Textos de Prosa Clássico Chinês	Yao	Coletânea de prosas literárias
27.	1995	Cisnes selvagens : três filhas da China	Yao	Biografia
28.	1997	Ervas silvestres	Yao e Cheng	Coletânea de contos e prosas poéticas
29.	1999	Antologia de poetas de Macau	Yao	Coletânea de poemas
30.	2000	À espera	Yao	Romance
31.	2001	Uma cana de pesca para o meu avô	Cheng	Coletânea de contos
32.	2002	A montanha da alma	Cheng	Romance
33.	2003	25 poemas de Han-Shan	Yao	Coletânea de poemas
34.	2003	Os alienados	Yao	Romance

35.	2003	Mulheres da China	Yao e Cheng	Coletânea de ensaios
36.	2004	Poemas de uma monografia de Macau	Yao	Coletânea de poemas
37.	2004	O sol cai no tibete	Cheng	Biografia
38.	2004	A rapariga de Pequim	Cheng	Romance
39.	2007	A minha vida enquanto imperador	Cheng	Romance
40.	2007	Destroços de guerra	Yao	Romance
41.	2007	Gao Ge – Poemas	Yao	Coletânea de poemas
42.	2007; 2012	Peito grande, ancas largas	Yao e Cheng	Romance
43.	2008	Servir o povo	Cheng	Novela
44.	2009	A hora do lobo	Cheng	Romance
45.	2009	Poemas de Han Shan	Yao	Coletânea de poemas
46.	2010	Não há palavras	Cheng	Romance
47.	2011	O Sol, a lua e a via do fio de seda: uma leitura do Yi Jing	Yao	Coletânea de poemas
48.	2012	Poemas de Shu Wang	Yao	Coletânea de poemas
49.	2012	Negros anos	Cheng	Romance
50.	2012	Mudanças	Yao e Cheng	Romance
51.	2014	A imperatriz viúva	Yao	Biografia
52.	2017	Crónica de um vendedor de sangue	Cheng	Romance
53.	2018	China em dez palavras	Cheng	Coletânea de ensaios
54.	2018	Viver	Cheng	Romance

Apêndice III - Livros censurados relativos à China

Para complementar a discussão no 3.3.3 da Parte I, é elaborada a seguinte tabela com base em duas fontes. Primeiramente, foi consultado o índice de relatórios de censura elaborado por Teresa Seruya e Maria Lin Moniz, “Relatórios de censura produzidos durante o Estado Novo” (<https://fch.lisboa.ucp.pt/system/files/assets/files/indice-rel-censura.pdf>). Lemos as colunas de título e autor para identificar os livros cujos títulos são relativos ao tema da China ou cujo autor parece ser chinês. Segundamente, tentamos aceder aos relatórios de censura identificados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que abrange os despachos emitidos entre 1934 e 1972 (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4331832>). Por isso, as seguintes entradas são aquelas que existem no índice de Seruya e Moniz e podem ser consultadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo online.

As primeiras quatro colunas – “Data”, “Relatório”, “Título” e “Autor” – são reproduzidas de acordo com o referido índice de Seruya e Moniz. As últimas duas colunas – “Decisão” e “Razão” – são adicionadas para o fim da discussão no 3.3.3 da Parte I. A decisão tem três situações: “proibido”, “autorizado” e “[sem indicação]”. Esta última acontece num relatório que não tem a frase final nem o carimbo de decisão. Quanto à razão, são criadas as categorias mais abrangentes com base na terminologia utilizada nos relatórios.

Concretamente, para a proibição, existem “Propaganda comunista” e “[S. explicação]”. Alguns relatórios podem não utilizar exatamente a expressão “propaganda comunista”, mas outras semelhantes, como “panegírico comunista”, “propagandista de comunismo” e “propaganda socialista”. Porém, tendo em conta o contexto histórico em que se refere à República Popular da China, essas expressões podem ser incluídas na categoria de “propaganda comunista”.

Para a decisão de autorização, cinco tipos de razão são identificados: “sem inconveniência”, “livro descritivo/analítico”, “[S. explicações]”, “China não comunista” e “anticomunista”. A categoria de “sem inconveniência” é mais abrangente. Porém, caso exista uma expressão mais específica, como “livro descritivo/analítico” ou

“anticomunista”, ou se refira a uma China que seja a China do Partido Comunista, estas razões são preferenciais em relação a “sem inconveniência” por serem mais informativas.

Data	Relatório	Título	Autor	Decisão	Razão
37.04.12	413	La Chine rouge en marche	Agnès Smedley	Proibido	Propaganda comunista
37.12.04	489	A China e os chineses	António Lopes	Autorizado	Livro descritivo/analítico
38.08.20	687	La Chine, le Japon et les puissances	Félicien Challaye	Autorizado	Sem inconveniência
39.01.12	741	La China ensangrentada	Erwin Egon Kisch	Proibido	Propaganda comunista
41.03.14	1311	Chang Kai Chek	José de Freitas	Autorizado	Sem inconveniência
42.03.16	1619	A China antiga e moderna	José de Freitas	Autorizado	Sem inconveniência
42.03.15	1708	A China de ontem e de hoje	Cristiano Lima	Autorizado	[S. explicação]
42.03.25	1743	A minha mãe e eu	Cheng-Tcheng	Autorizado	[S. explicação]
50.12.09	4482	Preimières clefs pour la Chine	Claude Roy	Proibido	Propaganda comunista
51.02.17	4542	La Chine du nationalisme au communisme	Jean-Jacques Brieux	Proibido	Propaganda comunista
51.11.06	4647	Artistes et écrivains sans la Chine nouvelle	Mao Tse-Toung	Proibido	Propaganda comunista
52.05.07	4708	La Chine ébranle le monde	Jack Belden	Proibido	[S. explicação]
53.05.15	4916	Hitória da China moderna	Michel Nathan	Autorizado	Livro descritivo/analítico
53.07.08	4940	Internationalism and nationalism	Liu Shao-chi	Proibido	Propaganda comunista
53.07.09	4941	The agrarian reform law of the People's Republic of China		Proibido	Propaganda comunista
53.07.11	4960	China struggles for unity	J. M. D. Pringle	Autorizado	Sem inconveniência

53.07.13	4985	Politica e cultura	Mao Tse Tung	Proibido	[S. explicação]
53.11.24	5101	Clefs pour la Chine	Claude Roy	Proibido	Propaganda comunista
54.09.25	5241	Extrême Orient	Paul Claudel	Autorizado	China não comunista
55.05.23	5340	Deux mois dans la Chine de Mao	Adalbert de Segonzac	Proibido	Propaganda comunista
55.09.08	5457	O sábio jovial	Lin Yutang	Autorizado	China não comunista
55.09.08	5460	A viúva - A religiosa - A cortesã	Lin Yutang	Autorizado	China não comunista
56.02.29	5609	L'expérience communiste en Chine	Robert Magnenoz	Autorizado	Sem inconveniência
56.04.12	5677	La Chine rouge	Gunther Stein	Proibido	Propaganda comunista
56.07.10	5727	Sol sobre o rio Sangkan	Ting Ling	Proibido	Propaganda comunista
56.11.24	5805	600 millions de chinois	Robert Guillaín	Proibido	Propaganda comunista
57.03.08	5855	O bandido chinês	Harman Long	Autorizado	Sem inconveniência
57.05.10	5955	Chine	Armand Gatti	Proibido	Propaganda comunista
57.05.10	5956	Révolution dans les campagnes chinoises	René Dumont	Proibido	Propaganda comunista
57.06.06	6005	A China de hoje	Osny Duarte Pereira	Autorizado	Livro descritivo/analítico
57.06.22	6045	K'iu yuan	Kouo Mojo	Autorizado	China não comunista
58.06.24	6179	Dix-huit poèmes	Mao Tse Toung	Proibido	Propaganda comunista
59.03.31	6310	Divórcio	Lu Sin	Autorizado	Sem inconveniência
59.05.13	6329	Chine sans murailles	André Migot	Proibido	Propaganda comunista
60.01.06	6488	Ce que j'ai vu en Chine rouge	Harrison Forman	Proibido	Propaganda comunista
60.01.30	6503	Si Yeou Ki ou le	Wou Tch'eng	Autorizado	China não

		voyage en occident	Ngen		comunista
60.04.20	6559	J'ai vu vivre la Chine	Roland Dumas	Proibido	Propaganda comunista
60.08.18	6641	La Chine grande puissance	Edouard Calic	Proibido	Propaganda comunista
60.10.04	6671	Mao Tsé-Toung	Michel Garder	Proibido	Propaganda comunista
60.10.28	6690	Chine rouge 25 ans après (1935-1960)	Emile Servan-Schreiber	Proibido	Propaganda comunista
61.04.04	6811	Histoire de la Chine moderne	Georges Dubarbier	Autorizado	Sem inconveniência
61.04.02	6815	La Chine et son ombre	Tibor Mende	Proibido	Propaganda comunista
61.11.07	6950	La Chine au défi	François Mitterand	Proibido	Propaganda comunista
62.05.05	7057	En Russie et en Chine	Curzio Malaparte	Autorizado	Sem inconveniência
64.04.14	7057A	En Russie et en Chine	Curzio Malaparte	Autorizado	Sem inconveniência
62.05.05	7072	Aspects de la Chine	Palestra na radio-TV francesa	Autorizado	Sem inconveniência
62.12.12	7241	China court	Rimmer Godden	Autorizado	Sem inconveniência
62.12.14	7246	China / New age and new outlook	Ping-chia Kuo	Proibido	Propaganda comunista
63.02.02	7265	Le colonialisme chinois au Tibet	Nicolas Lang	Autorizado	Anticomunismo
63.01.31	7296	La guerre révolutionnaire	Mao Tsé-Tung	Proibido	Propaganda comunista
63.07.01	7351	La conquête de la Chine par Mao-Tse-Tung	L. M. Chassin	Proibido	Propaganda comunista
63.09.30	7384	The new Cold War Moscow vs. Pekin	Edward Crankshaw	Autorizado	Sem inconveniência
63.11.22	7412	La Chine entre en scène	Roger Pelissier	Proibido	Propaganda comunista
63.12.02	7419	Mao Tse Tung on	[Vários]	Proibido	Propaganda

		art and literature			comunista
64.08.11	7495	Mao Tse Tung	Roy MacGregor-Has tie	Proibido	Propaganda comunista
64.10.08	7514	Connaissions-nous la Chine?	Etiemble	Proibido	Propaganda comunista
65.05.28	7556	La China Popular y su economia	T. J. Hugues e D. E. T. Luard	Proibido	Propaganda comunista
66.01.17	7714	Le voyage en Chine	Jules Roy	Autorizado	Sem inconveniência
66.03.21	7733	Les sociétés secrètes en Chine	Jean Chesneaux	Proibido	Propaganda comunista
67.04.27	8049	Écrits militaires de Mao Tse-Toung	Mao Tse-Toung	Proibido	Propaganda comunista
67.04.28	8054	Citations du Président Mao Tse-Toung	Mao Tse-Toung	Proibido	Propaganda comunista
67.06.06	8067	Citations du Président Mao Tse-Toung	Mao Tse-Toung	Autorizado	[S. explicação]
68.05.21	8230	Mao Tsé-Tung	Stuart Schram	Proibido	[S. explicação]
69.03.18	8351	Mao e a China	Roberto Muggiati	Proibido	Propaganda comunista
69.02.06	8356	Dans treinte ans la Chine	Robert Guillan	Autorizado	Livro descritivo/analítico
69.03.25	8383	La China contemporanea	Edgar Snow	Proibido	Propaganda comunista
69.03.27	8397	The birth of communist China	C. P. Fitzgerald	Autorizado	Livro descritivo/analítico
69.03.22	8420	La construction du socialisme en Chine	Charles Bettelheim e outros	Autorizado	Sem inconveniência
69.03.04	8424	La Chine: l'empire au milliard de sujets I	R. Reicher-Sgradi	Autorizado	Livro descritivo/analítico
69.03.31	8431	Le problème chinois	Roger Garaudy	Autorizado	Anticomunismo
69.03.31	8443	China roja líder em America	Ottocar Rosarios	Autorizado	Livro descritivo/analítico

		Latina?			o
69.04.04	8453	Ce que Mao a vraiment dit	Philippe Devillers	Proibido	Propaganda comunista
69.04.01	8467	Le président Mao Tsé-Toung sur la guerre populaire	Mao Tsé-Toung	Proibido	Propaganda comunista
69.05.23	8512	Citations du président Liou Chao-Chi		Proibido	Propaganda comunista
69.07.02	8529	Mao Tsé-Tung	Stuart Schram	Autorizado	Livro descritivo/analítico
69.07.23	8548	Où va la Chine?	Jean-Émile Vidal	Autorizado	Livro descritivo/analítico
69.09.18	8593	L'économie selon Mao	J. P. Saltiel e outros	Autorizado	Sem inconveniência
70.04.06	8758	Mao Tsé-Tung. O imperador vermelho de Pequim	E. Krieg	Autorizado	Sem inconveniência
70.05.02	8785	China hoje	Edgar Snow e outros	Proibido	Propaganda comunista
70.05.27	8804	La révolution culturelle de Mao	Alberto Moravia	Proibido	Propaganda comunista
70.06.14	8806	A revolução cultural na China	Joan Robinson	Autorizado	Sem inconveniência
70.08.31	8840	A revolução cultural chinesa	Alberto Moravia	Proibido	Propaganda comunista
71.02.18	8942	A revolução cultural na China	Joan Robinson	Proibido	Propaganda comunista
71.03.22	8953	A nova China	K. S. Karol	Autorizado	Livro descritivo/analítico
71.05.06	9002	Livre rouge de la révolution culturelle	Mao Tsé-Tung	Proibido	Propaganda comunista
71.07.16	9073	Da prática de onde vêm as ideias justas	Mao Tsé-Tung	Proibido	[S. explicação]
71.07.28	9088	Arte, literatura e imprensa	Mao Tsé-Tung, Lenine e V.	Proibido	[S. explicação]
71.11.20	9134	Sobre a guerra prolongada e	Mao Tsé-Tung	[S. indicação]	[S. explicação]

		problemas da guerra e da estratégia			
71.11.27	9135	De la Chine	Maria Antonieta Macciocchi	Proibido	Propaganda comunista
71.12.21	9204	Divergências	Mao Tse-Tung	Proibido	[S. explicação]
71.12.17	9216	Como eu vejo a China	Pearl S. Buck	Autorizado	Sem inconveniência
72.01.10	9264	O problema chinês	Roger Garaudy	Autorizado	[S. explicação]
72.01.25	9273	China e URSS: dois modelos de industrialização	Bettelheim Marco Macció	Autorizado	[S. explicação]
72.01.25	9275	Quem tem medo da China?		Autorizado	[S. explicação]
	9279	A China e o Ocidente	Josué de Castro e outros	Proibido	Propaganda comunista
72.03.27	9378	5 artigos	Mao Tse Tung	Proibido	Propaganda comunista
72.04.27	9433	A China popular	Jacques Guilhermaz	Autorizado	Livro descritivo/analítico
72.04.27	9438	A China antiga	Jacques Gernet	Autorizado	Livro descritivo/analítico
72.05.02	9439	Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China e da guerra de guerrilhas contra o Japão	Mao Tsé-Tung	Autorizado	Sem inconveniência
72.05.02	9455	Les cinq communismes	Gilles Martinet	Autorizado	Livro descritivo/analítico

Apêndice IV - Entradas de obras literárias potencialmente relativas ao tema da China

O presente apêndice, resultado da pesquisa realizada no 1.2 da Parte II, cria uma lista das entradas não incluídas no Catálogo (Apêndice I) mas relativas ao tema da China. Esta tarefa tem dois objetivos: (i) tornar transparente a compilação do catálogo; (ii) documentar livros potencialmente importantes para a história da receção da China em Portugal.

Os dados listados são os encontrados nos catálogos utilizados, e que são apresentados em seguida. Por isso, os dados ainda não foram confirmados através da consulta e análise dos respetivos volumes.

Na tabela, há oito colunas. A última, “fonte”, indica em que catálogo encontrámos a entrada. Os catálogos utilizados para a seguinte lista, como referido no 1.2 da Parte II, incluem a Base Nacional de Dados Bibliográficos (PORBASE), os catálogos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), da Rede das Bibliotecas de Lisboa (BLX), das Bibliotecas Municipais do Porto e o Catálogo Coletivo das Bibliotecas das Instituições de investigação e Ensino Superior de Portugal (BComum).

Devido à larga extensão da lista criada, abaixo é exposta apenas uma parte de livros encontrados, enquanto a lista completa pode ser encontrada no documento online disponibilizado para consulta.¹³⁵ Tendo em conta que a presente dissertação se foca na literatura, a parte exposta em seguida inclui somente as obras literárias, averiguadas através da nossa leitura dos dados bibliográficos.

¹³⁵https://docs.google.com/document/d/14LTEDZtvrByMzW4M4MPHs-Pm63EEcxRyqxx_5NT5AY/edit?usp=sharing.

Ano	Título	Tradutor	Local	Coleção	Editora	Autor	Fonte
1934 [D.L.]	O amor e a espionagem na China	--	Lisboa	--	Liv. Barateira	Hopkins, Jack	PORBASE
1939	O tenebroso mistério do bairro chinês	Domingues, Mário	Lisboa	Savil ; 4	Livraria Figueirinhas	Joelson, W.	PORBASE, BNP
1939	Vento do oriente, vento do ocidente	César, Oldemiro	Lisboa	--	Publi. Internacionais	Buck, Pearl S.	PORBASE, BNP
1943	A China sangrenta	Brás, S. Oliveira	[S.l.]	Americana ; 3	[S.n.]	Maxwell, Robert	PORBASE, BNP
1943	Uma folha na tempestade	Lobato, Ruth; Lobato, Monteiro	São Paulo	Biblioteca do espírito moderno Série 4a, Literatura ; 13	Companhia Ed. Nacional	Lin, Yutang	PORBASE
1943	O dois de espadas chinês : romance	Ferreira, Salvador	[S.l.]	As Grandes Obras de Mistério e Acção	[S.n.]	Keeler, Harry Stephen, 1890-	PORBASE, BNP
1943	O mistério da bailarina chinesa : romance policial	Dias, Manuel	Lisboa	Grandes mistérios, grandes aventuras ; 2	Romano Torres	Falk, John S.	PORBASE, BNP

1944	Vento do oriente : vento do ocidente : Romance	César, Oldemiro	Lisboa	--	Minerva	Buck, Pearl S.	PORBASE, BNP
1944	Momento em Pekim	Lobato, Gulnara Pereira Morais; Lobato, Monteiro	São Paulo	Biblioteca do espírito moderno Série 4a, Literatura ; 9	Companhia Ed. Nacional	Lin, Yutang	PORBASE
1945	Entre lágrimas e risos	Domingues, Carlos	Rio de Janeiro	Pensamento e Vida ; 1	Irmãos Pongetti	Lin, Yutang	PORBASE, BComum
1945	Minha terra e meu povo	Domingues, Carlos	Rio de Janeiro	--	Irmãos Pongetti	Lin, Yutang	PORBASE, BComum
1945	A sabedoria da China e da Índia	--	Rio de Janeiro	--	Irmãos Pongetti	Lin, Yutang	PORBASE
1945	A importância de viver	Mário Quintana	Porto Alegre	--	Livraria do Globo	Lin, Yutang	PORBASE, BNP
1947	O tenebroso mistério do bairro chinês	Domingues, Mário	Lisboa	Savil ; 4	Livraria Figueirinhas	Joelson, W.	PORBASE, BNP
1947	O bandido chinês	Aprá, Alberto	Lisboa	Novelas policiais ; 8	Gleba	Long, Harman	PORBASE, BNP
1948	Sob o céu da China	Nascimento, João Cabral do	Lisboa	--	Minerva	Buck, Pearl S.	PORBASE, BNP

1949	O caso do tesouro do templo de "A-Má" : novela	--	Macau	--	Imprensa Nacional	Rego, Francisco de Carvalho e	PORBASE
1950	O mistério da laranja chinesa	Amado, James	Lisboa	--	Livros do Brasil	Queen, Ellery pseud.	PORBASE, BNP
1951	Contos chineses	--	Macau	Notícias de Macau ; 4	Notícias de Macau	Gomes, Luís Gonzaga	Macau, BNP
1951	Lendas e contos da velha China	--	Macau	--	Imprensa Nacional	Rego, Francisco de Carvalho e	PORBASE, BNP
1951	Lendas chinesas de Macau	--	Macau	Notícias de Macau ; 5	Notícias de Macau	Gomes, Luís Gonzaga	Macau, BNP
1952	Morre um gato na China	--	Rio de Janeiro	--	Editora Talmagráfica	Bloche, Pedro	PORBASE
1952	A viúva, a religiosa, a cortesã : três novelas chinesas	Guaspari, Marina	Rio de Janeiro	--	Irmãos Pongetti	Lin, Yutang	PORBASE
1953	A seita do dragão	Pelaio, Jorge	Lisboa	--	Agência portuguesa de revistas	Debry, Peter	PORBASE, BNP
1954	A viúva, a religiosa, a cortesã : três novelas	Guaspari, Marina	Rio de Janeiro	--	Irmãos Pongetti	Lin, Yutang	PORBASE

	chinesas						
1955	O portão vermelho	Guaspari, Marina	Rio de Janeiro	--	Irmãos Pongetti	Lin, Yutang	PORBASE
1956	O mistério chinês	Maia, Manuel	Lisboa	Serviço Secreto ; 49	Agência Portuguesa de Revistas	Peterson, Vic	PORBASE, BNP
1958	Lady Wu : uma história verdadeira	Amado, Milton	Belo Horizonte	--	Itatiaia	Lin, Yutang	PORBASE
1959	Os horrores da China	Meneses, José Carlos de	Lisboa	Salgari ; 37	Romano Torres	Salgari, Emílio	PORBASE, BNP
1962 [imp.]	Uma chinesinha	Braga, Isabel,	Porto	--	Civilização	Gleit, Maria	PORBASE, BComum
1962 [D.L.]	A flor do bairro chinês	--	Lisboa	Amorzinho ; 113	Agência Portuguesa de Revistas	Ogando, Alice	BComum
1966	Armadilha chinesa	Correia, Raúl (1904-1985)	Lisboa	Espionagem	Ag. Port. de Revistas	Audren, Marc;	BNP, PORBASE
1966	A boneca chinesa	Ramos, Maria Teresa	Amadora	Rififi ; 41	Ibis	Carter, Nick	PORBASE, BNP
1966	O mistério do ídolo chinês	Garcês, José; Ramos, A. Peres	Lisboa	Aventura ; 14	Meridiano	Whitney, Phyllis A.	BComum, BNP

1966	Uma aldeia da China popular	Valente, Vasco Pulido	Lisboa	Temas e Problemas ; 6	Livraria Moraes Editora	Myrdal, Jan	BComum
1969	Um conto chinês	Lima, Carvalho	Lisboa	Brigada de homicídio ; 31	Ag. Port. de Revistas	Carrigan, Lou	PORBASE, BNP
1970 [D.L.]	Enigma chinês	Rodrigues, Adelino dos Santos	Lisboa	Serviço secreto ; 218	Ag. Port. de Revistas	Curtis, Donald, pseud.	PORBASE, BNP
1971 [D.L.]	Biombo chinês: contos	Quintana, Mário	Lisboa	--	Livros do Brasil	Maugham, W. Somerset	PORBASE
1971	Novelas paulistanas : Brás, bexiga e barra funda; Laranja da China; Mana Maria; Contos avulsos	--	Rio de Janeiro	Coleção Sagarana ; 84	Livraria José Olympio Editora	Alcântara, Machado António de (1901-1935)	PORBASE
1972	A China num espelho	Rosa, António Ramos	Porto	O espírito do lugar ; 2	Inova	Roy, Claude	PORBASE, BNP, Porto

Apêndice V - Traduções de “妾” em “A morte de Tu-Che-Niang”

O presente apêndice é elaborado para a argumentação em 3.1 da Parte II. Além do texto original em chinês “杜十娘怒沉百寶箱” e a tradução portuguesa “A morte de Tu-Che-Niang”, também é exposta a tradução inglesa “Du Shiniang Sinks Her Jewel Box in Anger” de Shuhui Yang e Yunqin Yang, para facilitar a nossa discussão no contexto da língua portuguesa.

Especificamente, são reunidos todos os discursos de Tu-Che-Niang que incluem o substantivo “妾”, que significa “eu” ou “a sua concubina”. Assim, através da leitura na versão chinesa, são identificados 17 segmentos. Com base nestas ocorrências, são procuradas as respectivas traduções inglesas e portuguesas nos dois volumes referidos. Os resultados de comparação são analisados e discutidos no corpo textual de 3.1 da Parte II.

N.º	Texto original (Feng 2014, s.p.; sublinhados adicionados)	Tradução inglesa de Shuhui Yang e Yunqin Yang (Feng 2005; sublinhados adicionados)	Tradução portuguesa de Gomes (1944; sublinhados adicionados)
1	妾已与妈妈议定, 只要三百金, 但须十日内措办。	I've talked with Mother. She asks only for three hundred taels, but they have to be paid in ten days. (550)	A tua <u>escrava</u> combinou tudo com a ma-ma. Ela quer trezentas onças no espaço de dez dias. (46)
2	倘得如数, 妾身遂为君之所有, 省受虔婆之气。	If you can raise the amount, I'll be yours, and we won't have to bear the old witch's abuses any longer! (550)	Pensa que, desta maneira, ter-me-ias tôda para ti e eu não teria de suportar a cólera da velha. (46)
3	郎君今夜且住, 妾别有商议。	Why don't you stay here tonight? I need to talk to you about something. (553)	Que o senhor fique a passar a noite. A sua <u>escrava</u> propor-lhe-á outro plano. (49)
4	郎君果不能办一钱耶? 妾终身之事, 当如何也?	So are you truly unable to come up with even a cent? What's to be done about <u>my</u> marital future? (553)	Se não puderes encontrar um <i>tsienn</i> para <u>me</u> resgatar, que havemos de fazer? (49)
5	妾所卧絮褥内藏有碎银一百五十两, 此妾私蓄, 郎君可持去。	I've hidden one hundred and fifty taels of loose silver inside my mattress. This is <u>my</u> private savings. Take it. (553)	Então, tirou do colchão um saco contendo cento e cinquenta onças, em bocadinhos de prata, e disse: — É a <u>minha</u> economia secreta. (49)
6	三百金, 妾任其半, 郎君亦谋其半。	So that's half of the three hundred taels. Now that you only need the other half, you may stand a better chance. (553)	Visto que não podes encontrar o preço total, <u>dou-te</u> a metade. (49)
7	舟车之类, 合当预备。妾昨日于姊妹中借得白银二十两, 郎君可收下为行资也。	[...] we need to arrange for transportation. Yesterday, I borrowed twenty taels of silver from my sisters. Take them to pay for	Mas não temos nada: preparado para os barcos e para os carros da nossa viagem, e então <u>pedi</u> vinte onças emprestadas às minhas amigas. O meu

		our travel expenses. (553)	senhor pode tomar conta delas para as despesas da viagem. (50)
8	郎君先回, 求亲友于尊大人面前劝解和顺, 然后携妾于归, 彼此安妥。	That way, you can go back to your hometown and ask relatives and friends to mediate on your behalf and pacify your father. Only then can you take <u>me</u> to your parents. That would be better for both sides. (555)	Não seria melhor irmos para êle e têmos uma casa flutuante enquanto pedisses a amigos que solicitassem o favor: harmonioso do teu pai? Então, conduzindo a tua <u>escrava</u> , entrarias na paz da tua morada. (52)
9	妾久疏谈笑, 亦有此心, 郎君言及, 足见同志耳。	I was thinking along the same lines, because I, too, miss having a good talk and a good laugh. Your bringing this up shows that we are truly of the same mind. (557)	Há muito tempo que a tua escrava está privada de conversas e de risos: ela sente o mesmo. As tuas palavras provam que somos apenas uma alma. (55)
10	妾与郎君情好, 已及二载, 千辛万苦, 历尽艰难, 得有今日。	It's been two years since I fell in love with you. We've gone through all kinds of difficulties together to get where we are. (561)	Os sentimentos que <u>nos</u> ligam duraram já muitos dias... quási há dois anos. Milhares de azedumes e miríades de amarguras se esgotaram sucessivamente. Mas eis-nos, enfim, longe de tôdas as nossas dificuldades. (63)
11	郎君千金之资既得恢复, 而妾归他姓, 又不致为行李之累,	You get your one thousand taels of silver, I get a man, and both of us will be spared the tribulations of life on the road [omissão da última parte da frase]. (562)	Não sômente o meu senhor terá mil onças para voltar a casa e a sua <u>escrava</u> um abrigo, mas ainda as vossas bagagens serão mais leves e vos darão menos aborrecimentos. (65)
12	但千金重事, 须得兑足交付郎君之手, 妾始过舟, 勿为贾竖子所欺	But a thousand taels of silver being quite a handsome amount of money, they must be weighed out and handed to you before I step over to the other boat. Don't let that brute of a merchant take advantage of you. (562)	Mil onças é uma quantia importante. É preciso que ela caia nas tuas mãos antes que <u>eu</u> entre na sua cabine, porque eu não sou nenhum cesto de mercadoria, que se possa reaver se o pagamento não fôr satisfeito. (65)
13	妾风尘数年, 私有所积, 本为终身之计。	In my years as a courtesan, I put away some private savings to support myself in the future.	Durante os muitos anos que <u>vivi</u> na desordem da poeira e do vento, acumulei em segredo um tesoiro

		(563)	com o fim de resgatar o meu corpo. (67)
14	将润色郎君之装, 归见父母, 或怜妾有心, 收佐中馈, 得终委托, 生死无憾。	I meant to add some grandeur to your return, so that your parents might act out of compassion and accept me as a member of the family. With the remainder of my life committed to you, I would have had no regrets in life and in death. (563-564)	Pensei depô-las no tesoiro do meu espôso, assim que visse teu pai e tua mãe. (67)
15	谁知郎君相信不深, 惑于浮议, 中道见弃, 负妾一片真心。	Little did I know that you trusted me so little that you followed some evil advice and abandoned <u>me</u> before the journey was even completed. (564)	Quem teria acreditado que a tua fidelidade não era profunda e que, ao acaso duma conversa, consentirias em desembaraçar-te do coração sincero da tua <u>espôsa</u> ? (68)
16	妾奩中有玉, 恨郎眼内无珠。	<u>I</u> am not unlike a jewel box that contains precious jade, but you have eyes that fail to recognize value. (564)	--
17	今众人各有耳目, 共作证明, 妾不负郎君, 郎君自负妾耳!	All those present will testify, by the evidence of their eyes and ears, that <u>I</u> have not failed you in any way. It's you who have betrayed me! (564)	Que todos os presentes sejam agora minhas testemunhas: é o senhor que enjeita a <u>espôsa</u> , não sou <u>eu</u> que falto aos meus deveres para contigo. (68)

Apêndice VI - Pesquisa de traduções de Lu Xun publicadas em livro antes de 1958 em inglês, francês, espanhol, castelhano, catalão e esperanto

Para o efeito de argumentação em 3.2 da Parte II, dedicado à discussão sobre o título e a seleção de *Divórcio*, é elaborado o presente apêndice, que mostra os resultados de pesquisa de traduções de Lu Xun. A pesquisa é limitada ao inglês, francês, espanhol, castelhano, catalão e esperanto, línguas dominadas por Manuel de Seabra. O escopo de pesquisa é limitado às publicações em livro antes de *Divórcio*, ou seja, antes de 1958. Abaixo são apresentadas as fontes utilizadas, particularmente catálogos de bibliotecas e outros textos sobre as traduções de Lu Xun nas línguas indicadas. Como a nossa pesquisa de traduções de Lu Xun em línguas estrangeiras teve início já no primeiro ano do mestrado, algumas fontes listas foram consultadas em março de 2023, mas agora já não estão disponíveis.

Sobre a tabela, duas colunas exigem explicações particulares. “Nome” refere-se ao nome de Lu Xun referido na tradução. Essa coluna é estabelecida para perceber se a transliteração de *Divórcio*, Lu Sin, é utilizada em outras traduções. Isto poderá ajudar a localizar a origem da transliteração utilizada por Manuel de Seabra e, subsequentemente, o potencial texto intermediário. “Contos repetidos” refere-se aos contos que o volume em causa e *Divórcio* têm em comum. A coluna é estabelecida para facilitar a comparação entre as seleções e, assim, a identificação do texto de partida.

Catálogos *online* de bibliotecas:

British Library

Bibliothèque nationale de France

Biblioteca Nacional de España

Ensaaios ou livros:

AbeBooks. n.d. “Ah Q and Others: Selected Stories of Lusin [Lu Hsun]. Original First Edition.” Último acesso: 08 de março de 2023.
<https://www.abebooks.com/first-edition/Selected-Stories-Lusin-Hsun-Original-First/30237461229/bd>.

- Guo, Yu. 2019. "A Brief Introduction to Lu Xun and His Short Stories." In *US-China Foreign Language*, August 2019, Vol. 17, No. 8, 386-392.
- 善本古籍. 2020. "鲁迅小说有哪些早期英译本? [Quais são as traduções inglesas antigas das ficções de Lu Xun?]" In 搜狐. Último acesso: 08 de março de 2023. https://www.sohu.com/a/380082932_562249.
- 蔡輝振. n.d. "海外鲁迅研究 [Estudos de Lu Xun no estrangeiro]". In 鲁迅數位博物館 [Museu digital de Lu Xun]. Último acesso: 08 de março de 2023. <http://www.familysky.idv.tw/tsaiweb/luxun/ldm/home.html>.
- "世界语版的《鲁迅小说选》 [Versão de *Obras selecionadas de Lu Xun* em esperanto]. In Cina Esperanto-Ligo. s.d. Acedido a 3 de setembro de 2024. <https://www.chinaesperantoligo.com.cn/%e4%b8%ad%e5%9b%bd%e4%bd%9c%e5%ae%b6%e7%bd%91%ef%bd%9c%e4%b8%96%e7%95%8c%e8%af%ad%e7%89%88%e7%9a%84%e3%80%8a%e9%b2%81%e8%bf%85%e5%b0%8f%e8%af%b4%e9%80%89%e3%80%8b/>.

Ano	Título	Nome	Tradutor	Local	Editora	Língua	Contos repetidos	Observações
1930	The Tragedy of Ah Qui and Other Modern Chinese Stories	Lu Siun	E. H. F. Mills e J.B. Kyn Yn Yu	Londres	George Routledge & Sons	Inglês	Terra Natal	—
1932	Choix de nouvelles de Lou Shun	Lou Shun	Tchang Tien-ya	Pequim	Politique de Pékin	Francês	[?]	Sem acesso.
1937	Living China	Lu Hsün	Edgar Snow	Londres	John Day	Inglês	Medicamento, Divórcio	—
1939	Lu Sin Elekitaj Noveloj	Lu Sin	安偶生 Elpin, 方善境 Tikos, 冯文洛, 潘逃书, 徐声越	Hong Kong	Eldonis, Orienta Kuriero Kaj Vokoj El Orienta	Esperanto	Medicamento, Amanhã, Terra natal, O homem solitário, Divórcio e Luto pelo passado	--
1941	Ah Q and others: Selected stories of Lusin	Lusin	Chi-Chen Wang	Nova Iorque	Columbia University Press	Inglês	Divórcio, História de cabelos e Terra natal	—
1953	La véritable histoire de Ah Q	Lou Sin	Paul Jamati	Paris	Éditeurs français réunis	Francês	[?]	Sem acesso.
1956	Lou Sin. Nouvelles choisies	Lou Sin	—	Pequim	Éditions en langues étrangères	Francês	[?]	Sem acesso.
1956	Selected Works of Lu Hsun (vol.1)	Lu Hsun	--	Pequim	Foreign Languages Press	Inglês	Divórcio, Amanhã, Luto pelo passado, Medicamento, O homem solitário e Terra natal	--